

**Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ**

**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

RICARDO ALEXANDRE SANTOS DE SOUSA

**“Capistrano de Abreu: História Pátria, Cientificismo e Cultura –  
A Construção da História e do Historiador”**

Rio de Janeiro

2012

RICARDO ALEXANDRE SANTOS DE SOUSA

**“Capistrano de Abreu: História Pátria, Cientificismo e Cultura –  
A Construção da História e do Historiador”**

Tese de Doutorado apresentada ao  
Curso de Pós-Graduação em História das  
Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-  
FIOCRUZ, como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Doutor. Área de  
Concentração: História das Ciências

Profa. Dra. Lorelai Brilhante Kury (orientadora)

Rio de Janeiro  
2012

S725 Sousa, Ricardo Alexandre Santos de  
Capistrano de Abreu: história pátria, cientificismo e cultura – a  
construção da história e do historiador / Ricardo Alexandre  
Santos de Sousa – Rio de Janeiro : s.n., 2012.  
296 f .

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) -  
Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2012.  
Bibliografia: f. 288-296

1. História. 2. Antropologia Cultural. 3. Cientismo. 4.  
Linguística. 5. Historiadores. 6. Brasil.

CDD 981

RICARDO ALEXANDRE SANTOS DE SOUSA

**“Capistrano de Abreu: História Pátria, Cientificismo e Cultura –  
A Construção da História e do Historiador”**

Tese de Doutorado apresentada ao  
Curso de Pós-Graduação em História das  
Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-  
FIOCRUZ, como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Doutor. Área de  
Concentração: História das Ciências

Apresentado em agosto de 2012.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Lorelai Brilhante Kury (orientadora)

---

Profa. Dra. Lúcia Maria P. Guimarães (Universidade do Estado do Rio de Janeiro –UERJ)

---

Profa. Dra. Rebeca Gontijo Teixeira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –  
UFRRJ)

---

Profa. Dra. Nísia Trindade de Lima (Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

---

Prof. Dr. Robert Wegner (Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz)

SUPLENTE

---

Profa. Dra. Giselle Martins Venâncio (Universidade Federal Fluminense - UFF)

---

Profa. Dra. Dominich M. de Sá (Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

Rio de Janeiro - 2012

A  
José Roberto do Nascimento.

## **Agradecimentos:**

Certamente será impraticável nomear todas as pessoas que foram fundamentais para que este trabalho se realizasse. No entanto, gostaria de registrar minha sincera gratidão a algumas delas, mesmo sabendo cometer injustiça com tantas outras que embora não sendo aqui citadas contam com o meu profundo agradecimento. Da mesma forma, desejo nomear as entidades das quais obtive apoio para alcançar os objetivos propostos.

Nos quatro anos em que este trabalho foi levado a cabo, a Casa de Oswaldo Cruz tornou-se o lugar de interlocução essencial, o que redundou em opções que me levaram a seguir em determinadas direções e não em outras.

O apoio financeiro recebido da CAPES também contribuiu consideravelmente para que as minhas metas fossem atingidas, inclusive ao custear parte da pesquisa no exterior por meio de bolsa PDEE.

Sou grato à Universidade de Oxford, na Grã-Bretanha e à Bodleian Library que me acolheram durante minha estada naquela cidade. Os dois postos tornaram-se o meu lar na Inglaterra, bem como grande parte das ideias que deram corpo à pesquisa tiveram naquelas entidades solo fértil para germinar.

O Convento das Carmelitas de Santa Teresa permitiu-me visitar o arquivo, até agora inédito, de Capistrano de Abreu, organizado por seu filho Adriano de Abreu. Sou profundamente grato àquele Convento e à Irmã Verônica, Madre Priora. Ainda me emociono ao lembrar o dia em que esta valorosa freira, por trás das grades do parlatório, me deu a notícia de que me seria autorizado pesquisar e digitalizar aquele arquivo.

Devo também minha gratidão ao Instituto Histórico do Ceará, no qual se encontram a Biblioteca, a correspondência manuscrita e a rica documentação referente ao historiador pesquisado. Boa parte do acervo me foi disponibilizado nas visitas que fiz àquela Instituição.

Agradeço à Profa. Dra. Lorelai Kury, minha orientadora, pela leitura atenta e respeitosa deste trabalho, bem como por desafiar-me constantemente a dar o melhor de mim, bem como por sugerir caminhos nos momentos de indecisão.

Ao meu co-orientador na Universidade de Oxford, o Prof. Dr. Pietro Corsi, agradeço a acolhida simpática, as leituras semanais e as muitas indicações bibliográficas

que tanto enriqueceram o meu trabalho, bem como expandiram o meu conhecimento sobre História das Ciências.

Agradeço aos Professores Doutores que gentilmente aceitaram participar da banca examinadora desta tese, são eles: Dominichi Miranda de Sá, Lúcia Maria P. Guimarães, Rebeca Gontijo Teixeira, Gisele Martins Venâncio, Nísia Trindade de Lima e Robert Wegner.

Destaco também os Professores Doutores que tanto contribuíram com vasta quantidade de material para leitura, apresentado durante as matérias cursadas. São eles: Flávio Coelho Edler, Cristiana Facchinetti, Robert Wegner, Nísia Trindade de Lima, Ricardo Francisco Waizbort, Luiz Antônio Teixeira e José Augusto Pádua.

Sou eternamente grato à Lizete Castro Pereira Nunes, minha querida tia Lili, que despendeu grande parte do seu tempo a fazer a revisão do texto. Ressalto a sua tenacidade e o seu compromisso, pois em meio à dor da perda do seu companheiro e interlocutor, Arthur Pereira Nunes, não se furtou ao árduo trabalho. Se mais não foi feito, deveu-se à urgência para a entrega da tese.

Meus agradecimentos dirigem-se também aos companheiros que cursaram comigo diversas matérias e com os quais partilhei dificuldades e vitórias na feitura desta tese. Entre eles destaco: André Carvalho, André Felipe da Silva, Daiana C. Chagas, Elizabeth Kobayashi, Fernanda Rebelo, Georgina Gadelha, Josiane Roza de Oliveira, Júlio César Paixão, Leonardo Bahiense, Lia Souza, Mirian Junghans, Nemuel Oliveira, Paula Habib, Silvio Lima, Tiago Jaques, Vanessa Lana, Vanderlei de Souza e Vivian Cunha.

Aos meus amigos com os quais cursei a graduação e que, apesar de terem tomado diferentes rumos na carreira de historiador, seguem me apoiando, dando exemplo e sobretudo renovando sempre nossos laços de amizade: Ana e Douglas, Aline e Sérgio, Valéria e Rafael, Amália e Ilton, Adriano, Marcos e Leo.

Durante minha estada na Universidade de Oxford algumas pessoas foram fundamentais para tornar aquela cidade meu lar. São eles: José Carlos Augusto, Jesus Escalona, Vincent Malvaes, Leo Sagor, Steban Hubner, James Peters, Benjamin Evans, Anne Peltonen, Edson Passos e meus companheiros diários na Bodleian Library Patrizia Pireda e Gianluca Cinelli.

Do mesmo modo, faço menção aos meus amigos que, não sendo profissionais da história, algumas vezes têm dificuldade em compreender tanta dedicação e paixão pelo tema: Andrea Balster, Regina e Daniel, Helô e Iris, Mila, Marlene, Manuela Silva, Ana Lúcia, Gilberto, o pai, Gilberto, o filho e Ana, Luiza, Osvaldo e Rainer, Sandra e Romário, Lourdes e José Bernardo, Flávio, Robson e Leo.

Obrigado aos meus familiares, Edson e Yêda, Iolanda, Carol, Bia, Suzana, Sandi, Neila, Gabí, Dani, Anna Paula e Jorge. Obrigado também ao meu companheiro, incentivador e amigo, Beto.



## **Resumo:**

João Capistrano de Abreu (1853 – 1927) viveu as grandes transformações da história do Brasil na passagem do Império à República. Não somente isto, o autor se deparou com diversas interlocuções que abriam inúmeras possibilidades quanto à disputa pela hegemonia do saber histórico.

Desde a sua juventude, Capistrano circulou pelo cientificismo característico de fins do século dezenove. Na sua formação entrou em contato com autores como Henry Thomas Buckle (1821 – 1862), Hippolyte Adolphe Taine (1828 – 1893), Herbert Spencer (1820 – 1903) e Auguste Comte (1798 – 1857).

Na interlocução com os autores do Velho Mundo, Capistrano tinha em mente a formação do caráter nacional, questão essencial para os intelectuais do seu tempo no jovem império brasileiro.

Alguns temas que se colocaram nesses primeiros diálogos tiveram longa permanência na historiografia construída por Capistrano ao longo de sua vida, ainda que, com o passar dos anos, sofressem transformações em sua abordagem. Outras questões abraçadas pelo autor na juventude foram posteriormente descartadas na medida em que o historiador travava contato com novos autores dentro e fora do Brasil, e também com a documentação histórica.

Dentre os temas que poderiam ser tomados como permanências na obra do historiador foram: a importância do elemento indígena na formação do caráter nacional, igualmente a relevância do meio físico na formação do brasileiro, a concepção da humanidade única frente à visão racionalista do ser humano e a produção artística e cultural como representação da sociedade que a origina.

Alguns meses após deixar a sua terra natal, o Ceará, e instalar-se na corte imperial, Capistrano entrou em contato com a vasta documentação referente ao Brasil colonial e, paralelamente, com autores ligados à história cultural e ao historicismo alemão, tais como: Leopold von Ranke (1795 – 1886), Friedrich Ratzel (1844 – 1904) e Eduard Meyer (1855 – 1930).

A sua produção seria profundamente afetada por tais experiências; o que não caracterizaria, contudo, um tipo de “conversão” a novos paradigmas, posto que os temas

mais caros ao estudioso e ainda as suas mais profundas crenças continuariam presentes em seus escritos. No entanto, enriquecidos e com maior sofisticação do que sob a ótica cientificista que o atraiu em sua juventude.

A maneira pela qual o autor se constrói como profissional do campo da história concomitantemente com a construção da História Pátria é questão central no desenvolvimento deste trabalho. Para tal, faz-se imprescindível na análise a interlocução de Capistrano com os autores clássicos do seu tempo, sem perder de vista, contudo, o diálogo que mantinha com seus pares brasileiros, a rede de troca de documentações históricas da qual se valia em seus estudos históricos, a sua vinculação às instituições como o IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - e a Biblioteca Nacional, e, ainda, além das experiências pessoais que fizeram parte de seu vivido.

Palavras-chave: Capistrano de Abreu, Cientificismo, História Pátria, História Cultural.

### **Abstract:**

This paper deals with João Capistrano de Abreu (1823 – 1927), who lived at a time of many changes in Brazilian history, as it was the passage from Monarchy to Republic. Moreover, he was in touch with a great number of different dialogs, which opened many possibilities of the History he intended to do.

Since his youth, Capistrano had been in contact with the subjects of the scientism of the late nineteenth century. In this period he was in touch with the production of authors as Henry Thomas Buckle (1821 – 1862), Hippolyte Taine (1828 – 1893), Herbert Spencer (1820 -1903) e Auguste Comte (1798 – 1857).

In the interlocution with the authors of the Old World, Capistrano had in his mind the construction of the character of the Brazilians, with was a kind of essential question to the intellectuals of the young Brazilian Empire.

Some subjects present in those firths dialogs were also present in the historiography that Capistrano constructed during his long life, albeit with different approaches over the

years. On the other hand, other subjects present in the studies of his youth had been disposed along the way, as he came in contact with new authors from Brazil or from abroad, so as the contact with the documentation over the national history.

Some subjects that would be taken as permanent in the work of Capistrano de Abreu were: the Brazilian Indians as essential to the construction of a national character, so as the environment for the configuration of the Brazilian society, the conception of the unity of Mankind facing to the concepts of different races and thinking the artistic and cultural production as a representation of the society in which they were conceived.

After some time that he moved to the Imperial Court, he was also in touch with writers from German historicism and cultural history such as: Leopold von Ranke (1795 – 1886), Friedrich Ratzel (1844 – 1904) e Eduard Meyer (1855 – 1930).

Certainly his intellectual production was affected by those news experiences. However it doesn't mean a kind of “conversion” to new paradigms, since the essential themes and the deepest principals of his early writings was preserved in his historiography at that time. Albeit, more elaborated and in a sophisticated way.

The trajectory of this historian, how he made himself as a historian in parallel of his production of the history of Brazil is the central question of this paper. For that the main point was to bring light to the interlocutions of Capistrano de Abreu and some classic writers of his time. Notwithstanding, other subjects made part of the argumentation as: the dialog with the Brazilian intellectuals, the network of changing historical documents that he used in his research, his linking to institutions as IHGB – Brazilian Historical and Geographical Institute - or to the National Library and also the personal experiences of his life.

Keywords: Capistrano de Abreu, Scientism, National History, Cultural History.

## Índice

<b>Introdução</b> .....	1
<b>1. Natureza e Sociedade</b> .....	16
1.1. Antecedentes juvenis .....	18
1.2. Henry Thomas Buckle (1821 - 1862) .....	22
1.3. Hippolyte Adolphe Taine (1828 - 1893) .....	45
1.4. Herbert Spencer (1820 - 1903) .....	59
1.5. Auguste Comte (1798 - 1857).....	69
<b>2. Um paletó para meus botões - O Método de Capistrano de Abreu</b> .....	78
2.1. Declínio de Buckle .....	79
2.2. A crítica de Buckle na Inglaterra e o embate de ideias .....	81
2.3. Piratas e Bandeirantes.....	87
2.4. Ranke e os Rankeanos .....	91
2.4.1. Perspectiva Religiosa.....	93
2.4.2. Visão Política.....	99
2.4.3. Crítica das Fontes .....	104
2.5. Capistrano - Língua Alemã e Biblioteca Nacional.....	114
2.6. "Sou feliz".....	120
2.7. Redes de Além-mar. ....	123
2.8. Crítica das fontes em Fernão Cardim .....	128
2.9. "A arte é longa, a vida é breve" .....	137
<b>3. "Trajar farda literária" - Instituto Histórico, Geografia e Cultura</b> .....	141
3.1. Reconhecimento de seus pares .....	145
3.2. IHGB .....	146
3.3. A corte do saber.....	149
3.4. A Proclamação da República e a corte do saber.....	154
3.5. Diálogo com os pares .....	162
3.6. O Modelo de von Martius.....	166
3.7. Teorias raciais visitam o Brasil .....	175
3.8. Friedrich Ratzel - Antropogeografia para ler na rede.....	182
3.8.1. Diálogos de Ratzel.....	184
3.8.2. Ratzel - Princípios básicos.....	186
3.9. Trabalhos de Capistrano .....	194
3.9.1. Convergência de olhares.....	196
3.9.2. Litoral ou Sertão. Onde está o Brasil?.....	202
3.9.3. A civilização do couro.....	204
3.9.4. O Mestiço Moral.....	208
3.10. Bandeirante, Piratas e <i>Pionners</i> .....	213
3.10.1. James Anthony Froude (1818 -1894).....	214
3.10.2. Frederick Jackson Turner (1861 - 1932) .....	218

<b>4. História Cultural e línguas indígenas</b> .....	222
4.1. Eduard Meyer o grande historiador desconhecido .....	226
4.2. Visão Unitária do gênero humano e crítica ao etnocentrismo.....	228
4.3. Concepção de Estado.....	231
4.4. Propriedade privada e herança.....	235
4.5. Raça e Nação .....	236
4.6. A História .....	238
4.7. Capistrano de Abreu - do Indianismo ao índio.....	241
4.7.1. O Indianismo Romântico.....	244
4.7.2. Realismo/Naturalismo: o indianismo fora de moda .....	247
4.8. As Línguas Indígenas e as almas do Purgatório.....	254
4.9. Índios, História Pátria e documentação .....	256
4.10. Etnologia e História - a mitologia bacaerí.....	260
4.11. Caxinauá.....	267
4.12. Incêndio na Imprensa Nacional .....	273
4.13. Os coautores do Livro.....	274
4.14. Esfolado - volta ao Bacaerí.....	276
<b>5. Considerações Finais</b> .....	280
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	287

## **Introdução:**

“A 23 de outubro de 1853, na localidade de Columinjuba, distante 13 quilômetros da vila de Maranguape e 41 de Fortaleza, capital da província do Ceará, abriu-se o livro da existência de Capistrano de Abreu”.

(Adriano de Abreu, s/d).

Conforme o trecho em epígrafe, iniciam-se os manuscritos com os quais Adriano<sup>1</sup> de Abreu começa o ensaio da biografia que tencionava escrever sobre o pai, João Capistrano de Abreu.

Curioso que o filho se valesse da imagem de um livro abrindo-se para se referir ao nascimento de Capistrano. Talvez porque a imagem do pai fosse quase indissociável a de um livro. Ou antes, de livros, cadernos, papéis manuscritos, cópias de documentos enviados por correspondentes de sítios como Torre do Tombo, Évora, Liverpool e de vários outros lugares dentro e fora do Brasil.

Parece que os filhos, principalmente Adriano e Honorina de Abreu, reforçam, na construção da memória de Capistrano, a imagem do insaciável devorador de livros que seus biógrafos tendem a revelar. Paralelamente a isto, o material aponta também para uma figura amorosa e que cultivava profundas amizades, inclusive para com os próprios filhos: Honorina de Abreu (que abraçou a vida religiosa, tornando-se Madre Maria José de Jesus), Adriano de Abreu, Fernando de Abreu e Matilde de Abreu. Outro menino, Henrique, faleceu com apenas três anos de idade.

Columinjuba, onde nasceu Capistrano, era um sítio de propriedade da sua família desde os tempos do avô, João Honório de Abreu, que comprou a propriedade em data incerta de um português a quem protegera durante a perseguição aos reinóis, ocorria após a

---

<sup>1</sup> Adriano, que nasceu em 1883 e faleceu em 1952, não chegou a cumprir seu intento de escrever a biografia do pai, contudo reuniu material e trocou correspondência com as duas irmãs que ainda viviam (Honorina e Matilde). Após sua morte, o material ficou sob a guarda de uma das filhas de Adriano. Esta era freira fundadora da “Congregação Religiosa Servas dos Pobres”, e, em 1990, o arquivo foi transferido para o Convento das Carmelitas de Santa Teresa, onde se encontra até hoje. Por ocasião da pesquisa, me foi permitido examinar o material e digitalizá-lo para facilitar o acesso a futuros pesquisadores, sendo uma cópia digitalizada cedida à Casa de Oswaldo Cruz pelo Convento das Carmelitas de Santa Teresa.

Epígrafe: Arquivo de Capistrano de Abreu - Convento das Carmelitas de Sta. Teresa. Imagem num. 29, s/d.

independência. Uma área de aproximadamente 72.000 metros quadrados abarcava a propriedade..

A afeição de Capistrano pelas letras, não se pode dizer que foi adquirida por herança familiar. O velho João Honório era um homem bastante rude, conhecido pela alcunha de “amansa-negros”, o que somado aos relatos escritos por Adriano e Honorina dá o entendimento de que se tratava de um homem violento até mesmo para os padrões da época. Seus filhos somente tinham licença para sentarem-se diante dele nas horas das refeições e as mulheres nem mesmo podiam comer junto aos homens<sup>2</sup>.

Jerônimo de Abreu, o quinto dos quatorze filhos, contava com um privilégio que não tocava aos outros irmãos: tinha licença para sentar-se e ler em voz alta os jornais que chegavam para o patriarca da família. Talvez essa aproximação tenha sido a razão para receber como herança do velho Honório o sítio de Columinjuba, embora, segundo o relato de Honorina, o primogênito e preferido de José Honório seria Raimundo de Abreu, tão ou mais violento que o pai.

Jerônimo Honório, com vinte e oito anos, casou-se com sua sobrinha, Antônia Vieira da Mota, de apenas treze anos. Capistrano de Abreu nasceria quinze meses após o enlace do casal, em 23 de outubro de 1853, nesse ambiente típico do Brasil rural do século XIX.

O pai de Capistrano de Abreu tocou o negócio familiar de forma mais diversificada: montou fábrica de aguardente, açúcar e introduziu melhoramentos no sítio. Inclusive construindo a nova casa próxima ao açude, para onde, em 1870 mudou-se a família, os escravos e o oratório.

Quando Capistrano nasceu em 1853, o avô João Honório ainda era vivo e comandava a família com o mesmo rigor. Com o neto e afilhado Capistrano, parece que seus castigos eram mais brandos: misturava quatro litros de milho com mais uns tantos de feijão e fazia com que o menino separasse tudo. O que, frente aos bolos de palmatória com que costumava disciplinar os familiares, era quase um afago.

Na construção da memória do pai, que se depreende dos manuscritos, o relato de Honorina e Adriano reforça a imagem de um homem “destinado às letras”. Nascido num

---

<sup>2</sup> Arquivo de Capistrano de Abreu, depositado na Biblioteca do Convento das Carmelitas de Sta. Teresa. Imagem num. 10 a 16.

ambiente no qual aquela seria uma opção naturalmente imprópria, o menino Capistrano mesmo antes de alfabetizado, se revelava introspectivo em contraste com um habitual menino da roça, ativo, travesso e vivaz. Uma trágica história contada por Honorina parece deixar clara essa intenção:

“Teria João 6 a 7 anos quando apareceu em Columinjuba um irmão de sua mãe, Lucas, da mesma idade aproximadamente que ele. Descrito por Capistrano como ‘alegre, atirado, em tudo contrário de mim’.

Dirigiram-se ambos para o açude em companhia de duas primas. Lucas atirou-se logo à água, a muito custo à instância das primas, João entrou náguas [sic.] até os joelhos, enquanto elas foram cortar cana. Passado algum tempo voltaram, indagaram por Lucas.

- Não sei; disse que ia apanhar um peixe.

E então as primas olharam para o açude e viram-no boiando, estava morto”<sup>3</sup>.

O pobre Lucas teria vindo a Columinjuba para iniciar-se nas letras em uma escola que iria abrir na Ladeira Grande, lugarejo a pequena distância do sítio. Devido ao seu trágico fim, Capistrano iniciou ali seus estudos sem o parente como companheiro.

No contraste entre os dois meninos, na história que os filhos teriam escutado de Capistrano, se procura marcar a figura do historiador como um menino diferente: circunspecto, reflexivo, que teria mais prazer nos livros do que nos folguedos de criança do interior.

Para além da “ilusão biográfica”<sup>4</sup> que procura atribuir coerência diacrônica a uma história partindo de um conhecido desfecho, o fato é que Capistrano de Abreu, desde muito cedo, dedicou-se à leitura, tornando-se um homem de imensa erudição.

Depois das primeiras letras na Ladeira Grande, o menino foi estudar no Colégio Educandos e no Ateneu Cearense. Já em 1865, passou a estudar no seminário de Fortaleza. Não era contudo um estudante exemplar. Suas médias variavam entre boas, medíocres e más. Porém, ao que parece, seu comportamento era ainda menos exemplar do que suas notas. Em 1866 foi enviado de volta à fazenda para “que se emendasse de sua indolência e

---

<sup>3</sup> *Idem*. im. 21 - 22.

<sup>4</sup> Tomo o termo de empréstimo a Pierre Bourdieu. Ver: BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.



vadiação”<sup>5</sup>. Apesar de naquele trimestre suas notas terem sido especialmente boas, o menino por vezes era “altivo” e “arreatado” com os superiores. De volta à fazenda fora castigado com o rigor que se pode imaginar.

Com quinze anos, Capistrano já lia correntemente em francês e assim travou contato com os autores clássicos que poucos brasileiros tinham o privilégio de conhecer. Diante de seu interesse irremediável pelos livros, em 1869, o pai resolveu mandá-lo para Recife. Ali prestaria concurso para a faculdade de direito, uma vez que não tinha qualquer vocação para o trabalho com a terra.

Em vez de uma preparação voltada para o concurso, segundo o testemunho de seu contemporâneo e amigo Rodolfo Theófilo, passava o tempo lendo sempre e sem dar a mínima importância aos estudos ditos preparatórios. Capistrano passava os dias e as noites nas livrarias lendo e, em resumo, não fez sequer um exame<sup>6</sup>.

Em 1871, de volta à fazenda, o maior castigo foi ser obrigado a trabalhar na terra pelo pai Jerônimo Honório. Ler livros então, somente à noite, à luz da candeia de carrapato e com a ajuda do rapé para espantar o sono.

Parece, contudo, que o severo castigo não foi tão prolongado como fazem entender seus biógrafos. Barbosa Lima Sobrinho, na comemoração do centenário de Capistrano no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), dizia: “a zanga dos pais amolece na convivência com os filhos, e acaba em tolerância [...]”<sup>7</sup>. A afirmativa dá-se porque, já em 1873, se tem notícia de Capistrano de Abreu em Fortaleza; fundava com Thomás Pompeu a “Academia Francesa” naquela cidade. O grupo de jovens, empolgados com a leitura de autores europeus, reunia-se na casa de Rocha Lima para discutir ideias e também promover palestras públicas<sup>8</sup>.

Foi por volta desse tempo que Capistrano de Abreu conheceu o escritor José de Alencar. Este encontrava-se em Maranguape, para fazer uma pesquisa sobre o folclore regional, e contratou a ajuda do jovem para auxiliá-lo. Alencar ficou surpreso e muito bem

---

<sup>5</sup> *Idem*. im. 19 – 20.

<sup>6</sup> OCTAVIO FILHO, Rodrigo. *A Vida de Capistrano de Abreu*. Aula inaugural do Curso Capistrano de Abreu 02/09/1953. Revista do IHGB. Rio de Janeiro, ( 221): 61, Out./Dez., 1953.

<sup>7</sup> SOBRINHO, Barbosa Lima. *Capistrano de Abreu, Historiador*. Revista do IHGB, *op. cit.* (221) : 68, Out./Dez., 1953.

<sup>8</sup> Tratarei mais detalhadamente da “Academia Francesa” no capítulo primeiro.

impressionado com a erudição do rapaz, o que abriu as portas para que Capistrano deixasse o Ceará e se instalasse na corte do Rio de Janeiro no ano de 1875.

Munido de uma carta de recomendação de José de Alencar, Capistrano conseguiu de pronto uma colocação na Livraria Garnier, na Rua do Ouvidor. Primeiramente ficou encarregado de enviar à imprensa local notas sobre as publicações daquela livraria, e não tardou para fazer parte do seu corpo redatorial. No ano seguinte passou a ministrar aulas de francês no Colégio Aquino, onde tinha casa e comida<sup>9</sup>.

A partir de então, Capistrano começou a circular no ambiente letrado da corte do Império, local onde amadureceu o desejo de escrever a história pátria, o que sempre afirmou tê-lo despertado quando ainda se encontrava no Ceará.

Na presente tese procuro elencar alguns dos fios que tecem a trama da construção da história e do historiador à medida em que Capistrano de Abreu avançou em seus estudos.

Ao dialogar com diversos autores e fazer opções metodológicas, ideológicas, científicas e políticas, Capistrano ia ao mesmo tempo criando a trama da história que pretendia e, paralelamente, tornando-se o historiador a construí-la. Porém, tal operação não se daria de forma linear, contínua e ordenada. Ao contrário, ao longo de seus setenta e quatro anos de vida, e a maioria deles exercendo o ofício de historiador, foram muitas as aquisições, permanências e descartes.

Na maturidade o próprio historiador tinha consciência do dinamismo desse processo. Além disso, pessimista quanto à possibilidade de chegar a concluí-lo em algum momento. Tal sentimento se percebe em carta escrita ao amigo José Veríssimo em 1914, quando tinha sessenta e dois anos:

“Quando pensei em consagrar-me a História do Brasil, resultado de uma leitura febricitante de Taine, Buckle e da viagem de Agassiz, feita ainda no Ceará, não me lembro se pretendia abarcar toda a história. Mais tarde reconheci que era necessário incluir a época contemporânea, mas minha curiosidade dispersou-me a atenção por toda parte e agora posso dizer como Monte-Alverne: é tarde! e muito tarde!”<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> GALLIAN, D. Marcelo. Madre Maria José de Jesus – no caminho da perfeição. São Paulo: UFSC, 1997. pp. 30.

<sup>10</sup> ABREU, J. Capistrano de. Correspondência de Capistrano de Abreu, vol. 1. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: INL. – Civilização Brasileira, 1977. vol. 1. pp. 200 – carta a José

Na verdade, a obra abrangente que o historiador pensara em sua juventude não chegou a ser produzida, como tristemente constatou na maturidade e lamentaram seus contemporâneos. A despeito disso, Capistrano é tido como um marco na historiografia nacional. Nas palavras de Francisco Falcon:

“Capistrano ocupa no conjunto da história da historiografia brasileira um lugar realmente único, uma espécie de quase (?) unanimidade. Marco fundamental, verdadeiro farol, entre a historiografia romântica e modernista, isto é, Varnhagen e a tríade Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr”<sup>11</sup>.

Mesmo entre seus contemporâneos, Capistrano era visto como um historiador extremamente competente e um crítico mordaz. Era atento à produção historiográfica de seus pares e não perdoava qualquer deslize. Por outro lado, mostrava-se bastante generoso para com aqueles que recorriam à sua inteligência e erudição.

Observa-se na historiografia brasileira atual um resgate da figura de Capistrano de Abreu e da sua produção historiográfica. Há, pelo menos nos últimos vinte anos, uma profusão de trabalhos que, sob diversos aspectos, invocam a figura de Capistrano. Acredito que tal interesse se dá na esteira de um diálogo com a historiografia ocidental em geral.

Roger Chartier (2002) assinala que à medida que paradigmas dominantes ligados ao estruturalismo e ao marxismo vão sendo abandonados buscam-se novos objetos no campo da história. Assim, rituais e crenças, atitudes diante da vida e morte, forma de sociabilidade, as estruturas de parentesco, os funcionamentos escolares, a loucura, entre outros, voltam a fazer parte do horizonte de pesquisas da história. Temas que nos anos trinta já haviam sido anexados a esta por incorporação do campo de etnólogos, sociólogos, demógrafos<sup>12</sup>.

Haveria, portanto, um retorno a temas que inspiraram a primeira geração dos *Annales*, tempo em que a história se voltou para a temática citada, valorizando o tratamento

---

Veríssimo em 21 de janeiro de 1914. (A partir deste momento os três volumes desta obra serão referidos como: CCA. - Vol. 1, CCA. – Vol. 2, e assim por diante).

<sup>11</sup> FALCON, Francisco J. C. As ideias e noções de ‘Moderno’ e ‘Nação’ nos textos de Capistrano de Abreu: os Ensaios e Estudos – 4ª. Série - comentários. Acervo, Rio de Janeiro, v. 12, p. 5 – 26, jan./dez. 1999. pp. 6.

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. À beira da falésia – A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. pp. 62.

quantitativo de fontes maciças e seriais. Aplicou-se, assim, aos novos objetos princípios previamente testados na história das economias e das sociedades.

A volta aos temas inspiradores dos *Annales* que se dá em fins dos anos oitenta tem, contudo, outras chaves interpretativas, menos vinculadas a uma visão marcada por oposições sociais tomadas *a priori*, às quais clivagens culturais deveriam se amoldar, como: elite/povo, dominadores/dominados, etc. As novas interpretações levam em conta outros princípios de diferenciação, igualmente sociais, e que podem justificar com mais pertinência as variações culturais. Como, por exemplo, as pertenças sexuais ou geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos profissionais<sup>13</sup>.

Sob tal perspectiva, historiadores brasileiros começam a lançar um novo olhar sobre a historiografia proposta por Capistrano de Abreu; o que poderia causar estranheza, visto que esta é uma retomada mais distante do que aquela que Chartier observa em seus pares europeus. Pode-se localizar a produção histórica de Capistrano entre os anos que produziu os seus primeiros trabalhos no Ceará e o ano da sua morte, respectivamente 1874 e 1927. Ou seja, uma geração que precede a escola dos *Annales*.

Contudo, a história proposta por Capistrano estaria voltada para a cultura popular, as crenças, os costumes, a linguística, a etnologia, a etnografia, enfim objetos caros à nova história cultural. Porém, analisar sua produção historiográfica de forma textual, ou seja, desvinculada do diálogo que travou com os autores de seu tempo, pode levar a algumas interpretações anacrônicas, ao menos no tocante as intenções do autor. Ao deslocar Capistrano de seu tempo, atribuindo-lhe artificialmente perspectivas de um período em que não viveu, incorre-se numa visão pouco crível de “um homem à frente de seu tempo”.

Outra atitude tomada, no resgate de Capistrano e de sua historiografia, é perceber algumas características do discurso do seu tempo como “defeitos” a serem superados ao longo de sua obra. Assim sendo, o Positivismo, o Spencerianismo ou outras formas de cientificismos comuns à época parecem ser dissonantes em meio a uma perspectiva histórica mais bem acabada em sua obra.

Capistrano de Abreu viveu um momento bastante singular na historiografia. Paralelamente à própria definição do campo da história na segunda metade do século XIX,

---

<sup>13</sup> *Idem*. pp. 69.

havia um intenso diálogo não somente com o Positivismo e o Spencerianismo, mas com as mais diversas correntes evolucionistas como o Darwinismo, o Darwinismo Social, as mais variadas teorias raciais, além da história cultural alemã. Todas essas vertentes entravam no bojo da disputa pela hegemonia do conhecimento histórico, e cabia ao historiador fazer opções.

No caso de Capistrano que lia não somente francês, mas inglês, holandês, sueco, espanhol, latim e alemão, e que ao longo dos anos construiu uma rede de interlocutores dentro e fora do Brasil, estudar seu universo intelectual é uma tarefa bastante rica.

Não se pode tomá-lo, contudo, como um tipo de caso modelar da construção histórica do seu tempo. Porém, certamente, pode-se pensá-lo como um exemplo de historiador em formação, em contato com as mais diversas vertentes e fazendo suas escolhas pessoais no campo da historiografia.

Em suma, estudá-lo como um personagem em meio à mutação do pensamento histórico de uma época não ilumina o todo da discussão histórica e das mudanças que a história passava, tanto nos seus objetos como no seu método. Entretanto, as questões trazidas por Capistrano são datadas, e de um valor singular para historiadores que pretendam investigar inquietações de seus antecessores na passagem do século XIX para o século XX. Assim, com tal objeto de pesquisa, intento trazer uma contribuição singular para a historiografia brasileira.

Alguns trabalhos que lançam diferentes olhares sobre Capistrano de Abreu vieram socorrer-me nesta empreitada, levantando questões, respondendo outras e, sobretudo, despertando-me a curiosidade sobre aquele brasileiro memorável.

Arno Welhing (1992), em sua tese apresentada no concurso de professor titular de Metodologia da História no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), entende a obra de Capistrano como dividida em duas fases: a primeira seria a juventude, em que receberia influências do cientificismo, e posteriormente a fase propriamente científica.

A proposta de Welhing em seu estudo seria a de que, nos anos de juventude, Capistrano, em contato com o positivismo, spencerianismo, o pensamento de Hyppolite Taine e Henry Thomas Buckle, estaria sob o primado da teoria ou do cientificismo, e

posteriormente, ao entrar em contato com uma enorme gama de documentação da Biblioteca Nacional,<sup>14</sup> passa ao primado do documento<sup>15</sup>.

A tese de Welhing foi de grande importância no presente trabalho por trazer, um referencial muito bem elaborado de várias correntes científicas que permeavam o universo intelectual de fins do século XIX, porém, desabona as correntes científicas com que Capistrano lidou, deixando implícita uma escala hierárquica entre aquelas e o “primado do documento”, ou seja, a crítica das fontes proposta por Leopold von Ranke.

Sobre esse aspecto, entendo que a construção do pensamento histórico de Capistrano passa pelo cientificismo característico de seu tempo, e que faz parte de forma inelutável de sua construção histórica e formação como historiador.

José Honório Rodrigues (1970)<sup>16</sup> destacou que Capistrano, a partir dos anos 80, vai paulatinamente deixando o positivismo e filiando-se a autores alemães, como Leopold von Ranke, Friedrich Ratzel, Eduard Meyer e outros. Tal mudança faria com que Capistrano começasse a “aferrar-se com todas as suas forças à realidade histórica, a missão mais importante do historiador, segundo ideias alemãs e não positivistas”<sup>17</sup>.

De fato, autores alemães foram parte importante do diálogo de Capistrano com a historiografia de seu tempo, o que não implica a nulidade de suas primeiras leituras, senão que na reformulação de seu pensamento em outras bases. Para isto a crítica da história tem importante papel. Porém, a história cultural alemã de maneira imbricada com pressupostos já colocados desde as suas primeiras leituras de Buckle e Taine, também serão de grande valor na análise histórica do Capistrano maduro. São tais pressupostos, que chamo permanências na obra de Capistrano, aqueles como: a visão da humanidade única - apartada das teorias raciais em voga na época -, a importância do meio físico no desenvolvimento da sociedade, a percepção ampla de documento histórico e a figura do índio como fundamental na formação do caráter nacional.

---

<sup>14</sup> Capistrano foi aprovado em concurso para trabalhar na Biblioteca Nacional em 1879, quando o diretor daquela instituição era Benjamin Franklin Ramiz Galvão.

<sup>15</sup> WELHING, Arno. De Varnhagen a Capistrano: historicismo e cientificismo na construção do conhecimento histórico. Tese apresentada ao concurso de professor titular de Metodologia da História, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992. pp. 385.

<sup>16</sup> RODRIGUES, J. Honório. Capistrano de Abreu e a Alemanha. In: RODRIGUES, J. Honório. História e Historiografia. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda., 1970.

<sup>17</sup> RODRIGUES, J. Honório. história e historiografia. Petrópolis: Ed. Vozes, 1970. Pp. 178.

Welhing e Honório, atentos ao método de Capistrano, colocam em foco a atenção que o historiador dava às fontes documentais e sua maneira sistemática de lidar com as mesmas, ao utilizar-se do método de crítica das fontes proposto pela historiografia alemã.

Maria da Glória Oliveira (2006)<sup>18</sup>, em sua dissertação de mestrado, analisa o método de construção da história em Capistrano de Abreu. A autora procura percorrer o caminho entre o método de pesquisa e o tipo de escrita do autor. Percebe que na “operação histórica” se dá a conversão de documento em fonte e a preocupação de Capistrano em produzir e divulgar fontes para a escrita da história do Brasil. Contudo, Capistrano não teria completado o processo por refutar dois elementos fundamentais: o “lugar” e a “escrita”, ou seja, a vinculação institucional e a produção final pretendida, uma abrangente história da nação.

Oliveira destaca que Capistrano não se restringia às fontes escritas, mas tinha uma visão ampliada das fontes ligada à produção cultural, o que insere o estudo das línguas indígenas na perspectiva histórica de Capistrano, posição com a qual compartilho.

Da mesma forma, Beatriz P. Christino (2006)<sup>19</sup>, em sua tese sobre o estudo de Capistrano da língua dos índios caxinauás, percebe a incursão do historiador no estudo das línguas indígenas como parte de seu projeto histórico. A autora mostra uma rede internacional de interlocutores dos estudos das línguas indígenas sul-americanas, da qual Capistrano fazia parte e era destacado pela qualidade de seu trabalho.

Pedro Afonso dos Santos (2009)<sup>20</sup> analisa a forma como Capistrano de Abreu procede a edição crítica da documentação. Tal procedimento aliado à forma de divulgação

---

<sup>18</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853 – 1927). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Porto Alegre. 2006.

<sup>19</sup> CHRISTINO, Beatriz Protti. A rede de Capistrano de Abreu (1853 – 1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku--i em face da Sul-americanística dos anos 1890 -1929. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, do departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de doutor. São Paulo. 2006.

<sup>20</sup> SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25112009-090917/>>. Acesso em: 2012-04-26

de fontes documentais, sempre com seu parecer acerca destas, deixaram marcas relevantes na história moderna nacional.

Josiane Roza de Oliveira (2011)<sup>21</sup> atém-se aos anos iniciais de Capistrano no Rio de Janeiro. A autora procura perceber as mudanças que permeiam a construção da história moderna no Brasil em fins do Império. O conceito de cultura é privilegiado por Oliveira na historiografia de Capistrano, privilégio que, segundo ela, seria fruto de sua vinculação a conceitos ligados ao romantismo literário.

Daniel Mesquita (2011)<sup>22</sup> concebe em seu livro a formação de Capistrano de Abreu como historiador moderno enquanto se dá a criação do sentimento de nação no Brasil. O autor entende que a crítica da história para Capistrano vai além do que se pode tomar como perspectiva rankeana desse processo: Capistrano não encara a história como a verdade a ser coletada das fontes, mas como interpretação destas. Assim, Mesquita volta sua atenção para os sinais da história cultural na produção de Capistrano, todavia faz uma associação por demais direta entre Capistrano e autores como Marc Bloch e Carlo Ginzburg.

Rebeca Gontijo (2006)<sup>23</sup>, em sua tese de doutoramento, procura trabalhar em duas frentes: primeiramente, a construção da identidade coletiva do historiador por meio da memória de seus pares, admiradores, discípulos, biógrafos e intérpretes; em segundo lugar, o investimento feito pelo próprio Capistrano, a partir de suas opções e intenções. Exercício proposto pela análise da correspondência do historiador.

Também trabalhando com a correspondência de Capistrano, no entanto, concentrada nas cartas trocadas com o historiador português João Lúcio de Azevedo, Paula Virgínia V. Pinheiro (2011)<sup>24</sup> valoriza o intercâmbio entre pares na construção histórica, num campo pouco visitado, a relação de amizade.

---

<sup>21</sup> OLIVEIRA, J. Roza de. Um historiador em formação: os primeiros anos da vida intelectual de Capistrano de Abreu (1875 -1881). Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências da COC – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz como requisito parcial para obtenção do título de doutor. Rio de Janeiro, 2011.

<sup>22</sup> MESQUITA, Daniel. Descobrimientos de Capistrano: a história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2011.

<sup>23</sup> GONTIJO, Rebeca. O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor na área de concentração: história social. Niterói. 2006.

<sup>24</sup> Pinheiro, P. Virginia. Abraços através do Atlântico – Cartas entre Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo. Fortaleza: Inst. Frei Tito de Alencar, 2011.



Além dos autores citados, livros, dissertações e teses, vários artigos sobre Capistrano constituíram-se em importantes instrumentos na elaboração da presente tese, bem como a bibliografia em geral, as fontes de arquivo e, sobretudo, a própria produção histórica de Capistrano de Abreu.

Embora o historiador não tenha levado a cabo o intuito de escrever uma monumental *História do Brasil*, Capistrano de Abreu deixou um imenso legado em artigos, prefácios, estudos monográficos, além da sua tese para admissão no Imperial Colégio Pedro II, *O Descobrimento do Brasil e seu Desenvolvimento no séc. XVI* (1883), *Capítulos de História Colonial 1500 – 1800* (1906/7) e a coletânea *Caminhos Antigos e Povoamentos do Brasil* (1930).

Grande parte do vasto material foi reunido por José Honório Rodrigues nos quatro volumes de *Ensaios e Estudos*, e da mesma forma grande parte da sua correspondência em três volumes.

Além do material citado, contei com parte da documentação que se acha depositada no Instituto Histórico do Ceará, bem como com o arquivo de Capistrano de Abreu que se encontra no Convento das Carmelitas de Santa Teresa, local em que a filha mais velha de Capistrano ingressou na vida monástica em 1911. Reitero meus agradecimentos a estas duas instituições.

Capistrano de Abreu viveu um momento rico para a historiografia brasileira, no qual se dava a profissionalização das ciências e consequente estabelecimento de fronteiras nos diferentes campos profissionais, pautado por metodologias características de cada área. Por conseguinte, a história e a literatura, por exemplo, passavam por um processo de separação enquanto o historiador Capistrano se vinha estabelecendo como tal.

Estudar a produção de um autor longo como Capistrano demanda alguns cuidados: primeiramente, é preciso entender a sua produção de acordo com os momentos em que o historiador vivia e as interlocuções que se davam naquele espaço de tempo. Evita-se assim incorrer-se no erro de atribuir uma suposta coerência a permear toda a obra do autor que se justificaria ao se buscar ler nas “entrelinhas” algo que apontasse para o produto final acabado.

No processo de construção da história e do historiador, várias opções são feitas e, ao longo dos anos, há permanências e descartes. Procuro deixar claro no avançar dos capítulos

algumas destas escolhas feitas pelo historiador, à medida que enfoco o diálogo de Capistrano com diferentes autores<sup>25</sup>.

Outro ponto relevante é pensar Capistrano como um homem de seu tempo inserido no diálogo com seus pares, instituições e toda a conjuntura social e política de sua época. Imputar ao autor intenções que não fizesse parte do seu horizonte, é também uma forma anacrônica de tratá-lo. Ainda que haja por parte da historiografia brasileira certo resgate da figura do historiador, não é possível lhe imputar a clarividência de antever qualquer contribuição à história cultural praticada num futuro que não conheceu. Tal tipo de perspectiva leva a uma análise da obra do autor que tende a valorizar, positivamente o que parece acordar com a historiografia contemporânea e, por conseguinte, tomar por negativo os pontos visivelmente conflitantes com esta.

Consoante o aludido entendimento, o positivismo, spencerianismo ou outras formas de cientificismo seriam vistos como pontos negativos de sua obra e que seriam transpostos por um tipo de “conversão”, no qual Capistrano romperia com esse passado e abraçaria a história moderna. Diferentemente de tais visões, procuro perceber todas estas interlocuções como legítimas na obra do historiador e significativas na formação de sua concepção histórica, dado que algumas opções feitas pelo historiador no contexto do cientificismo permanecem e se tornam ainda mais sofisticadas à medida que ele entra em contato com novos autores e novas perspectivas.

Evidentemente não me seria possível abarcar todos os autores com os quais Capistrano dialogou na construção do seu pensamento histórico. Procurei estabelecer então como critério elencar os autores mais citados por Capistrano em sua obra, ao lado daquelas que mais figuram em sua biblioteca<sup>26</sup>.

De forma similar, evitei construir um contexto social, político ou cultural da época no qual “encaixaria” Capistrano e sua historiografia por meio de conexões de causa e efeito

---

<sup>25</sup> Quentin Skinner percebe a tendência de historiadores das ideias incorrerem numa visão anacrônica por partirem do a priori de uma unidade coerente da obra vista a posteriori. O autor denomina tal procedimento de “mitologia da coerência”. Ver: SKINER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning and context – Quentin Skinner and his Critics*. New Jersey: Princeton University Press. 1989. pp. 39.

<sup>26</sup> A biblioteca de Capistrano de Abreu foi preservada após a sua morte por seus amigos e seguidores ao fundarem a Sociedade Capistrano de Abreu. Posteriormente todo o material foi enviado para o Instituto Histórico do Ceará, local em que se encontra até o presente momento.

de forma artificializada. Busquei assim, a partir da fala de Capistrano, construir tal contexto referenciados instituições a que se vinculou, como a Biblioteca Nacional, o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Muitos autores de referência para Capistrano de Abreu eram estrangeiros, e lidos pelo brasileiro em suas línguas originais, principalmente francês, alemão e inglês. Procurei, na medida do possível, entrar em contato com essa literatura em edições da época. Como não tenho o domínio do idioma alemão, recorri a edições em inglês e francês do período, das quais, no decorrer do trabalho, há diversas citações diretas. Estas foram por mim traduzidas livremente para o português.

No capítulo primeiro, examino os primeiros trabalhos de Capistrano de Abreu ainda no Ceará, quando fazia parte da “Academia Francesa”, e também artigos e discussões referentes à história pátria e ao caráter do brasileiro já na capital do Império. Para tal relaciono quatro autores que referenciavam Capistrano nestas discussões: Henry Thomas Buckle, (1821 - 1862), Hippolyte Adolphe Taine (1828 – 1893), Herbert Spencer (1820 – 1903) e Auguste Comte (1798 – 1857).

O capítulo segundo vislumbro o período em que Capistrano passa a ser funcionário da Biblioteca Nacional em 1879, no qual tem contato com uma gama enorme de documentação sobre a história do Brasil, e ainda participa do processo de modernização daquela instituição. Além disso, incluo o concurso para lente do Colégio Imperial Pedro II em 1883 e sua tese com a qual foi ali aprovado. Nesse período o método de crítica das fontes contém bastante referências de Leopold von Ranke (1795 – 1886).

Já no capítulo terceiro, analiso a relação de Capistrano com seus pares brasileiros, ao tomar o IHGB como matriz da produção histórica nacional naquele período, e ainda o relacionamento de Capistrano com esse núcleo fundamental para seu reconhecimento por seus pares brasileiros. Nesse período, o diálogo com Friedrich Ratzel (1844 – 1904) e a antropogeografia pareceu-me fundamental para o entendimento da perspectiva histórica do brasileiro.

No quarto capítulo, vislumbro um autor pouco conhecido na atualidade, mas que foi referenciado por Capistrano e que, na interlocução com sua metodologia, parece ter levado o autor a uma sistematização maior daquilo que se pode chamar de história cultural, com

base no modelo alemão da virada do século. O autor em questão trata-se de Eduard Meyer (1855 – 1930).

O autor citado foi bem conceituado em seu tempo: tendo sido professor em Breslau, Halle, Berlim e Harvard e, além disso, colecionou títulos honoríficos em Oxford, St. Andrews, Freiburg e Chicago. A sua área de atuação era História da Antiguidade, principalmente o Egito, e também escreveu sobre judaísmo, mórmons, assírios, etc.

Contudo, na primeira Guerra teve o seu nome praticamente excluído das bibliotecas inglesas, pois escreveu um trabalho de história contemporânea no qual questionava as instituições monárquicas do Reino Unido. Para além, sua visão absolutamente inegociável de unidade do gênero humano, provavelmente, fez com que fosse rechaçado na própria Alemanha nos anos subsequentes de ascensão do nazismo. Na Biblioteca de Capistrano de Abreu, há várias obras do autor em alemão. Somente após árdua pesquisa, encontrei um exemplar de 1912, em francês.

Também neste capítulo, faço uma análise dos trabalhos de Capistrano acerca das línguas indígenas, Caxinauá e Bacaerí, sob a perspectiva da história, ou seja, como tais trabalhos se inserem no projeto de história pátria de Capistrano de Abreu.

Ao longo do trabalho trouxe à tona alguns dados referentes à biografia pessoal do autor, de modo a mostrar a produção histórica e a formação do historiador como algo que se dá no desenrolar da sua vida, e não no recôndito de uma “torre de marfim”. Procurei, contudo, evitar conclusões dificilmente verificáveis da relação entre os acontecidos no vivido do autor e a sua produção histórica.

**1- Natureza e Sociedade:**

Ao longo de sua vida, Capistrano de Abreu, que desde muito cedo era um incansável leitor, teve contato com vários escritos de diversos autores. No presente capítulo pretendo analisar o diálogo travado entre Capistrano e autores que fizeram parte do seu universo quando jovem ainda vivendo no Ceará. Tais autores estiveram presentes durante a carreira do historiador, ainda que subsumidos em meio às novas aquisições intelectuais que Capistrano fez no percurso de sua trajetória.

Evidentemente não tenciono esgotar o conhecimento sobre o arcabouço intelectual do autor, senão que, ao percorrer seus escritos ao longo dos anos, elencar dentre os autores citados aqueles cujos temas se refiram à construção da sociedade, já que Capistrano de Abreu pretendeu dar significado à sociedade brasileira por meio da “história pátria”.

Várias “influências” sobrepostas no decorrer de sua carreira como historiador podem ser destacadas: alguns desses diálogos com os diversos autores são percebidos como permanências, enquanto outros são descartados mais adiante. Mesmo as permanências, contudo, são repensadas e readaptadas, pois à medida que o pensador cearense amadurecia e recebia novas informações, muito daquilo que quando jovem fora tomado como profissão de fé tendia a adquirir novo significado. Todos esses interlocutores, entretanto, marcaram de alguma forma momentos em sua historiografia e são importantes indícios para um melhor entendimento das concepções históricas de Capistrano e de sua formação.

Para seguir adiante, contudo, é preciso resguardar-se de alguns perigos que se pode incorrer nesse tipo de análise. O primeiro deles é o de pensar Capistrano de Abreu como mero receptor de “influências”. Segundo Maria Lúcia Pallares-Burke (2005)<sup>27</sup>, tratar uma biografia intelectual em termos de “influências” pode denotar uma completa passividade

---

<sup>27</sup> PALLARES-BURKE, M. Lúcia Garcia. Gilberto Freyre, um vitoriano dos trópicos. São Paulo: Editora UNESP, 2005. pp. 39.

por parte do protagonista. Por isso alguns historiadores se opõem ao conceito e mesmo ao termo, preferindo trabalhar com a idéia de “diálogo” ou “interlocução”<sup>28</sup>.

Há, porém, o perigo do extremo oposto, ou seja, descartar o poder das ideias como fato social. Em outras palavras, tanto quanto novas circunstâncias históricas fomentam novas ideias, novas ideias criam novas situações históricas<sup>29</sup>. Evidentemente alguns conceitos com os quais Capistrano teve contato foram importantes na forma como sua análise histórica se construiu no decorrer dos anos e nas opções que fez ao dar significado à nação brasileira por meio da história<sup>30</sup>.

Optei, portanto, por destacar alguns autores mais citados por Capistrano de Abreu tomando como contexto, basicamente, a intencionalidade do cearense de escrever uma “história pátria”. Procurei perceber a recepção desses autores em sua obra de forma datada, pois um mesmo autor pode adquirir diferentes significados ao longo da vida do historiador cearense, conforme realmente acontece.

Em artigo publicado no Jornal do Comércio no ano de 1878, intitulado “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”, Capistrano de Abreu iniciou o elogio fúnebre afirmando que “a pátria traja de luto pela morte de seu historiador

---

<sup>28</sup> Quentin Skinner ao analisar o “contexto” e o “textualismo” como forma de interpretar textos clássicos na história das ideias percebe o perigo de reificar-se certas doutrinas e analisar o trabalho de determinado autor à luz das mesmas. Ou seja, pensar como a escrita “contribui” ou não para a afirmação de determinadas categorias reificadas, sem levar-se em conta a intenção do autor, mas somente a privilegiada visão *a posteriori*. Tal atitude implica numa distorção do pensamento de um autor já que atribui ao mesmo vinculações que não poderia ter (Ver: SKINNER. *op. cit.* 1988. pp. 29 – 67).

Evidentemente o jovem Capistrano, em sua formação mostra-se mais susceptível à “influência” de autores clássicos de seu tempo do que o Capistrano maduro, fase na qual o “diálogo” ou “interlocução” podem ser termos mais apropriados.

<sup>29</sup> Ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio, 2006 e SÁ, Dominichi M., *A ciência como profissão – médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895 -1935)*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. pp.26 - 27).

<sup>30</sup> Angela Alonso, ao tratar da geração de 1870, na qual Capistrano se insere, pensa que “o movimento intelectual só ganha plena inteligibilidade através de uma análise contextual”. Dessa forma a chave para o entendimento do diverso quadro de ideias com as quais aquela geração trava contato somente faz sentido quando as mesmas são encaradas como repertório a ser utilizado na disputa política da época (ALONSO. *Ângela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 38 – 39). Não descarto essa chave de leitura, porém não a tomo por absoluta. A intenção de criar uma história pátria legitimada dentro e fora das fronteiras nacionais pode ser vista como contexto no qual ideias em circulação no período encontram terreno fértil para se desenvolverem e alterarem a visão dos fatos por parte de determinados grupos sociais.

– morte irreparável...”<sup>31</sup>. No entanto, a qualidade de recém-defunto do historiador da geração que o antecedeu não foi atributo suficiente para que o jovem Capistrano poupasse críticas ao legado Varnhageriano<sup>32</sup>. Embora reconhecesse o valor do historiador morto, lamentava:

“É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elaborava a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente”<sup>33</sup>.

Capistrano conclui a segunda parte do necrológio afirmando que Varnhagen poderia encontrar documentos, provar-lhes a autenticidade, mas sem o “facho luminoso” das ciências sociais jamais conseguiria formular uma teoria que desse sentido ao todo, ligando os fatos a um todo maior. Afirma ainda que não tardará talvez um “arquiteto” que escreva a história da pátria “digna do século de Comte e Herbert Spencer. Inspirado pela teoria da evolução” seria possível compreender a unidade dos, então, três séculos de história do Brasil<sup>34</sup>.

### **1.1 - Antecedentes Juvenis:**

O jovem Capistrano, tão crente nas ciências de seu tempo, ao desembarcar na corte no ano de 1875 já trazia em sua vasta bagagem intelectual surpreendente gama de conhecimento de autores ingleses e franceses. No arquivo de Adriano Abreu, filho de

---

<sup>31</sup> ABREU, J. Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *Jornal do Comércio*, de 16 a 20 de novembro de 1878. In: \_\_\_\_\_. E. E. - 1ª. Série. pp. 81 – 92.

<sup>32</sup> Varnhagen, quando trabalhava na Torre do Tombo em suas investigações brasileiras, gozava de tanto prestígio junto ao Imperador Pedro II que chegou a propor ao soberano que se criasse um gênero Varnhageriano (VARNHAGEN, F.A. *Correspondência Ativa Copiada e Anotada por Clado Ribeiro Lessa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961).

<sup>33</sup> ABREU, J. Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *Jornal do Comércio*, de 16 a 20 de novembro de 1878. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio e estudos: crítica e história*, 1ª. série. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1975. pp. 90. (A partir desse ponto os 4 volumes desta obra serão referidos por E.E. - 1ª série, E.E.- 2ª. série e assim por diante).

<sup>34</sup> *Idem.* pp. 91.

Capistrano<sup>35</sup>, encontra-se transcrito o depoimento de Raimundo Bizario, colega de classe do pai nos tempos do Ateneu Cearense.

Segundo Bizario, aos quinze anos, Capistrano “conseguiu entesourar em sua prodigiosa memória as melhores jóias da literatura francesa”<sup>36</sup>. O colega de classe citava alguns autores os quais o muito jovem Capistrano lia, tais como Lamartine, Victor Hugo, George Sand, Musset, Staël e Chateaubriand, além de outros<sup>37</sup>.

Tal erudição, incomum no Império, e ainda mais rara num rapaz tão jovem, não se deu por ter sido Capistrano um aluno exemplar. Após o Ateneu Cearense, sua primeira escola, o rapaz foi enviado ao Seminário de Fortaleza. Porém, em 1866, seu pai foi aconselhado pelos dirigentes daquela instituição que retirasse o jovem por algum tempo “a fim de o emendar de sua preguiça e vadiação”<sup>38</sup>.

O contato com os principais autores cientificistas de sua época provavelmente, datam dos primeiros anos da década de setenta. Capistrano então voltava ao Ceará, vindo de Recife, onde malograra a pretensão familiar de que o moço cursasse Direito na capital pernambucana.

Almir Leal de Oliveira relata em meio seu texto “Universo Letrado de Fortaleza na década de 1870”<sup>39</sup>, o quanto a cidade desenvolveu naquela década por meio de seu porto: os anos setenta e oitenta intensificaram a troca com outras regiões do Brasil e com o exterior. Diversas mercadorias iam e vinham naquele porto. Grande volume de algodão, principal produto da época, era ali embarcado e no mesmo lugar chegavam fazendas inglesas e francesas, ferragens, vinho, cerveja, louças e cristais, perfumes, queijos e uma diversidade de mercadorias destinadas à elite local. Dentre tantos artigos, o pequeno grupo letrado também salvava o seu quinhão:

“a última edição da *Revue de Deux Mondes*, que aqui era lida desde os anos 1840 por Tomás Pompeo, futuro senador do Império, os jornais do Rio de Janeiro etc. Pelos malotes do correio

---

<sup>35</sup> O arquivo se encontra no Convento das Carmelitas de Santa Teresa no Rio de Janeiro e sua cópia digitalizada brevemente será disponibilizada no arquivo da Casa de Oswaldo Cruz.

<sup>36</sup> BIZARIO, Raimundo. In: Arquivo de Capistrano de Abreu, depositado na Biblioteca do Convento das Carmelitas de Sta. Teresa. Imagem num. 29, s/d.).

<sup>37</sup> *Idem.* Im. 27.

<sup>38</sup> *Idem.*

<sup>39</sup> OLIVEIRA, A. Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUZA, Simone & NEVES, F. de Castro, (orgs.). Fortaleza: história e cotidiano – intelectuais. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002.



marítimo que eram desembarcados na Alfândega da cidade chegavam os livros de Taine, Spencer, Darwin, Buckle e outros”<sup>40</sup>.

Capistrano, portanto, encontrou em Fortaleza um ambiente propício às discussões literárias e científicas. Em 1873, fez parte da criação de um grupo de leitura chamado “Academia Francesa”. O Grupo reunia-se na casa de Raimundo da Rocha Lima.

A citada “Academia Francesa”, fundada com Thomás Pompeu, era um grupo de cerca de dez intelectuais. Os literatos reuniam-se para discutir seus autores prediletos e promover conferências públicas denominadas “Escola Popular”<sup>41</sup>.

Rocha Lima morreu bastante jovem, em 1878, com apenas 23 anos. Naquele mesmo ano, ao escrever o prefácio do livro *Crítica e Literatura* do falecido, Capistrano relembra os tempos da “Academia Francesa” e da “Escola Popular” ao citar diversos autores como Henry Thomas Buckle, Auguste Comte, Herbert Spencer, Hippolyte Adolphe Taine, dentre outros.

“Era em casa de Rocha Lima que se reuniam os membros do que chamávamos “Academia Francesa”. Quanta ilusão! Quanta força! Quanta mocidade! França Leite advogava os direitos do comtismo puro e sustentava que o *Système de la Politique* era o complemento do *Cours de Philosophie*. Melo descrevia a anatomia do cérebro, com a exatidão do sábio e o estro do poeta. Pompeu Filho dissertava sobre a filosofia alemã e sobre a Índia, citava Laurente e combatia Taine. Varela – o garboso abnegado paladino, - enristava lanças a favor do racionalismo. Araripe Júnior encobria com a máscara de Falstaff a alma dolorida de René”<sup>42</sup>.

O jovem Capistrano, estimulado pela leitura de importantes autores da ciência de seu tempo, acreditava ser a sociedade brasileira regida por “leis fatais”, e eram tais leis que deveriam ser perseguidas para um melhor entendimento da história nacional.

Evidentemente não se pode avaliar a obra de um autor longo como Capistrano de Abreu tomando como base as influências de sua mocidade, todavia também não se pode desprezar o nascedouro do seu pensamento mesmo que ao longo do tempo surja a

---

<sup>40</sup> *Idem*. pp.17.

<sup>41</sup> *Idem*. pp.25.

<sup>42</sup> ABREU, J. Capistrano de, Raimundo Antônio da Rocha Lima. Prefácio à *Crítica e Literatura*, de Rocha Lima, escrito e publicado em setembro de 1878. In: E.E. – 1ª. série. pp. 77.

influência de novos autores e o ocaso de alguns que antes o apaixonaram. Há, entretanto, algumas permanências que valem ser observadas.

Arno Welhing percebe o quanto as influências do cientificismo vão desvanecendo na obra de Capistrano de Abreu no decurso de sua carreira como historiador, e, em sua tese apresentada ao concurso de professor titular de Metodologia da História no IFCS/UFRJ em 1992, defende a tese de que Capistrano teria partido do cientificismo quando jovem, o qual teria paulatinamente abandonado, até o ponto de “conversão” ao historicismo nos moldes de Leopold Von Ranke. Welhing vê na tese apresentada por Capistrano de Abreu, com a qual concorreu a lente do Colégio Pedro II, um marco que revelaria o definitivo abandono por parte de Capistrano das teses científicas de sua juventude.

“ A tese parece-nos o coroamento da conversão de Capistrano de Abreu ao documento. É certo que se constata, como fizeram José Veríssimo e Silvio Romero, uma influência Spenceriana, mas também é certo que, ao contrário dos trabalhos de 1874 e 1880, é a verdade que emana das fontes o que comanda a investigação e as conclusões; nem o autor procura mais, como em 1873 ou 1874, as leis da sociedade brasileira – preocupa-se com condicionamentos naturais sociais, muito mais elásticos do que aquelas”<sup>43</sup>.

Conquanto possa perceber a mudança de foco operada na perspectiva histórica de Capistrano de Abreu, procuro nesta pesquisa, ater-me pouco à dicotomia existente entre as diferentes correntes historiográficas que o afetaram. Meu interesse é eleger algumas permanências na trajetória intelectual do historiador na construção da “história Pátria” e a maneira como os conceitos utilizados pelo autor são apropriados em diferentes momentos no curso de sua obra.

Vejamos alguns autores mais citados por Capistrano de Abreu em sua historiografia. Com esse intuito procurei ler tais autores a partir das referências da obra do historiador e perceber a interlocução desses com sua produção historiográfica, tomando como referência a intencionalidade de Capistrano em produzir uma “história pátria”, ou seja, uma identidade histórica para o povo brasileiro.

---

<sup>43</sup> WELHING, Arno. De Varnhagen a Capistrano: historicismo e cientificismo na construção do conhecimento histórico. Tese apresentada ao concurso de professor titular de Metodologia da História, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992. pp. 387.

## 1.2 - Henry Tomas Buckle (1821 -1862):

“Dou-lhe uma grande notícia (para mim): estou resolvido a escrever a História do Brasil, não a que sonhei há muitos anos no Ceará, depois de te lido Buckle, e no entusiasmo daquela leitura que fez época em minha vida – uma história modesta, a grandes traços e largas malhas”<sup>44</sup>.

(Capistrano de Abreu, 17 de abril de 1890).

Tal importância teve o autor inglês para sua formação que, em 1890, aos 36 anos de idade afirmava em carta ao Barão do Rio Branco ter sido após a leitura entusiasmada de Buckle, ainda no Ceará, que resolvera escrever a história do Brasil.

O pensador inglês foi muito lido por autores brasileiros a partir dos anos setenta do século XIX. Euclides da Cunha, Silvio Romero, Araripe Júnior e o próprio Capistrano são alguns dos que frequentemente citaram o inglês em seus trabalhos.

A *História da Civilização na Inglaterra*, sua mais importante obra, chegou a ser traduzida para o português. Nela, o autor procurou, como muitos outros de seu tempo, alçar a história dos povos ao modelo das ciências naturais<sup>45</sup>.

Em sua análise acreditava que a história até então era encarada por duas perspectivas enganosas, que eram a perspectiva do livre arbítrio, ligada à metafísica e em segundo lugar a predestinação, ligada à teologia. Ambas corrompiam as fontes do conhecimento humano, pois mascaravam as leis fixas que aplicadas à sociedade davam melhor condição de compreendê-la, bem como de prever-lhe o futuro imediato.

O autor inglês afirmava que as ciências físicas se encontravam num estágio no qual era possível perceber as regularidades de seus eventos e prever resultados. No caso da história as mesmas regularidades não se observavam. Não porque fossem inexistentes, mas pela crença de que havia nos eventos humanos qualquer coisa de misterioso e providencial, o que tornava tais eventos impenetráveis à investigação e era um obstáculo para se descobrir o futuro<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> ABREU, J. Capistrano de. Correspondência de Capistrano de Abreu, CCA, vol. 1. pp.130 – carta ao Barão do Rio Branco - em 17 de abril de 1890.

<sup>45</sup> Na segunda metade do século XIX a história já se encontrava em grande parte pautada no modelo das ciências naturais (HARTOG, François. Passados Recompuestos – Campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998. pp. 194).

<sup>46</sup> BUCKLE, Henry Thomas. *Histoire de la Civilisation en Angleterre*. Bruxelles: Typ. A. Lacroix, Vol. I. 1865. pp.13.

Todas as vicissitudes da raça humana, seu progresso ou decadência, sua felicidade ou miséria, eram, portanto, fruto de uma dupla ação: uma ação de fenômenos exteriores sobre o espírito e outra ação do espírito sobre os fenômenos físicos. Dessa forma tanto o meio atuava sobre a sociedade, modificando-a, como esta reagia atuando sobre o meio físico. “Assim nós temos o homem que modifica a natureza e a natureza que modifica o homem; dessa modificação recíproca deverá necessariamente surgir todos os eventos”<sup>47</sup>. Era a partir dessa dialética de ação e reação que se formariam as sociedades.

Buckle, além disso, acreditava que tanto a natureza física - o meio - quanto a natureza humana - o espírito - obedeciam a leis fixas, as quais poderiam ser previamente estudadas de forma a antever exatamente o resultado da ação e reação entre natureza e sociedade. A estatística, a seu ver, seria a comprovação matemática da regularidade dos fenômenos do espírito. Segundo estudos estatísticos citados pelo autor, feitos por Lambert Quetelet<sup>48</sup>, o número de assassinatos, bem como o de suicídios, tenderiam a ser regulares sob as mesmas condições sociais. Além disso, os próprios instrumentos utilizados para a execução de tais crimes apresentariam certa regularidade estatística<sup>49</sup>.

“Nós chegamos forçosamente à conclusão que os delitos dos homens são bem menos o resultado de seus vícios criminosos individuais que da condição da sociedade na qual esses indivíduos são gerados. Esta é uma indução firmada sobre provas sérias e tangíveis que são acessíveis a todos; e tais provas não podem ser revertidas e tão pouco atacadas por algumas das hipóteses com as quais os metafísicos ou os teólogos vêm até aqui embaraçado os estudos dos eventos passados”<sup>50</sup>.

Não somente os crimes cometidos obedeceriam a certa regularidade estatística, mas outras ações humanas, como, por exemplo, o número de casamentos, os quais variavam inversamente ao preço do trigo; ou ainda o número anual de pessoas que simplesmente esquecia-se de preencher o endereço do destinatário em correspondências postadas em Paris e em Londres, afirmava o autor, obedeceriam à mesma constância.

---

<sup>47</sup> *Idem*. pp. 27-28.

<sup>48</sup> Lambert Adolphe Jacques Quetelet (1796 – 1874) – Matemático, astrônomo, naturalista e estatístico belga. Um dos precursores dos estudos estatísticos e demográficos.

<sup>49</sup> BUCKLE, Henry Thomas. *Op. Cit.* 1865. pp. 36 – 38.

<sup>50</sup> *Idem*. pp. 42.

Baseado em dados estatísticos, Buckle acreditava não somente que o desenvolvimento era um resultado das forças de ação do meio físico sobre a sociedade e a reação desta sobre o meio físico, como ainda que ambos - natureza e espírito humano - eram sujeitos a leis físicas, as quais devidamente identificadas permitiriam inclusive prever o resultado de tal equação.

“Assim, rejeitando o dogma metafísico do livre arbítrio e o dogma teológico da predestinação, somos forçosamente levados a concluir que as ações dos homens são determinadas unicamente por seus antecedentes, devendo haver nestas um caráter de uniformidade, ou seja, submetidos a circunstâncias precisamente idênticas, o resultado se dará sempre da mesma maneira”<sup>51</sup>.

Capistrano de Abreu, bem como outros autores brasileiros que se empolgavam com a visão cientificista defendida por Henry Thomas Buckle, deparavam-se, contudo, com um grande obstáculo na aceitação do pensamento do autor inglês: o seu flagrante etnocentrismo. Buckle acreditava ser necessário para que o progresso se desse em um grupamento humano era necessário que houvesse energia e regularidade do trabalho, bem como do rendimento que esse trabalho obtivesse da liberalidade da natureza. No entanto, para ele, era tão somente na Europa que a civilização encontraria as condições ideais para o progresso.

Com apenas vinte e um anos, Capistrano proferiu em Fortaleza algumas conferências na já mencionada “Escola Popular”, cujo tema era “A Literatura Brasileira Contemporânea”. Dentre seus autores preferidos, Buckle se destacava em várias citações. Embora o tema da conferência não fosse propriamente a história do Brasil, pode-se perceber que era este o verdadeiro foco da discussão<sup>52</sup>.

Capistrano iniciou sua fala na conferência afirmando dois princípios caros para Buckle, os quais o jovem cearense parecia aceitar com empolgação.

“A literatura é a expressão da sociedade, e a sociedade a resultante de ações e reações: de ações da Natureza sobre o Homem, de reações do Homem sobre a Natureza. Está, pois, traçado o

---

<sup>51</sup> *Idem.* pp.27

<sup>52</sup> Ao tratar da apropriação do pensamento de Taine por Capistrano, procurarei mostrar como a literatura era percebida como fonte de estudos históricos.

caminho: em primeiro lugar, tratarei das influências físicas no Brasil; em segundo lugar, da sociedade que medrou sob essas influências e da literatura que exprime essa sociedade”<sup>53</sup>.

Ao tratar da interação entre homem e natureza no Brasil, o jovem Capistrano segue com bastante clareza o modelo da empolgada leitura que fazia do autor inglês. Alguns pontos tratados na palestra são claramente os mais caros a Buckle para compreender como se dá o progresso nas diversas regiões do planeta, tais como clima, nutrição, solo e aspecto geral da natureza.

“Se nós pesquisarmos quais são os agentes físicos que exercem influência mais marcante sobre a raça humana, chegaremos à conclusão que estes podem ser divididos em quatro classes: o clima, a nutrição, o solo e o aspecto geral da natureza”<sup>54</sup>.

Nas duas primeiras partes da palestra do jovem Capistrano é basicamente uma profissão de fé dos ensinamentos do autor inglês. No entusiasmo de sua juventude, procura aplicar os princípios de *História da Civilização na Inglaterra* ao plano nacional. Nas últimas seções, porém, se esforça por buscar saídas para o triste destino da nação traçado por Buckle, conforme mostrarei mais adiante.

Alguns trechos são bastante pautados na obra do inglês:

“São dois os principais efeitos da comida: a conservação do calor e a reconstrução dos tecidos. Desde que é exigida menor quantidade de oxigênio, na mesma proporção diminui o carbono, que combinado com o oxigênio, produz o calor orgânico. Ora a diminuição do carbono importa na diminuição das comidas respiratórias. De outro lado, havendo menos exercício, porque a vida é mais fácil que nos climas frios, há menos gastos nos tecidos, menos necessidade de reconstrução, menos necessidade de comida plástica, por conseguinte”<sup>55</sup>.

Na obra de Buckle, a explicação é basicamente a mesma:

---

<sup>53</sup> ABREU, J. Capistrano de. Conferência conferida em Fortaleza na *Escola Popular*. EeE. - 1ª. série. pp.37.

<sup>54</sup> BUCKLE. *Op cit.* 1865. pp. 49.

<sup>55</sup> ABREU, J. Capistrano de. Conferência proferida em Fortaleza na *Escola Popular*. Ee E. 1ª. Série. pp.38.

“A nutrição consumida pelo homem produz dois efeitos, e somente dois, necessários à sua existência. O primeiro é de fornecer o calor animal, sem o qual as funções vitais parariam; o segundo é de reparar a perda que constantemente se dão nos tecidos”<sup>56</sup>.

A fertilidade do solo advindas do calor e da umidade, tomadas por Buckle como indispensáveis para o desenvolvimento das civilizações do mundo antigo, como no caso do Egito e da Índia são destacadas também por Capistrano:

“O calor e a umidade, condições indispensáveis à fertilidade do terreno, reúnem-se em nossa pátria – quente por sua posição geográfica – úmida pelas suas circunstâncias meteorológicas, pela extensão do litoral, pelo desenvolvimento do sistema hidrográfico”<sup>57</sup>.

Tal fertilidade, entretanto, segundo o pensador inglês, embora tenha sido fundamental na formação do Egito e da Índia, produz uma natureza exuberante o que se traduz em fartura de alimentos sem a necessidade de uma regularidade do trabalho humano para adquiri-lo. A consequência é um aumento extraordinário da população e, por conseguinte, uma desvalorização da remuneração do trabalho e a criação de uma classe abastada que detêm o poder econômico e político enquanto a massa do povo vive em estado de miséria. Tal efeito estancaria o progresso inicial, pois em estado de pobreza extrema e muitas vezes em regime de escravidão, o espírito humano não se desenvolveria com literatura, música, pintura e demais artes.

No caso das Américas, Buckle acreditava que o mesmo efeito de um solo fértil que produz alimento abundante e uma população aumentada por tais condições teria se dado no México e no Perú. Enquanto no Egito a tâmara teria sido o alimento rico em açúcar responsável pelo desenvolvimento, na Índia teria sido o arroz, rico em fécula e facilmente cultivado. Nas Américas, seria o milho o responsável pelo desenvolvimento tanto dos Astecas no México como dos Incas no Perú.

O Brasil, também citado por Buckle em sua obra, teria uma posição menos feliz. Já que reunia as condições de fertilidade de solo, por que as populações nativas não teriam desenvolvido uma grande civilização como no México e Peru, perguntava ele. O Inglês

---

<sup>56</sup> BUCKLE. *Op cit.* 1865. pp. 67.

<sup>57</sup> ABREU, J. Capistrano de. E. E. -1ª. Série. *op. cit.* 1975. pp.39.

argumenta que os ventos alísios carregados de umidade do oceano, encontravam no continente uma grande barreira, que seria a Cordilheira dos Andes. Dessa forma, toda aquela umidade se precipitaria sobre o Brasil, tornando o terreno de uma fertilidade inacreditável, favorecendo o crescimento de uma floresta intransponível, povoada de insetos e animais selvagens. Essa natureza magnífica, entretanto, tornava o homem um ser diminuto, incapaz de dominá-la. Nas palavras de Buckle:

“Tais são as efusões de abundâncias vitais que distinguem o Brasil de todos os países do mundo. Mas em meio à pompa desse esplendor da natureza, não há lugar para o homem. Ele se encontra reduzido à insignificância pela majestade que o envolve. As forças que a ele se opõe são formidáveis. Não há como equiparar-se, não há como resistir à sua imensa pressão. O Brasil inteiro, apesar de todas as vantagens que parece possuir, tem sempre ficado com o menor grau de civilização”<sup>58</sup>.

Capistrano, com apenas vinte e um anos, tendia a acatar o prognóstico do inglês, como mostra o trecho seguinte.

“Esta situação, que faz do Brasil um dos mais belos países do mundo, faz de seus habitantes um dos povos mais fracos. De fato, desde que a fertilidade é tão espantosa, entregamo-nos ao trabalho o menos possível, já que não podemos prescindir dele. E não só o trabalho é quase dispensável, como por vezes é impossível em nosso estado de desenvolvimento. A civilização é a vitória do Homem contra a Natureza, segundo a expressão de Buckle; e como podemos nós lutar contra inimigo tão poderoso, sem ciência, sem indústria?”<sup>59</sup>.

Se o pensador inglês não media esforços para comprovar suas teses acerca do determinismo climático, outro tipo de determinismo, o racial, não encontrava nele o mesmo crédito. Sua tese era que clima, nutrição, solo e aspectos gerais da natureza eram os verdadeiros fatores que tornavam diferentes as nações, e era isso que pretendia provar. Em sua obra Buckle afirmava: “Mas enquanto essas distinções originais de raça são

---

<sup>58</sup> BUCKLE. *Op cit.* 1865. pp. 122 - 123.

<sup>59</sup> ABREU, J. Capistrano de. E.E, 1ª. Série. pp.39.



inteiramente hipotéticas, as divergências causadas pela diferença de clima, nutrição e solo são susceptíveis de uma explicação satisfatória”<sup>60</sup>.

Capistrano afirmava nas, já citadas, palestras ministradas na Escola Popular em 1874:

“Martius diz que, constando de três raças diversas, a nacionalidade brasileira deve ser estudada segundo a lei do paralelogramo das forças. Nada mais exato; porém, atualmente, nada mais inexequível; ainda não podemos determinar a intensidade dos agentes que cooperam, e ao historiador do futuro compete fixar a resultante”<sup>61</sup>.

Naquele momento, embora o autor pareça admitir diferenças fundamentais entre raças humanas, sai pela tangente da discussão, ao alegar a inexequibilidade de determinar a intensidade dos agentes cooperantes e lega o trabalho a futuros historiadores. Inicia o parágrafo subsequente, afirmando que estudaria apenas o elemento português, que seria aquele predominante. O índio, portanto, apareceria no restante das palestras apenas como figura do indianismo da literatura romântica, enquanto o negro sequer é citado.

O indianismo da literatura romântica é assim visto como um indício de sentimento de superioridade do brasileiro frente ao colonizador português. Dessa forma é alçado a um grau de importância inesperado na interpretação do jovem Capistrano. Tal expressão literária seria o primeiro sintoma de um movimento que enfim culminaria com a independência.

“A literatura mineira apresenta-nos uma feição de grande importância histórica: refiro-me ao indianismo. O indianismo é um dos primeiros pródromos visíveis do movimento que enfim culminou na independência: o sentimento de superioridade a Portugal”<sup>62</sup>

Posteriormente a figura do índio deixa de ter um caráter genérico e literário na obra de Capistrano e passa a ser visto como importante elemento na formação do caráter nacional, conforme mostrarei mais à frente.

---

<sup>60</sup> BUCKLE. *Op cit.* 1865. pp. 50.

<sup>61</sup> ABREU, J. Capistrano de. E. E. - 1ª. Série. pp.. 45.

<sup>62</sup> *Idem.* pp. 60.

Outro ponto que pesava contra o Brasil na obra de Buckle é o de que o português, não pela raça e sim pela origem geográfica, não gozava do status de povo civilizado tal qual o inglês ou o francês. Países europeus mais ao Norte, tais como Suécia e Holanda, e mais ao Sul, tais como Portugal e Espanha, tinham seus trabalhos interrompidos durante determinada época do ano. Os dois primeiros devido ao rigor do frio e à falta de luminosidade e os dois últimos devido ao excesso de calor e à seca. Essa inconstância no trabalho produziria também certa inconstância no caráter de seu povo, pois que o progresso depende, a seu ver, de energia e regularidade no trabalho e o rendimento que este trabalho tem frente à regularidade da natureza<sup>63</sup>.

O jovem Capistrano acatou uma visão pessimista quanto ao português, mas procurou, a partir daí, ensaiar algum tipo de saída para a inevitável condição de inferioridade do brasileiro frente ao europeu na obra de Buckle. Começa por afirmar que o caráter instável do português concorreu muito para o relativo atraso brasileiro. O governo português quase não prestou atenção à nova colônia, ocupado que estava com suas conquistas na Ásia. Sendo assim, destinou para o Brasil, nos primeiros tempos da emigração, “judeus, especuladores e sentenciados”; homens “guiados pelo interesse, ou atraídos pela esperança de impunidade”<sup>64</sup>. Esse tipo de colonização teria gerado no brasileiro um sentimento de inferioridade frente a Portugal. Sentimento que segundo Capistrano, teria perpassado a nossa história até o ponto em que começou a ser superado, e tal superação culminou com a independência.

A superação do sentimento de inferioridade e o desdém pelo opressor teriam inspirado a população em seus contos populares, ainda que “pequenos, vagos e dramáticos”, mas que eclodiram com os movimentos de independência. Para o jovem cearense, o mesmo sentimento que o brasileiro tinha frente ao português, em seus dias, o tinha frente aos demais países da Europa, porém da mesma forma que o sentimento primitivo do colonizado para com o colonizador foi superado, também o seria num segundo momento frente ao europeu em geral<sup>65</sup>.

Além disso, Capistrano procurou ver na agricultura desenvolvida no Brasil desde os tempos coloniais e o comércio decorrente dela um ponto no qual o desenvolvimento teria

---

<sup>63</sup> BUCKLE. *Op cit.* 1865. pp. 53.

<sup>64</sup> ABREU, J. Capistrano de. E. E. - 1ª. Série. pp.. 46.

<sup>65</sup> *Idem.* pp. 49.

iniciado seu processo. Aquele foco de progresso poderia ser uma forma de modificar a natureza e ser por ela modificado, conforme apregoava o próprio Buckle.

Capistrano recorre também a Augusto Comte e a sua lei do *consensus*. Tal lei teria origem na biologia e foi também amplamente utilizada por Herbert Spencer em sua análise social. Basicamente o que postulava é que ao se modificar uma parte, todo o organismo seria modificado.

A agricultura seria, conforme dizia o jovem Capistrano, a “indústria que mais prosperara em terras” desde os tempos coloniais, trazendo consigo o comércio e dessa forma modificando o todo.

Mesmo timidamente, Capistrano procura resistir à visão de impossibilidade do gérmen da civilização sobreviver frente à natureza exuberante e esmagadora dos trópicos. A sua análise, naquele momento, tinha por objeto a literatura brasileira, a qual tomava como expressão da sociedade a fim de compreendê-la<sup>66</sup>.

Talvez pelo fato de, nessa época, tratar a história a partir da expressão literária, Capistrano não questionasse em sua análise a visão obviamente equivocada e generalizante de Buckle acerca da natureza brasileira. A descrição que o inglês fazia das florestas, montanhas e regime de chuvas no Brasil muito pouco tinha a ver com a realidade da infância do rapaz na fazenda de Columinjuba, propriedade de sua família em Maranguape - CE.

O filho de Capistrano, Adriano Abreu, relatou sua própria experiência em viagem ao interior do Ceará em tempo de seca:

“No interior, porém, onde não sopra mais a brisa marítima saturada de umidade, não cai gota durante o verão. Acresce a temperatura que é relativamente elevada (...) entre pedras e areia pode subir a 60°. Em Congatí, no leito absolutamente seco do Choró, a oito metros de profundidade

---

<sup>66</sup> Conforme obsevou Josiane Oliveira em sua tese de doutorado:

“Falava Capistrano da necessidade de ver na literatura um instrumento para melhor conhecer a sociedade e vice-versa. Para ele não era possível falar da literatura sem falar da sociedade que a gerou. (OLIVEIRA, J. Roza de. Um historiador em formação: os primeiros anos da vida intelectual de Capistrano de Abreu (1875 - 1881). Tese apresentada ao Programa de Pós -graduação em História das Ciências da COC – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz como requisito parcial para obtenção do título de doutor. Rio de Janeiro. 2011. pp. 43).

eu próprio apurei, às 11 horas do dia 4 de setembro de 1875, a temperatura de 62,05°. Centígrados na areia abrasada de sol”<sup>67</sup>

Relatos similares não eram estranhos para Capistrano, inclusive o de Dedé, Josefa Maria Borges, que “apareceu” em Columinjuba em 1824, fugindo da seca, e por lá ficou. Foi madrinha de batismo de Capistrano, a quem tratava como filho e para quem o jovem escreveu do Rio de Janeiro em 1879: “a minha mãe Dedé. Nunca ninguém me quis tanto bem”<sup>68</sup>.

No ano de 1876, com então vinte e três anos, Capistrano volta a discutir a questão da colonização numa crítica, escrita para o jornal *O Globo*, dirigida a Silvio Romero<sup>69</sup>. O título do artigo era “O Caráter Nacional e as Origens do Povo Brasileiro”.

A questão central seria: em que se diferenciava o brasileiro do português que o colonizou. Enquanto o sergipano Silvio Romero advogava que o negro teria deixado sua marca de maneira muito mais visível no caráter nacional e que o índio desaparecera quase sem deixar sinais de sua estada, Capistrano de Abreu defendia que o índio teria deixado sua marca, a qual, apesar de esquecida, era a mais poderosa e ativa.

Na crítica a Silvio Romero, Capistrano ainda volta aos escritos de Buckle, se bem que de forma mais contida do que na empolgação de seus primeiros contatos com aquele autor. Arno Welhing percebe no debate entre os dois autores que o segundo não se vale apenas de autores cientificistas, mas da documentação histórica.

“O debate, de si importante, torna-se ainda mais significativo quando sabemos que Capistrano de Abreu partiu, para chegar àquela conclusão, de dois caminhos distintos: a lei de Spencer sobre as estruturas complexas das sociedades numerosas e a documentação histórica”<sup>70</sup>.

---

<sup>67</sup> ABREU, Adriano. Arquivo de Capistrano de Abreu - Convento das Carmelitas de Sta Teresa, im. 41 -42 s/d.

<sup>68</sup> *Idem*. Im. 92

<sup>69</sup> Silvio Romero atuou como jornalista, crítico literário, elegeu-se deputado pela Assembléia provincial de Recife em 1874, renunciando pouco depois. No ano seguinte transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde tentou lançar-se como poeta, fez trabalhos jornalísticos e em 1880 foi aprovado no concurso para professor de filosofia no Colégio Pedro II com a tese “Interpretação filosófica dos fatos históricos”. Além disso, foi professor na Faculdade de Direito, membro fundador da Academia Brasileira de Letras e Deputado no Governo Campos Sales.

<sup>70</sup> WELHING, Arno. De Varnhagen a Capistrano: historicismo e cientificismo na construção do conhecimento histórico. *Op. Cit.* 1992. pp. 366.

Enquanto nas conferências da Escola Popular em Fortaleza, Capistrano tomava como fonte de sua análise a literatura brasileira e outras expressões artísticas populares como o samba<sup>71</sup>, no debate com Romero procura argumentos na própria documentação histórica, o que denota uma maior liberdade metodológica em relação à perspectiva histórica de Taine, conforme mostrarei adiante; e também, talvez, certo abrandamento das paixões da juventude que o levaram a rever de forma mais crítica o pensamento de Buckle.

Silvio Romero era bastante crítico em relação a Buckle e discordava de praticamente tudo que o inglês tomava como verdades fatais. Primeiramente, os estudos estatísticos nos quais Buckle afirmava se repetirem anualmente o número de assassinatos, suicídios, casamentos, etc. eram combatidos com a afirmação de que “a história é evolucionar”, assim sendo, pensar a ocorrência de tais repetições seria uma “disparada incoerência”<sup>72</sup>.

Além disso, mais incoerente seria a divisão da humanidade entre europeus e não europeus, sendo os primeiros os que dominaram as forças naturais, destinados assim a “tornar-se a civilização universal”, enquanto em outras partes do mundo vigorava o “pretendido axioma, natureza é mais poderosa que o homem”<sup>73</sup>.

O que mais parecia irritar Silvio Romero com relação à teoria do inglês, contudo, era a análise que aquele fazia da geografia do Brasil: a regularidade das chuvas trazidas pela umidade do oceano que, segundo Buckle, condensariam de forma torrencial sobre o solo já hidratado por rios intransponíveis, tornando a natureza um ente invencível. Tal formulação não fazia qualquer sentido para o sergipano, muito menos a fertilidade espantosa do solo decorrente da abundante hidratação associada ao calor perene.

Romero afirmava serem os exageros românticos que descreviam as florestas e os rios brasileiros com tais dimensões. Nossas montanhas, ditas intransponíveis, nem de longe

---

<sup>71</sup> “A literatura é a expressão da sociedade, e a sociedade a resultante de ações e reações: de ações da Natureza sobre o Homem, de reações do Homem sobre a Natureza. Está, pois, traçado o caminho: em primeiro lugar, tratarei das influências físicas no Brasil; em segundo lugar da sociedade que medrou sob essas influências e da literatura que exprime essa sociedade” (ABREU, J. Capistrano de. E.E. - 1ª. Série. pp. 37).

“A sua combinação [da música] com a dança tendeu a desenvolvê-la e a tornar o samba uma das mais fieis expressões do povo brasileiro. Com efeito, o samba pertence-nos como os jogos olímpicos à Helade e os gladiadores a Roma” (Id:pp. 41 -42).

<sup>72</sup> ROMERO, Silvio. História da literatura brasileira. Brasília: Ed. Imago, 2001. pp. 79.

<sup>73</sup> *Idem.* pp. 81.

podiam se comparar às do Velho Mundo. Além do mais, dos animais, os mais temíveis eram a onça e a anta, os quais não faziam paralelo a seus rivais no Antigo Continente<sup>74</sup>.

Para o sergipano:

“É mister acabar de uma vez com esses inventos, favoráveis ou desfavoráveis, com que há sido costume iludir-nos. Temos sido sempre vítimas de exageração: os nossos rios, montanhas, matas, feras... são sempre os mais gigantescos do mundo, o que é uma vantagem dizem os patriotas, o que é um empecilho, diz Buckle, o que é um erro digo eu”<sup>75</sup>.

O cerne da polêmica que, entretanto, figurava no artigo, era que Romero, ao admitir que os povos se modificam pela natureza que os cerca, julgava que esse processo de adaptação demoraria muitos séculos. Os quase quatro séculos de colonização não seriam tempo suficiente para alterar intrinsecamente o português, o negro e o índio.

Romero, então, passa a descrever em seu estudo cada um dos elementos que entraram na formação do brasileiro, dos quais o português seria o grande agente civilizador.

“Nossos progenitores estavam em um período brilhante de sua história. Na ordem política era uma época de fulgor: nas letras o brilho também refulgia. Os conquistadores, direi melhor, os colonizadores trouxeram à terra americana suas tradições de grandeza, seus costumes polidos. Na altura em que se achavam não seriam três séculos que os fariam mudar de rumo”<sup>76</sup>.

Mesmo ao admitir que os primeiros europeus a se estabelecerem em solo brasileiro eram degradados ou “descidos na escala social e moral”, Romero defendia serem eles já bastante civilizados para esquecerem em tão pouco tempo os velhos princípios de uma educação adiantada.

Os índios, no entender de Romero, teriam sido uma presença quase nula na formação nacional. A seu ver, era uma população pouco numerosa, por serem homens geológicos, não tinham uma religião que reconhecesse um ser supremo ou qualquer espécie de poesia; tratava-se de uma raça no estágio evolutivo do homem pré-histórico e muito

---

<sup>74</sup> *Idem.* pp. 86 -88.

<sup>75</sup> *Idem.*

<sup>76</sup> ROMERO, Silvío. Apud. ABREU, J. Capistrano de. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro. O Globo: 21-1-1976. In: ABREU, J. Capistrano de. E.E. - 4ª. Série. pp. 6.

impotentes para o trabalho. Tais índios teriam desaparecido sem deixar vestígios de sua presença na cultura do brasileiro:

“Emigrações da língua tupi não nos vieram perturbar. Nem certamente os nomes próprios de família mostram muitas palavras daquela origem. [...] Os bandos de africanos de origem diversa, que concorreram para avultar estas nações tiveram para isso mais vigor do que os índios”<sup>77</sup>.

Apesar de julgar os africanos como mais vigorosos que os índios, e por isso, terem deixado sua marca mais visível no caráter do brasileiro, os negros também não gozavam de grande prestígio junto a Romero. Para ele, a utilidade do africano foi ter servido de força de trabalho, porém eram “rebeldes aos progressos intelectuais” e “tem alterado sem vantagem nossa fisionomia pretérita”<sup>78</sup>. Romero afirmava que o que se notasse de diverso entre o brasileiro e o ascendente português devia-se “atribuí-lo em sua máxima parte ao preto”<sup>79</sup>.

O resultado da equação não favorecia, contudo, o pretenso caráter do brasileiro:

“Do consórcio, pois da velha população latina, beatamente atrasada, beatamente infecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos, surgiu, na máxima parte este povo, que se diz, que se supõe grande porque possui entre outras maravilhas o mais belo país do mundo!”<sup>80</sup>.

A chave da interpretação do caráter do brasileiro para Silvio Romero é evidentemente racial. Para ele, qualquer mudança inerente às raças humanas seria um processo longuíssimo, que quatro séculos de história não haveria de resolver. Como as três raças que formavam o brasileiro eram, aos seus olhos, pouco qualificadas; mesmo o português mais civilizado vivia num estágio com ainda muitos resquícios fetichistas e confusão metafísica. Por consequência somente num futuro muito distante de seus dias, o país alcançaria o estágio de civilidade adequado.

Romero chegou a afirmar em seu mais conhecido livro *História da Literatura Brasileira*, datado de 1888, do qual retirei algumas de suas críticas a Buckle aqui expostas,

---

<sup>77</sup> *Idem.* pp. 10.

<sup>78</sup> *Idem.* pp.13.

<sup>79</sup> *Idem.* pp.11.

<sup>80</sup> *Idem.* pp.13.

que o tipo brasileiro em seus dias era basicamente o mulato, cruzamento do branco português com o negro africano, mas que não continuaríamos para sempre como uma nação de mulatos, pois a forma branca, mais evoluída, tenderia a prevalecer<sup>81</sup>.

Capistrano, embora mais crítico quanto às teorias de Buckle, fazia referência ao inglês logo na epígrafe de seu artigo, ao transcrever uma nota de rodapé da obra desse autor.

A questão tratada na epígrafe citada é justamente sobre a descrença do pensador inglês do valor intrínseco às raças. No trecho há uma crítica a historiadores que pretendem com “alguns traços de sua pena resolver uma questão de grande dificuldade concernente a um dos mais intrincados problemas da fisiologia”<sup>82</sup>.

Na discussão sobre a maior ou menor influência do negro ou do índio na formação do caráter nacional, Capistrano procurou marcar seu início por desconsiderar, ou pelo menos, por desqualificar o historiador como capaz de julgar como verdadeiras as diferenças inerentes às raças.

Faz-se importante assinalar esse ponto, pois, a partir dessa discussão com Romero, percebo nos estudos de Capistrano de Abreu uma crescente preocupação com o elemento indígena na história do Brasil, e sua desconsideração no tocante às categorias raciais leva seus escritos futuramente a outra perspectiva. Esta muito mais ligada à troca cultural do que a uma valoração calcada em doutrinas racialistas.

Um segundo ponto importante no qual Capistrano faz referência a Buckle, e que tanto quanto a perspectiva não racialista marcará a sua obra é seu modo de tratar uma das máximas de Buckle: a percepção de que o meio físico age sobre a sociedade e a sociedade reage sobre ele. Porém, Capistrano desloca sua visão de forma a perceber, no caso brasileiro, a reação da sociedade sobre o meio a influência “mais poderosa e ativa”. Já no embate travado com Romero em 1876, Capistrano argumentava:

“Sem dúvida a natureza, com suas forças e seus aspectos de raça, que admitimo-la como produto daquela, quer a consideremos como fator originário e irreduzível, são dois motores que pesam fortemente na feitura de um caráter nacional e, por conseguinte na estrutura da sociedade. Entretanto não são os únicos. Se eles agem sobre a sociedade, a sociedade reage sobre eles; o meio

---

<sup>81</sup> ROMERO, Silvio. *Op. Cit.*, 2001. pp. 119.

<sup>82</sup> BUCKLE. H. Thomas. *Apud*. ABREU, J. Capistrano de. E.E. -. 4ª. pp. 4.



social de efeito passa a ser causa; de resultante passa a componente. No Brasil é este justamente o caso, e a influência esquecida é a mais poderosa e ativa”<sup>83</sup>.

No entender do cearense, as antigas instituições portuguesas ao serem transferidas para a corte perdiam sua razão de ser. No novo meio, a influência ativa da natureza local por meio de seu clima, da alimentação, do solo, do aspecto geral da natureza exigia uma estrutura social diferenciada daquela importada de além-mar. Esse tipo de ação, para Capistrano, produziria efeito sobre o colonizador tanto biológica quanto sociologicamente. A “ignorância dos antigos colonizadores, sua indolência genial” tendiam a expandirem-se devido à segregação a que os condenou a política da metrópole<sup>84</sup>.

Capistrano evitava falar como as forças mesológicas agiam sobre os organismos alienígenas que se instalaram na colônia, apenas afirmava: “Conhecemos as forças cooperantes, mas ignoramos a sua composição, e a consideração abstrata das energias elementares dá apenas uma pálida ideia da sinergia concreta.”<sup>85</sup>. Se a ação ativa da natureza sobre o organismo humano era algo sobre o qual se poderia apenas supor, cabia ao historiador preocupar-se com a influência passiva que a natureza exercia sobre a sociedade, ou seja, perceber as mudanças sociais necessárias para adaptar-se àquele novo ambiente.

“A influência passiva da natureza pode resumir-se nesta proposição: em consequência das condições especiais em que se achou a civilização portuguesa por seu transplante para o Brasil, como distribuição de riqueza; divisão de trabalho; diminuição e dispersão de população; deslocamento de centros governativos, mentais, econômicos; nascimento de novas necessidades, ablação de velhos usos, as funções sociais não podiam se desenvolver normalmente; em vez de tenderem a crescer, o seu trabalho tendia a minguar, e como a míngua de trabalho traz o acanhamento das funções e o acanhamento das funções traz o depauperamento do organismo, a sociedade brasileira atrofiou-se”<sup>86</sup>.

O foco de Capistrano se desloca-se da ação das forças naturais sobre os organismos e passa à concretude dos fatos, ou seja, as novas necessidades e as inadequações de

---

<sup>83</sup> ABREU, J. Capistrano de. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro. O Globo: 21-1-1976. In: \_\_\_\_\_, E.E. 4ª. Série. pp. 5.

<sup>84</sup> *Idem.* pp. 17.

<sup>85</sup> *Idem.* pp. 18.

<sup>86</sup> *Idem.*

costumes transplantados da metrópole para a colônia. Utilizando a conhecida lei do uso e desuso postulada por Lamarck com relação à biologia e ampliada por Herbert Spencer para a análise social, concluiu que os costumes, as funções sociais, o regime de trabalho e as instituições, ao serem transplantados pelos portugueses para o novo mundo, caíam em desuso devido à sua inadequação ao novo ambiente e, com isso, tendiam a atrofiar-se.

O elemento indígena era visto por Capistrano como o agente que, incorporado à sociedade nascente, teria concorrido para remir o tempo de adaptação ao novo meio. Sendo o índio “produto da natureza americana” e assim plenamente adaptado era natural ser ele o elemento que funcionaria como liga entre os alienígenas e o novo meio.

“Acrescenta-se que os indígenas americanos são o produto da natureza americana, e sua incorporação à nossa sociedade teve lugar em largas proporções apenas inferiores às do Paraguai. É evidente quanto isto deve ter concorrido para o suplemento do tempo”<sup>87</sup>.

Da discussão com Silvio Romero, alguns pontos podem ser destacados como permanências na obra de Capistrano de Abreu. O primeiro deles é a perspectiva do meio, em que a ênfase se desloca das forças naturais, agindo de alguma forma sobre o caráter nacional, para a perspectiva da ação e reação entre meio e sociedade<sup>88</sup>. Outro aspecto é uma visão não racalista da história, as trocas entre diferentes grupos sociais se dão a partir da perspectiva da cultura e não de características inerentes à raça. Também é importante ressaltar a valorização do índio como amálgama da sociedade brasileira, o nativo, como elemento plenamente adaptado àquela paisagem, é visto como importante agente na formação do brasileiro<sup>89</sup>.

Em *Capítulos de História Colonial*, publicado em 1907, quando Capistrano tinha 54 anos de idade, todos os elementos enumerados no parágrafo anterior estão presentes e de forma amadurecida. Vale a pena destacar que nesse trabalho, o título do primeiro capítulo é “Antecedentes indígenas”. Nele, Capistrano passa seis páginas descrevendo detalhadamente a geografia física do país, como a latitude, as fronteiras, o sistema fluvial, o

---

<sup>87</sup> *Idem*. pp. 18.

<sup>88</sup> Retomarei esse aspecto ao analisar a perspectiva de Comte mais adiante.

<sup>89</sup> Bastante diferente de Silvio Romero, para quem o negro seria o elemento diferenciador entre o brasileiro e o português, mas numa perspectiva em que a civilidade seria fruto da superação do componente negro em nossa sociedade pelo branco.

sistema de chuvas diferenciado em cada região, as secas, a vegetação, a fauna. Ainda que essa apresentação do meio seja panorâmica, nem de longe se compara àquela dos escritos de Buckle, que em sua juventude acatou de forma pouco crítica.

No cenário descrito em *Capítulos de História Colonial* surge então a figura do índio na seguinte citação do autor:

“Entre estes animais nem um pareceu próprio ao indígena para colaborar na evolução social, dando leite, fornecendo vestimenta ou auxiliando o transporte; apenas domesticou um ou outro, os mimbabas da língua geral – em maioria aves, principalmente papagaio, só para recreio”<sup>90</sup>.

O objeto de análise de Capistrano, contudo, já não era a literatura, mas a farta documentação histórica com a qual passou a ter contato desde 1879, após ter sido aprovado em concurso para trabalhar na Biblioteca Nacional.

Percebe-se, porém, que algumas teorias científicas de sua juventude passam a ser hipóteses com as quais o historiador trabalha e as quais funcionam como *a priori* na pesquisa histórica<sup>91</sup>.

Ainda em *Capítulos de História Colonial* o gado introduzido na Bahia no governo de Tomé de Sousa era apresentado como de grande valia para a conquista das terras distantes do litoral. Elemento exógeno, o gado *vacum* fornecia alimentação, vestimenta e auxílio no transporte. Em suma, tudo o que na citação anterior faltou ao indígena. Este seria um exemplo claro da sociedade a modificar o meio enquanto se adapta ao mesmo. Além disso, Capistrano afirmava, baseado em documentos de 1711 escritos por André João Antonil, pseudônimo e anagrama de João Antonio Andreoni, visitador da Companhia e seu provincial<sup>92</sup>:

---

<sup>90</sup> ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. In: \_\_\_\_\_. *Capítulos de História Colonial: 1500 - 1800 & os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. pp. 47.

<sup>91</sup> Arno Welhing também defende que o instrumental do passado, passa a ser usado por Capistrano como hipóteses que poderiam ser comprovadas ou descartadas ao longo da pesquisa documental (WELHING, Arno. *Op. Cit.*, 1992. pp. 388).

<sup>92</sup> Em 1886, Capistrano desvendou um dos mistérios da história de seu tempo: a identificação do Jesuíta João Antônio Andreoni como criptograma de André João Antonil, autor de “*Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (VIANA, Hélio. *Ensaio biobibliográfico*. In: ABREU, J Capistrano de. *Temas Brasileiros – O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.pp.XXV).

“Por maior cuidado na condução das boiadas, transviavam algumas reses, outras por fracas ficavam incapazes de continuar a marcha. Contando com isso, alguns moradores se estabeleceram nos caminhos e por pouco preço compravam este gado depreciado que mais tarde cediam em boas condições. Além disso, faziam uma pequena lavoura, cujas sobras vendiam aos transeuntes; alguns, graças aos conhecimentos locais, melhoraram e encurtaram as estradas; fizeram açudes, plantaram canas, proporcionavam ao sertanejo uma de suas alegrias, a rapadura”<sup>93</sup>.

Capistrano transcreve no mesmo trecho parte da documentação escrita por Antonil, na qual afirma que as marchas do gado eram feitas por “brancos, mulatos e pretos, e também índios que com este trabalho procuram ter algum lucro”<sup>94</sup>.

Percebe-se nos escritos de Capistrano maduro o meio e a sociedade se encontram no centro da análise; ainda ali se encontram os elementos do paralelogramo proposto por Von Martius. Porém, o meio aparece não como determinante do caráter nacional, mas como palco em que os diferentes grupos étnicos têm possibilidades de engendrar a nova sociedade.

O índio exerce um papel importante nessa conquista, pois ele como elemento local e conhecedor profundo da região torna-se um guia, embora, claro, existissem tribos resistentes à colonização<sup>95</sup>.

Já em 1918, com sessenta e cinco anos de idade, Capistrano escreve ao amigo João Lucio Azevedo (1855 – 1933)<sup>96</sup> falando sobre uma viagem ferroviária que então fizeram em parte de Minas Gerais, na qual percebe a pouca fertilidade da terra desgastada pelo uso e lembra-se das afirmações de Buckle que lera em sua juventude:

“Em geral não volto satisfeito de excursões ferroviárias. O traçado primitivo devia cortar plantações, mas hoje à beira das linhas apenas se avista uma vegetação que não teve ainda tempo de virar capoeira. Só em um ponto ou outro vêem-se cabeças de gado. Ainda mais aborrecem os cortes,

---

<sup>93</sup> ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial. In: \_\_\_\_\_. *Op. cit.*, 1982. pp. 134.

<sup>94</sup> *Idem.*

<sup>95</sup> Índios resistentes e colaboradores com a empresa do gado. Ver: ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Brasília: Ed. Senado Federal. 2006. pp.133 e SAMPAIO. *Apud.* ABREU, J. Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Nota Liminar de José Honório Rodrigues. Brasília: Civilização Brasileira. 1975 pp.42.

<sup>96</sup> João Lúcio de Azevedo foi um historiador português com quem Capistrano muito se correspondeu. Escreveu trabalhos sobre o Marquês de Pombal, Padre Antônio Vieira, Sebastianismo, etc.

que por baixo de uma camada de terra aproveitável mostram jazidas de rochas em grau variado de decomposição.

Como isso quadra mal com as afirmações de Buckle!”<sup>97</sup>.

A maturidade, o exame da documentação histórica e as muitas leituras tornavam Capistrano de Abreu muito mais crítico aos autores de sua juventude, porém não se pode deixar de perceber as marcas que autores importantes dessa época, como Buckle, deixaram em seus escritos. O meio físico como ator no processo de ação e reação com a sociedade é um ponto marcante em toda a sua obra.

A percepção da sociedade como agente causal, e não somente passivo às forças mesológicas, faz desse agente o principal elemento na dialética meio/sociedade. Dessa forma, o discurso de Capistrano desvincula-se do determinismo geográfico que se pode facilmente depreender dos escritos de Henry T. Buckle.

“Se eles [forças da natureza e raça como produto desta] agem sobre a sociedade, a sociedade reage sobre eles; o meio social de efeito passa a ser causa; de resultante passa a ser componente. No Brasil é este justamente o caso, e a influência mais esquecida é a mais poderosa e ativa”<sup>98</sup>.

Os estudos literários de Capistrano de Abreu, pelos quais buscava indícios do caráter nacional, podem ser inseridos nessa tentativa de entender a sociedade como reagente às pressões mesológicas, sendo essa reação a “influência mais poderosa e ativa”.

Além de tudo o que foi mencionado nesta seção, um ponto ainda merece destaque: o método pelo qual o inglês construía o seu pensamento científico.

Buckle acreditava que ciência e arte não poderiam ser dissociadas, em sua percepção o perfeito equilíbrio se dava na conjunção dessas duas perspectivas. Para tal, procurava definir o método dedutivo e indutivo de pensamento e acreditava que o caráter feminino não poderia ser desprezado, por ser ele complementar e fundamental na construção do conhecimento.

---

<sup>97</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.107 - 108 – carta a João Lúcio de Azevedo - em 7 de agosto de 1918.

<sup>98</sup> ABREU, J. Capistrano de. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro. O Globo: 21-1-1976. In: ABREU, J. Capistrano de. E.E. -. 4ª. Série. pp. 5.

No volume 2 de *História da Civilização na Inglaterra*, os métodos indutivo e dedutivo são definidos da seguinte forma:

“Para entender a investigação a qual estamos em via de adentrar, o leitor precisa ter, de forma clara, diante de si a diferença essencial entre dedução, que se apóia sobre princípios, e indução que visa criar princípios.

Faz-se necessário lembrar que a indução procede do menor para o maior, enquanto a dedução do maior para o menor; a indução vai do particular para o geral, e dos sentidos para as ideias; já a dedução é do geral para o particular de das ideias para os sentidos; pela indução caminhamos do concreto para o abstrato, enquanto pela dedução, partimos do abstrato para o concreto”<sup>99</sup>.

Segundo Buckle, os dois métodos de adquirir conhecimento estariam sempre competindo pela hegemonia do saber na história da civilização. No caso inglês, a Igreja seria a grande responsável pela prevalência do método dedutivo, visto que suas bases estariam firmadas naquele tipo de pensamento. Porém, ao longo do tempo, há momentos em que o método indutivo se sobrepõe, e nesse caso Francis Bacon é apontado como um marco na prevalência do método indutivo em determinado momento histórico.

Enquanto o pensador indutivo seria cauteloso, paciente, sinuoso; o pensador dedutivo seria ousado, destemido e invariavelmente precipitado e, muitas vezes, valer-se-ia deliberadamente de aproximações da verdade. Tais atitudes conduziriam esse segundo pensador a múltiplos princípios e leis gerais, ao passo que o indutivo tenderia a escrutinar os princípios e as leis de forma a reduzi-los por meio de grandes e sucessivas análises.

Nesse ponto, parece que a conclusão mais apropriada seria a de que a verdadeira ciência se constrói com o método indutivo, ao passo que o método dedutivo deveria ser refutado pelos que objetivam a verdade científica. Surpreendentemente, contudo, Buckle defende que o método indutivo não seria capaz de isoladamente alcançar determinadas verdades e assim o método dedutivo abriria caminho por meio de verdades aproximadas.

Em um pequeno livro, fruto de uma conferência para a British Royal Society em 1858, intitulado *The influence of women on the progress of knowledge*, Buckle afirmava que o conhecimento estaria dividido em três partes: método, ciência e arte.

---

<sup>99</sup> BUCKLE. H. Thomas. *History of civilisation in England*. Vol II. New York: D. Appliton and Company, 1861. pp. 330.

Enquanto o objetivo imediato da arte seria prazer e utilidade, o da ciência seria a verdade. A primeira teria a faculdade de mudar eventos, ao passo que a ciência de antever eventos. Dessa forma, lidaríamos cotidianamente com eventos controlados pela arte e previstos pela ciência.

Longe de serem atividades mentais antagônicas, ciência e arte seriam complementares. Ao pensar-se a arte como um tipo de conhecimento relacionado ao método dedutivo e a ciência ao método indutivo, chega-se à conclusão que esses conhecimentos são complementares. Assim, a boa ciência seria aquela que conjugasse os dois métodos de forma a alcançar o equilíbrio.

Alguns exemplos de conhecimentos científicos alcançados a partir do método dedutivo são enumerados, como o de Isaac Newton que, a partir de uma idéia que lhe ocorre quando uma maçã lhe cai na cabeça, elabora toda uma complexa teoria a respeito da força gravitacional, ou ainda o poeta Goethe que teria feito descobertas na área da botânica e da anatomia. Nas palavras de Buckle:

“Fez isso, não apesar de ser poeta, mas porque era poeta. Sua brilhante imaginação, sua paixão pela beleza e sua requintada concepção de forma, a qual o supriu de ideias, com as quais raciocinou dedutivamente, chegando a conclusões no sentido descendente e não ascendente”<sup>100</sup>.

Certamente a academia inglesa não tardaria a reagir de forma bastante violenta às concepções de ciência de Buckle, conforme pretendo tratar no segundo capítulo. Porém, o efeito de tais proposições sobre o jovem Capistrano deixariam suas marcas, ainda que ele mesmo viesse a rejeitar o pensamento do inglês nos anos de maturidade.

A primeira dessas marcas é a ampliação do conceito de documento histórico. Ainda no Ceará, ao ambicionar escrever a história do Brasil, Capistrano não contava com a documentação que Varnhagen travou contato na Torre do Tombo. Aquele era para o jovem cearense um horizonte muito distante. Porém, em menos de uma década, Capistrano já

---

<sup>100</sup> BUCKLE. H. Thomas. *The influence of women on the progress of knowledge*. London: A. C. Fifield, 1864. pp.37.

contava com a vasta documentação da Biblioteca Nacional. Isso, entretanto, não fez com que o historiador abandonasse as expressões artísticas como fonte na construção histórica.

Aos vinte e um anos, ao proferir em Fortaleza na Escola Popular conferências nas quais o objeto era a literatura brasileira<sup>101</sup>, Capistrano propunha que se estudasse não somente a literatura nacional, mas todas as representações artísticas como os contos populares, a música e danças como o já mencionado samba<sup>102</sup>.

Somente num tempo posterior Capistrano teria contato com o método histórico de Ranke, no qual há uma supervalorização das fontes escritas, porém, como apontarei no capítulo segundo, por uma questão tanto de temperamento quanto de método, Capistrano não se despia facilmente de conceitos que faziam parte da sua bagagem de conhecimento. Sua tendência era rever os antigos conceitos à luz dos novos. Assim, ainda que o documento escrito ganhe importância nos trabalhos do Capistrano maduro, ele nunca abandonou a perspectiva das manifestações artísticas como parte de sua investigação histórica.

Maria da Glória Oliveira, em sua dissertação de mestrado, acertadamente propõe que os estudos etnográficos de Capistrano se inserem em sua perspectiva histórica, na medida em que, por meio de tais estudos, o historiador pretendia “produzir uma materialidade documental, onde faltavam documentos escritos”. A autora vale-se de uma citação de lição pronunciada por Fustel de Coulanges na Universidade de Estrasburgo em 1862.

“Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos... Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência aí está a história”<sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup> Embora, como mostrarei no próximo tópico, a questão central fosse a história da formação do caráter brasileiro.

<sup>102</sup> ABREU, J. Capistrano de. E.E. - 1ª. Série. pp. 40 - 42.

<sup>103</sup> LE GOFF, Jacques. Apud. OLIVEIRA, M. da Glória. Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853 – 1927). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós -graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Porto Alegre. 2006. pp. 145.



Em Capistrano, contudo, a valoração de manifestações artísticas como fonte histórica precede um maior apuro no trato com a documentação escrita, o qual veio a se desenvolver posteriormente.

Outro ponto que vale ressaltar é a relação de Capistrano de Abreu com as mulheres. Capistrano casou-se com Maria José de Castro Fonseca no ano de 1881, com ela teve cinco filhos. O casamento durou dez anos e findou-se tristemente com a morte de Maria José, pouco após o parto da filha caçula, Matilde.

No leito de morte, Maria José pediu ao marido que não desse madrasta aos filhos. Capistrano cumpriu à risca o pedido da mulher. Isso não implica, entretanto, que tenha desenvolvido qualquer tipo de misoginia. Capistrano cultivava excelente relação com as mulheres de seus amigos, sua sogra e suas filhas.

Desse universo feminino, povoado por mulheres letradas, constavam nomes como Olga Accioly, Margarida e Lucily Calógeras, Margot Aguiar Moreira, Clotilde Jaguaribe, Maria Luiza Motta da Cunha Freire, Cecília Assis Brasil. Com as amigas, Capistrano, trocava correspondência, participava de jantares em suas casas, indicava livros e comentava os mesmos.

Vincular a circulação de Capistrano no universo feminino à percepção de Buckle seria uma leviandade, porém a inserção do historiador em tal universo, num momento em que não era comum às mulheres terem voz em meios intelectuais, é um dado a mais na biografia de Capistrano que não deve ser descartado<sup>104</sup>.

A análise do próximo autor, da seleção dos muitos citados por Capistrano, reforça a opção do historiador pelos estudos literários nos anos de sua juventude, além das festas populares, cantigas e manifestações artísticas em geral, como indícios do tipo de sociedade que se expressava de tais maneiras.

---

<sup>104</sup> Sobre a correspondência feminina de Capistrano de Abreu, ver: BATISTA, Paula Virgínia P., Capistrano de Abreu e a Correspondência Feminina. Museu do Ceará – Secretaria da Cultura do Estado do Ceará: Fortaleza, 2006.

### 1.3 - Hippolyte Adolphe Taine (1828 – 1893):

Hippolyte Taine foi outro autor também muito citado por Capistrano de Abreu nos anos de sua juventude. Seus estudos literários e a perspectiva de dar significado à história do Brasil a partir dos estudos literários apoiavam-se em grande parte nos escritos daquele autor, para quem o meio também seria uma questão fundamental, juntamente com a raça e o momento.

Formado pela École Normal Supérieure, Hippolyte Taine, com base em ideias positivistas e cientificistas comuns à sua época, construiu uma vasta obra, cujo trabalho mais conhecido são os cinco volumes de *Histoire de La Littérature Anglaise* de 1864.

Embora o título da citada obra se refira à literatura, o objetivo final de Taine visava a história. O autor acreditava que não somente a literatura, mas a arte em geral, bem como a religião, a filosofia, a legislação e outras expressões sociais eram, na verdade, indícios pelos quais podemos reconstituir, ainda que de forma incompleta, a alma humana. Taine procurava, portanto, o homem por trás da documentação, com suas paixões, seus atos, sua vivência<sup>105</sup>.

A *Histoire de La Littérature Anglaise* era a aplicação desse método ao estudo das principais obras literárias da Inglaterra. Seu intuito era penetrar no caráter daquele povo e desvendar-lhe a alma ou a psicologia. Na introdução da obra, o autor procura expor seu método de forma bastante detalhada e didática. Vários autores da época, como o próprio Capistrano de Abreu, foram seduzidos por grande parte de seus argumentos.

Consoante o método de Taine, o primeiro passo era compreender que a documentação com a qual se trabalha são indícios e, como tais, reconstruem de forma incompleta o passado que já não se pode acessar. Em suas palavras:

---

<sup>105</sup> Natalie Richard chama a atenção para o fato de autores como Taine e Renan representarem a ruptura, ou ainda a mutação do pensamento histórico de uma época. Estudá-los, afirma a autora, trás à luz um momento no qual a disciplina histórica passava por uma reavaliação tanto nos seu objetos quanto no seu método. As questões trazidas por tais autores são datadas e de um valor histórico singular para o historiador que pretende buscar indícios sobre o que inquietava historiadores e cientistas sociais na segunda metade do século XIX, acerca de uma concepção coletiva de si e do mundo. (RICHARD, Nathalie. *Au creuset des sciences humaines. La Science de l'homme au temps de Renan et de Taine*. Paris: Université Paris I – Panthéon - Sorbone 2009. pp. 4-5).

“Sem dúvida, esta reconstrução é sempre incompleta, ela não pode dar lugar senão a julgamentos incompletos; mas é necessário se resignar; mais vale um conhecimento mutilado que um conhecimento nulo ou falso, e não há outro meio de conhecer um pouco das ações de outrora para saber um pouco sobre os homens de então”<sup>106</sup>.

O segundo passo se referia ao que chamamos atualmente de “história do tempo presente”, ou seja, quando a investigação histórica se dá acerca de acontecimentos contemporâneos. Neste caso, Taine afirma que se deve ir além das atitudes exteriores dos homens, mas buscar o homem invisível, ou seja, tomar os fatos e as atitudes como a expressão de algo mais profundo e que é o objeto próprio do historiador.

“As palavras que chegam aos vossos ouvidos, seus gestos, suas ideias, suas roupas, suas ações e as obras sensíveis de todos os gêneros, não são para vós além de expressões, uma alma. Há um homem interior escondido no homem exterior e o segundo nada faz senão manifestar o primeiro”<sup>107</sup>.

No caso da literatura, Taine destacava que cada frase de um escrito, a maneira das frases serem colocadas, as espécies de metáforas, a ordem do raciocínio, períodos mais curtos ou mais longos, tudo era tomado por indício, ou para usar de fidelidade ao termo do autor, “signos de um estado de espírito”<sup>108</sup>.

A história, portanto, seria um ato de ressurreição do passado, não tanto do passado factual, mas do passado interior. Taine procurava desvendar a alma, o sentimento, o drama interior que moviam os personagens do passado; em uma palavra, fazer uma análise psicológica. Com essa perspectiva, dois historiadores lhe serviam-lhe de referência, Carlyle<sup>109</sup> e Sainte-Beuve<sup>110</sup> de *Port-Royal*, os quais, segundo Taine, representavam para a

---

<sup>106</sup> TAINÉ. H., *Histoire de la littérature anglaise*. Tome première. Paris : Hachette. 1866. Disponível na internet via <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k201421z.image.r=taine+histoire+de+la+litterature+anglaise.f3.lan>. Arquivo consultado em 18 de junho de 2010. pp. IX.

<sup>107</sup> *Idem*. pp. X.

<sup>108</sup> *Idem*. pp. III.

<sup>109</sup> Thomas Carlyle (1795 – 18810) – escritor, ensaísta, historiador e professor durante a era vitoriana. Nasceu em uma família Calvinista, foi educado para tornar-se um pregador. Perdeu a fé durante seus estudos na

história o que Georges Cuvier<sup>111</sup> e Etienne Geoffroy Saint-Hilaire<sup>112</sup> representavam para a anatomia moderna<sup>113</sup>.

Haveria, contudo, três fontes na base de cada sociedade para constituir seu estado moral elementar: a raça, o meio e o momento. Taine, como muitos pensadores de seu tempo, dava especial atenção à primeira das três fontes, a raça. Esta seria, conforme o autor:

“O que chamamos de raça são as disposições inatas e hereditárias que os homens portam ao nascer e que ordinariamente se juntam a diferenças marcadas pelo temperamento e pela estrutura dos corpos”<sup>114</sup>.

Ainda que levasse bastante em consideração a ação do meio na formação do caráter de um povo, Taine não acreditava que a marca deixada pelo meio fosse impressa na alma como numa *tabula rasa*. O meio atuaria como mais uma força em reação a outras, as quais derivariam da raça, do momento. O resultado dessa equação seria a forma como se combinariam as três forças motoras mencionadas: a raça, o meio e o momento.

A raça ariana, por exemplo, ao sair do seu lugar de origem e migrar para diversas áreas, teria sofrido as influências dos diferentes meios, formando assim povos variados, como os arianos germânicos, os helênicos, os latinos.

As diferenças entre eles se dariam em função do meio no qual tais povos construíram suas nações. Dessa forma a proximidade ou não de um mar navegável e convidativo ao comércio, a umidade, as florestas, tudo atuaria no temperamento do homem, independentemente das características fixas de sua raça. Isso o tornava melancólico,

---

Universidade de Edinburg, o que mudou os rumos de sua carreira. Influenciado pela literatura alemã, Carlyle traduziu para o inglês autores como Goethe.

Um de seus trabalhos mais conhecidos como historiador foi sobre a Revolução francesa, em três volumes.

<sup>110</sup> Charles Augustin Sainte-Beuve (1804 – 1869) – Crítico literário, nascido na Bolonha. Estudou medicina na *College Charlemagne* em Paris. Escreveu poesias, novelas e dedicou-se à pesquisa literária. Sua obra mais conhecida são os cinco volumes de *Port-Royal*.

<sup>111</sup> Georges Cuvier (1769 -1832) – um dos mais importantes naturalistas da primeira metade do século XIX. Pautava suas pesquisas nas bases da fixidez das espécies e do catastrofismo e dessa forma não via qualquer relação entre os fósseis de outras eras e os animais de seus dias.

<sup>112</sup> Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1779 – 1844) – foi um naturalista francês. Ao contrário de Georges Cuvier, seu contemporâneo, acreditava na mutação das espécies. Sua principal obra foi *Philosophie Anatomique*.

<sup>113</sup> RICHARD. N. *op. cit.* 2009. pp. 121.

<sup>114</sup> TAINÉ. H. *Op. Cit.* 1866. pp. XXIII.

violento, inclinado à embriaguez ou à glotonaria, ou ainda afeito à vida militar, à poesia, ao talento de desfrutar de invenções científicas, letras e artes.

Os diferentes meios atuariam, portanto, excitando determinados sentidos e adormecendo outros, trazendo assim novas características àquelas inatas das diferentes raças. Natalie Richard acredita que a noção de meio em Taine provavelmente teria sido inspirada em reflexões de Claude Bernard, remetendo a circunstâncias lamarkianas e ainda às teoria climáticas de Montesquieu e Buffon<sup>115</sup>.

O esquema contudo, ficaria incompleto se não se associasse ao componente final chamado por Taine de “momento”. A palavra diz respeito à mecânica clássica e à filosofia da história hegeliana. O autor também usa o termo *vitesse acquise*, que carrega o sentido de uma temporalidade, a dinâmica interna ou um ritmo de história. O “momento” seria, portanto, o resultado da interação das duas forças, raça e meio, num determinado espaço temporal.

A análise do “momento” daria a percepção de que o passado guarda em si sentimentos e valores próprios de seu tempo, os quais o historiador procura apreender em sua investigação. O “momento” seria, portanto, o componente que atribui dinamismo ao processo. Natalie Richard vale-se de uma imagem pensada por Taine para explicar o conceito: “o espírito humano corre através dos eventos como um rio. De cem em cem léguas o terreno muda”. Ou, ainda, que os sentimentos do século XVII são muito distantes dos nossos, para compreendê-los. Eles são como perfumes muito suaves que já não sentimos<sup>116</sup>.

Cada povo, portanto, teria suas características próprias adquiridas pela interação das três forças motoras. Sua história seria o resultado dessa equação aplicado à circunstância do presente. A literatura seria um indício pelo qual o historiador penetraria na alma de um povo de forma a desvendar a interação de tais forças, o que daria também a possibilidade de antever, em alguma medida, o devir.

Para Taine, o processo de formação do caráter nacional é dinâmico, já que forças internas e externas agem o tempo todo. Examinar o estado atual de um povo não significa que aquele é um resultado final e acabado da interação das três forças motoras. O momento

---

<sup>115</sup> *Idem.* pp. 128.

<sup>116</sup> TAINÉ, H. 1875 – 1893, I. pp. 255 – 256. In: RICHARD. *Op. cit.* 2009. pp. 138.

é uma variável importante na equação, pois ele também atua modificando um estado que à primeira vista parecia cristalizado. Uma evidência de tal afirmativa pode ser encontrada também na literatura produzida em diferentes épocas por determinado povo. Há, contudo, mudanças que não alteram a essência da raça, ou seja, as características inatas que são trabalhadas constantemente pelo meio.

“Portanto, se observarmos o comportamento em um momento ou em outro, a impressão é diferente; e será o suficiente para que o efeito total seja diferente. Considerando, por exemplo, dois momentos de uma literatura ou de uma arte: a tragédia francesa no tempo de Corneille e no tempo de Voltaire, o teatro grego no tempo de Ésquilo e Claudius, a pintura italiana com da Vinci e em Guido, certamente em cada um desses dois pontos extremos, a concepção geral não mudou, é sempre o mesmo tipo humano que se ocupa de representar ou pintar; o molde dos versos, a estrutura do drama, a espécie de corpos persistem”<sup>117</sup>.

Capistrano de Abreu, quando jovem, foi um leitor de Taine, conforme se pode perceber em muitas de suas citações e mais ainda pelo objeto de seus estudos históricos na década de setenta, que se resumia basicamente à literatura, contos populares, música e arte em geral.

Aos vinte e um anos, tal qual Taine, Capistrano acreditava ser a literatura expressão da sociedade. “Só se pode compreender esta quem estudou aquela e vice-versa”<sup>118</sup>, dizia o brasileiro.

Muitos pontos em comum poderiam ser percebidos entre o pensamento de Taine e Buckle. Talvez o ponto em que os dois menos convergissem fosse quanto à questão racial. O primeiro tomava a raça como característica inata e pouco plástica, o que limitava em muito a influência do meio sobre ela. Para o segundo pensador, entretanto, a raça seria uma consequência diretamente relacionada ao meio físico, determinada e, em grande parte, moldada por ele.

Nessa questão, embora citasse em seus primeiros escritos a influência da raça, juntamente com clima e antecedentes sociológicos, Capistrano de Abreu, tendia a pensar o aspecto racial numa perspectiva nacional, determinada por condições de clima, regularidade

---

<sup>117</sup> TAINÉ, H. *op. cit.* 1866. pp. 29-30.

<sup>118</sup> ABREU, J. Capistrano de. E.E. - 1ª. Série. pp. 3.

do regime de trabalho, nutrição, e não num modelo cristalizado nos três grandes grupos - arianos, negros e asiáticos -, por exemplo. Dessa forma, acredito que o autor cearense pendesse, nesse aspecto, mais para o pensamento de Buckle do que para o de Taine.

Basicamente, o que tornava Taine bastante atraente para o jovem Capistrano era a possibilidade de tirar conclusões sobre a história de um povo utilizando a literatura e a arte em geral como representação da alma popular e, portanto, como fonte para a pesquisa histórica. Contudo, Capistrano contava com um sério problema: no caso brasileiro a produção literária, principalmente no período colonial, era escassa e insignificante, não somente pelo reduzido número de leitores, mas até mesmo porque a imprensa era proibida na colônia.

Para suprir a carência de uma literatura brasileira capaz de dar conta de grande parte de nossa história colonial, Capistrano propunha não somente o exame dos contos populares, mas de outras manifestações artísticas das gentes, como sua música e dança. Assim se referia a esse assunto nas conferências da, já citada, Escola Popular, quando ainda moço no Ceará:

“Para exprimir esta situação não basta os contos populares. Daí a necessidade da música, a mais subjetiva das artes, a que por sua semelhança com o grito, pode unicamente manifestar os segredos do coração. A música é tão natural e tão espontânea no Brasil, que os indígenas a conheciam e cultivavam; um dos primeiros cronistas, Lery, se não me engano, descreve com emoção o seu efeitos encantadores entre os *selvagens*.

A sua combinação com a dança tendeu a desenvolvê-la e a tornar o samba uma das mais fieis expressões do povo brasileiro. Com efeito, o samba pertence-nos como os jogos olímpicos à Helade e os gladiadores a Roma. Examinai-o, estudai-o com simpatia, e vereis quanta luz projeta sobre o caráter nacional os sons melancólicos da viola, a inspiração cismarenta do *cantador*, as danças ora tristonhas e indolentes, ora ressumbrando no calambachiado do baião e no sapateado do pesqueiro um não sei o quê de vertiginoso e exaltado.

Indolente e exaltado, melancólico e nervoso, eis o povo brasileiro qual o fizeram as forças e aparências da Natureza”<sup>119</sup>.

---

<sup>119</sup> ABREU, J. Capistrano de. E. E. - 1ª. Série. pp. 41 -42.

Na conferência citada, Capistrano afirma que, após os dois primeiros séculos, começam a haver algumas manifestações literárias na Bahia e posteriormente em Minas. Para ele, o indianismo romântico seria o indício de um movimento, o qual culminou com a independência do Brasil, de superação de um sentimento de inferioridade com relação à metrópole.

A valorização do elemento nativo das terras brasileiras, ainda que de forma heroica e idealizada como o era na Literatura Romântica, tinha, portanto, um papel fundamental na história da nação. Ele representava a expressão de um sentimento de superação da inferioridade frente à metrópole e que, no entender do autor, se repetia em seus dias com relação à Europa em geral. Sinal de que estaria por vir um processo semelhante de superação com relação ao Velho Continente.

Uma das críticas de Capistrano de Abreu à historiografia de Varnhagen, quando escreveu seu necrológio em 1878, foi o de não possuir um “espírito plástico e simpático”, não era capaz de ver os movimentos de independência como “ensaios de afirmação nacional que por vezes percorriam as fibras populares”. A Conjuração mineira, a Conjuração baiana, a Revolução pernambucana de 1817 eram vistas pelo Visconde de Porto Seguro como eventos isolados e aberrações, enquanto Capistrano as percebia como ensaios de um sentimento de superioridade frente à metrópole. Sentimentos que deixavam a sua marca também na literatura produzida na colônia<sup>120</sup>.

Na já citada discussão com Silvio Romero acerca do caráter nacional, parece-me que uma das razões pelas quais Capistrano se mostrava tão incisivo contra o autor sergipano eram os ataques que este fizera a José de Alencar. O romancista contribuíra para a vinda de Capistrano de Abreu para a corte do Império, pois, em 1874, em sua última viagem ao Ceará, conheceu o jovem maranguapense que o auxiliou nas pesquisas folclóricas que então desenvolvia<sup>121</sup>. O consagrado escritor ficou bastante admirado com o talento e a inteligência do jovem, e assim, selou-se uma amizade posteriormente herdada pelo filho de nome Mário de Alencar.

No artigo referido, Silvio Romero fazia duras críticas ao indianismo romântico e a José de Alencar. O alvo era um trabalho do consagrado escritor chamado “O Nosso

---

<sup>120</sup> *Idem.* pp. 89 – 90.

<sup>121</sup> Ver: VIANNA, Hélio. Ensaio Bibliográfico. In: Temas Brasileiros – O Descobrimento do Brasil. Martins Fontes, 1999:IX – X.



Cancioneiro” e que na opinião de Romero, teria sido inspirado num trabalho de certo Celso Magalhães quando acadêmico. Segue um trecho da crítica:

“O escrito no nobre conselheiro, que é muito inferior ao do moço estudante, abunda em singularidades que merecem justa punição.

O insigne romancista, que não tem o senso da história, e, muito menos, sabe cousa alguma de sério em lingüística e mitologia, nada de merecidamente apreciável pode produzir sobre o problema da poesia popular ainda que exerça a sua análise sobre o que ela tem de mais acanhado, a poesia popular brasileira”<sup>122</sup>.

Capistrano de Abreu na réplica ao artigo de Romero deixa claro o desagravo às críticas a José de Alencar, pois sem citar o ofendido faz menção a termos que Romero utilizou na citação acima para atacar o romancista: “Este artigo abunda em singularidades que não direi como o autor merecem a justa punição; mas em todo caso merecem de quem os escreveu mais seriedade e estudo”<sup>123</sup>.

O cearense segue a crítica a Romero realçando as “singularidades” de seu pensamento. Capistrano volta ao tema em 1880, num artigo publicado na Gazeta de Notícias, sob o título “História Pátria”, no qual assinala o tratamento que Romero, a seu ver, dava ao indianismo:

“Ele [Romero] achou, quando começou a escrever, o indianismo como escola literária. Estudando-o nesta qualidade, em breve descobriu o que havia de insuficiente e estreito nos seus princípios e condenou-o. Depois por uma transição insensível, envolveu na mesma condenação a teoria literária e o fato sociológico. Segundo o ditado alemão, quis despejar a banheira e deitou fora também quem se banhava”<sup>124</sup>.

Por conseguinte, o argumento era o de que, a despeito das fragilidades do indianismo como escola literária, valia a pena observá-lo como fato sociológico. Sob este

---

<sup>122</sup> ROMERO, Silvío. Apud. ABREU, J. Capistrano de. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro. O Globo: 21-1-1976. In: ABREU, J. Capistrano de. Op. cit, 1976. pp. 15.

<sup>123</sup> Idem. pp. 3. (g.n.).

<sup>124</sup> ABREU, J. Capistrano de. História Pátria. Gazeta de Notícias: 9, 10 e 13 de março de 1880. In: ABREU, J. Capistrano de. E.E. - 3ª. Série. pp. 119.

prisma parecia ao historiador cearense que o indianismo poderia ser visto como representação de um sentimento de superioridade do brasileiro frente ao português que o colonizara. Tal perspectiva era bastante próxima ao pensamento de Taine relativamente à literatura como indício do social, conforme visto anteriormente.

No artigo, Capistrano, talvez por ter José de Alencar já falecido na época, falou diretamente em sua defesa, afirmando: “o Dr. Silvio Romero não foi justo com José de Alencar”.<sup>125</sup>

Parece que Capistrano quando jovem levou muito a sério a proposta de Taine de buscar na literatura indícios do que se passava no âmago da sociedade, porém com o passar do tempo daria sinais de tratar tal questão de forma menos radical do que queria o pensador francês. Em 1881, após um ano apenas depois de voltar à discussão com Silvio Romero, publicou um artigo intitulado “Camões de Perfil”. No artigo fazia-se uma clara separação entre os elementos encontrados na literatura e os sentimentos da nação portuguesa. Tal literatura, a seu ver, procurava em elementos exógenos uma identidade nacional portuguesa, já que faltava àquele país elementos intrínsecos formadores de uma identidade nacional. Antes haveria entre os lusitanos “fatalidades mesológicas e afinidades étnicas, mas por circunstâncias extrínsecas”<sup>126</sup>.

A análise da obra de Camões não revelava a história do povo português, a despeito de cantar suas glórias, como em “Os Lusíadas”. A interpretação de Capistrano, é calcada na vida pessoal do autor português, sua educação, seus desgostos, naufrágios, desterros e tudo o mais.

Como exemplo de tal interpretação da obra de Camões, destaco o trecho seguinte:

“...em Camões dominavam as sensações óticas. Por quê? O fato é elementar, e não se pode ir adiante; mas uma circunstância existiu que, provavelmente, não foi indiferente ao resultado: a perda de um olho. Assim ferida em um de seus órgãos essenciais, a função tendeu a se tornar mais intensa e absorvente”<sup>127</sup>.

---

<sup>125</sup> *Idem.* pp. 122.

<sup>126</sup> ABREU, J. Capistrano de. Camões de Perfil. Folhinha Laemmert, de 1881. In: E.E. - 1ª. Série. Op. pp. 94.

<sup>127</sup> *Idem.* pp. 114.

A tomar-se por parâmetro a metodologia proposta por Taine, poderia dizer-se que, diante da referida obra, o francês buscaria a psicologia de toda uma nação. Capistrano, contudo, faz especulações acerca da psicologia de um indivíduo, o artista Camões.

À medida que os anos vão passando, é bastante perceptível que o foco de Capistrano de Abreu deixa de ser os estudos literários e volta-se mais regularmente para os estudos históricos propriamente ditos.

Conforme José Honório Rodrigues, a mudança de foco dos estudos literários para os estudos “propriamente históricos” dar-se-ia devido à aproximação de Capistrano com a antropogeografia e os métodos críticos-históricos do pensamento alemão, no qual a “repercussão do positivismo foi quase nenhuma”<sup>128</sup>.

Hélio Viana contesta a tese de que uma forte influência germânica teria levado o autor cearense das fontes literárias e do cientificismo em geral para a documentação histórica. Com essa segunda visão concorda Arno Welhing:

“Embora o positivismo francês tivesse realmente pequena influencia na Alemanha, o clima geral, cientificista, atingiu igualmente o espírito germânico(...). Logo, conclui-se que os “ideais alemães”, à exceção dos postulados rankeanos, revelam-se também influenciados pela mentalidade determinista cientificista. Não seria basicamente nele que Capistrano poderia socorrer-se para romper com o cientificismo”<sup>129</sup>.

Há que se relativizar, contudo, o radicalismo das afirmativas. Embora a passagem da literatura para a história seja claramente perceptível nos escritos de Capistrano, não considero que sua opção pela história se dê após tal momento, pois como se verá no desdobrar deste trabalho, a opção pela história se dá logo na juventude.

A literatura, porém, com base em Buckle e principalmente em Taine, seria um dos principais indícios sobre os quais o historiador deveria se debruçar para compreender os sentimentos dos homens do passado.

Posteriormente, a documentação histórica passa a ter maior importância para o cearense, sem que a leitura interpretativa de tal documentação jamais deixe de apoiar-se nas manifestações artísticas do povo, como a literatura, as danças, os folguedos populares.

---

<sup>128</sup> RODRIGUES, J. Honório. In: ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. Op. cit.,1977. pp. XLI.

<sup>129</sup> WELHING, op. cit.,1992. pp. 401.

Em sua maturidade quando se volta para as línguas indígenas, por exemplo, embora não mais cite Taine como uma referência, Capistrano procura compreender a concepção de mundo dos bacairís e caxinauás por meio de suas respectivas mitologias, e o faz de maneira primorosa, a ponto de tornar-se respeitado internacionalmente como estudioso de línguas indígenas americanas.

Capistrano chegou a formar uma rede internacional de sul-americanistas, os quais devotavam ao brasileiro respeito e admiração por seus trabalhos com a língua dos bacairís e principalmente com a língua dos caxinauás. Quando o “*rã-txa hu-ni-ku--i gramáticas, textos e vocabulário caxinauá*” foi divulgado, o *Journal de La Société des Americanistes de Paris* dedicou-lhe uma resenha elogiando a obra e afirmando que Capistrano de Abreu era um exemplo a ser seguido<sup>130</sup>.

Conforme Beatriz Christino (2006), mais de dez anos após o seu lançamento, o trabalho de Capistrano continuava a ser referência entre sul-americanistas franceses, tais como Paul Rivet<sup>131</sup> (1876 – 1958) e Constantino Tastevin<sup>132</sup> (1890 – 1962). O maior diálogo, entretanto, se dava com os alemães, dentre eles Karl Von den Steinen,<sup>133</sup> que esteve no Brasil estudando a língua dos Bacairís algum tempo antes de Capistrano, e Theodor Koch-Grünberg<sup>134</sup>. Este último registrou suas impressões da seguinte forma no posfácio do “*rã-txa hu-ni-ku--i, Gramática , textos e vocábulos caxinauás*” na edição publicada pela Sociedade Capistrano de Abreu em 1941:

---

<sup>130</sup> CHRISTINO, Beatriz Protti. A rede de Capistrano de Abreu (1853 – 1927): uma análise historiográfica do *rã-txa hu-ni-ku--i* em face da Sul-americanística dos anos 1890 -1929. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, do departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de doutor. São Paulo. 2006. pp. 12 -14.

<sup>131</sup> Etnologista francês que viveu cinco anos na Amazônia equatorial estudando a etnia huaorini. Defendia a hipótese de que a população americana seria fruto de migrações vindas da Austrália há cerca de 6.000 anos e posteriormente da Melanésia. Criador do *Musée de l'Homme* em Paris

<sup>132</sup> Tastevin foi um padre francês e missionário na Amazônia brasileira de 1906 a 1926. Interrompeu sua estada para servir na Primeira Guerra, retornando posteriormente para dedicar-se ao estudo de línguas indígenas como o Tupi.

<sup>133</sup> Karl von den Steinen (1855 – 1929), foi um explorador alemão, formado em medicina (especializado em psiquiatria). No campo da etnologia dedicou-se ao estudo das línguas e cultura dos indígenas do Brasil central e de nativos das Ilhas Marquesas na Polinésia francesa.

<sup>134</sup> Koch-Grünberg (1872 – 1924) foi diretor do Museu Etnográfico de Berlim. Participou de duas expedições

“Obra de alto valor científico, quase sem paralelo na lingüística e etnografia sul-americana. O maior e melhor material que jamais se publicou sobre a língua sul-americana de índios, e ao mesmo tempo uma excelente monografia da vida econômica, dos usos e costumes e do folclore; monografia cujo valor cresce por ter sido ditada ao autor por homens pertencentes à tribo e, portanto, até certo ponto composta por índios”<sup>135</sup>.

Tal qual atestava Koch-Grünberg, a lingüística indígena elaborada por Capistrano não se limitava ao vocabulário, mas procurava atentar para a vida econômica, dos usos e costumes e do folclore; em suma, a concepção de mundo dos indígenas cuja língua estudava. Capistrano dava especial atenção aos contos, anedotas e mitos e, tal qual nas leituras de Taine, nas empolgações juvenis do cearense e procurava extrair daí os indícios da sociedade estudada.

Um exemplo de como Capistrano analisava os mitos indígenas, procurando extrair deles algo mais profundo, pode ser percebido em artigo publicado na Revista Brasileira em 1895: uma das divindades dos Bacaerís, *Nakoeri*, foi descrita por Karl Von den Steinen como uma simbologia de Cristo, sedimento da catequese católica. Interpretação da qual Capistrano duvidou, ao examinar a mitologia relacionada à divindade e à maneira pela qual o alemão chegou a tal conclusão. Primeiro, o brasileiro procurou nos relatos de Von den Steinen como se deu a aproximação de *Nakoeri* e Cristo e percebeu que Antônio, o índio com o qual o alemão recolheu informações, falava o português sem ter, contudo, bom domínio do idioma. Quando Antônio buscou se lembrar do nome do personagem que habitava o céu, o entrevistador perguntou-lhe se não seria Jesus Cristo. Ao que Antônio respondeu, talvez aceitando a insinuação, “ ‘Crito’ mesmo”<sup>136</sup>.

Capistrano discordou da maneira como a resposta foi, de certa forma, induzida, e afirmava:

“*Nakoeri* será efetivamente uma adumbração de Cristo, sedimento da catequese católica? Repugna-nos acreditá-lo, porque nos animais que *Nakoeri* cria, no papel que desempenha quanto à adoção das sombras em seu reino, na investidura que dá aos curadores, na distribuição dos diversos

---

<sup>135</sup> KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Estudo crítico: In. ABREU, J. Capistrano de. *rã-txa hu-ni-ku~i*, gramática, textos e vocabulário caxinauás. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet. 1941. pp. 633.

<sup>136</sup> ABREU, J. Capistrano de. Estudo publicado na Revista Brasileira, 1º Ano, Tomos III e IV. In: ABREU, J. Capistrano de. E.E. - 3ª. Série. Op. cit, 1976. pp. 192.

domínios do céu, no modo original por que lá se viaja, em tudo se nota uma construção de acordo com a concepção do mundo vigente entre os baciaeris”<sup>137</sup>.

Embora a perspectiva de Taine se encontre subsumida no referencial teórico do Capistrano maduro de 1895, quando tinha quarenta e dois anos, ou ainda em 1909, quando iniciou seus estudos da língua dos Caxinauás, parece claro que o historiador não abandonou a convicção de que a expressão cultural de um povo poderia ser útil na compreensão do que se passa no âmago de uma sociedade, ou sua “concepção de mundo”, para utilizar a expressão do pesquisador em sua maturidade.

Em suas pesquisas históricas, elementos como contos populares, festas, música jamais foram desprezados pelo autor cearense, conforme atestou seu filho Adriano, no já citado material com o qual pretendia escrever a biografia do pai.

Adriano discorre, sem citar a data, sobre um artigo escrito pelo pai para a *Gazeta de Notícias* no qual teria Capistrano falado sobre a importância das festas nos tempos coloniais.

“Noutro artigo da série que publicou na Gazeta, salienta Capistrano a importância nos tempos coloniais e na vida provincial dos festejos. O Brasil naquele tempo era uma festa quase ininterrompida (sic). Não se podia imaginar o número de dias santos. Todos comemorados. Acrescente-se que cada igreja festejava o nome de sua invocação; ou das ermidas seguiam o exemplo das igrejas; e os oratórios os das ermidas.

Festas de caráter particular igualmente inumeráveis, batizados, casamentos, aniversários, benzimentos (sic) de engenhos, pescarias, pagodes, sambas em suma.

Contava-se que, prossegue o articulista, em (ilegível), Rio Grande do Norte à chegada de alguma pessoa de consideração, organizava-se em sua homenagem uma semana santa. Talvez inexato, mas possível. Em Espírito Santo; quando Cardim passou por lá em 1584, em companhia do padre visitador Cristovão de Gouveia; celebraram em sua honra, no mês de outubro, a festa dos Reis Magos”<sup>138</sup>.

---

<sup>137</sup> *Idem*. pp. 191 – 192.

<sup>138</sup> ABREU, Adriano. Arquivo de Capistrano de Abreu - Convento das Carmelitas de Santa Teresa. Manuscrito. s/d. Im. 24.

Tal qual afirmei no início deste tópico, os estudos literários, bem como as manifestações artísticas em geral eram tomadas por Capistrano de Abreu como indícios da sociedade que os produzia. Na sua juventude, o autor acreditava serem tais indícios suficientes para a construção da história pátria, porém, após o contato com a farta documentação da Biblioteca Nacional, bem como com a leitura de outros autores, voltou sua análise para tais documentos sem, contudo, desprezar as manifestações culturais e artísticas, conforme observei nos exemplos citados.

Josiane Oliveira percebe a importância da literatura como expressão da sociedade brasileira na historiografia de Capistrano de Abreu, em especial a função do Romantismo como detentor de traços de sentimentos nacionais<sup>139</sup>. Mais do que a ligação de Capistrano com o Romantismo e com o próprio José de Alencar, a crítica literária era tratada pelo jovem Capistrano de forma análoga à proposta por Taine, excluindo, entretanto, a perspectiva racial do autor francês. Dessa forma, a literatura estaria inserida na ambição de Capistrano de produzir uma história nacional.

A perspectiva “Taineana” implicava buscar de forma interpretativa na produção literária e artística de um povo o “perfume” do passado, ou seja, uma análise psicológica de um tempo que já não existe. Este exercício de uma leitura crítica, ou interpretativa das fontes, é fundamental para a perspectiva histórica de Capistrano de Abreu ao longo da sua carreira como historiador e contribui para o entendimento da historiografia em geral daquele autor como nosso primeiro historiador moderno<sup>140</sup>.

---

<sup>139</sup> OLIVEIRA, J. Roza de. Op. cit., 2011. pp.47.

<sup>140</sup> Retornarei a esse tema no próximo capítulo, de forma a mostrar como a leitura interpretativa das fontes, utilizada por Capistrano ao entrar em contato com os documentos históricos na Biblioteca Nacional, produziu uma análise que pretendia resgatar mais do que eventos passados, senão que sentimentos formadores de um caráter nacional.

#### 1.4 - Herbert Spencer (1820 - 1903):

Herbert Spencer foi um dos filósofos ingleses cuja obra teve grande alcance durante a sua vida. Segundo Darwin, foi ele o maior divulgador do evolucionismo; ao passo que Huxley o comparou a Descartes<sup>141</sup>.

A abrangência de seus escritos com a aplicação das leis universais que formulou, dava ao pensador acesso aos diversos campos do conhecimento, tais como psicologia, ética, sociologia, biologia, política e economia. Spencer chegou a ter contato com o positivismo de Auguste Comte, mas, depois de certo tempo, afastou-se do corpo de pensamento comtiano, tornando-se um de seus opositores.

Na *Revue de Deux Mondes* de 15 de fevereiro de 1864 publicou um artigo dedicado a Spencer. Auguste Laugel, seu autor, louvava a obra *First Principles* de 1862, escrita por Spencer. Porém, Laugel cometeu a gafe de afirmar ser Spencer um discípulo de Comte. Spencer mostrou seu desagravo à ideia num capítulo de *The Classification of Science* de 1864, cujo título era “Porque me separei de Auguste Comte”<sup>142</sup>.

De acordo com Daniel Becquemont, a teoria spenceriana constituía uma grade infalível de interpretação, baseada em um número restrito de pressupostos. Não se constituiria, portanto, numa teoria científica nos moldes de Popper, já que se mostrava irrefutável irrefutável e não dando lugar a fatos ou experiências que pudessem por em teste seus fundamentos<sup>143</sup>.

Justamente por ser tão abrangente e generalizante, o spencerianismo foi grandemente difundido entre os brasileiros letrados da segunda metade do século XIX. Em geral, num caldeirão conhecido como “darwinismo”, confundiam-se várias interpretações da idéia de evolução. Autores como Spencer, Darwin e Haeckel acabavam por ter seus conceitos misturados entre os defensores e opositores do evolucionismo<sup>144</sup>.

---

<sup>141</sup> GEORGE, Henry. *A perplexed philosopher*. Disponível na Internet via: <http://www.grundskyld.dk/0-Perplexed.html>. Arquivo consultado em 18 de junho de 2010.

<sup>142</sup> SPENCER, Herbert *Classification des Sciences*. Paris: Alcan. 1893. Disponível na internet via <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k75243f>. Arquivo consultado em 18 de junho de 2010.

<sup>143</sup> BECQUEMONT, Daniel. *Darwin, Darwinisme, Evolutionnisme*. Paris: Editions Kimé, 1992. 216.

<sup>144</sup> DOMINGUES, Heloisa. M. B., SÁ, Magali R. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ e GLICK, Thomas (orgs.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2003. pp. 119.



Em *The Classification of Science*, o autor inglês, procura classificar as ciências de seu tempo em dois grandes grupos: as que tratam os fenômenos segundo nossa apreciação e aquelas que tratam os fenômenos em si. No primeiro, caso estariam as ciências abstratas, entre as quais enumera a lógica e a matemática; no segundo caso seria as que classifica como abstrato-concretas: mecânica, física, química, etc.; e por fim as ciências concretas: astronomia, geologia, biologia, psicologia, sociologia, etc.

É interessante notar que ciências como psicologia e sociologia eram classificadas como concretas, lado a lado com astronomia, geologia e biologia.

A grande missão das ciências fossem elas abstratas, concretas ou abstrato-concretas seria desvendar as leis universais que regem tanto os astros quanto um tecido que cobre um órgão. Spencer, no pequeno libretto *O Progresso, sua lei e sua causa* de 1857, sintetiza grande parte da essência de sua filosofia.

Nele, o inglês procurava definir o progresso a partir do conceito da biologia. Herbert Spencer pensava a evolução como um processo que se dá em todas as camadas do universo, desde o nascimento do Sistema Solar, passando pela formação biológica dos seres e mesmo pelas relações sociais humanas. Tal evolução dar-se-ia na passagem do homogêneo para o heterogêneo. Tal progresso, termo que Spencer pretendia fosse substituído por evolução, não era, contudo, a única força a atuar no universo. Em geral a evolução se dava conjugada com outra força: a dissolução. A evolução seria simples quando ocorria sem a resistência da dissolução, mas em geral o que se percebia era uma interação dessas forças, em que uma delas sobrepujaria a outra. Tal interação, era chamada de evolução complexa, e era sobre esse fenômeno, mais comum no universo, que Spencer procurava se debruçar<sup>145</sup>.

A fórmula de transição do homogêneo para o heterogêneo somente se caracterizaria como evolução, caso a interação de forças tendesse ao equilíbrio ou à coerência. Em outras palavras, haveria casos que não se enquadrariam na evolução, mas em dissolução disfarçada e como exemplos são citados: desordem social, câncer, falência financeira, movimentos revolucionários.

Evolução para Spencer seria uma consequência lógica do conceito básico de matéria e movimento. Considerando-se que existe no universo uma redistribuição perpétua de matéria e movimento, a interação destas forças, sua redistribuição, a dissipação do

---

<sup>145</sup> BECQUEMONT, Daniel. Op. cit., 1992. Pp. 214 – 215.

movimento ou a desintegração da matéria é que formariam o processo evolutivo numa aplicação rigorosa de princípios de continuidade no tempo e no espaço<sup>146</sup>.

Com relação ao progresso dos organismos, as transformações verificadas com a transformação de uma semente em árvore ou de um óvulo em animal serviam ao autor como modelo clássico de progresso, ou seja, a passagem de uma estrutura homogênea para uma estrutura heterogênea. As divisões celulares contínuas, que transformam uma célula embrionária, fazendo surgir tecidos e órgãos com funções diferenciadas, até que a base de um indivíduo adulto estivesse plenamente formada, eram vistas por Spencer como um modelo exato de uma de suas máximas mais conhecidas: a passagem do homogêneo para o heterogêneo. Então afirmava:

“Assim, propomo-nos demonstrar, em primeiro lugar, que essa lei do progresso orgânico é a lei de todo o progresso; quer se trata das transformações da terra, do desenvolvimento da vida à sua superfície ou do desenvolvimento das instituições políticas, da indústria, do comércio, da língua, da literatura, da ciência, da arte, dá-se sempre a mesma evolução do simples para o complexo, mediante sucessivas diferenciações. Desde as mais remotas das transformações cósmicas, de que ainda existem sinais, até aos mais recentes resultados da civilização, vê-se que o progresso consiste essencialmente na passagem do homogêneo para o heterogêneo”<sup>147</sup>.

Para Daniel Becquemont, parece que as leis de desenvolvimento de Spencer convinham melhor ao espírito da época frente ao evolucionismo darwiniano. No primeiro caso, o progresso era visto como resultado de uma cooperação de forças internas e externas, mas que ao final teria como resultado, estruturas mais complexas e melhores adaptadas, que se perpetuariam por hábito ou aprendizagem; na perspectiva da seleção natural de Darwin, as mudanças eram aleatórias sem uma linha geral de progresso que as guiasse<sup>148</sup>.

Há em Spencer, continua Becquemont, certo otimismo messiânico que representa, sem dúvida, uma tendência extrema do evolucionismo, mas todos os que acreditavam no evolucionismo partilhavam ao mesmo tempo a crença na bondade das leis da natureza e na

---

<sup>146</sup> *Idem*. pp. 13 – 14.

<sup>147</sup> SPENCER, Herbert. Do progresso sua lei e sua causa. Lisboa: Ed. Inquérito, 1939. Versão para eBooksBrasil.com. 2002. pp. 5.

<sup>148</sup> BECQUEMONT, Daniel. Op. cit., 1992. pp. 222,

perfectibilidade do Homem. Mesmo Huxley<sup>149</sup>, que recusava o termo otimismo, afirmava com a mesma convicção a existência de uma justiça<sup>150</sup>.

O otimismo spenceriano, contudo, tinha endereço certo: como a grande parte de autores europeus do período, o etnocentrismo também era uma característica de Spencer e a divulgação de seu pensamento em outras partes do planeta poderia gerar, e gerou, uma perspectiva de que na marcha do progresso os menos aptos ficariam pelo caminho. Ser mais apto ou não, a princípio era uma questão de encontrar-se num ponto mais heterogêneo ou menos heterogêneo na escala traçada pelo autor inglês. Porém tal categorização não é isenta de subjetividade como se pode perceber no trecho seguinte:

“Como prova da primeira tese, podemos citar o fato de que no desenvolvimento relativo dos membros, os homens civilizados se afastam muito mais dos tipos placentários que as raças humanas inferiores. As pernas dos papuas, que têm frequentemente os braços e o corpo bem desenvolvidos, são muito curtas, lembrando os quadrúmanos, que não oferecem grande contraste no tamanho das extremidades torácicas e das abdominais. Nos europeus, pelo contrário, é muito visível o maior comprimento e robustez das pernas, apresentando-se neles, portanto, uma maior heterogeneidade entre estas extremidades e as superiores”<sup>151</sup>.

Trechos como o destacado, que não são raros na obra do autor, acabou por gerar o que se conhece como Darwinismo Social, termo que o próprio Spencer jamais utilizou e que não tem qualquer vinculação com Darwin. Em suma, seria a expressão do evolucionismo transposto de seu nicho biológico para as relações sociais, tal qual queria Spencer.

Uma de teoria tão generalizante e, ao mesmo tempo, tão difundida quanto o spencerianismo tendia a ser, antes de tudo, moeda de troca nos debates entre letrados. Citar Spencer poderia ser visto como sinal de erudição ou forma de atribuir credibilidade científica ao discurso. A própria estrutura do conjunto de ideias elaboradas pelo pensador inglês, sua universalidade e aplicabilidade a qualquer nível de discussão favoreceria uma adesão também geral e por isso superficial.

---

<sup>149</sup> Thomas Henry Huxley (1825 – 1895) foi um biólogo inglês defensor ferrenho da teoria da evolução, o que lhe rendeu o apelido de buldogue de Darwin.

<sup>150</sup> BECQUEMONT, Daniel. *Op. cit.*, 1992. pp. 223 – 224.

<sup>151</sup> SPENCER, Herbert. *op. cit.* 2002. pp. 32.

No entendimento de Ângela Alonso, conceitos e teorias estrangeiros passavam por um processo político de seleção, ou seja, os agentes elegiam um conjunto de teorias por razões práticas, as quais seriam “busca de subsídios para compreender a situação que vivenciavam” e “desvendar linhas mais eficazes de ação política”. Dessa forma, muitas vezes, as contradições entre as várias tradições teóricas eram subsumidas pela urgência de argumentos para o debate político<sup>152</sup>.

Embora não tome a perspectiva de Alonso como única chave de leitura, no caso de Spencer ela pode ser bastante útil devido à já citada generalidade das asserções daquele pensador.

A interpretação de Alonso, contudo, tem uma perspectiva geracional, ao tratar-se de um ator social em particular, ainda que inserido na chamada geração dos 70, algumas questões de ordem pessoal passam a ter um peso importante na análise pretendida.

Não se deve descartar, especificamente no caso do positivismo comtiano e do spencerianismo a importância dessas teorias como moeda de troca no debate entre letrados. Capistrano de Abreu, que desde muito cedo era afeito aos estudos, certamente valia-se dos argumentos desses autores em conformidade com os homens de seu tempo. Porém, não se conformava apenas em reproduzir citações extraídas de publicações como a *Revue de Deux Mondes*, por exemplo.

Assim, percebo no caso do historiador cearense tanto a característica da sua geração, que era citar Spencer como arma no debate, quanto sua característica pessoal, que era de não fazer levianamente, mas fazê-lo com verdadeiro conhecimento da obra daquele autor.

As ocasiões em que Capistrano cita Spencer se concentram nas décadas de 70 e menos na década de 80. Depois disso, o autor já maduro, com a ironia que lhe era peculiar, escrevia ao amigo João Lúcio Azevedo: “No tal artigo senti reflexo do modo de discutir de Stuart Mill, Spencer e Buckle, que naquele tempo lia muito, sem entender; hoje não os entendo nem leio”<sup>153</sup>.

Nas já citadas conferências que o jovem Capistrano proferiu acerca da literatura brasileira em 1874, Spencer tinha destaque desde a epígrafe da segunda parte, justamente quando o assunto era a raça. Assim iniciava-se o texto do palestrante:

---

<sup>152</sup> ALONSO. Ângela. Op. cit. 2002. pp. 39.

<sup>153</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.119 – carta a João Lúcio de Azevedo - em 26 de março de 1919.

“A raça pode considerar-se como um agente físico, porém é mais que um agente físico. A inteligência se manifesta pelo sistema nervoso e, se, com Spencer, admitirmos que as mudanças estruturais deste são resultado pouco a pouco acumulado de suas mudanças funcionais; se admitirmos a realidade do atavismo, a raça implica predisposições, é um fator intelectual, superorgânico”<sup>154</sup>.

No parágrafo subsequente, Capistrano, como foi dito anteriormente, sai pela tangente do discurso, dizendo que o modelo proposto por von Martius do “paralelogramo das forças” deveria ser a maneira de estudar as três raças que formavam o povo brasileiro, mas que naquele momento era inexecutável fazê-lo. Dessa forma a sua análise quanto às raças se restringiria aos portugueses.

Ao tratar os portugueses como raça, Capistrano dá sinal de que o significado do termo para ele tinha um papel diferente daquele proposto por Spencer. Embora tomasse a raça como resultado de mudanças funcionais provocadas pelo meio, pela nutrição, pelo clima e por outros fatores, parece relacionar o conceito muito mais a determinada nação do que um modelo mais puramente biológico, no qual as características seriam menos plásticas. O modelo spenceriano ou mesmo o de Taine, nos quais as qualidades inerentes dos grandes grupos raciais (arianos, asiáticos e africanos), não se mostram uma crença fundamentada no caso de Abreu. A percepção de um povo como resultado de uma interação com o meio em que vive de forma mais plástica tem no historiador maior apelo<sup>155</sup>.

A análise dos colonizadores portugueses, feita por Capistrano de Abreu na palestra citada, mostra como muito rapidamente o “caráter instável, ondeante e até sentimental” daquele povo tendiam a ampliar-se rapidamente devido ao desuso das funções, ou seja, a inexistência no Novo Mundo de instituições da metrópole levava a um tipo de degeneração das funções desenvolvidas por aquele povo em sua terra de origem.

---

<sup>154</sup> ABREU, J. Capistrano de. E.E. - 1ª. Série. pp.44.

<sup>155</sup> O conceito de raça relacionado a nação era mais comum nos séculos XVII e XVIII, naquele momento relacionados a mitos de origem. No caso francês, por exemplo, era comum a interpretação da história pela via do mito de encontro de duas raças, francos e galo-romanos. François Guizot era um dos que pensava a revolução a partir da querela das duas raças ou povos (POLIAKOV, Leon. O mito ariano, ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974. pp. 22-23).

Em 1876, na já referida discussão com Silvio Romero, o assunto volta à tona. Naquela discussão, os dois autores citam Spencer, e ao que parece, o fazem como forma de legitimar seus discursos. Como mencionado anteriormente, a questão chave da discussão era o que diferenciava o povo brasileiro do português que o colonizara. Enquanto Silvio Romero defendia que a introdução do elemento negro fazia a diferença, Capistrano argumentava que o índio, como produto das terras brasileiras, era o fator principal para a adaptação dos elementos alienígenas, ou seja, o português e o negro.

Embora Romero acreditasse que o negro fazia a diferença entre o português e o brasileiro, isso não significava que a nação seria mulata para sempre. Valendo-se da lei de Spencer da “sobrevivência do mais apto”, que posteriormente foi radicalizada pelo pensador inglês para a “sobrevivência do mais forte” ou “sobrevivência do melhor”<sup>156</sup>, Romero defendia a tese de que no futuro o Brasil se tornaria um país branco, já que a raça superior haveria de prevalecer.

Romero, ainda guiado pela visão spenceriana, entendia que o índio não poderia ser uma população muito numerosa. Na perspectiva de que o progresso se dá sempre do homogêneo para o heterogêneo, populações primitivas formavam sociedades menos complexas e por consequência menos numerosas. Nas palavras do autor sergipano: “Esqueceu-lhes que os selvagens de nosso país estavam no grau de atraso do homem geológico, o homem da idade da pedra, não podendo ser muito numeroso”<sup>157</sup>.

Capistrano de Abreu defendia a tese de que não somente os indígenas eram uma grande massa populacional quando o europeu chegou às Américas, como foram largamente incorporados à sociedade brasileira. Para sustentar o argumento, já na reedição da discussão em 1880, o autor fundamentava seu argumento em dois pontos: o primeiro era a documentação de cronistas da época que afirmavam o quanto era grande a população dos tupinambás; o segundo ponto era que tal população numerosa não formava uma grande massa, mas um enorme número de pequenas aldeias, muitas vezes hostis entre si. O autor concluía:

---

<sup>156</sup> BECQUEMONT, Daniel. *Op. cit.*, 1992. pp. 231.

<sup>157</sup> ROMERO, Silvio. *Apud.* ABREU, J. Capistrano de. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro. O Globo: 21-1-1976. In: ABREU, J. Capistrano de. . *Op cit.*, 1976. pp. 8.

“Substitua-se, porém, às palavras ‘grande povo’ as palavras ‘pequenas tribos muito numerosas’, que eram mutuamente hostis, inconciliáveis, sem núcleo de resistência comum, e toda a dificuldade desaparece, salva-se a lei de Spencer, respeita-se a lei da antropologia e obedece-se à verdade histórica”<sup>158</sup>.

Dessa forma, a lei de Spencer sobre a qual Romero se baseava permaneceria intocada, já que tal sociedade primitiva não formava uma grande massa, mas um grande número de pequenos grupos. No embate entre autores, o troco era devolvido na mesma moeda: argumentos comuns ao spencerianismo, que por sua generalidade poderiam ser usados pelos dois lados do debate.

Um ponto importante na discussão, porém, é a questão do tempo necessário para que a sociedade nascente se encontrasse adaptada ao novo meio e para que o caráter do brasileiro estivesse enfim formado. Silvio Romero pensava que três séculos de civilização não seria tempo suficiente para mudar fundamentalmente os tipos que formavam a nacionalidade. Capistrano entretanto argumentava que as forças mesológicas, por sua natureza mais persistentes, atuando sobre o elemento humano, mais plástico, deveriam concorrer para a adaptação, e argumenta:

“Por que influi o meio sobre os animais e sobre a sociedade? É porque, embora modificável dentro de certos limites, é ele por sua natureza persistente, pouco plástico, invariável até alguma de suas feições. Ora, a vida segundo a bela definição do grande pensador inglês é uma adaptação das energias íntimas às forças exteriores. Para que a adaptação se dê entre dois elementos, um rijo e cristalizado na imobilidade, outro flutuante, amoldável, caracteristicamente plástico, é preciso que o último ceda. Essa cessão, que constitui o atestado da influência mesológica, é tão natural que com todo o seu enfatuamento de profeta Maomé já o reconheceu. Pelo menos a tradição atribui-lhe estas palavras: ‘já que a montanha não quer vir para onde estou, vou para onde está a montanha’”<sup>159</sup>.

Mesmo ao citar Spencer tanto quanto Romero, Capistrano defende uma posição diametralmente contrária a de seu opositor: enquanto o primeiro tomava a raça como cristalizada e, por isso, somente passível de mudança depois de longuíssimo espaço de tempo, o segundo o pensava como plástica e moldável ao meio. Daí a conclusão de que um

---

<sup>158</sup> ABREU, J. Capistrano de. História Pátria. Artigos publicados na Gazeta de Notícias de 9, 10 e 13 de março de 1880. In: ABREU, J. Capistrano de. E. E. - 3ª. Série. pp. 110.

<sup>159</sup> Idem. pp. 106 -107.

intervalo de três séculos seria suficiente para a formação de um tipo brasileiro característico e fundamentalmente diverso do tipo português.

Para tal, o elemento indígena teria o papel fundamental de remir o tempo de adaptabilidade.

“Assim representavam o termo da evolução a que os portugueses e africanos tendiam , e cada progresso que fazia a aclimação das raças vindicas, era um passo que os aproximava dos caboclos”<sup>160</sup>.

O caboclo seria, portanto, o resultado dessa adaptabilidade que aproximara tanto o português quanto o africano do meio no qual ingressavam. Capistrano toma como sinais de tal adaptabilidade o fato de que o caboclo era o personagem central dos contos populares e não o negro ou o mulato. Também na literatura teve-se o indianismo e não o “negrismo” ou o “mulatismo”<sup>161</sup>.

Em 1883, com a tese *Descobrimento do Brasil e seu Desenvolvimento no Século XVI*, Capistrano concorreu à cadeira de Corografia e História do Brasil do Imperial Colégio de Pedro II, vaga pela morte de Joaquim Manoel de Macedo. Na tese, baseado em uma carta de certo Fróes a D. Manuel, rei de Portugal, procurou descrever de alguma forma o tipo de interação que se dava entre os reinóis que aqui aportavam e a população indígena. O citado Fróes, conforme o autor: “por suas explicações embaraçadas e lamuriosas (...) parece não ter sido nada mais do que um desertor”<sup>162</sup>.

No convívio do português com os índios, descrito pelo autor, é perceptível que, ao pensar na interação entre portugueses e nativos, a troca não estaria restrita à visão da mistura racial, mas as trocas culturais que se dariam entre os dois povos.

“E não só tinha de adaptar-se à alimentação dos brasis, como tinha de se adaptar aos processos empregados para obtê-la; tinha de empregar os mesmos processos de pesca, tinha de recorrer aos mesmos processos de agricultura, apenas facilitados pelo conhecimento e uso dos metais.

---

<sup>160</sup> Idem. pp. 116.

<sup>161</sup> Idem. pp. 118.

<sup>162</sup> ABREU, J. Capistrano. *Descobrimento do Brasil, seu desenvolvimento no século XVI – tese de concurso à cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II (1883)*. In: \_\_\_\_\_. *O Descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp. 49



Além disso, ele tinha de se adaptar mais ou menos à mentalidade e à moralidade ambientes: as lendas que lhe contavam os naturais, as visões que os alucinavam, as abusões ou antes, as fórmulas propiciatórias, que tinha em tão grande número, tudo isto devia pouco a pouco ir-lhe minando o cérebro e produzindo revoluções mais ou menos profundas.

Também por seu lado, ele devia influir sobre os brasis, e ensinar-lhes muitas artes que não sabiam”<sup>163</sup>.

Fróes é tomado pelo autor como exemplo da interação mais extremada que poderia se dar entre os portugueses e os nativos. Quase um “experimento”, no qual outras variáveis estariam isoladas. Capistrano leva em conta que, naquele caso, o português se encontrava numa posição bem mais suscetível a mudanças devido ao seu isolamento. Mas, tais homens que foram os primeiros a conviver de forma isolada com os indígenas se convertiam em modelos, pois se tornavam uma espécie de ponte entre as duas sociedades.

A esse tipo de interação Capistrano chama de “mestiçagem moral”, a qual se apresentava em diferentes gradações: desde aqueles que se impunham e dominavam sem muito receberem de influência dos nativos a outros que se entregavam de tal forma à cultura nativa, a ponto de chegar até mesmo à antropofagia. Entre os dois, havia aquele que conseguia viver bem com os nativos da terra e com os europeus.

Na tese a menção a Spencer é bem mais discreta que no debate com Silvio Romero em 1876 e sua reedição em 1880. Um exemplo é o trecho no qual Capistrano afirma: “Parece, porém, que aqui se confirma ainda uma vez a lei da evolução do simples para o complexo”<sup>164</sup>, sem, no entanto, nomear o inglês como autor da lei citada. Percebe-se que Capistrano procura mais se ater ao perfil psicológico e às trocas culturais. Embora também não seja citado, é perceptível um olhar taineano sem a visão arquetípica da raça presentes em Taine e mais ainda em Spencer.

A generalidade do spencerianismo e a conseqüente abrangência da sua utilização independentemente de que lado do embate se encontrasse, fazia o autor inglês ser muito citado no debate dos anos setenta e oitenta no Brasil. Capistrano de Abreu demonstrava conhecer bastante o argumento de Spencer e utilizar também algumas de suas máximas, como o desenvolvimento de uma estrutura mais simples para uma mais complexa. Entretanto,

---

<sup>163</sup> *Idem.*

<sup>164</sup> *Idem.* pp.47.

percebia as raças como mais plásticas, numa interação mais direta com o meio do que a chave racialista do sergipano Silvio Romero ou do próprio Spencer.

### 1.5 - Auguste Comte (1798 – 1857):

Auguste Comte foi outro autor citado algumas vezes por Capistrano de Abreu. No embate entre Comte e Spencer, o brasileiro parecia tender mais para o segundo, embora afirme José Honório Rodrigues que Capistrano seguia Spencer com a resolução de deixá-lo na estrada caso encontrasse outro melhor<sup>165</sup>. Percebe-se que sua filiação a Comte não contava, portanto, com o fervor religioso de alguns dos seguidores do filósofo francês; o que não o impediu, como muitos de sua geração, de participar de leituras positivistas aos domingos<sup>166</sup>.

Na geração de 1870, positivistas brasileiros eram bastante ativos politicamente na corte. Ângela Alonso destaca que entre, 1881 e 1884, o movimento publicou 39 opúsculos sobre temas do dia, tais como a pátria, a universidade, a liberdade espiritual e a secularização dos cemitérios, o projeto do casamento civil, abolicionismo, cartas a autoridades, separação de Igreja e Estado e muitos outros<sup>167</sup>.

José Murilo de Carvalho ressalta que os positivistas foram os principais manipuladores de símbolos da República<sup>168</sup>. Enquanto Emília Viotti da Costa afirma que a infiltração do pensamento positivista nos meios militares explica em parte a adesão destes à República<sup>169</sup>.

A difusão do positivismo no Brasil fazia contudo que houvesse dissonâncias quanto às posições positivistas, mesmo entre aqueles que se encontravam filiados ao apostolado. Muito alarde fez, em 1881, a disputa entre Miguel Lemos e J. Raimundo de Mendonça. O primeiro protestava junto aos órgãos de imprensa, bem como diretamente ao chefe da

---

<sup>165</sup> RODRIGUES, J. Honório. In: ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp. XXV.

<sup>166</sup> *Idem.* pp. XXXIV.

<sup>167</sup> ALONSO, Ângela. *op. cit.*, 2002. pp. 205 -206.

<sup>168</sup> CARVALHO, J. Murilo de. Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. pp. 139.

<sup>169</sup> COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. Pp. 332.

corrente positivista ortodoxa na França, Pierre Laffitte, por ser Mendonça diretor da Sociedade e ao, mesmo tempo, possuidor escravos<sup>170</sup>.

O positivismo teve sua origem na França, no século XIX. Seu idealizador foi o francês Auguste Comte, nascido em Montpellier em 1798 e, quando rapaz, foi aluno da *École Polytechnique* de Paris, destacando-se em ciências exatas, especialmente em matemática. Nos anos de 1817 a 1825, Comte dividia-se entre os estudos e o movimento republicano e se tornou colaborador do Conde Henri de Saint-Simon. Estava ainda ligado ao Conde quando, em 1824, publicou *Système de Politique Positive*.<sup>171</sup>

Após a morte de Saint-Simon, no ano seguinte àquela publicação, Comte deu início ao seu conhecido *Cours de Philosophie Positive* publicado em seis volumes entre 1830 e 1842, no qual fundou o sistema que o tornou conhecido como um dos fundadores da Sociologia.

Em conformidade com seu “Curso de Filosofia Positiva”, cada ramo do conhecimento humano passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: o estado teológico ou fictício; o estado metafísico ou abstrato; e o estado científico ou positivo. Em outras palavras, o espírito humano emprega, por sua natureza, sucessivamente, três métodos de filosofar, que parte do teológico, passa pelo metafísico e chega finalmente ao positivo<sup>172</sup>.

Os três métodos seriam necessários no desenvolvimento da humanidade como um todo e das pessoas individualmente. Comte justificava tal hipótese da seguinte forma: no estado teológico, os fenômenos são apreendidos como expressão de agentes sobrenaturais, os quais intervêm arbitrariamente e por meio dos quais se explicam todas as anomalias do universo; no estado metafísico, os agentes são substituídos por forças abstratas inerentes aos diversos seres do mundo e concebidas como capazes de engendrar todos os fenômenos observados e, por fim, no estado positivo, o espírito humano renuncia a procurar a origem e o destino do universo, para preocupar-se unicamente em descobrir “graças ao uso bem

---

<sup>170</sup> CARVALHO, J. Murilo de. *Op. cit.*, 2003 pp.134 e KURY, Lorelai. *Nation, race et fétichisme: la Religion de l'humanité au Brésil*. In: *Revue D'histoire des sciences humaines*. Paris: Septentrion presses universitaires 2003. pp. 125 - 137.

<sup>171</sup> GREENE, John C. “*Biology and social theory in the nineteenth century: August Comte and Herbert Spencer*”. In: *Critical Problems in the history of science*. Madison: Wisconsin Press. 1959, p. 420.

<sup>172</sup> COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*, 1ª. Lição. In: *Os Pensadores*. Nova Cultural, 1991. pp. 4.

combinado de raciocínio e observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e similitude”.<sup>173</sup>.

A inspiração de Comte para formular os três estágios sucessivos da civilização não vinha da biologia. Nesse período de sua obra, rende louvores ao anatomista Marie François Xavier Bichat (1771 – 1802) e a Franz Joseph Gall (1758 -1828), criador da frenologia. Segundo Comte, foi através do frenologista que se demonstrou cientificamente a preponderância do afetivo sobre o intelectual na natureza humana<sup>174</sup>.

Conforme Canguilhem, a concepção de meio Comteana também teve sua origem na mecânica newtoniana. Para físicos mecânicos franceses do século XVIII, o meio era o que se entendia por fluido, o que na física newtoniana era conhecido como éter. Um problema para os mecânicos da época era responder questões relativas a ação de dois corpos distintos antes que se tocassem, e o “fluido” ou “éter” era, para Newton, aquilo que preenchia o espaço intermediário entre os dois corpos.

Mecanicistas franceses do século XVIII começaram a empregar o termo “meio” para aquilo que Newton concebia como “flúido”. Lamarck, indiretamente via Newton e de forma mais direta via Buffon, passa a utilizar o termo no plural, “meios”, ainda com o sentido de “fluidos”, tais como água, ar, luminosidade. Ao referir-se a “meio” no sentido que hoje entendemos, Lamarck valia-se do termo “circunstâncias influentes”.

Augusto Comte na sua XL lição do *Curso de Filosofia Positiva* propôs, a partir da mecânica newtoniana, uma noção de meio como um neologismo de aplicabilidade para a biologia em geral. Tal noção teria, assim, o sentido ampliado de “fluido”, no qual um corpo se encontra mergulhado, para também “o conjunto de substâncias exteriores necessárias à existência de cada organismo”<sup>175</sup>.

Comte cria assim uma concepção dialética entre meio e organismo, utilizado amplamente pela biologia; definiu a relação entre o “organismo apropriado” e o “meio favorável” como um conflito de poderes. Assim, o sistema ambiental não modificará um organismo sem que este exerça de sua parte uma influência correspondente. Tal relação sugere uma aplicação direta da lei mecânica da ação e reação.

---

<sup>173</sup> *Idem.*

<sup>174</sup> GREENE, John C. *op. cit.*, 1959. pp. 425.

<sup>175</sup> CANGUILHEM, Georges. *Les vivant e sons milieu. In: La connaissance de La vie.* Paris: Hachette, 1952.

Para John Greene, Comte teria uma visão restrita no campo da biologia, seu maior interesse seria a anatomia e a fisiologia, as quais se constituiriam para ele na “biologia propriamente dita”. Provavelmente o autor pensaria dessa forma devido à perspectiva biológica de Comte ter se ligado à perspectiva de Cuvier<sup>176</sup>, a que era a fixidez das espécies<sup>177</sup>, por pensar a natureza a partir da “Grande Cadeia do Ser”<sup>178</sup> e não à perspectiva lamarkiana de um evolucionismo ilimitado.

Entretanto, o que se percebe é que Comte nem aderiria totalmente a perspectiva de Cuvier e tampouco descartava Lamarck como um todo. Embora rejeitasse a perspectiva de tempo em Lamarck, na qual as modificações ocorreriam indefinidamente e num tempo ilimitado, considerava a herança dos caracteres adquiridos como um “princípio incontestável”<sup>179</sup>. Portanto, ainda que as espécies fossem vistas como fixas, estas herdariam de seus progenitores pequenas alterações advindas do esforço contínuo por sobreviver.

O que o autor rejeitava, contudo, é que grandes alterações no meio trouxessem grandes alterações nos organismos, pois estas provocariam a extinção e não a adaptação. Modificações eram admitidas como algo geracional e progressivo, tal qual imaginava os três estados - teológico, metafísico e positivo -, os quais também apontavam para o equilíbrio, o estado positivo, no qual o homem poderia abandonar os seus intentos de

---

<sup>176</sup> George Cuvier (1769 -1832) foi destacado naturalista, anatomista e paleontólogo francês. Seu laboratório, no qual recebia espécies de coletores de várias partes do mundo, foi descrito por Charles Lyell como o *Sanctum Santorum*. (GOULD, S. Jay. A galinha e seus dentes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992:94).

<sup>177</sup> “Cuvier observara que os animais mumificados nas tumbas egípcias eram fisiologicamente idênticos aos de seu tempo, o que era usado como argumento para a fixidez das espécies frente às mudanças geográficas. Mesmo se comparassem animais atuais de *habitat* mais pobres ou mais ricos, ou de climas quentes ou frios, as modificações percebidas seriam sempre de características não essenciais.

Para Cuvier, as gritantes diferenças percebidas entre os fósseis encontrados em diferentes extratos e os animais atuais somente poderiam ser explicadas por catástrofes subseqüentes que destruíssem de forma devastadora aquelas espécies e então uma nova criação reiniciaria o processo de povoamento da área destruída com espécies que não teriam qualquer elo com as anteriores. Estariam definidos então três princípios básicos para a interpretação da vida elaborada por Cuvier: a fixidez das espécies, o catastrofismo e o criacionismo” (SOUSA, 2006: 28-29).

<sup>178</sup> Segundo a concepção da “Grande Cadeia do Ser”, o universo era organizado de forma linear e verticalizada tendo na base minerais ou cristais, acima destes as plantas e animais e posteriormente homens e terminando com os anjos.

<sup>179</sup> COMTE. A.. *Apud*, GREENE, J. *op. cit.* 1959. pp. 423.

controlar uns aos outros e se unir no esforço de aumentar a sua felicidade ao controlar a natureza<sup>180</sup>.

A relação dialética, com base na mecânica newtoniana, concebida por Comte e apropriada por Buckle, como viu-se no início deste capítulo, foi amplamente utilizada por Capistrano de Abreu em todas as fases de sua historiografia.

Como mostrei na primeira parte desse capítulo, ao deparar-se com o argumento de Buckle, segundo o qual a fertilidade e a exuberância da natureza brasileira não deixavam espaço ao homem para progredir, Capistrano buscou socorro no argumento comtiano da chamada lei do *consensus*. Tal lei foi aplicada à sociologia por Comte, o que reconheceu Spencer, inimigo do positivismo comtiano.

Essa lei, amplamente utilizada por evolucionistas, é também conhecida como “correlação entre as partes”, ou seja, se o organismo, em via da pressão do meio, sofrer alteração em uma parte, as outras partes tendem a acompanhar a modificação dando-lhe sustentabilidade e alterando-se por consequência.

O jovem Capistrano, em 1873, com vinte anos, recorreu a tal lei, ao afirmar:

“Estudemos agora elementos que o exercício de alguma sorte transformou as condições estáticas. Ainda que aqui aparecerá a lei sempre verdadeira e ativa, a lei do *consensus*, porque mesmo onde o desenvolvimento é mais importante e mais definitivo, mostram-se o empirismo e a aprendizagem de que falei”<sup>181</sup>.

O jovem Capistrano continua o seu raciocínio e declara: “Destes elementos consideremos em primeiro lugar a agricultura”, a qual teria “ainda muitos progressos a operar para completar sua expansão”, como consequência do progresso agrícola surgiria o comércio, o qual tenderia a se desenvolver e dar apoio a uma pequena atividade industrial. Tudo isso levaria a um desenvolvimento da literatura e das artes em geral<sup>182</sup>.

O argumento do historiador, aos vinte anos, é um tanto idealizado e ingênuo, próprio de sua pouca idade, mas é importante observar que em seus escritos na maturidade a relação dialética entre meio e sociedade presente em Comte e também em Buckle se pode

---

<sup>180</sup> *Idem.*

<sup>181</sup> ABREU, J. Capistrano de. E. E. - 1ª. Série. pp. 55.

<sup>182</sup> *Idem.*

ainda perceber, como exemplificado no caso da ocupação dos sertões em que o gado teve papel fundamental.

Essa de perspectiva com relação ao meio pode ter levado também o historiador a aprofundar seus estudos com relação à antropogeografia, com a qual teve contato no Rio de Janeiro a partir dos seus estudos de alemão. Em 1917, em carta ao amigo João Lúcio de Azevedo, escreveu Capistrano:

“Aqui no Rio só fiz duas aquisições: saber do alemão o bastante para lê-lo na rede, sem estar me levantando a cada instante para recorrer ao dicionário; e através de Wappoeus (sic.), Poschel e Ratzel compreender que a geografia é tão bela ciência como difícil”<sup>183</sup>.

Em 1884, Capistrano participou com o amigo Alfredo do Valle Cabral da edição da primeira parte da “Geografia Física do Brasil Refundida”, com base na obra do alemão Johann Eduard Wappäus (1812–1879). Na revisão da obra contou com vários colaboradores e a Capistrano coube a tradução do original para o português, além da apresentação, coordenação, o corte de diversas minúcias e muitos dos acréscimos.

A obra tencionava dar impulso aos estudos geográficos no Brasil. O texto inicia por dar uma descrição física com capítulos dedicados à latitude, longitude, superfície, temperatura, principais bacias, salubridade, flora, fauna e termina com um capítulo dedicado à população atual e os índios independentes.

O último capítulo mencionado inicia com dados estatísticos da população, a seguir fala detalhadamente sobre os tipos mestiços encontrados e depois atém-se aos grupos indígenas chamados índios independentes. Percebe-se neste esforço grande atenção em não generalizar essa parte da população. Capistrano recorre para isso aos relatos de von Martius, alegando, contudo, que a classificação dos indígenas proposta pelo bávaro deveria ser aceita “temporariamente e em falta de melhor”<sup>184</sup>.

É interessante notar que a figura do indígena tem no início da obra de Capistrano uma classificação bastante geral, mas com o passar do tempo passa ser estudada de forma a

---

<sup>183</sup> ABREU, João Capistrano de . CCA. - vol.2. pp.38 - Carta a João Lúcio de Azevedo em, 19 de março de 1917.

<sup>184</sup> WAPPÄUS. Geographia física do Brasil, vol.I – A terra e o homem. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1884. pp. 409.

identificar os diversos grupos indígenas do território nacional. O estudo das línguas indígenas se insere em tal esforço classificatório.

Arno Welhing ressalta o positivismo como uma influência importante para Capistrano de Abreu entre 1874 e 1880 e afirma que tal influência vai se diluindo gradualmente “sob o duplo impacto das demais leituras científicas e da documentação”<sup>185</sup>.

Tal qual Welhing, a maioria dos autores tende a destacar a vinculação de Capistrano ao positivismo como fundamental, ao menos nos anos de sua juventude. José Honório Rodrigues assinala que: “Capistrano veio do positivismo de Buckle, Comte, de Spencer e até mesmo das leituras positivistas do Centro aos domingos, para as teorias alemãs na História e mais radicais na política”<sup>186</sup>.

Note-se que, no trecho, Rodrigues trata como positivismo três diferentes linhas de pensamento, que, ainda que tenham afinidades, no entanto, partilham, de concepções bastante divergentes. Tanto que, como mostrei anteriormente, Buckle considerava a Religião da humanidade, proposta por Comte uma monstruosidade. Quanto a Spencer, ao ser tratado elogiosamente como um “discípulo de Comte”, fez questão de dedicar um capítulo de um livro de 1864 em desagravo, no qual enumerava as razões pelas quais teria se separado de Auguste Comte.

Em geral, trata-se o positivismo, mesmo nos meios acadêmicos, por um conjunto de conceitos bem mais amplo do que tão somente as ideias propagadas por Auguste Comte. No entanto, em seu tempo, os autores frequentemente abarcados por tal generalização resistiam fortemente ao serem denominados como tais.

Muitos conceitos criados ou popularizados por meio do positivismo de Comte tiveram grande repercussão no século XIX e, em uma visão *a posteriori*, levam a ser classificados de forma homogeneizante. A *Lei do consensus*, que figurou nos escritos juvenis de Capistrano é um bom exemplo do caso; ela postula que “Nada existe fortuito; tudo é regular, tudo é necessário, tudo concorre; modificar uma parcela é modificar o total”. Tal lei, ainda, que com nomes diferentes, teve grande circulação em meio aos autores, como o próprio Spencer.

---

<sup>185</sup> WELHING, Arno. *op. cit.*, 1992. pp. 329.

<sup>186</sup> RODRIGUES, J. Honório. In: ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. *Op. cit.*, 1977. pp. XXXIV.



Lilian Martins (2004) em seu estudo sobre Spencer e o Neolamarckismo, observa ter Spencer comentado sobre a referida lei, ao ser esta tratada por Darwin tanto na *Origin of Species* como na *The variation of animals and plantes under domestication*. Embora naqueles textos o conceito fosse equivalente, a lei era ali denominada *Correlação entre variações*. Para Darwin, quando uma parcela de um ser vivo era modificada pela seleção natural ou mesmo pela seleção artificial, outras partes também sofreriam modificações, dando suporte àquela mudança original. Contudo, Darwin não chegava explicar como tais mudanças subsequentes se processavam.

Spencer então recorria a Lamarck, o qual postulava que ao se modificar uma parte, as outras consequentemente sofreriam modificação pelo uso. Em outras palavras, ao modificar-se uma parte, as outras correlatas seriam exercitadas, acarretando mudanças em músculos, ossos enfim toda a estrutura. Tais mudanças seriam então transmitidas às gerações subsequentes<sup>187</sup>.

O exemplo citado mostra que na circulação de ideias há pontos comuns que, se elencados de forma aleatória, podem induzir o pesquisador a classificar como adeptos de uma ideia, no caso o positivismo, diversas correntes bastante distintas.

Josiane Oliveira (2011), em sua tese de doutorado, mostra como o conceito de positivismo era abrangente mesmo no século XIX.

“Em seu artigo *L’Histoire dite positiviste em France*, Carbonel (1978) procurou demonstrar como no final do séc XIX, um grupo de intelectuais à frente da *Revue Historique* fundada em 1876, por Gabriel Monod, organizou o ensino superior e a pesquisa histórica na França, reunindo nomes como Renan, Taine e Fustel de Coulanges aos mais jovens como o próprio Monod, Ernest Lavisse, Albert Sorel, Paul Vidal de la Blanche; alguns dos quais tido como representantes do positivismo nunca teriam assumido uma relação direta com Comte. Suas principais características estavam em entender o conhecimento histórico como estritamente científico e, na linguagem da época, isso queria dizer positivismo, sem necessariamente querer dizer comteano”<sup>188</sup>.

---

<sup>187</sup> MARTINS, Lílian Al-Chueyr P. Herbert Spencer e o Neolamarckismo: um estudo de caso. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C.; SILVA, C.C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º. Encontro. Campinas: AFHIC, 2004. pp 284.

<sup>188</sup> OLIVEIRA, J. Roza de. *op. cit.*, 2011:46.

Certamente as leituras positivistas que Capistrano de Abreu frequentou aos domingos durante determinado período de sua vida eram tão ou mais heterogêneas em sua adesão a Comte quanto as que aconteciam do outro lado do Atlântico.

Tomei por procedimento no presente trabalho, tratar por positivismo tão somente o que se refere aos postulados de Auguste Comte, pois acredito que num trabalho no qual trato do diálogo entre Capistrano de Abreu e autores de sua época, uma generalização desse nível poderia gerar algumas interferências desfavoráveis, logo a vinculação de Capistrano de Abreu a Buckle, Taine ou Spencer nos anos de juventude não são classificadas aqui como “positivismo”.

Como ficou dito, nos escritos de sua juventude, Capistrano citou Comte, inclusive a *Lei do consensus*. Sua vinculação, contudo, era restrita a alguns postulados e assumia algumas posições críticas quanto àquele autor. Nos anos de maturidade, Capistrano viria a dizer o positivismo uma camisa-de-força<sup>189</sup>.

Procurei, no presente capítulo, mostrar por meio do diálogo de Capistrano de Abreu com autores que fizeram parte de sua formação algumas continuidades na construção da “história pátria” intentada pelo autor. Dentre tais permanências, destaco alguns pontos, como a importância do meio na formação do brasileiro, a perspectiva não racalista dos diversos elementos que formaram a nacionalidade, a perspectiva das manifestações culturais e artísticas como expressão da sociedade que a produz e a noção do índio como o elemento fundamental na adaptação dos elementos exógenos ao novo meio.

Todos esses pontos derivam, em maior ou menor grau, da noção de interação entre o meio físico e a sociedade de forma bastante dinâmica num modelo de ação e reação.

No próximo capítulo, procuro analisar o diálogo com o método de Leopold von Ranke (1795 – 1886) na perspectiva histórica de Capistrano, a partir da sua mudança para a corte e o contato com a documentação da Biblioteca Nacional. Há assim um amadurecimento do historiador e apuro do seu método, sem que abandone algumas noções básicas da sua formação, e sim uma adaptação de conceitos iniciais à luz de novas metodologias com as quais veio a entrar em contato.

---

<sup>189</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.41 – carta a João Lúcio de Azevedo - em 27 de março de 1917.

## II.

### 2. Um Paletó para meus botões – O Método de Capistrano de Abreu:

Capistrano de Abreu tornou-se uma figura emblemática na intelectualidade brasileira nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Sua personalidade bastante particular rendeu-lhe uma série de anedotas e pequenos relatos com as quais seus biógrafos, após sua morte, construíram um verdadeiro monumento à sua memória.

Rebeca Gontijo (2006), em sua tese de doutorado, atenta para o fato de que tais biógrafos na construção da memória de Capistrano elencam casos desde as histórias do menino do interior, que era mais afeito aos livros do que aos brinquedos infantis, e do jovem estudante que tinha notas medíocres na escola e não se adaptava ao ensino formal, até o Capistrano adulto, vivendo na corte, conhecido por sua aparência desmazelada, sua aversão à pompa dos eventos sociais e sua crítica mordaz.

Um desses casos, ou talvez pura anedota, é relatado por Rodrigo Otávio Filho, segundo o qual Capistrano, que tinha fama de usar o mesmo terno até o fim do tecido com o qual era confeccionado, dirigiu-se ao alfaiate com três botões em sua mão, únicas partes que restaram de um de seus surrados paletós, e, compenetrado, perguntou “Poderia o senhor fazer-me um grande favor de pregar um paletó nesses botões?”<sup>190</sup>.

Embora o caso soe mais convincente como anedota do que fato ocorrido, ele nos serve para apontar algo de pessoal na metodologia de Capistrano de Abreu com o qual já se travou contato no primeiro capítulo desta tese: é o fato daquele autor jamais “jogar fora a criança com a água da bacia”. Em outros termos, ainda que Capistrano viesse a travar contato com novos autores ao longo de sua vida, simplesmente não descartava por completo sua bagagem conceitual, mas dela aproveitava ao menos “os botões”.

---

<sup>190</sup> OCTAVIO FILHO, Rodrigo. *A Vida de Capistrano de Abreu*. Revista do IHGB. *op. cit.* (221): 61. 1953.

No primeiro capítulo, percebe-se esse tipo de atitude na discussão com Silvio Romero acerca do caráter do brasileiro. Se nos anos juvenis a leitura de Buckle era tomada quase como uma “profissão de fé”, já na disputa com Romero há uma interface entre os escritos do autor inglês, as leis de Spencer e os documentos históricos com os quais travou contato na Corte.

Tal atitude seria, na análise de Welhing, um marco de transição do cientificismo para o historicismo na trajetória de Capistrano de Abreu. Ou seja, uma tentativa do historiador de conciliar embasamento teórico com a documentação histórica<sup>191</sup>.

Em verdade Buckle experimentou uma rápida difusão de sua obra pela Europa e Américas nos anos em que publicava, porém, após sua morte precoce em 1862, rapidamente seus escritos caíram no ostracismo. Capistrano, que não era alheio às disputas no campo historiográfico do Velho Mundo, também passa a questionar princípios científicos do autor inglês.

## **2.1 – Declínio de Buckle:**

Tal qual demonstrei no capítulo anterior, Henry Thomas Buckle, conquanto fosse um apóstolo irredutível da ciência, pensava que esta se completava pela arte. Havia para ele uma inerente tensão entre ciência e arte. De sorte que a boa história era aquela que se construía no exato ponto de equilíbrio da mencionada tensão.

Para Buckle a poesia representava um lugar especial das artes que se aliam à ciência. Enquanto, o cientista contemplava a natureza buscando entendê-la, o poeta a contemplava confiando em suas emoções. Como a emoção faz parte da mente humana, a ciência não poderia abrir mão da poesia no estudo do homem<sup>192</sup>.

Nos dois volumes de *História da Civilização na Inglaterra*, Buckle tinha a preocupação de que a leitura fosse fácil e agradável. Sua pretensão era que o conhecimento científico fosse disseminado pela massa da população a fim de que a sociedade melhorasse seu autoconhecimento, livrando-se assim do determinismo e do livre arbítrio. Esta forma

---

<sup>191</sup> WELHING, Arno. *op. cit.* 1992. pp. 366.

<sup>192</sup> HESKETH, Ian. *The Science of history in Victorian Britain*. London: Pickering & Chato, 2011. pp. 26 -27.

bastante clara e quase romanceada de escrever a história levou Buckle a uma rápida difusão de sua obra nos meios literatos dentro e fora do continente europeu.

Segundo Ian Hesketh (2011) em seu livro sobre a historiografia na Inglaterra do século XIX, Buckle era tão popular em seus dias que em 1859 seus escritos eram tidos como tão revolucionário quanto a *Origem das Espécies* de Darwin. Sua fama era tanta que, em 1858 ao fazer uma palestra no *Royal Institute* nem ele próprio conseguiu lugar para acomodar todos os seus convidados<sup>193</sup>.

Além de sua morte prematura, outro motivo fez com que Buckle desaparecesse tão rápido quanto surgira: foi a forte resistência sofrida na academia, principalmente na própria Inglaterra.

Buckle, em sua perspectiva eurocêntrica, tinha por ambição perscrutar as circunstâncias pelas quais os grandes países europeus gozavam de um grau de desenvolvimento moral, intelectual e legislativo maior do que o de outras nações. Porém, sua saúde era precária e, para levar avante seu intento, chegou a ter em sua biblioteca particular um impressionante número de 20.000 exemplares, adquiridos com a fortuna que herdara de seu pai. Sua herança não só lhe permitiu o conforto de pesquisar em sua própria biblioteca, como o de não ter que trabalhar para gerir seu sustento.

Ele não era contodo um pesquisador de gabinete, além da leitura, o inglês procurava viajar por diversos países e aprender a língua de cada lugar por onde passava. Foi numa dessas viagens, em Damasco, no ano de 1862, que Buckle faleceu vitimado pela febre tifóide.

O segundo motivo pelo qual Buckle não somente foi esquecido, mas tornou-se referência como modelo não científico de fazer história, foi justamente sua tentativa de pensar a ciência associada à arte.

Na Inglaterra seus opositores costumavam chamá-lo jocosamente de *English Comte*, numa referência à admiração que Buckle rendia àquele autor<sup>194</sup>, o qual considerava o mais inteligível pensador francês desde Descartes<sup>195</sup>.

---

<sup>193</sup> *Idem.* pp. 13.

<sup>194</sup> Se por um lado a percepção do progresso da humanidade era algo bastante marcante, no pensamento do *English Comte*, a tentativa de interferir nesse progresso por meio de uma utopia qualquer, não fazia parte do pensamento de Buckle.

A religião da humanidade imaginada por Comte era vista pelo inglês como um sistema político monstruoso e impraticável (*Idem.* pp.20).

Além da resistência inglesa à filosofia da história francesa, havia, na luta pela hegemonia do saber histórico, uma forte tendência à vertente que pensava a história pautada no modelo das ciências naturais, ou seja, a ciência com suas bases calcadas na observação, na análise e leitura de documentos. A história vinculada à arte e à narrativa era tomada como sinal de ingenuidade ou afetação<sup>196</sup>.

A discussão acerca do método da construção da história, e se a história era ou não ciência já estava bastante acalorada em fins do século dezenove. Buckle, com suas afirmativas polêmicas e sua crítica ao método histórico abraçado por seus pares ingleses, ficava em evidência e era alvo constante de críticas. Os historiadores ingleses, se avessos aos franceses, viam com muito mais simpatia a metodologia da história provinha da Alemanha, de onde a voz de Leopold von Ranke já se fazia ouvir. Propunha ele, um novo método histórico no qual o historiador não teria o papel de julgar os atos do passado ou instruir o presente para benefício das eras futuras, como era habitualmente proposto pelos historiadores. Cabia ao historiador apenas mostrar o que realmente ocorrera e fazê-lo de forma imparcial<sup>197</sup>.

## **2.2. A Crítica a Buckle na Inglaterra e o embate de ideias:**

Um dos críticos de Buckle na Inglaterra teve sua formação na Alemanha e era visto como autoridade na metodologia histórica germânica. Seu nome era John Emerich Edward Dalberg - Acton (1834-1902). Para Lord Acton, Buckle confundia “tendências” com leis fixas, o que fazia com que seus estudos históricos entrassem por caminhos enganosos. Em outros termos, Buckle tomava tendências estatísticas como se fossem leis.

Além disso, a visão de Lord Acton da história, em consonância com a perspectiva rankeana, era calcada em grandes personalidades, as quais eleitas pela providência faziam com que o propósito Divino para uma determinada era se concretizasse. Tal perspectiva entrava em choque frontal com os escritos de Buckle que, segundo Acton, não voltava seu olhar para o indivíduo na história, mas apenas para a turba, a massa.

---

<sup>195</sup> *Idem.* pp. 19.

<sup>196</sup> HARTOG, François. Passados Recompuestos – Campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998. pp. 194.

<sup>197</sup> HESKETH, Ian. *op. cit.*, 2011. pp. 38.

Mesmo que a massa fosse objeto de estudo, era necessário investí-la com o mesmo tipo de “personalidade individual”, com “desejos”, “paixões”, “caráter”; ao passo que Buckle tinha uma perspectiva bastante mecanicista da humanidade.

Lord Acton julgava ser a obra de Buckle nada mais do que filosofia positivista mascarada em ciência. Em suma, era categórico: “A ciência histórica de Henry Thomas Buckle não é história e nem tão pouco ciência”<sup>198</sup>.

Tanto em Oxford como em Cambridge, os dois principais centros de produção acadêmica do Reino Unido, Buckle foi tido cada vez mais como contraexemplo do que seria a verdadeira ciência histórica.

Para Ian Hesketh, uma nova concepção histórica, com forte influência germânica começava a crescer na Grã-Bretanha:

“Acton não estava sozinho em suas concepções históricas, ele fazia parte de uma nova escola de historiadores da Grã-Bretanha, uma escola, nas palavras do Regius Professor de História Moderna em Oxford, Goldwin Smith, ‘que não requeria efetivamente nem uma brilhante retórica para sua produção, nem tão pouco generalizações impostas, mas o acuro no detalhe’”<sup>199</sup>.

Outro personagem visto como divisor de águas era Willian Stubbs, professor de História Moderna e Medieval no Trinity College em Oxford; um *Tory*, filiado à Christ Church. Stubbs pensava na construção da história como um trabalho árduo, que requeria tempo, concentração e frequentemente tédio sem recompensa. O historiador não deveria ser, portanto, um gênio ou filósofo, mas um descobridor de fatos que revelassem o passado, e, sobretudo, a providência Divina no destino do Homem.

Se Stubbs rejeitava a filosofia da história ou ainda qualquer determinismo científico que se contrapunha à Providência, em seus escritos deixava claro a simpatia pelas teorias raciais. Na compreensão desse autor, devido ao caráter insular, na Inglaterra, a raça germânica teria se mantido mais pura do que na própria Alemanha, o que era visto como

---

<sup>198</sup> ACTON. *Apud.* HESKETH, I. *op. cit.*, 2011. pp. 42-43

<sup>199</sup> *Idem.* pp. 45.

vantagem<sup>200</sup>. Neste particular, os estudos de Stubbs revelavam o crescimento da perspectiva racial tanto no campo científico como no histórico do discurso da inteligência vitoriana, o que contribuía para um afastamento dos princípios de Henry Buckle, o qual, como mostrei no primeiro capítulo, refutava qualquer explicação racial em sua análise.

O discurso ganhava força com trabalhos como os de John Kemble ou o do filólogo Max Müller que procuravam por meio de estudos linguísticos vincular a língua inglesa à língua ariana original da qual a população britânica descendia. A série de leituras no *Royal Institution*, sob o título de *The Science of Language* (1859 -61), fazia explícitas conexões entre os teutões - fundadores saxões da civilização inglesa - e a superioridade anglo-saxônica<sup>201</sup>.

Edward A. Freeman, outro feroz detrator de Buckle, partilhava a crença de que a filologia provia evidências da continuidade linguística e, portanto racial, na história Inglesa. Freeman, além de amigo próximo de Stubbs compartilhava o mesmo universo referencial do último, embora mais do que um leitor atento de Ranke ou Bacon, Freeman mostrava-se bastante influenciado pelo antiquarianismo e por uma perspectiva eclesiástica da história, com grande influência dos Tractarians<sup>202</sup>, movimento ligado a conservadores anglicanos.

Como Stubbs, Freeman foi eleito *fellow* do Trinity College na Universidade de Oxford e usava de toda a sua influência nas articulações políticas que objetivavam manter à frente das instituições acadêmicas aqueles que partilhavam as suas crenças concernentes à História e à Ciência. Procurava recuperar a língua inglesa, que no seu entendimento se via corrompida por influências estrangeiras, o que redundava também em corrupção da raça.

Após sua morte por varíola em 1892, fez-se menção em seu necrológio, não somente a sua obsessão pelo apuro da língua inglesa, mas também a sua percepção da geografia como relevante elemento a ser considerado no estudo da história. A *Royal*

---

<sup>200</sup> *Idem*. pp. 49 – 50.

<sup>201</sup> Se Buckle pensava na impossibilidade do progresso da civilização no Brasil devido às forças da natureza que tornavam o ser humano diminuto, Stubbs, Kemble ou Müller provavelmente chegariam ao mesmo veredito devido às suas crenças raciais. Dessa forma, Capistrano de Abreu, bem como qualquer historiador que vislumbrasse um futuro para a nação, teria que se movimentar “pelas brechas” desses estudos na construção de uma visão menos pessimista.

<sup>202</sup> Os Tractarians eram um movimento doutrinário que, dentre outras coisas, buscava revogar uma série de práticas protestantes implementadas na Inglaterra desde a era de Henrique VIII. Para melhor compreensão das diversas facções religiosas e suas atuações na Inglaterra nos primeiros sessenta anos do século XIX. ver: CORSI, Pietro, *Science and Religion – Baden Powell and the Anglican debate, 1800 – 1860*. Cambridge University press: Cambridge, 1988.



*Geographical Society* também reconhecia a atenção de Freeman aos estudos daquela disciplina, ao afirmar que os estudos do historiador mostravam a necessidade de lidar com a natureza do país e com o povo que nele vivia tanto quanto com as divisões políticas como fortes influências no caráter nacional<sup>203</sup>.

Esses foram apenas alguns expoentes dos muitos que surgiram em Oxford e Cambridge, partidários de uma perspectiva histórica que radicalizava a influência vinda da Alemanha. O apuro com as fontes e o modo indutivo de construção histórica era visto como o único viável. Desta forma, todos condenavam a perspectiva histórica de Buckle e seu modelo cientificista e “artístico” como uma verdadeira vergonha para a historiografia inglesa.

No entanto, o que se observa é a presença constante de Buckle sendo contradito e também o fato de que questões por ele propostas voltavam frequentemente à tona no escrito de seus oponentes. Estes buscavam novas respostas ou novos enfoques para as mesmas. Isso indica que Buckle, como um homem de seu tempo, foi extremamente atento às questões que inflamavam os seus contemporâneos e, embora tenha sido execrado pelos acadêmicos de Oxford e Cambridge, estes não conseguiram enterrá-lo por completo, já que o seu pensamento era extremamente atual<sup>204</sup>.

Evidentemente vozes dissonantes dos acadêmicos de Oxford e Cambridge surgiam, mas na disputa pela hegemonia do saber histórico qualquer nota fora do tom era massacrada por um batalhão de críticos. Um exemplo claro disso foi quando o *Regius Professor of Modern History* da Universidade de Cambridge em 1860, Charles Kingsley (1819 -1875), fez um discurso surpreendente, no qual criticava sem citar nome, o então vivo, Henry Thomas Buckle e os princípios positivistas da história científica.

Embora crítico a Buckle, principalmente quanto ao fato deste procurar em sua análise histórica ter o olhar voltado para a multidão e não para o indivíduo, Kingsley advogava que estudantes e historiadores, para conhecerem o passado, não podiam se limitar

---

<sup>203</sup> HESKETH, I. *op. cit.*, 2011. pp. 138.

<sup>204</sup> Devo chamar atenção para o fato de que essa observação em certo ponto está em desacordo com a percepção de Ian Hesketh, já que para ele Buckle teria sido completamente esquecido. O que não concordo, já que, tomado de forma unânime como exemplo da mau ciência histórica, os autores ingleses da segunda metade do século XIX se empenhavam e propor novas respostas para questões que ganharam vulto nos escritos de Henry Thomas Buckle.

A negação contundente e continuada, parece-me uma construção de memória, ainda que involuntária.

a examinar a documentação e arquivos, mas era necessário conhecer profundamente os homens e mulheres com os quais tratavam, e que, em última instância, eram os verdadeiros objetos da história. Fazia-se mister aprofundar-se na natureza humana, para isso o estudo das biografias e autobiografias do período eram de imensa utilidade. Assim, historiadores poderiam trazer à vida os mortos, ao reviver suas paixões, seus medos e sentimentos e procurar sentir com os seus próprios, sentimentos de forma a entender o passado a partir dos sentimentos passados, valendo-se para tal da arte<sup>205</sup>.

O título do discurso de Kingsley era “*The limits of exact science applied to history in the Roman and Teuton*”. Se o lugar comum entre historiadores de Oxford e Cambridge era a crítica a Buckle, esta não era suficiente para livrá-lo de pesada repreensão dos que dominavam o saber histórico à frente daquelas duas grandes Universidades. Dentre eles, Edward Freeman, e Max Müller (filólogo) e Willian Stubbs.

Basicamente o que se alegava é que Kingsley não escrevia história, mas romances históricos. Questionava-se assim sua competência como historiador. Sua flagrante visão que aproximava história e arte era alvo de críticas constantes, a ponto de levá-lo a renunciar do cargo de *Regios Professor of Modern History* em Cambridge no ano de 1869, após as duras e constantes críticas de Freeman. Em seu lugar foi empossado John Robert Seeley (1834 -1895), um liberal anglicano, como seu antecessor, mas que acreditava poder retirar princípios científicos dos ensinamentos bíblicos e não via com bons olhos a associação entre história e arte.

Outra voz dissonante nesse universo de historiadores religiosos, e em sua maioria marcados por uma radicalização do método de Leopold Von Ranke, foi James Anthony Froude (1818 – 1894).

A carreira de Froude como historiador foi bastante conturbada. Tudo começou após lançar um livro ficcional chamado *The Nemesis of Faith*. No livro, de forma confessional e autobiográfica, um padre, tal qual ele próprio, partilhava suas dúvidas sobre a divindade de Cristo e sobre a veracidade do Deus pleno de ira do Velho Testamento.

A obra foi queimada publicamente no pátio do Exeter College e Froude foi forçado a demitir-se. Foi encerrada sua carreira sacerdotal e o mesmo tencionava-se fazer com suas

---

<sup>205</sup> HESKETH, I. *op. cit.*, 2011. pp. 61.

pretensões de escrever história. Além do desagravo profissional, veio o social: seu pai deixou de dirigir-lhe a palavra e seu nome foi cortado de todo e qualquer evento familiar.

Froude viu-se totalmente excluído. O único que lhe abriu as portas, colocando em risco sua própria reputação, foi Charles Kingsley, na casa de quem Froude viveu por vários meses e, acabou por casar-se com a cunhada do amigo que o acolheu.

Por meio de Kingsley, Froude conheceu os escritos de Carlyle. Só restava a Froude tentar, de forma independente, desenvolver o seu ofício de historiador. As influências de Kingsley e Carlyle são então evidentes nos trabalhos subsequentes daquele autor. O primeiro ensaio que escreveu foi *England's Forgotten Worthies*, no qual procurava resgatar heróis esquecidos da Inglaterra Elizabethiana. Tais heróis eram piratas, os quais, Froude acreditava, muito fizeram pelo estabelecimento do Império inglês. Tal posição chocava-se frontalmente com a dos historiadores *Tractarians*, tais como Stubbs e Freeman, para os quais os saqueadores do mar eram evidência de uma época de decadência e degenerescência.

Evidentemente, Froude recebeu severas críticas, as quais jamais se arrefeceram com seus muitos trabalhos. Um de seus críticos, Goldwin Smith, afirmava que sua pesquisa não se pautava pelo método, mas pela sua imaginação dramática e pelo perigoso exemplo de Carlyle.

Embora o método dedutivo fosse uma marca da construção histórica de Froude, isto não o fazia um defensor de Buckle. A perspectiva da história nos moldes das ciências naturais era severamente criticada por ele.

“Não podemos nos contentar com explicações científicas dos fatos, argumentava Froude, porque fatos não são pepitas de valor neutro que nos permitem acesso fácil a algum lugar perdido e distante. Eles vêm para nós através das mentes dos que deles se recordam, não máquinas ou anjos, mas criaturas falhas, plenas de paixões humanas e preconceitos. Os historiadores, portanto, não podem ser especialistas em deixarem os fatos falarem por si só, dando a eles uma natureza subjetiva nos documentos primários nos quais estão localizados”<sup>206</sup>.

---

<sup>206</sup> *Idem.* pp. 71.

Froude argumentava que os fatos poderiam ser usados de diferentes formas, logo eles não poderiam simplesmente ser descobertos pelos historiadores, mas interpretados. Assim sendo, a história teria maior afinidade com a poesia do que com as ciências naturais.

Os trabalhos de Froude eram, contudo, calcados em exaustiva pesquisa documental, porém, diferentemente da maioria dos historiadores de sua época, encarava a documentação como base para a interpretação do passado e não como o próprio fato passado.

### 2.3 – Piratas e Bandeirantes:

Evidentemente, Capistrano de Abreu encontrava-se muito distante das querelas inglesas para tomar conhecimento das entranhas desse processo. Porém, o panorama que traçamos sobre as disputas pela hegemonia do saber histórico no Reino Unido de Buckle mostra o quanto ideias e saberes divergentes se chocavam naquele contexto.

Certamente não se pode tomar a Inglaterra como uma espécie de microcosmo das disputas que se davam na Europa ou no restante do mundo ocidental. Parece claro, todavia, que elementos encontrados naquela disputa estavam presentes também em outros países que pretendiam construir uma história nacional com base em critérios científicos reconhecidos internacionalmente, como era o caso brasileiro.

Diversos pontos que fazem parte da construção metodológica da chamada história moderna estavam presentes na efervescência da disputa, os quais não eram estranhos a Capistrano de Abreu. Já no Rio de Janeiro, a geografia, a filologia, a crítica das fontes e uma leitura crítica das mesmas entram, por diversos caminhos, no universo metodológico do brasileiro, sofisticando sua análise e ao mesmo tempo tornando mais complexo seu intento juvenil de escrever a história do Brasil.

Na biblioteca de Capistrano de Abreu não encontrei nenhuma obra de Anthony Froude. No entanto, o brasileiro certamente conhecia a divulgação de Carlyle por meio daquele autor, conforme se pode perceber por uma indicação de leitura ao amigo Mário de Alencar em trecho de carta de 11 de agosto de 1901:

“Tenho lido também Carlyle. E a propósito: V., que diariamente consagra certo tempo à língua inglesa, por que não o lê? A *British* possui a *Reminiscences*, editadas por **Froude**. Procure-as

e embrenhe-se nelas. As primeiras páginas apresentam certas dificuldades; mas à medida que V. for por diante, irá tomando maior interesse, pode ficar fascinado até. Grande escritor, não há dúvida; do homem não posso gostar: era egoísta, seco e ingrato”<sup>207</sup> (g.n.).

Coincidentemente ou não, a perspectiva de Froude acerca dos piratas na formação do Império Inglês guarda alguma semelhança com a perspectiva de Capistrano de Abreu acerca dos Bandeirantes na penetração para o interior, e conseqüente formação do Brasil.

Afonso de Escragnole Taunay, aluno de Capistrano no Colégio Pedro II e que seguiu os passos do mestre tornando-se historiador, foi quem explorou mais profundamente esse veio da história brasileira, mas reconhecia o mestre como precursor na percepção da importância dos bandeirantes paulistas na história nacional.

No livro intitulado “História Geral das Bandeiras Paulistas”<sup>208</sup> de 1924, Taunay declara:

“Quem a respeito do menosprezo votado a estes capítulos do nosso passado proferiu o *Quos ego!* Foi Capistrano de Abreu. Cabe-lhe esta prioridade honrosa. A sua tese de concurso do descobrimento no século XVI, (1883) [sic.] apresenta nova orientação quanto ao estudo do magno problema”<sup>209</sup>.

Não procuro com tal exemplo vincular Capistrano de forma direta à historiografia inglesa, mas tão somente mostrar o quanto Capistrano se encontrava inserido na discussão historiográfica de seu tempo e, desta forma, pretendia legitimar o tipo de história que construía para a nação brasileira<sup>210</sup>.

No começo deste capítulo afirmei que Capistrano de Abreu, até mesmo por uma questão de temperamento, não se desvincilhava completamente da sua bagagem metodológica anterior. Tal como os ingleses, o brasileiro passou, nos anos de maturidade, a

---

<sup>207</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp. 203 - carta a Mário de Alencar em 11 de agosto de 1901.

<sup>208</sup> No exemplar da biblioteca pessoal de Capistrano de Abreu, que se encontra sob a guarda do Instituto Histórico do Ceará, há uma dedicatória de Taunay a Capistrano: “Ao ilustre Mestre Capistrano de Abreu, lembrança affetuosa de Affonso. – S. Paulo, maio de 1924”.

<sup>209</sup> TAUNAY, A. de Escragnole. História geral das bandeiras paulistas. São Paulo: Typ. Ideal, 1924.

<sup>210</sup> Tal perspectiva será mais demoradamente contemplada na próxima seção quando trataremos da antropogeografia de Ratzel nos escritos de Capistrano.

refutar a perspectiva histórica de autores como Buckle, que na sua juventude foram o grande estímulo para que se aventurasse pela história.

Capistrano maduro tratava com ironia os autores que o despertaram para a história, conforme visto, na mencionada carta a João Lúcio de Azevedo em 1919, na qual afirmava, quanto a Stuart Mill, Spencer e Buckle, “hoje não os entendo nem leio”<sup>211</sup>. Contudo, apesar do descaso para com Buckle, jamais abandonou o método dedutivo que o permitia, tal como Froude diante da documentação, buscar compreender os sentimentos que faziam parte do universo para o qual as fontes apontavam. Com tal percepção o autor não se atinha à “verdade” das fontes, mas tendia a construir uma leitura da história a partir de uma análise das mesmas.

Atualmente, os historiadores tendem a considerar Capistrano de Abreu o primeiro historiador brasileiro moderno. Ricardo Benzaquen de Araujo (1998), em seu artigo “Ronda Noturna”, segue esta tendência. Um dos pontos destacados por Benzaquen para qualificar Capistrano como um historiador moderno seria o que chama “crítica da memória”,<sup>212</sup> ou seja, a memória do passado sofreria um desgaste ao longo do tempo linear proposto pela perspectiva Moderna da História. Por conseguinte, cabia ao historiador tornar a memória inteligível por meio da crítica das fontes.

Josiane Oliveira (2011) segue a mesma linha de pensamento, ao afirmar que Capistrano de Abreu trabalhava com dois modos simultâneos de apreender o passado, os quais não seriam excludentes entre si, a ciência e a imaginação histórica.

“Enquanto atividade mediada pelos vestígios do passado a história, como entendia Capistrano de Abreu, trabalharia com os dois modos de apreendê-los, que não seriam excludentes entre si: a ciência e a imaginação histórica”<sup>213</sup>.

---

<sup>211</sup> *Op. cit.*

<sup>212</sup> Benzaquen de Araujo procura mostrar através da comparação da tese com a qual Capistrano foi aprovado no concurso para lente do Colégio Pedro II em 1883, intitulado “O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI” e outra publicação 17 anos mais tarde no livro do Centenário para comemoração dos quatrocentos anos da descoberta do Brasil, sob o título “O descobrimento do Brasil – Povoamento do solo – Evolução social”. Na primeira, Capistrano procura expor sua argumentação crítica de forma quase jurídica, mostrando os prós e contras da argumentação de franceses, espanhóis e portugueses na primazia do descobrimento do Brasil e, no segundo, o argumento se apresenta na forma narrativa que atribui maior linearidade ao texto, ao preencher com a própria narrativa os vazios deixados pela documentação. (ver: ARAUJO, Ricardo B. Ronda Noturna. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, n. 1. 1998, p. 28 -54)

<sup>213</sup> OLIVEIRA, J. Roza de. *op. cit.*, 2011. pp. 219.

Daniel Mesquita, em seu livro/tese, mostra-se de acordo com essa perspectiva, ao perceber em Capistrano o traço do historiador moderno que tem uma percepção linear do tempo e que procura construir em sua narrativa o sentido de tal linearidade temporal. Mesquita constrói sua análise de forma a buscar em Capistrano traços da história moderna como a crítica histórica, definida como “a arte de discernir nos relatos o verdadeiro, o falso e o plausível”<sup>214</sup>, ou ainda a interação entre “realidades” e “possibilidades”, frisando que neste ponto a ótica do juiz e do historiador divergem. Enquanto o primeiro na ausência de provas se obriga à absolvição do acusado, por sua vez o historiador na ausência das mesmas se vê obrigado a um aprofundamento da investigação, ligando o evento ao contexto de forma a produzir uma coerência narrativa a partir de um “campo de possibilidades”<sup>215</sup>.

A percepção do autor é, a meu ver, bastante acertada, porém constrói em seu argumento uma coerência um tanto artificial ao relacionar a “crítica histórica” a Marc Bloch e o “campo de possibilidades” a Carlo Ginzburg. Este tipo de associação pode dar a falsa impressão de que Capistrano era um “homem à frente de seu tempo”, ou ainda produzir uma igualmente falsa idéia de uma linearidade temporal, na qual Capistrano seria um dos agentes a colocar “tijolos” em um edifício que somente estaria completo com Bloch ou Ginzburg.

Embora perceba a exatidão dos argumentos de Mesquita, procuro esquivar-me de afirmativas como: “As regras referidas por Marc Bloch foram adotadas havia muito por Capistrano de Abreu”<sup>216</sup>. Tais afirmativas vinculam Capistrano de forma direta a um tempo à frente do seu e o qual não veio a conhecer. No presente trabalho, procuro, diferentemente, enfatizar a disputa pela hegemonia do saber histórico vivenciada por Capistrano, se não como autor direto no palco europeu, ao menos como leitor atento, e desta forma relacioná-lo aos pensadores de seu próprio tempo.

Nota-se na obra de Capistrano uma preocupação constante em demarcar o terreno percorrido na elaboração de sua narrativa histórica. Seus textos, povoado por notas explicativas, cumpriam plenamente as exigências impostas pela História Moderna.

---

<sup>214</sup> MESQUITA, Daniel. Descobrimientos de Capistrano: a história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2011. pp. 44 – 45.

<sup>215</sup> *Idem*.

<sup>216</sup> *Idem*. pp. 46.

Anthony Grafton atesta em um pequeno livro dedicado à reflexão acerca das notas de rodapé que elas têm duas funções básicas: em primeiro lugar, “convencem o leitor de que o historiador realizou uma quantidade aceitável de trabalho” e, em segundo lugar, “indicam as principais fontes que o historiador realmente usou”<sup>217</sup>. Sob esses aspectos, a obra de Capistrano cumpriu plenamente os pré-requisitos para que seu autor seja classificado como um historiador moderno, principalmente após a sua passagem pela Biblioteca Nacional.

Acredito que muitos traços da metodologia de Capistrano de Abreu podem ser percebidos a partir do diálogo daquele autor com pensadores de seu próprio tempo. Embora reconheça aproximações entre a perspectiva histórica de Capistrano de Abreu e autores de um tempo posterior ao seu, procuro, no diálogo de Capistrano com os homens de seu tempo, aproximar-me do vivido do historiador cearense.

A crítica das fontes, em grande parte herdada de Leopold von Ranke, conforme assinalou José Honório Rodrigues, é um dos pontos importantes na metodologia de Capistrano, porém vale uma análise da percepção do próprio Ranke em seus escritos, assim como da crítica de Capistrano ao método do alemão para que se tenha uma visão mais exata da maneira pela qual o autor brasileiro lidava com a documentação a partir de seu contato com a historiografia de Ranke e também a vasta documentação com a qual teve contato na Biblioteca Nacional. Este será o assunto do próximo tópico.

## 2.4 – Ranke e os Rankeanos

O uso criterioso das fontes tornou-se uma obsessão para Capistrano de Abreu. Por isso, alguns historiadores chegam a tratá-lo como um “Rankeano”. Para Robert Conrad, Capistrano seria o Ranke brasileiro em sua emoção, devoção às fontes, seu raro senso crítico e enfim na ciência da história e na metodologia.<sup>218</sup>

---

<sup>217</sup> GRAFTON, Anthony. *As Origens Trágicas da Erudição* – pequeno tratado sobre nota de rodapé. Campinas: Papyrus, 1998. pp. 30.

<sup>218</sup> CONRAD, Robert. João Capistrano de Abreu, brazilian historian. *Revista de História da América* 59, 1965, p.162. *Apud.* SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. **História erudita e popular**: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25112009-090917/>>. Acesso em: 2012-04-26.



Arno Welhing postula que Capistrano de Abreu, talvez por um traço de personalidade, ou ainda por sua rebeldia ante a conformidade, jamais fora adepto exclusivo de uma determinada doutrina<sup>219</sup>. Contudo chega a afirmar que Capistrano, embora na juventude tenha se deixado influenciar pelo cientificismo, numa combinação de evolucionismo e positivismo, na maturidade tornara-se um “rankeano”<sup>220</sup>.

Pedro Santos acredita que a relação de Capistrano com a documentação é diferente da proposta por Leopold Von Ranke, visto que para Capistrano os documentos jamais “falam por si”, mas dependem do trabalho do historiador para que o conhecimento seja construído<sup>221</sup>.

José Honório Rodrigues salienta que Capistrano, a partir dos anos 80, passa a fazer cada vez mais referência à literatura histórica germânica e chega a classificar Capistrano como um “germanófilo”. Já que por volta de 1900, o brasileiro recorre aos métodos de seminário de Ranke e à doutrina antropogeográfica de Ratzel, buscando nesses autores elementos de investigação e interpretação dos fatos<sup>222</sup>.

Capistrano conhecia e admirava a metodologia de Ranke com respeito à crítica das fontes. Não admitia que certas regras básicas postuladas pelo alemão fossem desrespeitadas pelos historiadores, como se pode observar em sua carta ao amigo e conterrâneo Guilherme Studart em 20 de abril de 1904.

“Por que não dás procedência dos documentos que publicas?”

Felix Ferreira, sujeito aliás pouco fidedigno, contou-me que indo um dia visitar Melo Morais, encontrou-o queimando uns papeias: Estou queimando estes documentos, explicou –lhe o alagoano historiador (?), porque mais tarde, quando quiserem estudar a História do Brasil hão de recorrer às minhas obras. Tu não és Melo Morais.

Varnhagen, pelo menos na Torre do Tombo, levou para casa alguns documentos e se esqueceu de restituí-los; não podia depois indicar a procedência. Tu não és Varnhagen.

Por que motivos, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que, com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica,

---

<sup>219</sup> WELHING, Arno. *op. cit.* 1992. pp. 61.

<sup>220</sup> *Idem.* pp. 27.

<sup>221</sup> SANTOS, P. A. Cristovão dos. *op. cit.* 2009. pp. 68.

<sup>222</sup> RODRIGUES, J. Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda., 1970. Pp. 179.

com a crítica das fontes, criada por Leopoldo Von Ranke, na Alemanha, foi renovada a fisionomia da História?”<sup>223</sup>.

Não se pode chamar, contudo Capistrano de um Rankeano, dado que o historiador brasileiro tinha discordâncias essenciais da concepção de história nos moldes pensados por Ranke, bem como pelo fato do termo “rankeano” ter adquirido conotações que o próprio alemão não imaginava, devido à radicalização do método assumido por seus seguidores. Vale a pena compreender em que consistia o método de Ranke para que se faça inteligível o diálogo de Capistrano com aquele autor, pois esta é uma parte do trabalho que pode provocar algum “ruído” devido às já citadas radicalizações no tocante ao método do alemão.

Leopold Von Ranke (1795 -1886), conhecido como o pai da “história científica”, nasceu na Prússia. Era o primogênito dos nove filhos de uma família luterana. Seu pai, um advogado que rompera uma linhagem familiar de ministros luteranos, esperava que Leopold restaurasse a tradição familiar.

Em 1814, Ranke ingressou na Universidade de Leipzig. Porém, os teólogos da instituição, bem como os ortodoxos luteranos não lhe inspiravam admiração. Seu olhar voltava-se mais atentamente para Lutero<sup>224</sup>.

Vale a pena nesse ponto elencar algumas posições de Ranke em contraste com aquelas de Capistrano para se ter uma ideia sobre em que medida o brasileiro poderia aceitar e concomitantemente rejeitar posições do alemão.

#### **2.4.1- Perspectiva Religiosa:**

A concepção que os dois historiadores têm sobre religião deve ser percebida no entendimento que um e outro têm do mundo e da realidade que os cerca. Certamente a perspectiva religiosa tem papel importante na concepção histórica de ambos, quer seja pela afirmação da divindade ou pela negação desta como influência externa à vontade humana nos destinos da sociedade.

---

<sup>223</sup> ABREU, J. Capistrano de. CAA. - vol. 1. pp. 165 – 166,

<sup>224</sup> FITZSIMONS, M.A. *Ranke: history as worship*. In: *The Review of politics*, vol. 42, No. 4 ( oct., 1980), pp.533 – 555. Disponível: <http://jstor.org/stable/1406639>. Arquivo consultado em: 9 de maio de 2011.

A visão religiosa de Ranke estaria de acordo com filósofos idealistas, que procurava entender o mundo a partir do plano Divino, o qual seria a realidade final. Por conseguinte, seria pela experiência histórica que se perceberia a presença de Deus no mundo de forma muito mais clara do que por meio de ideias abstratas. Isso fez da história a sua predileção. Seu estudo era assim uma forma de adoração<sup>225</sup>.

O ideal religioso estava, portanto, na base do interesse histórico de Ranke e se pensar em termos de permanências, também na historiografia daquele autor, esse ponto se mantém até seus últimos estudos.

Ranke, entretanto, procurava limitar em alguma medida a interferência da teologia na pesquisa histórica, conforme se pode apreender de um de seus manuscritos de 1830.

“Em épocas anteriores, alegações levantadas pela teologia, sem dúvida com base num mal-entendido, queria dividir toda a história humana em poucos Periodos, baseados em pecado, salvação, e milênio; ou ainda nas quatro monarquias profetizadas por Daniel. Assim, procurava-se captar a totalidade dos fenômenos em algumas proposições contidas na revelação - revelação entendida como teologia.

De qualquer forma, a história perderia todo o fundamento científico e caráter: seria impossível falar de um princípio do qual a própria história deriva - da vida”<sup>226</sup>.

Embora refutasse as explicações mais generalizantes da teologia para a história nos moldes bíblicos, Ranke pensava que “cada época é imediata para Deus”, ou seja, cada época na história haveria de ser julgada como um fim em si, e não como um degrau na escala do progresso. Caberia, portanto, ao historiador identificar o propósito de Deus para cada momento histórico.

Em cada época haveria a ascensão de um poder, segundo a providência. Poderes que o historiador procurava identificar em seus diferentes estudos. Dessa forma o Papado, a França e a Inglaterra, três objetos de seus estudos durante sua longa carreira como historiador, seria sucedido pelo estudo da Prússia, ou antes a unificação alemã regida pelo estado prussiano.

---

<sup>225</sup> Idem. pp. 536.

<sup>226</sup> RANKE, Leopold von. The theory and practice of history. IGGERS, Wilma A. and MOLTKE, Konrad (Edited and introduction). Indianapolis: The Bobbs-Merrill Company, inc. 1973.

Mais do que rejeitar “o mal-entendido” das “alegações levantadas pela teologia”, conforme afirmava no texto destacado, Ranke procurava afastar-se da visão teleológica, que em alguma medida assemelhava-se à visão processual iluminista, e conseqüentemente da filosofia da história refutada por ele.

“Frequentemente certos conflitos são observados entre uma filosofia imatura e a história. A partir de pensamentos *a priori*, esboçam-se conclusões sobre determinado assunto. Sem estar ciente de que tais ideias são alvo de inúmeras dúvidas, os homens as tomam por fundamentais e passam a procurar comprová-las na história do Mundo. Então, a despeito de um infinito número de fatos são elencados alguns, que parecem confirmar tais ideias. Este tipo de escrita histórica também tem sido chamado de filosofia da história”<sup>227</sup> .

Certamente Ranke, como luterano, tomava a existência de Deus e a interferência Divina na história da humanidade não por um *a priori*, mas por um fato no qual a história poderia estar firmemente calcada. Assim sendo, ainda que na perspectiva do século XXI isto soe como contraditório, seu pensamento parecia-lhe coerente. Tal naturalização da divindade parece a Sérgio Buarque de Holanda (1996) antes uma concessão ao protestantismo do que qualquer sentimento conflituoso frente ao criador. Para Holanda, o nome de Deus, que tantas vezes aparece nas páginas escritas pelo alemão, se desaparecesse ou fosse substituído por alguma fórmula profana não faria qualquer falta<sup>228</sup> .

Contudo, o próprio Ranke defende-se da acusação de indiferença religiosa ou filosófica em carta a Heinrich Ritter:

“Acusam-me de falta de seriedade filosófica ou religiosa. Com toda razão se a palavra seriedade significa o agarrar-se alguém à primeira opinião expressa ou representada de maneira sistemática. Parece-me risível, entretanto, dizerem que não me interessavam as questões filosóficas ou religiosas. Foram justamente essas questões, e só elas o que me encaminhou à história”<sup>229</sup> .

---

<sup>227</sup> *Idem*. pp. 29

<sup>228</sup> Holanda. Sérgio Buarque de. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. In: \_\_\_\_\_. Livro dos prefácios. Rio de Janeiro: Cia das Letras. 1996. pp. 162.

<sup>229</sup> *Idem*. pp172.

Capistrano de Abreu, desde sua juventude no Ceará, mostrava-se avesso a qualquer possibilidade de aproximação da história com a teologia no seu objeto. Thomas Henry Buckle, um dos mais citados autores dessa época de sua vida, partia do princípio de que as ciências históricas se encontravam muito aquém das ciências físicas no seu desenvolvimento devido a uma dificuldade de percepção das regularidades dos acontecimentos, tal qual “provava” a estatística. Tal dificuldade teria duas causas básicas, o dogma do livre arbítrio, advindo da metafísica, e o dogma da predestinação, advindo da teologia.

“Assim, rejeitando o dogma metafísico do livre arbítrio e o dogma teológico da predestinação, somos forçosamente levados a concluir que as ações dos homens são determinadas unicamente por seus antecedentes, devendo haver nestas um caráter de uniformidade, ou seja, submetidos a circunstâncias precisamente idênticas, o resultado se dará sempre da mesma maneira”<sup>230</sup>.

Ainda que Capistrano, quando mais maduro, já não visse Buckle com os bons olhos de sua juventude guardou consigo alguns princípios importantes do inglês, embora elaborasse respostas diferentes. Já não buscava leis universais que explicassem as vicissitudes da história humana. No entanto, continuava a pensar a história a partir do próprio homem, logo a percepção da divindade era vista como uma expressão da cultura humana.

Capistrano, portanto, não professava qualquer religião. Uma das dores que mais o dilaceraram foi quando a filha mais velha, Honorina, em janeiro de 1911, resolveu entrar para a vida monástica no convento das Carmelitas descalças de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. O pai tinha planos de enviar a menina para estudar na Inglaterra, então sentiu-se duramente golpeado pela decisão da adolescente. Conquanto afirmasse não ter coragem de censurar a decisão tomada, Capistrano se achava emocionalmente dilacerado por uma escolha tão radical. Em carta ao amigo Mário Alencar dizia:

---

<sup>230</sup> BUCKLE, Henry Thomas. *Histoire de la Civilisation em Anglaterre*. Bruxelles: Typ. A. Lacroix, Vol. I. 1865. pp. 27.

“Acho, porém, o caso dela pior que a morte: a morte é fatal; chega a hora inadiável; em resoluções como a de agora há sempre a crença certamente errônea, de que o desenlace podia ser outro, e é isto que dói.

Só agora vejo como a queria. Passo os dias sem sair, pensando nele, joguete dos sentimentos mais contraditórios, desde a indignação até as lágrimas. Só com os filhos, à hora do jantar, converso sobre ele. O receio de que qualquer estranho se possa referir ao assunto dá-me arrepios. O isolamento não me pesa, alivia-me. A dor geral transformou-se; sinto um frio íntimo que vai da espinha aos olhos mas os acessos vão-se espaçando e duram menos”<sup>231</sup> .

Capistrano viu sua filha pela última vez, quando esta entrou para o Carmelo, vestida de noiva, pronta para o casamento com Cristo. Não que a clausura impedisse visitas esporádicas dos familiares, porém a essas Capistrano jamais compareceu. Pai e filha se correspondiam-se frequentemente, mas, apesar dos apelos de Honorina, então irmã Maria José de Jesus, Capistrano jamais foi visitá-la no Carmelo.<sup>232</sup> Em carta à Sra. Assis Brasil, afirmava: “Ainda não vi Honorina: procurar uma filha e apenas encontrar uma freira é decepção que não me animo a afrontar”<sup>233</sup> .

Me. Maria José por sua vez escrevia sempre ao pai agradecendo presentes que este enviava, como marmeladas, biscoitos, chocolates e livros. Em carta a João Lúcio de Azevedo em 1917, Capistrano falava sobre tal correspondência e sobre a total impossibilidade de ver, por trás das grades do parlatório, a filha vestindo o hábito de freira<sup>234</sup> .

“Não quis e nem poderia contrariá-la: a vez em que tratamos demoradamente do assunto deixou-me a impressão de uma alma desapropriada por utilidade religiosa. Disse-lhe que pensava tão pouco em ir falar-lhe através das grades como em entender-me com a mãe por meio do espiritismo; escreve, e cada carta é um sermão”<sup>235</sup> .

---

<sup>231</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1 pp.225 – carta a Mário de Alencar em 18 de janeiro de 1911.

<sup>232</sup> Ver BUARQUE, Virgínia A Castro. Escrita Singular- Capistrano de Abreu e Madre Maria José. Museu do Ceará: Fortaleza. 2003.

<sup>233</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 3, pp.71 – Carta a Assis Brasil em 19 de maio de 1919.

<sup>234</sup> As monjas carmelitas podem esporadicamente receber visita dos familiares. A conversa, entretanto, se dá numa sala chamada parlatório e através de duas pesadas grades de ferro.

<sup>235</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 2, pp. 36 – 37 – Carta a J. Lúcio de Azevedo em 19 de março de 1917.

Um trecho de um poema de Honorina escrito para o pai foi publicado no Suplemento Literário de “A Manhã” em 6 de fevereiro de 1944. O soneto fora escrito poucos meses antes da morte de Capistrano e revela um embate amoroso entre pai e filha, no qual o primeiro mostra-se agnóstico convicto e esta, crente fervorosa, preocupada com os males que lhe minavam as forças, via urgência em sua conversão.

“Agora dá-me a mão...É noite. Vem comigo!  
Vem que te levarei a Jesus, teu Amigo,  
Que te espera saudoso...Oh! diz-me que sim!  
Foste meu pai, e eu tua mãe serei agora:  
Dar-te-ei a eterna luz, de que me deste a aurora,  
Dar-te-ei, por esta vida a vida sem fim .”<sup>236</sup>

Nos momentos finais de Capistrano, Me. Maria José insistiu da clausura para que amigos católicos de Capistrano o convencessem a receber os santos Sacramentos. Dr. Felício dos Santos foi quem insinuou para o moribundo a necessidade de aproximar-se de Deus antes do momento final. Capistrano teria respondido com um sorrisinho sarcástico “Ora Felício, eu sou mais amigo de Jesus do que você. Nós somos íntimos... Pois ele é meu <sup>237</sup>genro” .

Em suas pesquisas históricas, Capistrano leu e admirou e soube reconhecer o valor histórico de diversas fontes religiosas, principalmente jesuítas, como Fernão Cardim, Padre Antônio Vieira, João Antônio Andreoni e muitos outros. Porém, sua percepção histórica jamais seria calcada em uma visão religiosa ou teológica. Buscar o entendimento da presença de Deus em cada era histórica, como advogava Ranke, era uma questão completamente fora de seu horizonte como historiador.

---

<sup>236</sup> ABREU. Honorina (Me. Maria José de Jesus). S/ título. Suplemento Literário do Jornal “A Manhã”. 6-2-1944. In: Arquivo de Capistrano de Abreu – Convento das Carmelitas de Santa Teresa, Im. 257.

<sup>237</sup> GALLIAN. D. Marcelo. Madre Maria José de Jesus – no Caminho da perfeição. São Paulo:UFSC, 1997. pp. 114.

## 2.4.2 - Visão Política:

Tal qual a religião, o posicionamento político dos autores interferem de alguma forma na atividade como historiador e consequentemente na prática deste ofício. Essas conexões muitas vezes não são claras e, frequentemente, são apresentadas sob a égide de “contexto político”, abordagem que, por vezes, não mostra ligações claras com o autor e sua produção histórica.

Procurei partir do vivido de Ranke e Capistrano, na tentativa de apreenderr tais conexões, mesmo que contraditórias. Ranke, por exemplo, embora se mostrasse comprometido politicamente com a unificação alemã, a monarquia e a resistência à Revolução Francesa postulava a neutralidade do historiador como condição para a construção de uma história científica.

Já Capistrano tratava a política com descrença e sarcasmo, mas mostrava-se bastante inteirado dos acontecimentos e posicionado frente a cada evento importante como a abolição, proclamação da República e eleições presidenciais.

Theodore Von Laue (1950) destaca que apesar da juventude vivida em dias de intensa agitação política, Ranke não se mostrava impressionado pelos fatos e tampouco exibia qualquer tipo de fidelidade nacionalista exaltada. Em sua correspondência, as Guerras Napoleônica nem mesmo era citada, o que, segundo o autor, pode ser devido ao fato de que somente no final da guerra, quando batalhas decisivas foram travadas em solo alemão é que a população da Prússia sentiu seus maiores efeitos<sup>238</sup>.

Por outro lado, como homem de seu tempo, Ranke não ficaria imune ao nacionalismo germânico que crescia em meio às organizações estudantis. Mas, apesar disso, von Laue acredita que o interesse de Ranke pela história e, posteriormente, pela política deu-se devido aos estudos filológicos<sup>239</sup>, e não devido à expansão dos movimentos liberais pela Europa após a revolução de 30 na França.

Após o sucesso de seu primeiro livro, “História das Nações Latinas e Germânicas 1495 - 1514” de 1824, Ranke, então com 29 anos, ingressou como professor assistente na

---

<sup>238</sup> LAUE, Theodore H. von. Leopold von Ranke – the formative years. Oxford. Oxford University Press, 1950. pp.17.

<sup>239</sup> O processo de crítica às fontes desenvolvidos por Ranke eram adaptações de práticas já em uso, entre filólogos e exegetas da Bíblia (HOLANDA. *op. cit.* 1996: 171).



Universidade de Berlim. Ali teve contato com um grupo bastante heterogêneo de acadêmicos, tais como o filósofo Hegel, o teólogo Schleiermacher, o historiador Niebuhr, o jurista Savigny, os irmãos Humboldt e muitos outros<sup>240</sup>. Somente em 1836 é que veio a tomar posse da cadeira de professor titular, porém nesse intervalo, com suporte financeiro do governo prussiano viajou por três anos, pesquisando em arquivos pela Itália e com uma passagem por Viena.

Enquanto esteve na Itália, em 1828, mergulhado em arquivos, Ranke manteve-se alheio aos fatos políticos que abalavam a Europa. Vasculhou arquivos de Roma e Florença, e embora tencionasse ter acesso aos arquivos do Vaticano, isso lhe foi negado. Contudo, os arquivos pesquisados forneceram material suficiente para mais tarde escrever a “história dos Papas”, lançado entre 1834 -36.

Em Viena, Ranke travou contato com patriotas sérvios e com a documentação com a qual escreveu a história dos sérvios e sua revolução. Porém, na sua volta para Berlim, em 1831, é que Ranke viu-se, pela primeira vez, envolvido com a política nacional. O retorno colocou-o em contato com um grupo bastante diferente daquele com o qual se relacionou em sua primeira estada naquela cidade. Em 1825, costumava frequentar os salões de Varnhagen von Ense e sua esposa Rachel, ponto de encontro de intelectuais liberais, onde mantinha bom relacionamento com Alexander von Humboldt, Friedrich Carl von Savigny e Friedrich Schleiermacher. Já em 1831, conforme supõe Von Laue, a revolução de 1830 o teria deixado temeroso de que a ordem europeia fosse ameaçada. Nessa época concordou em ser editor do jornal *Historish-Political Zeitschrift*, financiado pelo governo prussiano, empresa que o afastou completamente de seus antigos amigos liberais.

Ranke em sua autobiografia não considerava sua posição no jornal como reacionária e nem tão pouco revolucionária, todavia alegava defender uma terceira via intermediária aos dois pontos de vista. Acreditava na eficácia de mudanças sociais, porém jamais pela via revolucionária.

“A história, certamente reconhece os princípios de movimento, mas como evolução e não revolução. Essa é a razão fundamental pela qual reconhecemos o princípio da resistência. Somente

---

<sup>240</sup> LAUE, Theodore H. von. *op. cit.* 1950. pp. 30.

quando movimento e resistência se encontram em equilíbrio, sem mergulhar em violentas batalhas, é que se pode prosperar”<sup>241</sup>.

De fato, Ranke procurava sempre a via da manutenção da ordem, era avesso a ebulições sociais, as quais associava à Revolução Francesa, contra a qual tinha verdadeira ojeriza.

Capistrano de Abreu, quanto à política de seu tempo, tinha uma posição um tanto cética. Conquanto em suas cartas se mostrasse inteirado dos acontecimentos políticos do país, não acreditava que houvesse alguém capaz de salvar ou de perder o Brasil.

“Não sou eleitor, não acredito haja alguém capaz de salvar o Brasil ou de perdê-lo. Bem nenhum poderá me fazer, porque desde muitos anos limitei minhas ambições a morrer sem escândalo, como nasci”<sup>242</sup>.

Na verdade Capistrano via com reservas toda e qualquer associação, e dessa forma não poderia ter por partidos, regimes ou convicções políticas grande apreço. Numa pequena nota biobibliográfica que enviava em carta ao amigo Guilherme Studart dizia, fazendo uso do discurso indireto:

“Não quis fazer parte da Academia Brasileira [de Letras], e é avesso a qualquer sociedade, por já achar demais humana. Por exceção única pertence ao Instituto [Histórico e Geográfico Brasileiro], do qual pretende demitir-se em tempo, se não morrer repentinamente”<sup>243</sup>.

Durante o Império, Capistrano tomava algumas atitudes que pareciam denotar desprezo pelo regime monárquico, no entanto a Proclamação da República também não parecia empolgá-lo. A descrição da mudança de sistema em carta ao Barão do Rio Branco que se encontrava em Liverpool era cheia de sarcasmo e ironias. Pragmático, avaliava que a república naquele momento era a “pátria unida”, enquanto “a restauração seria a secessão”.

---

<sup>241</sup> RANKE, L. von, 1830. In: IGGERS & MOLTKE. *op. cit.* 1973. pp. 43.

<sup>242</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. – vol. 2. pp. 117 – Carta a João Lúcio de Azevedo em 26 de março de 1919.

<sup>243</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. – vol. 1. pp. 152 – Carta a Guilherme Studart em 18 de agosto de 1901.

“Recebi sua carta no dia 15 de novembro! Vinha do Campo de Santana impressionado, como pode imaginar, depois de ter visto uma revolução! Só há uma palavra que reproduz o que eu ví: *empilhamento*. Levantou-se uma brigada, chegaram os batalhões um a um, sem coesão, sem atração, sem resolução e foram-se encostando um a um, como peixe na salga. Quando não havia mais batalhão ausente ou duvidoso, proclamou-se a República, sem que ninguém reagisse, sem que ninguém protestasse.

No ponto em que as coisas estavam, era a única solução razoável. Antes uma Deodorada do que uma Saldanhada. Todo o Brasil aderiu; apenas em Pernambuco José Mariano levantou um grito separatista que não ecoou. Digam o que quiserem, a República é a pátria unida; a restauração seria a secessão”<sup>244</sup>.

O amigo Ramiz Galvão, que deixara a direção da Biblioteca Nacional em 1882 para ser preceptor dos netos do Imperador, aderiu ao novo sistema com empolgação, conforme a carta de despedida que escrevia ao Príncipe D. Luiz, filho da Princesa Imperial e do Conde d’Eu.

“Estude muito, aprimore o coração. Os frutos deste trabalho e deste aperfeiçoamento colhê-lo-á mais tarde com toda a segurança, não digo já como Príncipe brasileiro, porque a vontade soberana do Povo entendeu chegado o momento de mudar a forma de nosso governo, mas como particular e como homem”<sup>245</sup>.

Continua mais adiante:

“Se ainda se lembra do entusiasmo e do amor com que lhe ensinei, e se me julga digno de sua estima, apesar de me haver feito sincero e leal servidor da República, escreva-me dando notícias do que faz, de que vence e de que espera vencer. Quando estudar sociologia, saberá que a forma republicana é a mais perfeita e a que pode realizar o ideal do povos”<sup>246</sup>.

Capistrano, quanto ao fato de o amigo Galvão separar-se da família imperial e aderir romanticamente ao novo sistema, dizia não ter elementos para julgá-lo. Porém, a atitude do

---

<sup>244</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol 1pp.126-127 – Carta ao Barão do Rio Branco em 25 de janeiro de 1890

<sup>245</sup> RAMIZ GALVÃO. B. F. Apud. FILHO. Mauricio. Coleção Documentos . Brasília: Minist. Ed. E Cultura, 1972. Pp. 47.

<sup>246</sup> *Idem*.

amigo condenou-o a viver com uma pensão de duzentos mil-réis por mês, com a mulher e quatro filhos<sup>247</sup>.

O estilo pragmático, com um toque de pessimismo e sarcasmo com o qual Capistrano encarava a política também pode ser percebido numa carta ao amigo Pandiá Calógeras em 1910, ao declarar o que pensava do socialismo:

“A respeito do socialismo, tenho modificado minhas ideias: acho que a *struggle for life* nunca deve ser perdida de vista, mas não a considero mais a lei suprema da sociologia, embora a tenha como lei secundária de primeira ordem, a que os políticos e estadistas devem estar sempre atentos. O socialismo é sobretudo uma questão moral e reduz-se a não fazer caso de dinheiro. Penso que Carnegie com seu desprendimento é mais socialista que Jaurès com suas tiradas retumbantes.

O socialismo é a vitória do quarto estado. Garante-nos ao menos contra a formação do quinto estado? E este há de vir. Se serão mendigos, os aleijados, os criminosos, não sei. Tenho, porém, certeza que depois do quinto virá o sexto, etc.”<sup>248</sup>.

Contra alguns políticos, Capistrano era bastante ácido em suas críticas, o que não significa que aderisse com menos senso crítico aos que se opunham a aqueles. Alvo de muitas críticas e farpas suas foi Rui Barbosa. Afranio Peixoto fez um relato de uma dessas farpas endereçadas a Rui. Numa conversa num círculo de políticos como Severino Vieira e Leopoldo Bulhões, perguntou-se a Capistrano o que pensava do baiano Rui Barbosa, e Capistrano, como se estivesse a mudar de assunto, respondeu com a seguinte pergunta:

“[...] já viram, pelo sertão, ou nos subúrbios esses macaquinhos de cheiro, prendados de artes, que exhibe um carcamano... Joga-se-lhe um casaquinho vermelho e o bichinho se enfia nele; um pandeiro, e rufla-o o mono; uma pistolinha e o bugio atira com ela... o italiano era o Azeredo”<sup>249</sup>.

Ranke, politicamente, se via comprometido com a unificação alemã num regime monárquico sob os auspícios da Prússia, além da manutenção da ordem social resistindo à

---

<sup>247</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol 2. pp. 71. – Carta a J. Lúcio de Azevedo em 25 de setembro de 1917.

<sup>248</sup> CCA – 1. pp. 370. – Carta a João Pandiá Calógeras em 28 de dezembro de 1910.

<sup>249</sup> Peixoto, Afrânio. “Capistrano de Abreu Humorista”. Suplemento literário do jornal “A Manhã”. Rio de Janeiro, vol. VI, p. 71, 4-2-1944. (Consultado no Arquivo de Capistrano no Convento de Sta. Teresa, Im. 238.). Note-se que provavelmente o Azeredo a que Capistrano se refere é, provavelmente, alguém que participava da articulação política que pretendia eleger Rui Barbosa Presidente da República.

“má influência” das ideias iluministas e à imitação de modelos estrangeiros. Capistrano, por sua vez, via a política de forma bem mais pragmática.

Sem associar-se previamente a esse ou àquele sistema de governo, ou mesmo político, o historiador procurava em cada momento analisar de forma crítica vantagens e desvantagens que as diferentes formas de poder poderiam trazer. A perspectiva histórica do autor, ainda que não fosse despida de fatos, voltava-se para a formação do povo brasileiro frente à história política de Varnhagen. Para isso Capistrano, como mostrei no primeiro capítulo, socorreu-se do modelo interpretativo do cientificismo e na década de oitenta passou a descobrir a economia, a geografia, a psicologia, a crítica histórica por meio, basicamente de autores alemães como Ranke, Ratzel, Wundt,<sup>250</sup> Meyer; o que produz mudanças de foco na abordagem de questões que lhe eram centrais, como a influência do meio, a presença da cultura indígena, a introdução do gado e a penetração para os sertões.

### 2.4.3 - Crítica das fontes:

Em seu primeiro livro sobre *História das Nações Latinas e Alemãs, 1495 -1514*, publicado em 1824, Ranke declarava:

“Este livro intenta ver estas histórias e as outras histórias relacionadas às nações latinas e alemãs em sua unidade. À história foi atribuído o encargo de julgar o passado, de instruir o presente em benefício do futuro. A uma tão elevada missão esta obra não aspira, ela deseja apenas mostrar o que efetivamente ocorreu”<sup>251</sup>.

Com a clara intenção de que a história galgasse o mesmo status das ciências da natureza, tais como a física ou a química, Ranke procurava por meio do método conferir-lhe maior objetividade.

---

<sup>250</sup> Wilhelm Maximilian Wundt (1832 -1920), considerado um dos fundadores da psicologia moderna experimental. Tinha os olhos voltados para a produção cultural da vida social, como, arte linguagem, hábitos culturais, ética, etc. A observação de tais fenômenos tinha por objetivo compreender processos mentais superiores.

Várias ramificações da psicologia do século XX tiveram base em seus estudos, como o estruturalismo, funcionalismo, behaviorismo, a Gestalt e a psicanálise.

<sup>251</sup> RANKE. *Apud*. LAUE T. von. *op. cit.* 1950. pp.25.

O trecho em destaque é bastante importante, pois com um magnífico poder de síntese, Ranke mostrava a que veio: primeiramente, ao utilizar o termo “histórias” e “outras histórias” denota um descompasso com a história no modelo universal iluminista da qual pretendia diferenciar-se; em segundo lugar, ao afirmar não tencionar com sua obra “julgar o passado”, ou ainda, “instruir o presente em benefício do futuro”, percebe-se claramente que não pretende uma retomada do modelo clássico da história *Magistra Vitae*; e enfim ao pretender que a história deseja “mostrar o que efetivamente ocorreu, aponta para o seu método que não somente expõe relíquias do passado, como faziam os colecionadores, mas busca resgatar a “verdade” na documentação.

No entanto, sua célebre frase, *ad nauseam* repetida - *es will bloss zeigen es eigentlich ist* (apenas mostrar o que efetivamente ocorreu) -, acaba por induzir a uma objetividade radical, segundo a qual o historiador apreende o passado como ele realmente foi. Não haveria assim lugar para qualquer tipo de interpretação da documentação, mas tão somente uma exposição do que teria verdadeiramente acontecido. Tal assertiva, contudo, pode ser matizada pelos próprios escritos de Ranke, em contraposição aos de seus seguidores que a tomaram a afirmativa do mestre *ipsis litteris*, e formaram um verdadeiro exército de historiadores crentes no objetivismo radical <sup>252</sup>.

Nos manuscritos de 1830, cujo título é “o caráter da ciência histórica”, Ranke reconhece que o historiador está sujeito a paixões e ao caráter subjetivo, tanto quando o filósofo ou o poeta, contudo procura, por intermédio do método, instruir os alunos que frequentavam seus seminários a controlarem tais paixões pelo passo a passo de sua metodologia.

“Ao reconhecer algo sublime no evento, na condição ou na pessoa que desejamos investigar, adquirimos certa estima pelo que transcorreu, passou ou o que se afigurou. O primeiro passo é reconhecer isto. Se quisermos antecipar o acontecido recorrendo a nossa imaginação estaremos agindo contra o propósito da história e investigaremos apenas o reflexo de nossa subjetividade, noções e teorias. Não significa, contudo, que devemos simplesmente permanecer ligados àquilo que é aparente, aos quando, onde e como. Assim ficaríamos presos apenas ao que é externo, quando nossos próprios princípios nos dirigem para o interior”<sup>253</sup>.

---

<sup>252</sup> WELHING, Arno. Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica: Revista da História da USP, jan. 1973, no. 93, pp. 177.

<sup>253</sup> RANKE, L. von, 1830. In: IGGERS & MOLTKE. *op. cit.* 1973. pp. 38-39.

O **primeiro passo** para uma boa pesquisa histórica é, portanto, reconhecer que o próprio desejo de desvendar o passado traz consigo a “tentação” de usar a imaginação para antecipar o que a documentação não teria ainda revelado. Porém, Ranke reconhece o outro perigo, que é ficar somente na externalidade do ocorrido sem uma análise intrínseca. Os dois males corresponderiam respectivamente, como já visto, à atitude do filósofo e a do colecionador.

Assim, Ranke procurava contrapor-se à filosofia iluminista do progresso, ou mais especificamente à filosofia da história<sup>254</sup>, que tomou forma no século das luzes, a qual pensa a história humana como ascendente em direção a um estado ideal, ou, em alguns casos, descendentes. Para Ranke cada época histórica possui sua própria racionalidade, logo a história, diferentemente da filosofia, deveria partir do particular para o geral.

“As filosofias da história tomaram forma no século XVIII, na época das Luzes. Nasceram então as ideias do devir da matéria, da evolução das espécies, do progresso dos seres humanos. Pensadores como Voltaire, Kant, ou Condorcet acreditam num movimento ascendente da humanidade em direção a um Estado ideal. No século XIX, sob o impacto da Revolução Francesa e de outras revoluções na Europa, florescem filosofias da história. Quer sejam religiosas ou ateias, otimistas ou pessimistas, têm todas em comum descobrir um sentido para a história”<sup>255</sup> (BOURDÉ & MARTIN, 1983: 56).

Apesar da história, diferente da filosofia, ter como ponto de partida o particular, o historiador deveria manter os olhos abertos para o geral. A história local estaria intimamente ligada à história geral. Cada povo, nação, vila, indivíduo estaria inexoravelmente ligado a um propósito maior que a providência designara para cada era.

---

<sup>254</sup> Para Cassirer, a primeira tentativa decisiva de fundar uma filosofia da história no âmbito do Iluminismo, foi de Montesquieu, com sua obra *O Espírito das Leis*. O próprio título denota que a realidade dos fatos como tal não é o objetivo final da investigação. Tais fatos seriam apenas etapas a serem transpostas na busca de algo maior, ou seja, princípios que regem os acontecimentos. (CASSIRER, Ernest. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora Unicamp, 1982. pp.282).

<sup>255</sup> BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. *As escolas filosóficas*. Lisboa. Publicações Europa-América, 1983. pp. 44.

“No entanto, é necessário que o historiador mantenha os olhos abertos para o geral. Ele não terá ideias preconcebidas como faz o filósofo, mas enquanto observa o particular, o desenvolvimento do mundo em geral lhe será revelado. Esse desenvolvimento, não se relaciona com conceitos gerais que podem ter predominado em um tempo ou outro, mas com outros completamente diversos.

Não há povo na terra que tenha permanecido sem contato com outros povos. Nesta relação, que depende de seu caráter peculiar, é que a história de um povo penetra na história mundial. Nisto deve ser enfatizada a história geral”<sup>256</sup> .

Despido, portanto, dos *a priori* filosóficos, o historiador deixaria que os fatos resgatados nas fontes dessem a conhecer conceitos. A reconstrução desse passado seria o trabalho do historiador, que procuraria reconstituí-lo *wie es eigentlich gewesen*<sup>257</sup> .

Contudo, ato de recolher e observar fatos do passado não constitui a história. Segundo o historiador, haveria duas maneiras de se adquirir conhecimento sobre o ser humano, a primeira é pela percepção do singular e, a segunda, pela abstração. Estas estariam respectivamente ligadas ao ofício do historiador e ao do filósofo. Porém, Ranke, se opunha aos historiadores que vêem a história apenas como um amontoado de fatos a serem coligidos pela memória.

“Contudo, igualmente equivocados estão os historiadores que vêem a história como meramente um imenso agregado de fatos a serem coligidos pela memória, juntando tais fatos e mantendo-os unidos por um princípio moral comum. Sou da opinião de que a ciência histórica, no seu melhor, é capaz de ascender em seu próprio caminho a partir da investigação e contemplação com visão do particular para o geral, reconhecendo objetivamente a relação entre os eventos”<sup>258</sup> .

A perspectiva histórica de Ranke procura diferenciar-se tanto do filósofo que parte de uma abstração para eleger na história fatos que a comprovem, quanto do colecionador que armazena fatos, sem interpretá-los, ou buscar neles qualquer sentido.

---

<sup>256</sup> RANKE, L. von, 1830. In: IGGERS & MOLTKE. *op. cit.* 1973. pp. 31.

<sup>257</sup> “Como ela realmente foi”.

<sup>258</sup> RANKE, L. von, 1830. In: IGGERS & MOLTKE. *op. cit.* 1973. pp. 30.



Ranke procura associar a história tanto à ciência, quanto à arte e à poesia em particular, como se pode ver em seus manuscritos.

“ A História distingue-se de todas as outras ciências em um ponto: ela também é arte.

A História é uma ciência por coletar, encontrar, penetrar e, contudo, é arte ao recriar, retratar o que foi encontrado e reconhecido. Outras ciências dão-se por satisfeitas simplesmente com o registro do que foi encontrado; história requer habilidade para recriar.

Como ciência, história relaciona-se com a filosofia, já como arte, com a poesia. A diferença é que, de acordo com sua natureza, tanto a filosofia quanto a arte<sup>259</sup> circulam no reino do Ideal, enquanto a história, por outro lado, tem que lidar com a realidade” .

O verdadeiro historiador, tal como o poeta, tem de ativamente recriar a situação. No entanto, tal recriação tem que ser feita calcada na observação empírica da realidade, sua matéria prima, e não na pura imaginação. Este ponto parece surpreendente, pois tal qual mencionei no início desta sessão, houve uma radicalização por parte dos seguidores de Ranke, na qual esta associação entre história e arte teria sido completamente ignorada<sup>260</sup>.

A individualidade dos fatos históricos não é evidente. Ela encontra-se encerrada na individualidade de culturas ou de nações. Ainda que a história não esteja em busca de leis eternas como a filosofia, ela, a história, busca a compreensão do momento, ou seja, ainda que ela seja fluida e modifique-se de um período para outro, reflete a presença de Deus em determinada era. Em resumo, a observação crítica das individualidades na história aponta para uma universalidade. Neste ponto, Sérgio Buarque de Holanda percebe o paradoxo no pensamento do alemão.

“Ainda quando objetasse vivamente contra a presunção de que possa haver um sistema de leis históricas universal e eternamente válidas, Ranke se serviu abundantemente de generalizações

---

<sup>259</sup>  
<sup>260</sup> *Idem*. pp. 31.

Felix Gilbert chama a atenção para esse aspecto em Ranke, ao perceber que na obra do alemão há tanto passagens gélidas, burocrática, cheias de pequenos detalhes como também brilhantes retratos de atores principais, a exemplo da descrição que faz do *portrait* do papa Julius II, pintado por Raphael, e que no texto de Ranke serve como *insight* sobre o tipo de política daquele papa. (GILBERT, Felix. *History: Politics or Culture? Reflections on Ranke and Burckardt*. Princeton: Princeton University Press, 1990. pp.13).

para atingir ao menos aquilo a que já se chamou uma forma superior do individual, onde os fenômenos singulares se reorganizam em totalidades significativas”<sup>261</sup>.

Em última instância, a história tanto quanto a filosofia está em busca de uma idéia. A grande diferença, contudo, é que o filósofo busca uma abstração inanimada enquanto o historiador procura uma ideia com base no concreto, vivo e temporal. Todavia, Ranke acredita que por meio do método, a história, ao menos em teoria, é capaz de resgatar um passado tal qual aconteceu.

**O segundo passo**, acepção de Ranke, seria uma investigação documental penetrante e, antes de tudo, devotada ao objeto em si, suas condições e contexto, principalmente pelo fato de que essa seria a única forma pela qual poderíamos ter acesso a tal conhecimento.

A emergência do objeto pesquisado na documentação, a sua essência e o seu conteúdo, seria apreendido pelo historiador, em maior ou menor grau, a partir de uma percepção espiritual que obedece a uma série de procedimentos mentais, os quais devem ser observados. Para tal, seria preciso mergulhar nas fontes com inteligência, coragem e honestidade para falar a verdade. Além disso, fazia-se necessário que o historiador permanecesse humilde e livre de qualquer preconceito<sup>262</sup>.

Ranke foi o primeiro historiador a fazer diferenciação entre fontes primárias e fontes secundárias. Além disso, a crítica externa, ou seja, a verificação da autenticidade do documento e a crítica interna, a verificação da veracidade da afirmação, foram muito bem delineados tanto em seus estudos quanto nos seminários realizados junto aos seus alunos<sup>263</sup>.

**O terceiro passo**, segundo o qual Ranke acreditava se poder guardar de uma visão preconceituosa dos fatos era compreender que há uma inter-relação entre eles, o que chama de universalidade. Na medida em que historiadores têm suas preferências pessoais por

---

<sup>261</sup> HOLANDA. Sérgio Buarque de. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. In: \_\_\_\_\_. Livro dos prefácios. Rio de Janeiro: Cia das Letras. 1996. pp. 177.

<sup>262</sup> RANKE, L. von, 1830. In: IGGERS & MOLTKE. *op. cit.* 1973. pp. 39 – 40.

<sup>263</sup> Na perspectiva rankeana a fonte primária seria hierarquicamente superior à secundária. Em outras palavras, relatos históricos produzidos por personagens que assistiram pessoalmente aos eventos seriam privilegiados frente a relatos à posteriori.

Benzaquen percebe em Capistrano de Abreu a utilização do método crítico que envolve pelo menos três regras claras : o privilégio da testemunha visual, a ênfase no caráter lógico do relato da testemunha e a coerência (ARAÚJO. *op. cit.* pp. 28). Tais procedimentos estariam afinados com a perspectiva histórica inaugurada por Leopold von Ranke.

estudar instituições civis, constituições, progresso científico, criações artísticas ou ainda sobre a guerra e a paz, tendem a seccionar a história, como se o objeto de sua investigação tivesse uma existência independente dos outros. Ranke chama a atenção para o fato de que é necessário estar atento à inter-relação dos acontecimentos, de forma a ter uma visão menos setorializada, e assim, segundo ele, não preconcebida.

Em decorrência de tal atitude metodológica, surge então o **quarto passo**, que se constituiria emnexo causal. Conquanto que para Ranke os diversos objetos do estudo histórico se entrecruzem, o autor julgava necessário estabelecer entre eles uma relação de causa e efeito, pois não o fazer poderia levar o historiador a incorrer no erro dos colecionadores que apenas acumulam escombros do passado sem qualquer significado.

Ranke afirmava haver uma inerente conexão entre causa e efeito, o que chamava de pragmatismo. Ressalva, contudo, não se poder pensar tal pragmatismo de forma casual ou sem método, sob pena de incorrer-se em simplificações que mascaram a verdade dos fatos. O historiador alemão acusa seus contemporâneos de tomarem por causas históricas tão somente as paixões individuais, como egoísmo, ambição de poder, o que frequentemente resulta numa visão árida e pouco piedosa conducente ao desespero.

Embora acredite que tais sentimentos tenham grande influência nos rumos da história, não os apontaria como únicos motivos. Logo, antes de elencá-los, impõe-se, tão precisamente quanto possível, buscar nas fontes os motivos. Só então, depois de percorrer todo o caminho, poderia o historiador conjecturar acerca de intenções de personagens do passado. Ranke ainda completa:

“Que ninguém acredite que tal limitação restrinja a liberdade da observação. Quão mais documentada, mais exata e mais frutuosa a pesquisa e melhor revela-se a nossa arte. Esta somente floresce com elementos da imediata e inegável verdade. Somente motivos inventados são áridos, os verdadeiros, derivados da observação viçosa, são diversos e profundos”<sup>264</sup>.

O **quinto passo** constitui-se uma questão delicada, e que, se foi tratada de forma simplista pelos seguidores ou radicalizadores dos pressupostos de Ranke, não foi visto pelo historiador com a mesma ingenuidade. Quanto à imparcialidade do historiador, Ranke

---

<sup>264</sup> RANKE, L. von, 1830. In: IGGERS & MOLTKE. *op. cit.* 1973. pp. 41.

reconhecia ser raro um julgamento em bases objetivas, pois frequentemente julga-se o passado a partir do presente. Procedimento desta natureza, continuava o autor, poderia ser aceitável no campo da política, mas na história era visto como um grave erro<sup>265</sup>.

Ranke advogava que as forças em disputa, no passado, deveriam ser analisadas em seus inerentes estados particulares. Havia que entender antes de julgá-las, e, para verdadeiramente entender tais forças, era pertinente examiná-las em seu próprio terreno, ou seja, “em seus inerentes estados particulares”<sup>266</sup>.

O autor reconhece, entretanto, que o escritor tem suas próprias opiniões, sua religião, enfim sua subjetividade da qual não pode se separar. Isto o levaria a que, mesmo no calor da disputa entre duas forças opostas, tendesse a rapidamente posicionar-se deste ou daquele lado. Apegado à sua opinião, o historiador torna-se-ia inábil para perscrutar a verdade nos dois lados da disputa. Diante do impasse, Ranke chega a declarar: “podemos vislumbrar o erro. Mas onde não há erro?”.

Ranke procura então levar o discurso em outra direção, ao argumentar que a tarefa da história não é examinar opiniões, mas existências, o que seria uma tarefa mais profunda.

“Não são opiniões que examinamos, nós lidamos com existências, as quais frequentemente são as mais decisivas influências em disputas políticas e religiosas. Examinando-as, ascendemos a contemplar o caráter essencial dos conflitos entre elementos opostos e enxergar suas complexidades. Não é de nossa alçada julgar erro e acerto como tal. Nós simplesmente observamos uma figura (*gestalt*) elevando-se lado a lado com outra; vida, lado a lado com vida; efeito lado a lado com contra efeito. Nossa tarefa é penetrar no profundo da existência e retratá-la com completa objetividade”<sup>267</sup>.

Sobre o pressuposto da imparcialidade do historiador diante de forças opostas em disputa na história, Sérgio Buarque de Holanda afirma que se muitos tomam tal atributo como virtude de Ranke, outros julgam imperdoável defeito. O próprio Lord Acton, destaca Holanda, via na neutralidade professada por Ranke indício de insensibilidade moral, não

---

<sup>265</sup> *Idem.* pp. 41 – 42.

<sup>266</sup> *Idem.*

<sup>267</sup> *Idem.*

somente como escritor, mas como homem. Segundo o historiador inglês, corroborando a opinião de Montalembert, Ranke seria “Grande talento, espírito pequenino”<sup>268</sup>.

O fato é que, a fim de que a história galgasse o estatuto científico, pareceu forçoso a Ranke que seu campo fosse rigorosamente delimitado e que o historiador tivesse uma postura mais parecida com a de um físico que descobre um novo planeta do que com a de um filósofo ou um juiz. Não lhe era dado moralizar ou filosofar, atos que fogem à possibilidade de escrutínio científico.

Evidentemente o modelo tido como ideal não implica uma prática isenta de qualquer deslize. O próprio Ranke reconhecia as limitações de seu método. Ao prefaciá-la a antologia de sua *História Inglesa*, afirmava: “o que proponho aqui é um ideal, e dirão que é impossível convertê-lo em realidade”, e continua. “o importante é ter podido mostrar o caminho certo [...] e chegar a algum resultado que se sustente até mesmo em face das investigações e críticas que possam vir depois”<sup>269</sup>.

Contudo, o próprio Ranke em seus seminários não procurava ocultar seu posicionamento quanto à revolução, tida por ele como um método antinatural de promover a mudança. O posicionamento do autor contra a Revolução Francesa e as que dela decorreram eram claros e veementes.

Na percepção de Ranke, duas grandes forças estariam atuando na história, que seriam movimento e resistência. Alguns armavam suas trincheiras a favor da resistência, ao defenderem o *status quo* como lei definitiva, sem se darem conta de que o que existe seria resultado de reformas, as quais destruíram as forças que anteriormente reinavam. Caso não houvesse qualquer mudança, a história perderia sua razão de ser. Entretanto, defendia o alemão, a história somente poderia aprovar a suplantação do antigo caso este se encontrasse completamente morto e inutilizável, sem levar em conta localidade ou interesse particular.

O processo revolucionário, que nas palavras de Ranke seria “demolir, mudar e novamente demolir”, não seria o caminho natural. A história certamente reconheceria o princípio de movimento, porém como “evolução”, jamais como “revolução”.

---

<sup>268</sup> HOLANDA. *op. cit.* 1996: 165 – 166.

<sup>269</sup> RANKE. *Apud.* HOLANDA. *op. cit.* 1996. pp. 171.

“Somente onde movimento e resistência se contrabalançam, sem desencadear violentas e autofágicas batalhas é que o ser humano pode prosperar. Somente porque a história reconhece a ambas é que pode avistar uma e a outra. Não cabe à história, ainda que em teoria, promover julgamento acerca das lutas com que o passado ensina. A história sabe muito bem que as lutas serão decididas de acordo com a vontade de Deus”<sup>270</sup>.

O **sexto passo** com o qual Ranke procurava introduzir seus alunos no método da história pretendido é o que chamava percepção da totalidade.

Nesse último passo pode-se perceber o quanto a proposta de Ranke, antes de ser tomada como norma rígida e absoluta, deveria ser vista como um ideal de ciência histórica a ser almejado, contudo com a consciência que somente Deus tem a visão plena das conexões individuais que formam o todo universal. Afinal a história, ao lidar com pessoas não se deveria ater apenas a momentos individuais de suas expressões de vida, mas antes com a totalidade do desenvolvimento de suas ações, suas instituições, sua literatura. Quão mais longe se vai na pesquisa, mais difícil seria essa tarefa e maior a necessidade de ater-se ao passo a passo da pesquisa em busca do entendimento da documentação, que é o único caminho viável para o historiador o fazer.

Ranke não nega haver nesse processo a intuição, mas ela deve estar calcada naquilo que é conhecido, caso contrário toma a forma de proposição filosófica abstrata. Assim, conclui que, caso a história fosse plena no seu objetivo e a filosofia também o fosse no seu, a ciência histórica e o espírito filosófico se encontrariam em suas derradeiras conclusões. Por outro lado, se a arte histórica fosse bem sucedida em “dar vida” ao seu objeto e reproduzisse isso por meio do poder poético, seria alcançada a unidade de maneira peculiar entre ciência e arte.

Como se pode depreender, apesar de todo o rigor metodológico, Ranke propõe em verdade uma utopia, que, como tal, jamais será plenamente alcançada, o que gerou, por parte dos seus seguidores que tomaram à risca algumas de suas frases de efeito, uma radicalização do método com base na crença de que a documentação seria o passado tal qual aconteceu e não sua representação.

---

<sup>270</sup> RANKE, L. von, 1830. In: IGGERS & MOLTKE. *op. cit.* 1973. pp. 43.

## 2.5 - Capistrano – Língua Alemã e Biblioteca Nacional:

Não se pode duvidar que após sua vinda para o Rio de Janeiro e com seu grande interesse pela língua e historiografia alemãs, Capistrano de Abreu ignorasse os escritos de Leopold Von Ranke, sobre o qual, afirmou ao Barão de Studart, teria “com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, [...] renovado a fisionomia da História”<sup>271</sup>.

O método de Ranke, entretanto, não era certamente o único interesse de Capistrano pela historiografia alemã, e, ao que parece, nem mesmo constava entre os autores que mais despertassem no brasileiro o interesse pela língua germânica. Em carta ao historiador português João Lúcio de Azevedo em 6 de junho de 1917, declara: “Para mim seu predileto Ranke é mero *flatus vocis*” embora em seguida reconheça “mas sei que seria incapaz de beber no cano quando há fonte”<sup>272</sup>. Em outros termos, considerava o discurso de Ranke vazio, porém reconhecia que o alemão no referente à crítica das fontes sabia valorar corretamente aquelas que mais se aproximaram do testemunho ocular do fato passado, ou seja, diferenciava as fontes primárias daquelas que não derivavam de tal proximidade com o fato ocorrido, as fontes secundárias.

Evidentemente que embora Ranke seja destacado como “pai da história moderna”, ele, como homem de seu tempo, fazia parte de um processo de especialização da história, que se dava na Europa e particularmente na Alemanha desde o século XVIII, numa série de procedimentos críticos e em constante intercâmbio com a filologia. Nas palavras de Ricardo Benzaquen de Araújo, tal processo se define da seguinte forma:

“Tais exigências de imparcialidade e de objetividade, por sua vez, levaram a concepção moderna de história a incorporar, a partir do final do século XVIII, toda uma série de procedimentos críticos, em constante intercâmbio com a filologia (cf. Cassirer, 1948). Esses procedimentos, pelo menos em princípio, seriam capazes de determinar a “verdade dos fatos” com a mais infinita precisão, analisando documentos, confrontando testemunhos, estabelecendo, enfim, quais eram ou não confiáveis para se conseguir uma visão realista do passado.

---

<sup>271</sup>ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp.166 – carta a Guilherme Studart em 20 de abril de 1904.

<sup>272</sup>ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp. 50 – 51 – carta a J. Lúcio de Azevedo em 6 de junho de 1917.

Com isso, o exame crítico da tradição passou de relativo, na concepção clássica, a absoluto, na moderna. Antes, preservava-se uma parcela da memória, aquela que parecia razoável, plausível aos ouvidos contemporâneos, deixando-se o resto de lado. Agora tudo o que vem do passado começa a ser olhado com desconfiança, submetido a um contínuo e meticuloso esquadrinhamento, num esforço que demanda tanta minúcia e erudição que termina por converter o historiador em um especialista, em alguém cujo trabalho se caracteriza pela prática de um certo método, chave da verdade e da mentira, acessível apenas depois de árduo e demorado aprendizado”<sup>273</sup>.

Capistrano, entre 1883 e 84, estudou alemão com o professor Carlos Jansen. Faziam parte da turma Machado de Assis, Ferreira de Araújo, Orville Derby, Valle Cabral, Silva Araújo e Raul Pompéia<sup>274</sup>. Porém, conforme destaca José Honório Rodrigues, Capistrano já demonstrava conhecimento da língua anteriormente a essa data, visto que, em 1880, encontrava-se apto a traduzir nas páginas da *Gazeta de Notícias* um artigo da *Gazeta de Colônia* e, a partir de então, são inúmeros os trabalhos que indicam o quanto o brasileiro se tornava cada vez mais íntimo da língua e dos autores alemães como, por exemplo, as traduções de *Os Mamíferos*, *As Aves do Brasil*, do manuscrito alemão de Goeldi, ou ainda a *Geografia Física do Brasil* de Wappäus.

Sua fama de bom conhecedor da língua alemã, somado ao fato de muitas vezes publicar anonimamente traduções e outros artigos, acabava por fazer com que lhe atribuísem traduções que jamais fizera. Pinto do Carmo procurou esclarecer que fora ele, e não Capistrano, o autor de um desses trabalhos atribuídos ao historiador.

“[...] julgo de meu dever retificar um caso sem muito empenho porque na realidade é de pequena significação.

É a suposta tradução das primeiras páginas de Von Martius que se encontra no III volume do sábio Naturalista.

---

<sup>273</sup> ARAÚJO, R. Benzaquen. *op cit.* pp. 27 -28.

<sup>274</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - Vol. 1. pp.192 – carta a José Veríssimo em 29 de outubro de 1908.



Quem as traduziu desajeitadamente fui eu, segundo estou convencido. [...]Capistrano de Abreu poderia fazer outra versão muito melhor que a minha ou pelo menos refazer o que eu havia feito”<sup>275</sup>.

Conquanto a biblioteca de Capistrano, que se encontra sob a guarda do Instituto Histórico do Ceará, tenha sido desfalcada de diversos volumes, devido ao hábito do historiador de presentear amigos com seus livros, ou ainda de emprestá-los sem muitas vezes recebê-los de volta, ela serve-nos como indício das preferências literárias do historiador. O que nela se percebe é uma grande coleção de livros na língua germânica.

A relação de material arquivado na citada biblioteca é de 1.321 volumes, sendo 281 destes em língua alemã e uns poucos em holandês. Destes últimos, não encontrei algum cujo autor fosse Leopold Von Ranke, ao passo que Eduard Meyer, um dos preferidos de Capistrano, conta com 15 volumes e Friedrich Ratzel, com 6 volumes.

Apesar dos mencionados desfalques na biblioteca de Capistrano, pode-se acreditar, até mesmo pelas poucas referências feitas àquele autor, que, como historiador, Ranke não gozava de sua preferência. Tal constatação não quer dizer que não reconhecesse o método do alemão como fundamental no tratamento com as fontes.

A Biblioteca Nacional passava por um processo de profundas mudanças na segunda metade dos anos setenta, justamente na época em que Capistrano de Abreu aportava no Rio de Janeiro. A partir de 1879, o jovem cearense teve a oportunidade de participar de perto de tais mudanças, o que certamente teve impacto na sua visão da história. Naquele ano, Capistrano foi efetivado como funcionário da Biblioteca, que tinha como diretor, seu amigo pessoal, Benjamim Franklin Ramiz Galvão<sup>276</sup>.

Nesse contexto, Capistrano passou também a fazer parte atuante das mudanças que ocorriam na Biblioteca, que consistia basicamente em deixar de ser uma mera coleção de volumes antigos para tornar-se um centro de utilidade pública na formação do saber, numa perspectiva Iluminista.

Em 1875, ano em que Capistrano aportava no Rio de Janeiro, o médico Ramiz Galvão retornava de uma viagem pela Europa, custeada pelo Império entre 1873 e 1874, na

---

<sup>275</sup> CARMO. J. A. Pinto do. Bibliografia de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. pp. 14 - 15.

<sup>276</sup> Naquela época a denominação usada era Bibliotecário em vez de Diretor.

qual participava como um dos comissários do Brasil na Exposição de Viena, como também estava incumbido de visitar as principais bibliotecas europeias para estudar sua organização e adquirir para a Biblioteca Nacional obras que enriquecessem seu acervo, tendo disponível para a aquisição uma quantia de cerca de 12.000\$000 (doze mil contos de réis). Ramiz voltou munido de tratados clássicos, iconografia, monografias<sup>277</sup>.

Além do material recolhido, certamente Ramiz Galvão voltou da visita às instituições européias (Biblioteca Nacional de Paris e o British Museum, em Londres) disposto a efetuar uma grande mudança na Biblioteca Nacional. Antes da sua gestão, a Biblioteca Nacional tinha como bibliotecário o Beneditino Frei Camilo de Montserrat, homem bastante erudito, porém, sua prática como bibliotecário, era ainda marcada pelo antiquariado, reflexo de um tempo em que como afirma Josiane Oliveira, a Biblioteca representava:

“...o lado mais resistente às mudanças imprimidas pelo iluminismo português. Enquanto as outras instituições estavam mais voltadas ao desenvolvimento das ciências empíricas, acompanhando o movimento e interesses do seu tempo, a Biblioteca mantinha fortes vínculos com o simbolismo religioso, estático e intemporal ligado à Igreja e à monarquia”<sup>278</sup>.

Ramiz Galvão, no entanto, voltava de sua referida viagem disposto a trazer, ainda que tardiamente, as Luzes à Biblioteca Nacional, fazendo desta uma instituição de utilidade pública, com a missão de instruir a nova nação e não mais ser um mero objeto de veneração. Em seu discurso, ao deixar contra a sua vontade o cargo de bibliotecário<sup>279</sup>, em 1882, ficava evidente a nova visão acerca do acervo depositado na Biblioteca Nacional.

---

<sup>277</sup> FILHO, Mauricio. Coleção Documentos . Brasília: Minist. Ed. E Cultura, 1972. pp. 117.

<sup>278</sup> OLIVEIRA, J. Roza de. Um historiador em formação: os primeiros anos da vida intelectual de Capistrano de Abreu (1875 -1881). Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências da COC – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz como requisito parcial para obtenção do título de doutor. Rio de Janeiro, 2011. pp. 117.

<sup>279</sup> Ramiz Galvão não teve como declinar ao convite do Imperador D.Pedro II de tornar-se preceptor dos netos do soberano, filhos da princesa Imperial e do Conde D’eu. Para isso deixou ainda que contra sua vontade o cargo de Bibliotecário, bem como a regência da cadeira de Zoologia e Botânica na Faculdade de Medicina. (MARICIO FILHO.*op. cit.* pp. 46).

“A síntese histórica assenta essencialmente sobre a consulta e análise dos documentos fidedignos e ninguém ignora que este vem todos os dias surgindo à luz, à custa de pesquisas longas, pacientes e laboriosas, que ainda não concluímos nos Arquivos estrangeiros e nacionais”<sup>280</sup>.

Além das novas aquisições e organização do acervo, Ramiz Galvão procurou a partir de 1876 que os Anais da Biblioteca fossem editados. Dedicou-se à elaboração da Exposição Camoneana em 1880 e a Exposição de História e Geografia do Brasil em 1881 e seu referente catálogo.

Para levar avante seu projeto de modernização da Biblioteca, eram frequentes as demandas, junto ao poder imperial, de pessoal, de reformas e de melhores instalações. Além disso, nos relatórios questiona-se o motivo do baixo comparecimento do público: “longe do centro da cidade e por assim dizer no começo de um arrabalde”, era uma das razões cogitadas; “pouco número de [...] leitores interessados não somente em leituras de novelas, poesias ligeiras e peças escandalosas”<sup>281</sup>.

Capistrano veio a ter contato com Ramiz Galvão no Colégio Aquino, onde o primeiro deu aulas de francês e português, logo que chegou à Corte. A amizade entre os dois foi selada desde então. Ramiz queria o amigo junto à sua equipe de funcionários da Biblioteca Nacional, o que somente foi possível no concurso de 1879.

Mais do que uma vinculação rankeana empedernida, Capistrano de Abreu encontrava-se então junto com Ramiz Galvão no que poderia se chamar “o olho do furacão” das mudanças quanto à percepção da documentação depositada na Biblioteca Nacional. Nesse contexto, a crítica das fontes fazia-se instrumento indispensável para que a mudança pretendida na Biblioteca fosse bem sucedida.

É justamente nesse período que se percebe, por parte de Capistrano de Abreu, um novo trato com relação à documentação histórica. Capistrano passa a valer-se do instrumental metodológico, atendo-se à pesquisa documental de forma mais detida e sofisticada, antes de buscar nas teorias científicas propostas por Herbert Spencer, Henry Thomas Buckle, Comte ou Taine leis explicativas generalizantes.

---

<sup>280</sup> GALVÃO, 1822. *Apud*. MAURICIO FILHO. op. cit.1972. pp. 177.

<sup>281</sup> *Idem*. pp.2.

Na análise de Arno Welhing: “A partir de 1880 se acentua a fidelidade histórica de Capistrano de Abreu: abandona gradualmente a crítica literária pela análise histórica e passa nesta do primado da teoria ao primado do documento”<sup>282</sup>.

Vale frisar todavia neste ponto que Capistrano não se despojava facilmente da sua bagagem metodológica. Era de personalidade cumulativa e, diante de um novo conhecimento, tendia a buscar proveito para os “botões do antigo terno” - para recorrer à imagem que me vali no início deste capítulo.

Outra observação oportuna a ser feita, por ser esta muito comum na literatura relativa ao autor, é a de que somente a partir do período da sua entrada na Biblioteca Nacional e do trabalho junto a Ramiz Galvão, Capistrano teria optado pela história. Até então segundo consta, sua atividade seria a de crítico literário. Na verdade isso vai de encontro à autoconstrução da memória de si de Capistrano de Abreu, visto que em sua correspondência pessoal assegura ter a opção pela história, sido feita quando muito jovem, no Ceará, conforme, a já citada, carta escrita a José Veríssimo em 1914: “Quando pensei em consagrar-me à História do Brasil, resultado de uma leitura febricitante de Taine, Buckle e da viagem de Agassiz, feita ainda no Ceará, não me lembro se pretendia abarcar toda a história”<sup>283</sup>.

Capistrano tem como objeto na crítica literária, não somente o estilo, mas, e principalmente, a representação que a literatura traz da sociedade, muito de acordo com os preceitos de Taine, como mostrei no capítulo anterior. Assim, sua ampla noção de documento não se restringe ao entrar em contato com o instrumental que o conhecimento da língua alemã proporciona e o trabalho na Biblioteca Nacional na gestão de Ramiz Galvão coloca em prática.

Em outros termos, a valoração dada à documentação como fundamental na construção da história pátria não exclui outras fontes utilizadas por Capistrano, mas soma-se a estas. A literatura, os contos populares, o samba e a músicas em geral, a mitologia, os estudos linguísticos formavam para o autor um mosaico que, junto à documentação escrita, eram fontes com as quais trabalhava na construção da narrativa histórica.

---

<sup>282</sup> WELHING, Arno. *op. cit.* 1992. pp. 385.

<sup>283</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp. 200 – carta a José Veríssimo em 21 de janeiro de 1914.

## 2.6 - “Sou feliz”:

A partir da entrada para a Biblioteca Nacional em 1879, e os anos subsequentes, avançando pela década que se inicia em 1881 e vai até 1891, foram anos extremamente produtivos para Capistrano de Abreu, tanto no que diz respeito ao seu crescimento profissional como historiador quanto em relação à sua vida pessoal. Nesse ínterim, participa da Exposição Camoneana em 1880, da Exposição de História do Brasil em 1881, da elaboração do Catálogo da Biblioteca de 1881/82, além de ser aprovado em primeiro lugar como professor de História do Brasil no Imperial Colégio de Pedro II com a tese *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* – (1883). Isso para não mencionar as inúmeras traduções, divulgação de documentos e demais trabalhos que se dedicou ao longo daquela década. Hélio Vianna descreve aquele como um período de intensa atividade para o historiador, o qual perdurou até à proclamação da República.

Na vida pessoal, Capistrano vivia um momento de intensa emoção e ao, que parece, apesar das dificuldades, o momento mais feliz de sua vida. Com sua contratação pela Biblioteca Nacional, passou a contar com uma situação financeira mais estável, o que lhe permitiu deixar o Colégio Aquino, onde muito frequentemente não recebia em dia o salário, mas pelo menos “tinha casa e comida”<sup>284</sup>. O novo endereço de Capistrano foi um porão alugado da família Castro Fonseca à Rua Dona Luíza, número 13, atual Rua Cândido Mendes, no bairro da Glória.

No sobrado acima de sua cabeça vivia a família do almirante Joaquim Inácio Fonseca, homem bem conceituado na Marinha Imperial, porém de temperamento rude e difícil. Sua esposa era D. Adélia, mulher inteligente, poetisa, que adorava promover saraus e discutir política. Ali também viviam os filhos do casal, Joaquim Castro Fonseca e Maria José de Castro Fonseca, esta uma jovem que amava as letras, tocava piano com algum talento e sabia sete línguas<sup>285</sup>.

A relação de Capistrano com a moça parece ter começado a partir de aulas particulares que o historiador lhe ministrava. O romance então nasceu, contudo, apesar do apoio de D. Adélia, o casal contou com forte oposição do Almirante Fonseca.

---

<sup>284</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. – vol. 2. pp. 416 – Carta a Paulo Prado em 28 de julho de 1922.

<sup>285</sup> GALLIAN. *Op. cit.* 1997. pp.32.

Provavelmente foi essa oposição que levou os jovens a se casarem antes da data prevista e a selar a união, evitando assim qualquer barreira intransponível que o Almirante tencionasse erguer.

“Caso-me; provavelmente já estarei casado quando você receber esta carta, porque é quinta feira, 30, que se deve realizar o ato.

Circunstâncias especiais obrigaram-me a precipitá-lo, porque, se não realizássemos esta semana, encontraríamos da parte de meu sogro uma resistência que V. não poderia formar a mais ligeira ideia”<sup>286</sup>.

Capistrano e Maria José casaram-se em 30 de março de 1881. A forma apressada como se deu o casamento, as dificuldades que enfrentaram e toda a resistência do sogro não foram motivos suficientes para amainar a intensa felicidade de Capistrano de Abreu. Num raro momento de efusiva felicidade escreve a Assis Brasil: “Desculpe-me e abrace-me. Sou feliz! A minha antiga e constante aspiração realizou-se e a realidade apenas comentou e esclareceu o ideal”<sup>287</sup>.

Capistrano e Maria José viveram dez anos casados e, apesar do apoio incondicional de D. Adélia, enfrentaram dificuldades, o que se pode perceber pelas diversas vezes em que o casal mudou de endereço. Quando nasceu a primogênita, Honorina, o casal já vivia em seu terceiro endereço em menos de dois anos. Como Maria José tivera um parto difícil, os jovens pais, por insistência de D. Adélia, voltaram a viver na casa do Almirante até que Maria José se recuperasse.

“Minha mulher já vai melhor, porém ainda não se pode dizer que esteja boa. Os pés continuam inchados e a marcha ainda é difícil. Honorina vai bem, e está muito viva e alegre principalmente agora que passou da cama que a tolhia para uma esteira onde pode espojar-se à vontade”<sup>288</sup>.

Em 1882 Capistrano concorreu à vaga de professor de Corografia e História do Brasil no Imperial Colégio de Pedro II. A tese *O descobrimento do Brasil e seu*

---

<sup>286</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp. 75 – Carta a Assis Brasil em 29 de março de 1881.

<sup>287</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. – vol. 1. pp. 76 – Carta a Assis Brasil em 6 de abril de 1881.

<sup>288</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. – vol. 1. pp. 81 – Carta a Assis Brasil em 19 de setembro de 1882.

*desenvolvimento no século XVI* foi merecedora do primeiro lugar. Na avaliação do jornalista alemão Karl von Koseritz, a tese de Capistrano, “era sem dúvida a melhor e tão excelente que ia muito além dos horizontes dos dois limitadíssimos examinadores”. Moreira de Azevedo e Matoso Maia durante a arguição do candidato faziam objeções tolas, as quais irritavam o Imperador devido à incapacidade dos examinadores<sup>289</sup>. Capistrano tomou posse no cargo em julho de 1883.

Em 16 de outubro de 1883 nasceu Adriano, o segundo filho do casal, e em 29 de abril de 1886 nasceu o terceiro filho, Fernando. Capistrano, que adorava o mês de abril, mês em que deixara o Ceará e aportara no Rio de Janeiro, tencionava colocar no terceiro filho o nome de Abril, contudo Maria José se opôs, ficando então oficialmente com o nome de Fernando, embora na intimidade fosse sempre reconhecido como Abril<sup>290</sup>.

Nessa época a situação financeira da família já se mostrava mais favorável, visto que Capistrano contava com o salário de professor do Colégio Pedro II. Assim sendo, a família Abreu mudou-se da casa do Almirante Fonseca e de D. Adélia para a Rua Marquês do Paraná. Ali nasceu Henrique, o quarto filho do casal, em 1889.

Foi uma década de intensa atividade profissional e plena de novas experiências emocionais. Os trabalhos de Capistrano demonstram um grau de maturidade e sofisticação que destoavam dos de seus contemporâneos. Maria José ajudava o marido em seus trabalhos, copiando-lhe os artigos ou ainda traduzindo textos. Honorina, a primogênita, em suas escassas recordações da mãe lembrava-se de umas folhas traduzidas do alemão e de algumas delas sobre lendas e costumes indígenas<sup>291</sup>.

Alguns inconvenientes, é claro, ocorriam. A saída de Ramiz Galvão da Biblioteca em 1882, foi um deles. Em seu lugar ficou o cunhado Saldanha Gama, com quem Capistrano teve uma relação bastante difícil, diferentemente do companheirismo, da amizade e confiança que tornava seu trabalho com Ramiz Galvão estimulante e cooperativo.

---

<sup>289</sup> VIANNA. In: CARDIM & PORTO. *op. cit.* 1999: XIX.

<sup>290</sup> GALLIAN. *op. cit.* 1997. pp. 38.

<sup>291</sup> *Idem.* pp.35.

Em carta a João Lúcio de Azevedo, datada de 16 de julho de 1918, isso fica bastante claro: “Aqui as coisas podiam ir melhor, mas felizmente não vão tão mal. Ramiz Galvão foi grande diretor. Saldanha Gama, que lhe sucedeu, não prestava”<sup>292</sup>.

## 2.7 - Redes de Além-mar:

A difícil relação com Saldanha Gama, no entanto, acabou por permitir que Capistrano desenvolvesse uma estratégia, ou ao menos a aperfeiçoasse, de manter uma rede internacional de informantes que permaneciam vigilantes, examinando e perscrutando documentos no continente europeu que pudessem ser interessantes à história do Brasil, tais como Lino de Assunção<sup>293</sup> e o Barão do Rio Branco.

Em carta ao Barão, em 25 de dezembro de 1886, Capistrano faz uma série de pedidos de livros e cópias de documentação. Algumas, contudo, poderiam ser encontradas na Biblioteca Nacional, porém a forte oposição que Saldanha Gama fazia a Alfredo Valle Cabral (responsável pela seção de manuscritos) e a Capistrano impedia que tais documentos fossem divulgados.

“A explicação: V Exa. Há de ter estranhado que Cabral e eu tenhamos tantas vezes posto à prova sua inexcedível bondade.

O motivo é que Saldanha da Gama disse-nos positivamente que não deixaria por si copiarmos uma linha manuscrita da Biblioteca Nacional, e que se o Ministro mandasse informar qualquer requerimento, na sua informação seria sempre desfavorável. Lutar com ele seria, pois, inevitável e provavelmente inútil. Também demos-lhe uma lição de mestre; ele estava muito empenhado em publicar a *História do Brasil* de Fr. Vicente do Salvador, escrita em 1627 e até agora inédita, a melhor crônica que existe do século XVI; por isso mesmo tímbramos em publicá-la, e Lino de Assunção mandou-nos a cópia de Lisboa, tirada da Torre do Tombo. Ficamos vitoriosos, é verdade; mas o bibliotecário enfureceu e até tomou uma satisfação ao Cabral. Quer isto dizer, que cada vez podemos contar menos com ele; em outros termos: cada vez teremos mais de importunar a V. Exa.”<sup>294</sup>.

---

<sup>292</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. – vol.2. pp.106 – carta a J. Lúcio de Azevedo em 16 de julho de 1918.

<sup>293</sup> Lino de Assunção foi um historiador português. Correspondente e amigo de Capistrano de Abreu.

<sup>294</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp.103 – 104 – carta ao Barão do Rio Branco em 25 de dezembro de 1886.



A troca de documentação entre continentes passa inexoravelmente a fazer parte do método de pesquisa de Capistrano de Abreu. Não somente ele recebia cópia de documentação vinda de Portugal e de outras partes da Europa, como também enviava documentação para os que faziam parte dessa rede, conforme se denota da sua correspondência com Lino de Assunção e com o próprio Barão do Rio Branco.

“Os papéis do Angelis estão distribuídos por diferentes caixas e Cabral ainda não pôde separar todos os que V. Exa. deseja. Na próxima segunda-feira prometeu-me separar tudo, e então começarei os estratos e as cópias. O assunto é verdadeiramente interessante e eu não sabia que houvesse tantos documentos a tal respeito. Entretanto contrista-me que V. Exa. vá se ocupar com eles, porque é mais uma demora para sua *Historia Militar*.”<sup>295</sup>.

Outro interlocutor fiel da década em questão era o português Lino de Assunção. Graças a ele, Capistrano e Vale Cabral conseguem uma cópia de *História do Brasil* do Frei Vicente do Salvador, o que parece ter sido a gota d’água para que a relação como o então diretor da Biblioteca Saldanha Gama se tornasse uma guerra aberta. Para driblar a oposição deste, Capistrano pensara uma estratégia de formar um clube, “sem presidente, nem sessões, cada sócio publicaria um livro à sua custa e seria isso a ata e a sessão”<sup>296</sup>. Embora Capistrano contasse com diversas adesões para seu clube de autores, nada se conseguiu publicar.

Capistrano então teve a ideia de utilizar o *Diário Oficial* como espaço para divulgação de documentos históricos. Graças a sua boa relação com Silveira Caldeira, subdiretor, e ainda melhores relações com Belisário, primo do Ministro, conseguiu que *História Pátria* apresentada pelo próprio Capistrano, Silveira Caldeira e Valle Cabral fosse o espaço para divulgação de documentação, muitas vezes inédita.

“Meu Caro Lino, enviei-te pelo Gironde o primeiro número do Diário Oficial em que saiu nossa publicação. Saiu hoje outra vez, mas não te remeto porque o primeiro volume sairá nestes oito dias e, então, receberás tudo de uma vez.

---

<sup>295</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol 1. pp.121 – Carta ao Barão do Rio Branco em 20 de abril de 1888

<sup>296</sup> Carta de Capistrano para Lino de Assunção em 2 de abril de 1886. SILVEIRA, Luis. Fontes da História do Brasil – Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção. Lisboa. 1946).

Imagina lá uma coisa absurda, e vê se não ficas aquém da realidade: o Diretor da Biblioteca Nacional, Saldanha da Gama, está furioso com a nossa empresa e decidido a fazer-lhe a mais cruenta e decidida guerra. Felizmente na publicação das cartas dos jesuítas não precisamos dele, e, cômico da sua impotência, pois que temos cópia do Instituto Histórico, o bicho quer vingar-se em outras cousas.

Ora queremos dar-lhe uma lição de mestre publicando Frei Vicente Salvador<sup>297</sup>.

Conquanto já não fosse funcionário da Biblioteca desde 1883, era seu assíduo frequentador devido a suas pesquisas, e a oposição de Saldanha Gama certamente dificultava seu trabalho. Entretanto, a Biblioteca em “pé de guerra” não parecia abalar a felicidade de Capistrano. Pelo contrário, o desafio de promover uma ampla divulgação de documentos históricos, sobretudo fontes primárias, apesar da oposição de Saldanha Gama, parecia ser um estímulo a mais para o historiador.

Apesar das dificuldades causadas por Saldanha Gama, Capistrano contava com a ajuda de um forte aliado na Biblioteca Nacional, era ele o responsável pela sessão de manuscritos, Alfredo Valle Cabral.

Com Cabral, Capistrano desenvolveu profunda e sincera amizade. Foi ele o seu grande companheiro nas investigações históricas que empreendeu durante toda a década de oitenta. Em carta ao amigo de infância, Guilherme Studart, Capistrano descreveu o clima no qual ele e Cabral comemoraram a descoberta da verdadeira identidade de André João Antonil, autor de *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Constituía-se de tratado escrito em 1710, cujo autor, Antonil, era até então uma figura de que não se tinha qualquer outra pista, senão a citada obra.

Capistrano, seguindo uma série de indícios acreditava ser o autor um jesuíta e, ao amigo Vale Cabral, chegou a afirmar: “pois hei de descobrir o autor”<sup>298</sup>.

A pesquisa, contudo, caiu no esquecimento, até que um dia, sem quê nem por quê, Capistrano voltou-se ao amigo Cabral e disse-lhe: “ Você vai ficar furioso. – Por quê? Porque afinal vou descobrir quem é o nosso Antonil. – Neste caso vou ficar é alegre.”<sup>299</sup>

Capistrano então se dirigiu à estante em que se encontrava a *Bibliothèque des Écrivains de la Compagnie de Jésus* de Backer e, com a leitura de algumas linhas, já tinha

---

<sup>297</sup> *Idem*. pp. 37-38 – Carta a Lino de Assunção em 7 de abril de 1886.

<sup>298</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol 1.pp. 144 – Carta a Guilherme Studart em 18 de junho de 1893.

<sup>299</sup> *Idem*.

motivo suficiente para correr à mesa do amigo, conforme descrevia a Studart: “Cabral! Cabral! Achei! E, se é capaz, imagine o prazer com que lemos”<sup>300</sup>.

Capistrano relatava ter sido aquele um dia de delírio. Enfim, estava revelado que Antonil era um anagrama do verdadeiro nome do jesuíta toscano João Antônio Andreoni, conhecido e admirado pelo Padre Antônio Vieira. Os amigos saíram para comemorar o achado e somente foram para casa a contragosto, dispersados pela guarda.

“Não preciso dizer que foi um dia de delírio. Jantamos juntos, tomamos cerveja juntos, conversamos até meia-noite e separamo-nos a *contre coeur*. Que bom tempo aquele, que a descoberta de um anônimo bastava para coroar de rosas um dia”<sup>301</sup>

Do outro lado do Atlântico, Lino de Assunção foi fundamental nesse período. Contando com a colaboração do português, Capistrano também se dispôs a não somente estudar cuidadosamente documentação referente ao século XVI, que naquele momento era objeto de sua atenção, como também conferir parte das fontes utilizadas por Varnhagen algumas décadas antes, e que naquele momento Capistrano via com profunda desconfiança.

“Na segunda edição Varnhagen aproveita-se bastante do Frei Vicente, mas cita-o parcamente, com má vontade evidente, como receoso de que descubram a fonte em que bebeu tantas informações importantes”<sup>302</sup>.

“Diz Varnhagen que se acha no livro 21 da chancelaria de D. João III f. 73. Passa os olhos e mais tarde, se valer a pena pedir-te-ei uma cópia. Com Cardoso de Barros a coisa é mais séria porque diz Varnhagen que ele foi donatário do Ceará, da terra da luz! Diz ele também que o foral datado de 20 de novembro de 1535, está às folhas 108 v. a 110 do livro 22. Estará mesmo? Tenho minhas razões para duvidar”<sup>303</sup>.

Já no ano de 1900, Capistrano escrevia a seu conterrâneo Guilherme Studart, pedindo que este contribuísse com documentos sobre o Ceará, pois o Ministro da Fazenda

---

<sup>300</sup> *Idem*

<sup>301</sup> *Idem*. pp. 145.

<sup>302</sup> SILVEIRA, Luis. op. cit. pp. 11 – Carta de Capistrano de Abreu para Lino de Assunção em 25 de abril de 1885.

<sup>303</sup> *Idem*.

pretendia que se continuasse a coleção de documentos sobre história do Brasil que havia sido iniciada na década de 80 com Valle Cabral. Com o distanciamento de mais de uma década, o historiador avalia da seguinte forma aquela empresa e aproveita para mais uma vez criticar o conterrâneo Studard, com quem Capistrano não concordava com o método e nem com a forma com que ocultava suas fontes.

“Os documentos desta ordem você até hoje tem publicado com a falta de ortografia e pontuação original, deixando a cada um interpretá-los como entender. O sistema que eu e Cabral introduzimos é diferente por muitos motivos: primeiramente nosso trabalho, embora com maior rigor a que podemos atingir, é de vulgarização; em segundo lugar, ater-se à ortografia arcaica é conjurar contra si todos os compositores e revisores; em terceiro lugar, o editor preocupado com a grafia não tem tempo de atender a questões mais sérias; em quarto lugar, é preciso que quem edita qualquer papel assumam a responsabilidade da interpretação”<sup>304</sup>.

Parece-me evidente que Capistrano de Abreu, a partir de 1879 quando entra para a Biblioteca Nacional, volta o seu olhar com muito mais atenção para a documentação, utilizando-se, sem dúvida, de preceitos estabelecidos por Leopold von Ranke. No entanto, a maneira como lida com tal documentação é assumidamente interpretativa. Ao vulgarizar uma fonte, atualizando sua grafia e tornando-a mais facilmente inteligível ao homem de seu tempo, promove um diálogo entre o presente e a representação do passado, assumindo assim a responsabilidade da interpretação.

A fonte portanto, não é portadora da verdade, nem mesmo numa perspectiva utópica como propunha Ranke, e menos ainda numa perspectiva factual como queriam seus seguidores.

---

<sup>304</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol.1. pp.148-149 – Carta a Guilherme Studart em 5 de fevereiro de 1900.

## 2.8 – Crítica das fontes em Fernão Cardim:

Um exemplo claro da destreza com a qual Capistrano passa a se valer do arcabouço teórico da crítica moderna da história pode ser apreendido na maneira como trata a questão da identificação do jesuíta Fernão Cardim como autor de *Tratados da Terra e gente do Brasil*, publicado em 1881 na Exposição sobre História e Geografia do Brasil organizada pela Biblioteca Nacional, entretanto a pesquisa sobre o autor prolongou-se e foi revisitada por várias décadas.

O texto até então conhecido tinha em inglês, numa tradução de 1625, com o título *A Treatise of Brazil written by a Portugal [sic.] which had long lived there*, e fazia parte da Coleção de Samuel Purchas, um religioso e historiador inglês que divulgava relatos de viagens.

Purchas atribuía o texto a Manuel Tristão, enfermeiro dos jesuítas da Bahia. A hipótese sobre a autoria era defendida por existirem no livro receitas medicinais, e também por estar escrito tal nome no original do qual Purchas teria se valido para fazer a tradução.

Capistrano desde o início desconfiava da atribuição da autoria do texto ao enfermeiro Manuel Tristão. O fato de Fernão Cardim ter sido aprisionado por corsários ingleses poderia justificar o paradeiro do texto nas mãos de Samuel Purchas; o que favorecia a hipótese de que Cardim e não Tristão fosse o autor do pequeno livro. Essa hipótese era ainda fortalecida por uma análise da subjetividade do suposto autor. Ademais, a hipótese levantada por Purchas relativamente à autoria de Manuel Tristão não se sustentava pelo simples fato de o manuscrito ter ali seu nome escrito deste. Para Capistrano, isso, quando muito, poderia atestar ser Tristão o dono daquela cópia<sup>305</sup>.

Em carta ao Barão do Rio Branco, Capistrano procurava esclarecer os fatos, inclusive revelando suas fontes de como teria o texto do Jesuíta ido parar na mão dos ingleses.

“Sobre Cardim sei que foi aprisionado em fim de setembro de 1601 (Franco, *Imag. Da Virt em Évora*, I, 725); que o corsário que o aprisionou foi Francis Cooke, de Dartmouth, provavelmente (Purchas, *Pilgrimages* IV, p. 1289); que fugiu em 1602 para Calais, levando *quinque illustrissimas*

---

<sup>305</sup> ABREU. 1881. In: CARDIM, F. *Tratado das terras e das gentes do Brasil*. Introdução e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite e Cia., 1925. pp.149-150.

*puellas, quarum duas erant e Reginae familia* (Franco, *Sinopse*, p.179). Quem ajudou a fuga foi o Padre Michael Roger, e sobre este deve haver alguma informação em uma *História dos Jesuítas na Inglaterra*, publicada há poucos anos, tendo por autor *Folville*, se me não engano. Se lhe for possível, peço-lhe pois que procure este nome<sup>306</sup>.

O outro argumento usado por Purchas era de que o livro trazia algumas receitas medicinais, o que também contribuiu muito pouco para a hipótese de que o enfermeiro da Companhia de Jesus fosse seu autor<sup>307</sup>.

Capistrano então recorre a um perfil psicológico do que seria um irmão da Companhia de Jesus, de forma a verificar se o texto produzido encaixava-se em tal imagem idealizada.

“Acresce que um irmão da Companhia de Jesus era sempre um rapaz que começava, e não tinha, nem podia ter a madurez de espírito e os conhecimentos que aqui se revelam a cada passo, - ou homem feito, que apesar de inapto para a carreira das letras, possuía outras qualidades que poderiam ser úteis à poderosa Companhia de Jesus. Provavelmente era este o caso do enfermeiro”<sup>308</sup>

Se o enfermeiro, conforme supunha Capistrano, era um homem feito que, apesar de inábil para as letras, possuía algum conhecimento médico, útil para a Companhia, Cardim enquadrava-se melhor no perfil de um Jesuíta habilidoso com as letras, conforme se podia observar por outros escritos comprovadamente de sua autoria. Junte-se a isso o fato de que, na página 195 do pequeno livro, podia-se precisar que fora escrito no ano de 1584; ano que coincide com a data da primeira visita de Cardim ao Brasil.

A essa altura Capistrano tinha certeza: era Cardim o autor do pequeno livro. Ainda mais pelo fato de o texto de Purchas trazer algumas figuras e locuções que lembravam os conhecidos textos de Cardim<sup>309</sup>. Entre elas, descrições das funções do chefe da tribo,

---

<sup>306</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol.1. pp. 116 – Carta ao Barão do Rio Branco em 25 de novembro de 1887.

<sup>307</sup> ABREU. 1881. In: CARDIM, F. *op. cit.* pp. 150.

<sup>308</sup> *Idem.*

<sup>309</sup> Partes do texto em português eram conhecidos por Capistrano devido a publicações de Fernando Mendes de Almeida, copiados de Manuscritos da Biblioteca de Évora. No entanto, os manuscritos de Évora eram anônimos e embora mostrassem que se tratava do mesmo trecho da tradução de Purchas, não identificava seu autor; por outro lado, Capistrano contava com alguns trechos reconhecidamente de Cardim, tais como uma publicação de Varnhagen de 1847 em uma *Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica* por Fernão

descrição das ocas, tratamento das crianças, acolhida de visitantes, jogos infantis e descrições de frutas como o caju e a mangaba.

As citadas descrições eram plenas de figuras e exemplos que não poderiam se explicar por mera coincidência como, ao descrever-se a castanha de caju, afirma ser seu paladar melhor do que os das castanhas portuguesas, ou a mangaba que, em ambos os textos, a árvore é comparada à macieira de anáfega<sup>310</sup>.

Capistrano descreveu sua investigação acerca da autoria do pequeno livro na introdução de *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil e de seus Costumes, Adoração e Cerimônia*, de autoria de Fernão Cardim em 1881, “para chegar a uma solução as provas intrínsecas eram sem dúvida valiosas, porém não bastavam: era preciso recorrer antes às provas extrínsecas”<sup>311</sup>.

Como bem atesta Arno Welhing<sup>312</sup>, o passo a passo da pesquisa de Capistrano de Abreu revela uma excepcional capacidade heurística. Após estabelecer as fontes, inclusive as diferentes versões disponíveis, passa então a articulá-las de forma a construir um mosaico no qual faltam elementos principais. Em segundo lugar, viria a hermenêutica, que compensa a falta de tais elementos com “capacidade de bem perguntar” às fontes disponíveis, valendo-se da “capacidade lógica ordenadas e apuradas”. Welhing conclui:

“Essa epistemologia historista, que se definiu com Ranke, cuja obra conhecia e que se aperfeiçoaria com Dilthey e Weber, Capistrano desenvolveu sem que para isso necessitasse escrever um manual de metodologia histórica – necessidade, aliás, que Ranke sentira”<sup>313</sup>.

Tudo dava sustentabilidade à hipótese de Capistrano, mas nada disso constituía-se em prova cabal. Para consegui-la, bem como para adquirir novos documentos e

---

Cardim. Ao comparar o conteúdo das cópias dos manuscritos que Fernando Mendes de Almeida gentilmente cedera com os de Purchas (em inglês) e a correspondência epistolar reconhecidamente de Cardim, concluiu-se ser da autoria do Jesuíta os escritos em questão (EE, 1ª. Série, 1975. pp.120 – 129 e EE, 2ª. Série. 2003. pp.215).

<sup>310</sup> ABREU, 1881. In: CARDIM, F. *op. cit.* pp. 156 – 157.

<sup>311</sup> EE, 1ª. Série. pp.121.

<sup>312</sup> Tais observações de Welhing tomam como exemplo as pesquisas de Capistrano sobre o descobrimento do Brasil, porém acredito que se aplicam também ao caso de pesquisa sobre Fernão Cardim como a muitos outros trabalhos do historiador cearense.

<sup>313</sup> WELHING, A. Capistrano de Abreu e o descobrimento do Brasil: Os ensaios e estudos. Acervo, Rio de Janeiro, v. 12. 1992. pp. 34.

informações sobre seu objeto, o historiador acionou seu amigos de além-mar, como o historiador português Tomás Lino de Assunção.

Em 1885 a prova material da autoria de Cardim seria conseguida. Ao ser informado pelo amigo Lino de Assunção que este se encontrava em Évora, Capistrano rapidamente deu ao amigo uma incumbência, verificar naquela biblioteca os manuscritos anônimos que, segundo tudo indicava, eram fragmentos do pequeno livro que Purchas havia se valido para a tradução de 1625. Eram eles *Do Clima e Terra do Brasil e de algumas cousas notáveis que se acham assim na terra como no mar*, e ainda outro texto intitulado *Do Princípio e Origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônia*. Em carta ao amigo Português Capistrano dizia:

“Toma, pois Catálogo de Rivera, Io. Volume, Esmeralda de situ orbi (s) p I cod cxv/1-3, Examina estes Mss. É provável que o cap. 7 mereça cópia. Talvez o livro IV também interesse *Do Clima do Brasil*, p.13 compara com do *Princípio dos Índios do Brasil*, p.15 e *Informação do Padre Christovam Gouveia*, p. 19.

As três obras no meu entender são do Padre Fernão Cardim. Vê se a letra ajuda esta hipótese”<sup>314</sup>.

Caso a letra dos manuscritos de Évora fosse igual a dos textos comprovadamente de Fernão Cardim, a prova material da autoria estaria comprovada e a hipótese de Capistrano seria assim coroada. A resposta veio em 30 de maio de 1885 a confirmação daquilo que Capistrano afirmava havia alguns anos.

“Agradeço a certeza material que me dás de que são de Cardim as obras que eu lhe atribuí. Eu tinha certeza disso, mas quantas vezes tenho encontrado a realidade ilógica, que muitas vezes tive minhas dúvidas. Felizmente já não as tenho mais. Nesses dias deve estar pronta a impressão do *Do Clima e Terra do Brasil*. E de que te mandarei dois exemplares, sendo um para o conferires, se algum dia tornares a Évora” <sup>315</sup>.

Outro grande colaborador nas pesquisas de Capistrano no continente europeu foi o Barão do Rio Branco, como se pode apreender pela correspondência que trocavam.

---

<sup>314</sup> SILVEIRA, Luis. *op. cit.* 1946. - Carta de Capistrano para Lino de Assunção em 19 de março de 1885

<sup>315</sup> *Idem.* pp. 16 – 17. - Carta de Capistrano para Lino de Assunção em 5 de junho de 1885.



“Ainda tenho outro obséquio a pedir-te. Não há escritor do século XVI que mais aprecie do que Fernão Cardim. Quero dar, ainda este ano se for possível, uma edição completa de todos os seus escritos. Falta porém , um que é um parecer ou carta que ele escreveu em 1 de janeiro de 1618, e que se acha originariamente na Academia de História de Madrid. Como não tenho meio de correspondência para Madrid, peço- lhe este obséquio”<sup>316</sup>.

“A propósito de Cardim, tenho ainda novo favor a pedir. Quando ele foi aprisionado para a Inglaterra, em 1601 ou 1603 (não posso verificar agora, mas está no prólogo dos *Índios do Brasil*), encontrou-se com um jesuíta, que prestou-lhe auxílios. Depois, daí a um ano ou dois, fugiu com umas princesas, que depois entraram para um convento em Lisboa. Não será possível saber o nome destas princesas? Já dei a V. Exa. aqui mesmo as indicações , mas mandá-las-ei noutra vapor. Este ponto me interessa, porque desejo completar a biografia do amável escritor”<sup>317</sup>.

Capistrano poderia dar por encerrado seus questionamentos acerca de Cardim e sua identidade. No entanto, não era do seu feitio deixar para trás seus velhos estudos e partir para novos. Ia acumulando uns e outros, paralelamente, de uma forma um tanto caótica. A prova de que Fernão Cardim ainda por muito tempo voltava-lhe ao pensamento está numa carta escrita ao amigo Paulo Prado em 3 de julho de 1918, trinta e sete anos após a sua primeira afirmação de ser Cardim o autor de *Tratados da Terra e gente do Brasil*<sup>318</sup>. Na dita carta, Capistrano remete um número da *Revista do Instituto*, contendo *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil*. Explica ao amigo que ali são cópias de alguns dos documentos retidos pelos piratas quando Cardim foi por eles capturado e que, posteriormente, foram traduzidos e publicados. Mais de duas décadas depois de dar por autor da documentação o Jesuíta e com base em toda a argumentação que até aqui procurei expor, Capistrano conclui, indagando ao amigo: “Pergunto agora a V., que acaba de ler a *Narrativa Epistolar*: fui leviano em atribuir a Cardim o escrito sobre os índios?”<sup>319</sup>.

Ao perguntar-se leviano, após tantos anos de análise e inclusive com a comparação da letra da documentação da Biblioteca de Évora e de escritos comprovadamente de

---

<sup>316</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp. 115 – carta ao Barão do Rio Branco em 8 de agosto de 1887.

<sup>317</sup> *Idem*.

<sup>318</sup> Em 1881 sob a expensas de Ferreira de Araújo, fundador da *Gazeta de Notícias*, Capistrano publicou, *Do Clima do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na terra como no mar com notas de Batista Caetano e em 1885 na Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio de Janeiro*.

<sup>319</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol.2. pp.387 – carta a Paulo Prado em 3 de julho de 1918.

Cardim, Capistrano mostrava que a história, mesmo aquela escrita por ele próprio, ou talvez principalmente esta, estava sempre sujeita à verificação.

Outra vez Cardim volta à cena, num artigo publicado n’*O Jornal* de 27 de Janeiro de 1925. Dois aspectos chamam a atenção neste artigo. O primeiro é a diferença de estilo entre os primeiros escritos de 1881 e o de 1925; o segundo é a dissonância com relação à perspectiva de Ranke naquilo que Capistrano chamava de “história íntima”.

Sobre o primeiro ponto, nota-se que em seus trabalhos sobre Cardim na década de oitenta Capistrano procura explicitar o método da pesquisa de sorte a deixar transparente ao leitor cada etapa da pesquisa histórica de forma absolutamente heurística. Diversamente no artigo de 1925, a história de Cardim assume um caráter deliciosamente narrativo, começando pela morte do Jesuíta, e, a partir daí, retomando sua vida e venturas.

Enquanto na década de oitenta é possível visualizar o “esqueleto” da história, na década de vinte do século subsequente a história obedece a uma linearidade na qual os espaços vazios são cuidadosamente recobertos pela graça do relato, sem que, no entanto, o método seja desrespeitado, ele apenas apresenta-se diluído na narrativa. Tal narrativa, além de conduzir o enredo numa linearidade temporal, faz a união entre o particular e o universal. Vale lembrar que Ranke, em seus seminários, precisamente no terceiro passo de seus manuscritos de 1830, já mencionado anteriormente, propunha que ser importante que o historiador se guardasse de uma visão setorizada de seu objeto, o que dava a impressão de que este tivesse uma existência independente. Tal percepção da interrelação dos acontecimentos, chamada por aquele autor de universalidade, era justamente a ponte entre o fato e o contexto, que a história somente pode ligar por meio da narrativa.

Ricardo Benzaquen de Araújo observou os mesmos traços em seu artigo “Ronda Noturna”, analisando o método de Capistrano de Abreu ao defender terem sido os portugueses, e não os franceses ou os espanhóis, os verdadeiros descobridores do Brasil. O argumento é observado em dois momentos diversos: a já citada tese com a qual concorreu para a cadeira de professor do Colégio Pedro II (*O Descobrimento do Brasil – Seu desenvolvimento no século XVI*); o segundo publicado dezessete anos mais tarde na publicação comemorativa do quarto centenário do descobrimento intitulada: *O Descobrimento do Brasil – Povoamento do Solo – Evolução social*<sup>320</sup>.

---

<sup>320</sup> Ver: ARAUJO, Ricardo Benzaquen. *op. cit.* 1988. p p. 28 -54.

O segundo ponto que chama a atenção na publicação de Capistrano sobre o jesuíta Cardim em 1925 é uma sutil mas importante dissonância relativamente ao historiador Alemão Leopold von Ranke. Se por um lado Capistrano era verdadeiramente obcecado pelo apuro das fontes, a ponto de movimentar seus amigos de além-mar em busca de provas fidedignas, não se atinha somente à exterioridade das mesmas, mas buscava escrever a história “íntima” do Brasil.

Ranke, é verdade, advertia os participantes de seus seminários nos manuscritos de 1830 que não ficassem somente na externalidade do ocorrido, sem uma análise intrínseca, para que não se tornassem colecionadores que acumulavam escombros do passado sem qualquer sentido. Ainda assim, Ranke atinha-se às fontes como verdade idealizada e, efetuado o passo a passo de seu método, pouco se questionava acerca da subjetividade dos autores de tais fontes. O testemunho ocular do fato, garantia em grande parte a “verdade” da fonte, como uma utopia que paradoxalmente se permitisse alcançar.

Capistrano, ao divulgar os escritos do jesuíta Fernão Cardim, percebe o valor daquela fonte histórica, justamente pela subjetividade do relato do religioso. Por conseguinte, a identidade do autor não é mero capricho investigativo, mas peça importante na construção da história do primeiro século da história do Brasil após a chegada dos portugueses. Na forma narrativa de 1925, esse entendimento -se com clareza.

Dizia Capistrano:

“Fernão Cardim nada tem de extraordinário, mas recomenda-se à simpatia e ao estudo por mais de um aspecto.

Era temperamento vibrátil, em que sensações batiam fortes, seguidas, dando às vezes um estilo por assim dizer ofegante. [...] Para ele a natureza existia, uma natureza vívida e palpitante. Seduziam-no as águas dos rios, a variedade de flores, a frescura dos bosques, o canto das aves. [...] O amor à natureza devia incliná-lo aos índios.[...] Estas amostras de aspectos diversos de Cardim poderiam interpretar-se como sintomas de superficialidade. Não são. A cada instante aparecem reflexos pertinentes. Mas o padre sentia como um esteta; não finalizava, não moralizava: embebia-se no espetáculo, além do bem e do mal”<sup>321</sup>.

---

<sup>321</sup> ABREU, J. Capistrano de. Publicado n’*O Jornal* de 27 de janeiro de 1925. In: EE, 2ª. Série. 2003: 216 – 218.

A apresentação de Cardim, em 1925, traz intactos “botões do velho terno”. Capistrano, após exaustivo trabalho de crítica documental, volta a temas de sua juventude, tratados então com sofisticado arcabouço teórico: o meio natural, que em Buckle era a fonte de todas as desventuras do Novo Mundo, visto de maneira mais complacente; os índios, que tanto figuraram na querela com Silvio Romero, eram retratados, no primeiro século da colonização, em pleno processo de transformação por meio da catequese e contato com a cultura europeia - suas moradias, vestimentas que as tribos próximas aos jesuítas passavam a usar (somente os homens, pois não havia roupa suficiente para todos; as mulheres permaneciam desnudas), as danças indígenas no dia de Ramos que retratavam o sincretismo entre as festas indígenas e os ritos católicos, e daí por diante.

O relato de Fernão Cardim tem para Capistrano um valor bastante especial. Tratava-se de uma testemunha ocular do passado no século XVI, no entanto não eram relatórios oficiais assépticos que pouco se aproximavam do vivido, mas seu caráter “vibrátil” em que “sensações batiam forte” e seu “estilo ofegante” davam à prosa de Cardim certo encanto de crônica, que remetia a uma análise proposta por Taine.

Capistrano valeu-se do método Rankeano? Certamente, mas numa perspectiva mais ampla daquela concebida pelo próprio Ranke, e muitíssimo distante dos seguidores/radicalizadores da proposta do alemão.

A crítica moderna da história é incorporada de tal forma por Capistrano, que não precisa ser alardeada ou esquematizada em forma de “cartilha”, aparece diluída em sua obra como uma ferramenta imprescindível, e frequentemente apontada em críticas a seus pares que não faziam dela bom uso. Por essa via, o método não é confundido com a própria história, mas utilizado na construção da história pátria pretendida por Capistrano.

Em carta ao Barão do Rio Branco em 1890, no mês de abril, o seu favorito anunciava:

“Dou-lhe uma grande notícia (para mim): estou resolvido a escrever a História do Brasil, não a que sonhei há muitos anos no Ceará, depois de ter lido Buckle, e no entusiasmo daquela leitura que fez época em minha vida – uma História modesta, a grandes traços e largas malhas, até 1807”<sup>322</sup>.

---

<sup>322</sup>ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1 pp.130 – carta ao Barão do Rio Branco em 17 de abril de 1890.

Então ele continuava a carta, dando os motivos pelos quais estava decidido a levar avante a empresa:

“Escrevo-a porque posso reunir muita coisa que está esparsa e espero encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados. Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino. As bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas como, aliás, quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas”.<sup>323</sup>

Após tantas pesquisas junto à documentação da Biblioteca Nacional, parecia enfim que Capistrano pensava ter material para levar avante o seu projeto de escrever a história do Brasil, ainda que fosse uma empresa mais modesta do que aquela que originalmente pensou no Ceará.

Tinha bastante material para reunir “muita coisa” que se encontrava “esparsa” e “encadear melhor certos fatos”. Capistrano tinha em mente uma narrativa que encadeasse a história do Brasil, ainda que em termos gerais. Parece-me ser uma proposta bem parecida com aquela que apontei sobre como reunira diversos materiais em relação ao jesuíta Fernão, Cardim e que, em 1925, resultou numa narrativa que “encadeava os fatos”. Além disso, Capistrano mostrava acreditar que pontos merecedores de destaque na história do Brasil permaneciam esquecidos enquanto outros pouco importantes ganhavam destaque.

Capistrano havia trabalhado arduamente naqueles últimos anos e acreditava enfim estar pronto para, enfim, entregar-se à escrita da obra que sonhara, ainda que “a grande traços e largas malhas”. Alguns infortúnios, porém, o alcançaram naquele fim de década levando-o a mudanças radicais em sua vida pessoal e profissional, o que certamente teve impacto em seus projetos, ainda que seja difícil mensurá-lo com base nas fontes.

---

<sup>323</sup> *Idem.*

## 2.9 – “A arte é longa, a vida é breve...”

A felicidade pessoal e profissional de Capistrano parece bastante evidente no decorrer da década de 80. No entanto alguns infortúnios começam a mudar o rumo dos acontecimentos.

Uma das ocorrências foi a doença de seu grande amigo Alfredo Valle Cabral, responsável pela seção de manuscritos da Biblioteca Nacional e que tanto colaborou com Capistrano, a despeito da perseguição de Saldanha da Gama. Em 1890, Capistrano escrevia para o Barão do Rio Branco: “Nosso pobre Cabral, depois de um período de hibernação, ficou furioso: a família foi obrigada a recolhê-lo ao hospício. Creio que o seu estado é desesperador”<sup>324</sup>. Cabral veio a falecer em 1894, aos 43 anos e, segundo Hélio Vianna, visitar o amigo em estado de demência passou a ser “uma das dolorosas obrigações que se impunha a Capistrano”<sup>325</sup>.

Outro infortúnio que sobre ele se abateu foi a reforma de ensino promovida em 1899, elaborada pelo recém-empossado Governo Republicano, dando por extinta a cadeira de História do Brasil que seria anexada à de História Universal.

O Colégio Pedro II, devido ao desejo do novo sistema de governo de apagar as marcas da Monarquia, passou a chamar-se Instituto Nacional de Instrução Secundária e depois Ginásio Nacional. O novo Instituto também passou a admitir, sem concurso, novos professores para cadeiras vagas ou recém-criadas, o que gerava certamente uma queda no padrão de excelência que aquela instituição gozava durante o Regime Monárquico.

Foi oferecida a Capistrano a possibilidade de ser aproveitado como professor de História Universal, porém isso estava fora de cogitação para o historiador que então se empenhava no estudo, na divulgação documental e no trabalho de construção da história pátria. Logo, foi colocado à disposição, o que reduziu seus rendimentos em sessenta por cento.

Certamente, porém, o pior golpe foi ocasionado pela morte de Maria José. Em 19 de dezembro de 1891, o casal Abreu ganhava mais uma menina, Matilde. O nascimento da caçula naquele último mês do ano e fim de década veio junto com profunda tristeza. Maria

---

<sup>324</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp. 132. – carta ao Barão do Rio Branco em 15 de julho de 1890.

<sup>325</sup> VIANNA, Hélio. Ensaio Bibliográfico. In: *op. cit.*, 1999. pp. XXVI.

José acometida de violenta febre puerperal faleceu alguns dias após o nascimento da criança.

A família então se viu obrigada a separar-se. Capistrano mudou-se para uma pensão na Rua da Glória com Adriano e Fernando, enquanto Honorina, Henrique e a recém-nascida Matilde foram viver com a avó, D. Adélia.

A década encerrava-se de maneira trágica para a família Abreu, e Capistrano, Não obstante jamais haver perdido seu humor um tanto cáustico, dava sinais de certo pessimismo, ou uma descrença de que a brevidade da vida lhe permitisse escrever a história do Brasil que sonhara quando moço no Ceará.

Alguns anos após a morte de Maria José, em 1896, o amigo Assis Brasil escrevia a Capistrano, a princípio dando notícias das filhas e dizendo de como se relacionavam bem com sua segunda mulher. Então começa a enumerar as virtudes da nova companheira e o quanto as segundas núpcias haviam sido para ele como um renascimento; em seguida, vai ao ponto desejado:

“Lembro-me de lhe ter ouvido que a sua mulher, na hora extrema, lhe pedira para não dar madrasta aos seus filhos. Talvez ela, conhecendo, como fina observadora, que você podia ser levado pela sua idealidade a fazer má escolha, ou que a sua capacidade disciplinadora não garantiria a boa ordem do novo lar – tivesse razão; mas a regra não pode ser absoluta. Pelo que me toca, digo-lhe tudo, como digo que esta reincidência no matrimônio considero-a o passo mais acertado de minha vida. Foi um renascimento”<sup>326</sup>.

Não há registro de resposta de Capistrano, mas o fato é que este cumpriu à risca o desejo da falecida e jamais voltou a se casar, ou mesmo, que se tenha notícia, tido relacionamento amoroso com qualquer outra mulher.

Após a família separar-se, Capistrano continuava contudo em contato com todos os filhos. Almoçava diariamente na casa dos sogros, onde viviam Honorina, Henrique e a pequena Matilde.

---

<sup>326</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. – vol. 3. pp. 285 – Carta de Assis Brasil, em 18 de outubro de 1896.

Em 1893, também morreu Henrique, no entender de Capistrano “por não resistir à orfandade”<sup>327</sup>.

Capistrano seguiu trabalhando, pesquisando e levando avante seu projeto de escrita da história, porém, embora não se possa afirmar que todos esses infortúnios o levasse a desacreditar que a vida não seria suficientemente larga para escrever a obra que todos esperavam, era esse seu sentimento nas décadas subsequentes.

Em 1907, ao “pingar o último ponto” em *Capítulos de História Colonial*, Capistrano escrevia a seu amigo de infância, Guilherme Studart:

“Acabo de pingar o último ponto do meu esboço. Custou! Deu [sic] trezentas páginas o período anterior a D João 6°. Se me perguntares se estou satisfeito com o que fiz, dir-te-ei francamente: não! Imaginava outra coisa e não pude realizá-la, parte por culpa minha, parte por culpa das circunstâncias. Acreditei muito na extensão da vida e na brevidade da arte, e fui punido. Quando ainda no Ceará, concebi-a, a obra tinha outras dimensões. Cada ano levou consigo um lance ou um andar. A continuar mais tempo, ficaria reduzida a uma cabana de pescador. Mesmo agora acho-lhe uns ares de tapera”<sup>328</sup>.

Contudo, a despeito de sua autocrítica, os seus escritos, a divulgação da documentação, bem como os estudos das línguas indígenas representam na historiografia nacional um lugar único. Nas palavras de Francisco Falcon “marco fundamental, verdadeiro farol, entre a historiografia romântica e modernista”<sup>329</sup>.

Afrânio Peixoto relata uma conversa tida com Capistrano: “Sobre história, de Frei Vicente do Salvador ouvi-lhe isto: “historiador de chinelos”, por oposição aos de coturnos, os enfáticos, Varnhagen, Southey, os outros...”<sup>330</sup>. Em contraposição aos “quadros de ferro” de Varnhagen, Capistrano imaginava escrever uma história de “chinelos” ou a “história íntima”. Note-se que as bandeiras, as minas, a criação de gado, a presença indígena são todos elementos que apontam para o interior, ou talvez para a “intimidade” da nação. Para

---

<sup>327</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol .2. pp.280 – Carta a J. Lúcio de Azevedo em 17 de setembro de 1923.

<sup>328</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol 1.1. pp. 178 – carta a Guilherme Studart em 7 de janeiro de 1907.

<sup>329</sup> FALCON, Francisco J.C. *op cit.* 1999. pp. 2.

<sup>330</sup> PEIXOTO, Afrânio. Suplemento Literário de A Manhã, p. 71 – vol VI – 6/2/1944 – Arquivo de Capistrano de Abreu no Convento de Santa Teresa, im. 239.



tal, o meio fazia-se fundamental e a perspectiva da antropogeografia teve importante papel nessa concepção de história.

Um dos autores com os quais Capistrano veio a ter contato na década de oitenta, e sobre o que trabalharemos no próximo tópico, foi Friedrich Ratzel. A perspectiva geográfica teve importante papel na construção histórica de Capistrano de Abreu, bem como a história cultural bastante marcada pelos escritos de Eduard Meyer.

O diálogo com o primeiro dos dois autores citados é o fio condutor do próximo capítulo.

### III.

#### 3. “Trajar farda Literária” – Instituto Histórico, Geografia e Cultura:

“Não vão por isso elogiar o nosso desinteresse. Ai de nós! *Homo sum*. Se fazemos tal cessão, é porque pretendemos posição muito mais elevada: a de membro do Instituto Histórico. Funcionar no Paço, trajar farda literária, aparecer com ela, representando a sociedade nas festas nacionais e nos cortejos; ser presidido pelo Visconde do Bom Retiro, assistir aos discursos monumentos do monumental Sr. Macedo, e, honra ainda mais é invejável servir de ponto de incidência a olhares augustos, apanhar uma nesga da conversação semidivina...eis nosso *desideratum*“.<sup>331</sup>

No artigo, cujo trecho se encontra em epígrafe, Capistrano fazia ironia sobre uma declaração do monarca, na qual o imperador dizia que os brasileiros letrados tinham apenas duas aspirações: “ser senador ou lente do Colégio Pedro II”. O historiador, em resposta, afirmava ter ele uma aspiração muito mais elevada, que seria se tornar membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Na verdade, apesar de ironizar as instituições imperiais, Capistrano acabou por fazer parte de duas delas. Foi professor do Colégio Pedro II de 1883 a 1899 e também tornou-se membro do Instituto Histórico a partir de 1887.

Procurava construir uma imagem de si como apartado de qualquer instituição formal. Porém, tal afirmativa não se mostrava de todo verdadeira como o encanto de sua retórica pode fazer crer. Ele, como homem de seu tempo, dialogava com os autores europeus bem como mantinha com as instituições brasileiras uma relação tensa, mas certamente importante para suas referências históricas.

Dessas instituições, o IHGB e a Biblioteca Nacional merecem destaque, uma vez que quando foi fundada a Academia Brasileira de Letras, Capistrano recusou o convite para figurar entre os imortais.

---

<sup>331</sup> ABREU, J. Capistrano de. *Gazeta de Notícias: 18-11-1879 História Pátria*. . In:\_\_\_\_\_. E.E. - 4ª. Série. pp. 105.

“Fui inscrito na Academia Humana independente de consulta e já acho excessivo. Os fundadores da Academia de Letras daqui eram quase todos meus amigos, instaram comigo para que lhes fizesse companhia. Resisti e cada vez estou mais convencido de que andei com juízo”<sup>332</sup>.

Quanto ao IHGB, Capistrano dizia em carta ao amigo Guilherme Studart pretender demitir-se em tempo, caso não morresse repentinamente. Contudo, apesar das ameaças de demissão e de pouco frequentar as sessões do Instituto Histórico, Capistrano jamais cumpriu a promessa. Aliás, mantinha-se muito bem informado acerca do que se produzia e se discutia naquela instituição<sup>333</sup>.

A troca entre Capistrano e o Instituto Histórico Brasileiro, cheia de tensões, desacordos e a ameaça de rompimento, não deixa de marcar o lugar no qual a “operação histórica”<sup>334</sup> se processa nos escritos do historiador, ao menos a partir de 1887.

Segundo Michel de Certeau, o fazer história se dá numa combinação de um lugar social e práticas “científicas”<sup>335</sup>. Seriam antecedentes que não aparecem explicitamente no discurso, mas são reconhecidos por seus pares.

Esses últimos formam um círculo de eruditos que fazem parte do processo geral de circulação de ideias do conjunto social. Ou seja, tais eruditos não se encontram à parte da sociedade, mas nela inseridos. Modificando e sendo modificados por ela, numa relação na qual hierarquia ou causa e efeito são variáveis difíceis e perigosas de se precisar.

Para um historiador produzir história, porém é necessário o diálogo e o reconhecimento desse limitado grupo. Neste aspecto Capistrano não seria uma exceção à regra. Como um homem de seu tempo, ainda que avesso às formalidades institucionais, o Instituto Histórico era fundamental para Capistrano de Abreu. Aquela era irrefutavelmente a instituição na qual um historiador brasileiro poderia ser reconhecido como tal. Mesmo que sua relação com a casa fosse tensa e forçasse frequentemente os limites das

---

<sup>332</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.58 – carta a João Lúcio de Azevedo em 2 de julho de 1917.

<sup>333</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA.- vol. 1. pp.152 – carta a Guilherme Studart em 18 de agosto de 1901.

<sup>334</sup> Utilizo aqui o termo de Michel de Certeau (CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. Org. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. pp. 17 - 48)

<sup>335</sup> As aspas são do próprio Certeau, que faz questão de frisar que o termo “científico”, devido à suspeição que lhe cabe nas “ciências humanas” é substituído pelo termo “análise”. Contudo, também nas “ciências exatas” o termo é visto de forma suspeita. O autor, procura defini-lo como “um conjunto de regras que permitem ‘controlar’ operações proporcionais à produção de objetos determinados” (CERTEAU:1976. pp.41).

perspectivas históricas daquela Instituição. Consequentemente, Capistrano não poderia, como não o fez, abrir mão dela.

### **3.1 – Reconhecimento de seus pares:**

Não somente Capistrano reconhecia o Instituto Histórico como lugar social de produção da história nacional, como o próprio Instituto o reconhecia como um de seus mais brilhantes membros. Isso fez-se claro nas diversas manifestações que partiram daquele círculo de eruditos quando Capistrano faleceu em 1927.

O Conde Afonso Celso, que ocupava o cargo de Presidente Perpétuo do Instituto, dedicou grande parte da 6ª. sessão ordinária de 13 de setembro de 1927 para lamentar a morte do historiador, que, segundo ele, causava “profunda mágoa” por dois motivos:

“Em primeiro lugar pelos seus altos, notórios merecimentos de historiador e de investigador das coisas pátrias, objetos principal da missão do Instituto.

Em segundo lugar, porque o Instituto foi a única associação literária e científica a que ele pertenceu, durante quarenta anos, tendo sido eleito sócio correspondente em 1887, e sucessivamente promovido a efetivo, honorário e benemérito e da qual muito frequentou a biblioteca e o arquivo”<sup>336</sup>.

O Presidente Perpétuo do Instituto deixava claro o reconhecimento do historiador morto como um dos pares afinados com a missão daquela casa. Também traçava uma brevíssima biografia, na qual a ascensão de Capistrano desde seu ingresso na instituição dava testemunho de seu valor como historiador e pesquisador.

Naquela mesma sessão João Pandiá Calógeras, membro do Instituto e amigo muito próximo de Capistrano, foi convidado a discursar em homenagem ao morto. No discurso, além de enaltecer as qualidades de Capistrano como amigo, franco, sincero, despido de vaidades ou inveja, Calógeras destacou os méritos de Capistrano como historiador.

---

<sup>336</sup> IHGB, “Ata da sessão de 13 de setembro de 1927”. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 101 (155) : 343, 1927.

“Incomparável suscitador de energias, mudava em ouro de lei quanto seu talento privilegiado tocava. Promoveu indagações, foi pai espiritual de série imensa de esforços mentais de discípulos inúmeros. Renovou métodos de análise. Transplantou para nosso meio processos críticos da etnografia alemã. Criou valores. Impediu se desperdiçassem outros”.<sup>337</sup>

Calógeras seguiu o discurso, no qual afirmava ter Capistrano usado a antropogeografia antes mesmo que a palavra fosse inventada. Também exaltou a forma como o historiador articulava com finanças, climas, medicina, higiene, estatísticas de produção, movimentos demográficos, conquista da terra, práticas agrícolas e especulações filosóficas e científicas.

Na comparação entre Varnhagen e Capistrano, o primeiro era apontado como parcial em suas conclusões, detentor de insuficiente aparelho crítico e cujas fontes eram difíceis de averiguar. Contudo era, merecidamente, conhecido como “o grande Varnhagen”. Capistrano, por sua vez, era apresentado como “o Mestre”. Seu respeito ritual pelo documento e a facilidade de verificação das fontes, de suas vinculações filosóficas, a análise mais precisa dos fatos e o apuro na preocupação de narrar, dentre outras qualidades, levava-o a concluir a redação dos trabalhos que fez *sine ira et studio* (sem ódio e nem preconceito)<sup>338</sup>.

Naquele mesmo ano, na sessão magna de comemoração do 89º. ano de aniversário do Instituto, Ramiz Galvão, orador perpétuo da Casa, discursou em homenagem aos membros falecidos durante o último exercício. A solenidade contava com a presença do presidente da República Washinton Luis e a lista de falecidos era extensa. Nela constavam: Tobias Laureano Figueira de Melo, Diogo de Almeida Pereira Vasconcelos, Nuno Pinheiro de Andrade, José Ribeiro do Amaral, Martim Francisco Ribeiro, José Nogueira Jaguaribe Filho e João Capistrano de Abreu.

Se nos necrológios que figuram na lista havia muita formalidade, no de Capistrano Galvão revelava sua intimidade com o historiador desde os tempos da Biblioteca Nacional, quando convencido do valor do jovem cearense incitou-o a prestar concurso para oficial

---

<sup>337</sup> *Idem.*

<sup>338</sup> *Idem.* pp. 352.

daquela instituição num momento, em sua opinião, “propício para aproveitar aqueles dotes excepcionais”<sup>339</sup>.

Sobre a obra deixada por Capistrano, Ramiz Galvão afirmava:

“A relação de seus trabalhos históricos desde essa data até nossos dias é tão copiosa, que não cabe neste lugar, monografias interessantíssimas que resolveram dúvidas, traduções comentadas de obras de valor, prefácios eruditos, resumos históricos aproveitados para grandes publicações – tudo isso feito à luz de documentos interpretados com espírito lúcido e perspicaz, em linguagem simples e despretensiosa – tudo isso representa um acervo de tesouros, que oxalá se possa um dia reunir para perpetuar o nome do grande cultor da história pátria.

Mas nosso eminente confrade não limitou a sua extraordinária atividade a este campo de estudos. Há entre suas obras notáveis esta outra, a *Língua dos Caxinauás*”<sup>340</sup>.

Ramiz Galvão encerrou o discurso com a afirmação de que conquanto Capistrano pouco frequentasse as sessões do IHGB, os arquivos e biblioteca lhes eram familiares.

Rebeca Gontijo faz ver em sua tese de doutoramento que o culto ao morto faz parte da construção da identidade nacional. Logo, atributos memorados no falecido acabam por revelar anseios daqueles que a ele prestam homenagens<sup>341</sup>. Ao se comparar as homenagens prestadas aos consócios do IHGB mortos do mesmo período, era notória a deferência que se fazia a Capistrano de Abreu frente aos outros. Mesmo que tais deferências refletissem o anseio dos oradores do Instituto quanto à construção da história pátria, o destaque dado à figura de Capistrano mostra o quanto ele estava inserido ativamente nesse debate. Isso levando-se em conta o fato de Capistrano pouco frequentar as assembleias e, durante os 40 anos que ali permaneceu agregado, ter publicado apenas quatro artigos na revista da instituição<sup>342</sup>.

---

<sup>339</sup> IHGB, “Ata da sessão Magna de 21 de outubro de 1927”. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 101 (155): 461, 1927.

<sup>340</sup> Idem. pp. 462.

<sup>341</sup> Ver GONTIJO, Rebeca. O velho vaquano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do grau de doutor na área de concentração: história social. Niterói. 2006.

<sup>342</sup> “Capistrano publicou quatro artigos na revista da Instituição. O primeiro, antes de ser eleito sócio, intitulado *Batista Caetano: notas de um amigo* (1883). E os outros depois de associar-se: *O Duque de Caxias* (1906), *Vaz de Caminha e sua Carta* (1909) e *Fases do Segundo Império* (1925); este último publicado num volume especial em homenagem ao centenário de nascimento de D. Pedro II. Se comparado a sócios que também publicaram na revista do IHGB, como João Lúcio e João Pandiá Calógeras (cada um escreveu dois artigos),

Dito isso, faz-se importante discorrer acerca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e a relação de Capistrano com o mesmo. Dessa forma procuro pensar Capistrano como um homem de seu tempo e lugar.

### 3.2 – IHGB

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado em 21 de outubro de 1838 nos moldes das Academias Francesas e vinculado à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Pouco mais de um mês após sua inauguração, Januário da Cunha Barbosa, primeiro secretário, fez um discurso, no qual deixou clara a missão daquela instituição. Tal missão resumia-se basicamente em duas diretrizes centrais: a coleta e publicação de documentos de importância para a história do Brasil, bem como o incentivo ao ensino público de natureza histórica<sup>343</sup>. Forjar uma história para a nova nação independente era tarefa que merecia a atenção dos 27 membros da recém-criada instituição. Fazia-se necessário um sentimento aglutinador, um passado comum que desse à dispersa população espalhada pelo vasto território um sentimento nacional.

Também em 1838, em meio às disputas palacianas do período Regencial, foi criado o Arquivo Nacional, o qual tinha em sua estrutura uma seção destinada à história. O Instituto e o Arquivo disputavam, assim, espaço em meio às diferentes correntes que almejavam o poder.

O cônego Januário da Cunha Barbosa e o Marechal Raymundo José da Cunha Mattos estavam à frente do Instituto Histórico. O grupo aglutinava, basicamente, setores urbanos, letrados e de vida política ativa, que ascenderam ao governo especialmente após a independência ou à abdicação<sup>344</sup>. Estes buscavam um novo acesso ao palácio de São

---

Capistrano teria uma contribuição ativa na revista” BATISTA. Paula V. P.. Abraço através do Atlântico – cartas entre Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar. 2011.

<sup>343</sup> GUIMARÃES, Manoel L. S. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, Estudos Históricos. 1988. No.. 1/5 - 27.

<sup>344</sup> Lúcia Maria Guimarães, em sua tese de doutoramento, mostra que, a despeito da suspeita de outros historiadores como Emilia Viotti da Costa e Lilia M. Schwartz, os associados do IHGB não eram representantes da aristocracia rural. Capistrano, filho de um pequeno proprietário de terras no Ceará era a única exceção. Ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade*

Cristovão, rompendo o cerco do Ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos. Para tal, a aparente neutralidade de um Instituto destinado aos estudos Históricos e Geográficos servia bastante bem.

Lúcia Maria P. Guimarães (1995), em sua tese de doutoramento, esmiúça; as disputas políticas entre os grupos que procuravam acercar-se do Príncipe-Regente; os membros do Instituto Histórico e Geográfico dentre eles. Estes conseguiram o seu intuito graças a dois eventos: a destituição de José Bonifácio do cargo de tutor em 14 de dezembro de 1833 e a morte de D. Pedro I em 24 de setembro de 1834, o que tornou obsoleto o “Partido Restaurador”<sup>345</sup>.

O Instituto, porém, não tinha apenas intenções políticas. A autora referida mostra também as aspirações e vinculações do grupo:

“Idealizado nos círculo palaciano, tendo como inspiração o modelo parisiense, o Instituto Histórico foi, sem dúvida, um projeto grandioso. Em termos nacionais, previa-se a sua ramificação em todas as províncias do Império. No âmbito internacional, a proposta não seria menos modesta. A meta era estabelecer intercâmbio permanente com agremiações congêneres em diversos países. Na consecução destes propósitos contaria, ainda, com a publicação de um periódico trimestral, onde, além da edição de documentos históricos, seriam divulgados as suas atividades, bem como a produção intelectual dos associados”<sup>346</sup>.

Em artigo intitulado “Nação e Civilização nos Trópicos”, Manuel L. S. Guimarães analisa o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seu projeto de uma História Nacional, vinculando a prática da Instituição brasileira ao *Institut Historique de Paris*, fundado em 1834. Januário da Cunha Barbosa, na fundação do IHGB, deixava claro o vínculo intelectual entre o modelo brasileiro e o parisiense. O *Institut Historique de Paris* era,

---

*Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Rio de Janeiro, R.IHGB, 156(388) 459-613, jul.set., 1995.

<sup>345</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Rio de Janeiro, R.IHGB, 156 (388) 459-613, jul.set., 1995.

<sup>346</sup> Idem. pp. 483.



assim, visto como fornecedor de parâmetros historiográficos e instância legitimadora da prática histórica nacional<sup>347</sup>.

Além das claras referências ao modelo parisiense, o Instituto brasileiro procurou manter vínculos com outras instituições estrangeiras como a Sociedade Real dos Antiquários do Norte, sediada em Copenhague<sup>348</sup>.

Ao pesquisar sobre os 27 membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manuel L. Guimarães chegou a uma conclusão semelhante àquela de Lúcia M. Guimarães de que os sócios faziam parte de um grupo da elite urbana, os quais pretendiam desenvolver uma carreira junto ao aparelho burocrático do Estado. O autor considera ainda que parte significativa dos membros fundadores pertencia a uma geração nascida em Portugal e vinda para o Brasil em virtude da invasão napoleônica à Península Ibérica. Não obstante pertencerem a diversificada origem social, tal grupo nivelava-se por um processo de educação segundo a tradição jurídica de Coimbra que objetiva uma carreira junto ao aparelho Estatal.

A partir de 1849-50, com a maior estabilização do poder Monárquico, a Instituição tende a abraçar o projeto de escrita da história brasileira numa perspectiva de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador.

Já em 1840, o cônego Januário da Cunha Barbosa lançou um desafio. Definiu um prêmio para o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. O texto vencedor foi o do bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius, sob o título “Como se deve escrever a História do Brasil”, publicado na revista do IHGB em janeiro de 1845, tendo sido premiada em 1847.

O autor vencedor foi sondado para de escrever, ele mesmo, a história brasileira naqueles moldes, porém tal livro jamais viria a ser publicado. Basicamente, a proposta de von Martius era a de que a história brasileira deveria estar calcada no encontro das três raças, brancos, índios e negros-, como base fundadora da nacionalidade brasileira.

“Portanto devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de

---

<sup>347</sup> GUIMARÃES, Manoel L. S. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, Estudos Históricos. 1988. no. 1/5. pp.12-13.

<sup>348</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria P. op cit. P 524.

três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga...”<sup>349</sup>

Somente com a mencionada estabilização do poder Monárquico, contudo, é que o projeto de escrita da história brasileira sob a égide de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, é enfim levado avante. Embora o premiado modelo de von Martius jamais fosse esquecido, também não seria posto em prática plenamente. Havia, no entanto, entre os participantes do IHGB, um esforço em conceber a história pátria como um processo linear e marcado pela noção de progresso, características próprias à herança iluminista<sup>350</sup>.

### **3.3 – A corte do saber:**

Aos esforços assinalados juntou-se o Imperador D. Pedro II. Uma das providências do soberano foi abrigar no próprio Paço da cidade, a partir de 1840, a agremiação que agregava a nata da intelectualidade do Rio de Janeiro.

Graças ao endereço imperial, Araújo Porto Alegre referiu-se ao IHGB como a *Escola Paladina*, fazendo alusão àquela considerada a primeira universidade medieval, fundada na corte de Carlos Magno<sup>351</sup>.

Essa associação entre o Estado Imperial e o discurso historiográfico se estreitava a cada mudança de endereço. Já dentro do Paço da cidade, a partir de 1849, o IHGB passa a contar com novas instalações no terceiro andar, vizinho à capela Imperial. O monarca, D. Pedro II, que até então limitava sua presença às cerimônias comemorativas anuais, começava a ter presença ativa e participante.

Assim, o Imperador empenhava-se em estimular a produção historiográfica nacional, de forma a desvendar o que viria a ser o verdadeiro caráter nacional. Tal atitude

---

<sup>349</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro 6 (24). pp. 384, 1844.

<sup>350</sup> GUIMARÃES, Manoel L. S. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, Estudos Históricos. 1988. no. 1/5. p.11

<sup>351</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria P. Da Escola Paladina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 – 1938). Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2006. p 15.

se pode percebida em discurso datado da inauguração das novas instalações em 15 de novembro de 1849.

“Sem dúvida, Senhores, que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertença digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi, pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e concorrendo todos unidos para tão nobre, útil e já difícil empresa, enrijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria.”<sup>352</sup>

As mudanças não se restringiram somente ao espaço físico e à presença do jovem soberano nas reuniões do grêmio. Em 1851, mudanças no estatuto levaram à criação de sessões destinadas ao estudo de arqueologia, etnografia e línguas indígenas. Além disso, multiplicaram-se os grupos de trabalhos permanentes ao introduzirem-se comitês subsidiários nas áreas de história e geografia. As atividades de investigação de fontes passaram a ser de responsabilidade de duas comissões, sendo uma a comissão de revisão de manuscritos e a outra destinada à pesquisa de documentos.

Mais do que as mudanças das práticas internas, também foram modificados os critérios para ingressar na instituição. Exigia-se a comprovação de produção intelectual tanto dos candidatos ao quadro de efetivos quanto aos que almejavam ser sócios correspondentes. Por fim, exigia-se uma doação de “obra de valor” para a biblioteca, ou um “presente importante” para o museu da entidade<sup>353</sup>.

Funcionar no palácio sob os auspícios do monarca também contudo tinha o seu preço. Evidentemente o grêmio acabava por tomar forma de “corte do soberano”, dependendo de suas benesses e disputando cada um de seus membros “servir de ponto de incidência a olhares augustos”, como ironicamente apontou Capistrano de Abreu,<sup>354</sup> e com isso despertar a inveja de outros que porventura não tivessem a mesma sorte.

---

<sup>352</sup> Revista do IHGB. Rio de Janeiro, 12 (16): 551 Out. /Dez. 1849 (*op cit* GUIMARÃES. 1988. p. 11)

<sup>353</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria P. *op cit.* pp. 487.

<sup>354</sup> *op. cit.*

Um dos membros da Casa, Francisco Adolfo de Varnhagen, buscava cautelosa, mas tenazmente, uma nesga do olhar imperial. Quando o conseguiu, soube dele tirar bastante proveito, tornando-se protegido do soberano. Varnhagen foi nomeado como adido em Lisboa em 1842. Valendo-se de seu posto em além-mar, coletou uma enormidade de material na Torre do Tombo, Coimbra e na Biblioteca de Évora. Em seguida, foi transferido para a Espanha, e ali encarregado de reunir documentação relativa a questões fronteiriças. Com um fôlego de pesquisa invejável, Varnhagen pesquisou diversas bibliotecas e arquivos.

Um de seus maiores feitos foi, contudo, escrever em 1854/57, respectivamente, o primeiro e o segundo volume de “História Geral do Brasil”, obra que pode ser tomada como um marco na missão do IHGB como fundador da história brasileira.

José Honório Rodrigues chegou a afirmar que o historiador suplantou em sua época todos os seus contemporâneos. Isso pela vastidão das pesquisas que realizou, os fatos que revelou, as publicações inéditas especialmente em sua “História Geral do Brasil”<sup>355</sup>.

A despeito da importância da sua obra, Varnhagen era recebido com frieza pelos membros do IHGB. Afinal, o historiador merecia algum desprezo dos que não contavam com a mesma sorte: serem alvo dos olhares augustos do soberano.

Esse historiador foi uma das grandes referências de Capistrano de Abreu. Na obra de seu antecessor, Capistrano soube reconhecer as virtudes e também as falhas. O fato é que Varnhagen foi quem primeiro levou avante o projeto lançado por Januário da Cunha Barbosa se produzir uma história nacional.

Contudo, a falta de simpatia de Varnhagen pelos índios, os negros e pelos movimentos revoltosos contra a coroa portuguesa, como a Inconfidência Mineira ou a Revolução de 1817, fazia da história por ele produzida um contínuo da história de Portugal. José Honório Rodrigues procurou definir num parágrafo as vinculações de Varnhagen que se depreendem da história por ele produzida.

“Pombalino, partidário do absolutismo ilustrado, adversário dos jesuítas e antipático à inquisição, Varnhagen jamais aceitará que a história não fosse fruto apenas de personalidades mais

---

<sup>355</sup> RODRIGUES, J. Honório. *op. cit.* 1970. p.123 – 149.

ou menos cultas, nem deixaria de impor uma concepção histórica em que o Brasil é íntegro, uno, é independente por obra e graça da Casa de Bragança”<sup>356</sup>.

Varnhagen, porém, viu como marco fundador da nacionalidade brasileira não a independência, mas a união dos três grupos étnicos na expulsão dos holandeses do litoral nordestino.

“Não passaremos adiante sem observar que, nas capitâneas do Norte, a guerra estranha produziu resultados benéficos. O perigo comum fez aproximar do escravo o senhor, e o soldado europeu do brasileiro, ou do índio amigo. Com as honras e condecorações concedidas, mediante o beneplácito da cúria romana, ao Camarão e a Henrique Dias, libertos aquele da barbárie, este da escravidão, se honraram todos os índios e todos os africanos, na ideia de que certo desfavor, em que se julgavam, não provinham de suas cores, mas sim da falta de méritos para serem melhor atendidos”<sup>357</sup>

Apesar das reformas de 1851 e de alguns trabalhos importantes, como o de Varnhagen, o velho hábito do compadrio e o círculo fechado e homogêneo em torno da figura do monarca produzia certa apatia nos membros do Instituto. Com o tempo, tudo ou quase tudo foi se tornando formalidade, cerimônia e pouca produção no campo da história, geografia e outras áreas de estudo. O Instituto Histórico mergulha num “sono de crisálida” nas palavras de Capistrano de Abreu<sup>358</sup>.

Ao analisar a produção da Revista trimestral produzida pelo Instituto Histórico Geográfico naquele período, Lucia Guimarães percebe a falta de produção histórica dos membros da casa. Tal carência era suprida completando-se as páginas da revista com artigos transcritos do *Jornal do Comércio* e outros diários da Corte. Os organizadores da revista também se valiam do expediente de publicar documentos não contemporâneos<sup>359</sup>.

---

<sup>356</sup> *Idem.* pp.135.

<sup>357</sup> ODÁLIA, Nilo (Org.). Varnhagen: Historia. São Paulo: Ed. Ática, 1979. pp. 107.

<sup>358</sup> A expressão mencionada foi usada por Capistrano em 1881 em artigo publicado no *Almanaque da Gazeta de Notícias*. Nele o historiador, após o sucesso da *Exposição Camoniã* promovida pela Biblioteca Nacional, procurava convocar os poucos grêmios de inteligência da corte a participarem do próximo empreendimento que a Biblioteca tencionava se aventurar, a *Exposição de História do Brasil*. (ABREU, João Capistrano de . A Literatura brasileira em 1880. In: E. E. - 4ª série. p. 243.

<sup>359</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria P. op cit. pp. 513 – 515.

Capistrano de Abreu foi aceito como sócio correspondente do Instituto Histórico em 1887. Naquele momento, com todo o cabedal de conhecimento que havia adquirido com sua passagem pela Biblioteca Nacional, sua opinião sobre os membros do Instituto não era das melhores.

Já em 1881, em artigo publicado na *Gazeta de Notícias*, Capistrano tratava da necessidade de investigar-se as viagens na história do Brasil e sua importância na formação histórica do país. No que se refere às viagens ao sertão, tudo ainda estava por se fazer. Havia muita documentação a ser investigada, e o Instituto Histórico, nesse ponto, poderia prestar tal serviço, animando-se a fazer com seus cento e tantos membros ao menos metade do que o Visconde de Porto Seguro fizera sozinho. Capistrano continuava:

“Parece incrível, mas é exato; quase não há no Instituto quem saiba fazer coisa tão simples – editar um livro. A prova é que nem mesmo as coisas tão mezinhas, como determinar a época em que foi escrito e assim circunscrever o período em que se deve procurar o autor quando o livro é anônimo, nem mesmo a isto se julgam obrigados os seus sócios. Nos cinquenta e tantos volumes de que consta a *Revista*, talvez o Roteiro de Gabriel Soares seja o único impresso segundo as regras”<sup>360</sup>

Na mesma *Gazeta de Notícias* em outubro de 1880, Capistrano tecia elogios e críticas a um dos membros do Instituto, o Dr. Melo Moraes. Este era médico por profissão, amante da história, e entrou no IHGB apadrinhado por Varnhagen, graças à intervenção direta do Imperador. Capistrano elogiava Melo Moraes pelos seus esforços em reunir documentos sobre a história do Brasil e mais que isso seu empenho em tentar publicá-los. Contudo considerava que muitas vezes os documentos apresentados por Moraes apareciam “truncados ou fora do lugar conveniente”. Além disso, faltava-lhe a capacidade de julgar qual era a documentação que verdadeiramente interessava à história do Brasil e qual era inócua. Com isso, em suas publicações, dava apenas extratos de documentação, que pela sua importância merecia ser integralmente transcrita. Melo Moraes dava àquela o mesmo tratamento que dava à documentação que nada mais era do que nomeações, alvarás e outros escritos que pouco acrescentavam à análise histórica. Capistrano então argumentava:

---

<sup>360</sup>ABREU, João Capistrano de . E. E. - 4ª. Série. .pp. 282.

“Se pudéssemos entrar em análise minuciosa deste livro, teríamos de mostrar muitos e muitos pontos em que estamos em desacordo com o autor, quanto a fatos, datas, quanto a método. Não o faremos, porém, mesmo porque há uma parte da obra que parece-nos compensar grande parte dos defeitos; é a que diz respeito à topografia desta cidade, sua primitiva povoação, fundação de engenhos, etc. Há nela muitas investigações curiosas, e apenas vêm plantas antigas, cuja utilidade não pode ser posta em dúvida”<sup>361</sup>

Capistrano mostrava-se atento ao que se produzia no IHGB e procurava dialogar com aquela Instituição, geralmente criticando-a antes mesmo de ter ingressado como sócio correspondente em 1887. A produção historiográfica de Varnhagen foi, como já assinalado, uma referência para Capistrano na sua formação como historiador. Era a Varnhagen que Capistrano sempre voltava, criticando-o e buscando quebrar-lhe os “quadros de ferro”<sup>362</sup>.

Na correspondência com o historiador português João Lúcio de Azevedo, a mais completa daquela reunida por José Honório Rodrigues, Capistrano menciona 58 vezes o nome de Varnhagen entre 1916 e 1927.

Em suma, vale dizer que o Instituto Histórico reconhecia Capistrano de Abreu como historiador. Por sua vez, Capistrano reconhecia o Instituto como centro de produção intelectual possível no circuito letrado brasileiro. Aquele grêmio congregava amigos como João Pandiá Calógeras, discípulos como Afonso d’Escragnolle Taunay e também desafetos como Max Fleiuss.

### **3.4 – A Proclamação da República e a Corte do saber:**

O ingresso de Capistrano nos quadros da instituição se dava em um momento crítico. A proclamação da República em 1889 colocou em risco a própria existência do Instituto. O novo governo não via com bons olhos o grêmio que fora criado e vivera à sombra do regime monárquico. Seus membros não ocultavam sua simpatia pelo antigo

---

<sup>361</sup> ABREU, João Capistrano de . E. E. - 4ª. Série. pp.167-168.

<sup>362</sup> Termo utilizado por Capistrano em: ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1 pp.130 – carta ao Barão do Rio Branco em 17 de abril de 1890.

soberano, mantendo, inclusive, a cadeira vazia de D. Pedro em lugar de destaque na sala das sessões<sup>363</sup>.

Uma das primeiras diferenças a ser sentida foi o montante do tesouro imperial destinado à casa, drasticamente reduzido pela metade no novo regime. Não fosse a intervenção de Tristão de Alencar Araripe Junior, a instituição teria sido extinta por um golpe de pena do ministro Aristides Lobo<sup>364</sup>.

Melhores ventos começaram a soprar na direção do Instituto com a volta das oligarquias ao poder. Naquele momento aparecem sinais de que o velho bastião monárquico começava a flertar com a república.

Após a posse de Prudente de Moraes na presidência da República, este foi eleito presidente de honra da corporação e chegou a comparecer à sessão magna de aniversário de 15 de dezembro de 1894. O governo, por sua vez, voltava a liberar verbas destinadas à instituição. O montante, descontada a inflação do período, era aproximadamente o que o grêmio recebia sob a tutela imperial. Por sua vez, o Instituto cedeu documentação de seu valioso acervo, especialmente mapas antigos, para ajudar a solucionar questões de fronteira, bem como participou da elaboração da Carta Geral da República, examinando detalhes técnicos e oferecendo sugestões para a sua preparação<sup>365</sup>.

No interior do Instituto orquestrava-se uma política pragmática de aproximação do novo governo, e, se havia uma cabeça pensante com este intento, pode-se dizer que era Max Fleiüss.

Fleiüss era filho do pintor e caricaturista alemão Henrique Fleiüss. Este segundo fora discípulo de Varnhagen. Max entrou para o Instituto Histórico em 1901. Era jornalista, boêmio, pragmático, bem relacionado e articulador. Fleiüss percebeu que o Instituto não sobreviveria de sua adoração ao, já falecido, soberano. Era necessária uma aproximação com o governo republicano para garantir que as antigas benesses do governo monárquico voltassem a fluir naquele grêmio.

Muito rapidamente ascendeu ao posto de segundo secretário e, já em 1906, ocupava o cargo de primeiro secretário. A princípio tomou providências como colocar em dia as atas

---

<sup>363</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria P. Da Escola Paladina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 – 1938). Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2006. p 23.

<sup>364</sup> *Idem.*

<sup>365</sup> *Idem.* p. 29.



das sessões, ao registrá-las em livro destinado a tal fim. Atualizou o cadastro de sócios, promoveu a reorganização da biblioteca.

Fleiüss trabalhou para a modernização em geral da instituição, inclusive conseguindo junto ao presidente Rodrigues Alves recursos para reformar as instalações internas do grêmio, o que possibilitou o acesso do valioso acervo à consulta do público em geral. O reconhecimento de seus bons serviços fez com que fosse aclamado pela assembleia-geral como Secretário Perpétuo do Instituto Histórico. Tal posição somente tinha sido galgada pelo cônego Januário da Cunha Barbosa (1838-1846) e por Manuel Ferreira Lagos (1846-1851)<sup>366</sup>.

Capistrano de Abreu conhecia Max Fleiüss pelo menos desde 1895. Naquele ano escrevia ao amigo Paranhos Jr., o Barão do Rio Branco, pedindo uma colocação para o jornalista em missão diplomática.

“Consente que termine esta carta pedindo-lhe mais um obséquio? O Sr. Max Fleiüss, moço estudioso, inteligente, deseja fazer parte da comissão de limites com a França, de que o meu ilustre mestre e amigo será chefe. Há por aqui toda a boa vontade em atendê-lo: uma palavra sua será o suficiente para fazer pender a balança a favor dele. Creio que já outros amigos lhe terão escrito a favor dele. Faça-o por minha vez, certo de que não me arrependerei”<sup>367</sup>.

O pedido de Capistrano referia-se à questão de litígio sobre o Amapá. Apesar do empenho de Rio Branco, Fleiüss não foi o escolhido para o cargo e, como consolação, foi nomeado vice-cônsul em Bremen, porém não aceitou o convite<sup>368</sup>.

Embora Capistrano tomasse por certo que não se arrependeria da indicação de Fleiüss ao amigo Paranhos, provavelmente o fez, visto que mais tarde Fleiüss se tornaria um dos desafetos de Capistrano no Instituto Histórico, como mostrarei mais à frente.

A aproximação do habilidoso Fleiüss com o Barão do Rio Branco<sup>369</sup> por fim propiciou ao primeiro sua grande jogada no intuito de aproximação do IHGB do Governo da situação.

---

<sup>366</sup> *Idem.* p. 48

<sup>367</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp. 136 - Carta ao Barão do Rio Branco em 11 de outubro de 1895.

<sup>368</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria P. op. cit, 2006. p 48.

Rio Branco prestou bons serviços à monarquia em seu posto diplomático em Liverpool, de onde enviava frequentemente documentos para Capistrano de Abreu, tal qual Lino de Assunção, João Lúcio de Azevedo, dentre outros. No entanto, a proclamação da República não diminuiu o brilho da imagem de Paranhos Junior. Como Ministro das Relações Exteriores, sob a nova bandeira republicana, desempenhou papel fundamental na consolidação das fronteiras do Brasil.

Fleiüss percebeu que o Barão do Rio Branco era a figura emblemática, capaz de conciliar as disputas internas no interior do IHGB, bem como de fazer a desejável ponte entre o grêmio letrado e o novo regime. Assim, o secretário perpétuo, conseguiu convencer Rio Branco a concorrer à Presidência da casa. Estava consolidada a ponte entre o velho bastião monarquista e o governo.

Na avaliação de Lúcia Guimarães, a contribuição de Paranhos Junior estendeu-se além de uma maior aproximação com o Governo central. O Barão internacionalizou o IHGB, ao promover intercâmbio com instituições científicas no Novo Mundo, facilitou a ascensão de intelectuais ao quadro social do grêmio, voltou a enviar representantes da casa a congressos internacionais, conseguiu que o Congresso aprovasse uma dotação orçamentária especial para erguer a futura sede do Instituto e impôs mais rigor à admissão de novos sócios. Este último ponto havia sido relaxado por Fleiüss, que com sua habilidade articulista teria facilitado a ascensão de políticos vinculados ao novo regime aos quadros da instituição, como o Ministro da Justiça, Epiácio Pessoa<sup>370</sup>.

Outro membro importante do IHGB nesse período foi Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, filho do Visconde de Ouro Preto. Deputado por Minas Gerais no período monarquista escandalizara o plenário da Câmara afirmando-se republicano. Ao voltar da Europa lançou, em 1892, um livro que rememorava sua convivência com o exilado D. Pedro no Velho Mundo. O livro, “Vultos e Fatos”, foi um *best-seller*. Vendeu 6.000 exemplares e marcou a conversão a monarquista do antes republicano Afonso Celso. Tal

---

<sup>369</sup> José Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, é considerado o patrono da diplomacia brasileira. Durante o Império ocupou o cargo de Consul- Geral em Liverpool e após a Proclamação da República assumiu a vaga de Ministro das Relações Exteriores.

Foi um dos correspondentes e amigos de Capistrano de Abreu.

<sup>370</sup> *Idem*. 30-31 e 49.

mudança rendeu-lhe o inevitável mote de “republicano no Império, monarquista na República”.

Em 1897, no calor da Guerra de Canudos, a expedição liderada pelo Coronel Moreira Cezar sofreu um vertiginoso fracasso frente aos revoltosos de Antônio Conselheiro. Com isso, jornais republicanos como a *Gazeta de Notícias* destilavam acusações contra os monarquistas. Esses, supostamente, teriam fornecido armas aos revoltosos de Canudos, o que levava à derrota das tropas do governo republicano. “Não há quem não entenda que os Monarquistas Revolucionários querem destruir com a República a unidade do Brasil”<sup>371</sup>. Atacava a *Gazeta de Notícias*.

No centro das acusações estavam o Coronel Gentil de Castro, proprietário dos jornais monarquistas *Gazeta da Tarde*, *Gazeta da Liberdade* e do *Apóstolo*, assim como o Visconde de Ouro Preto e seu filho Afonso Celso.

Os ânimos acirrados levaram ao empastelamento dos jornais de Gentil de Castro, bem como ao ataque a sua casa na Rua do Passeio. Os três acusados pelo boato encontravam-se em Petrópolis, porém decidiram descer a Serra para averiguar os prejuízos que os ataques causara.

Na volta para aquela cidade serrana, ao tomarem o trem na estação ferroviária de São Francisco Xavier, sofreram um atentado. O Coronel Gentil de Castro foi alvejado a tiros pelos republicanos, enquanto o Visconde de Ouro Preto e Afonso Celso conseguiram escapar do vagão, encontrando abrigo num cortiço da redondeza.

Depois do incidente, Afonso Celso e seus familiares embarcaram para a Europa em exílio voluntário até que os ânimos se acalmassem.

Capistrano de Abreu conheceu Afonso Celso na Biblioteca Nacional, no ano de 1881. Em carta a Assis Brasil dava suas impressões.

“Afonso Celso esteve na Biblioteca algumas horas. Conversamos bastante, mostrei-lhe algumas raridades, e depois levei-o à seção de estampas cujo chefe mostrou-lhe as curiosidades. Gostei bem do Afonso: simples, expansivo, amável, etc...”<sup>372</sup>

---

<sup>371</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro. 7 de março de 1897.

<sup>372</sup> ABREU, João Capistrano de. CCA.- vol.1. pp.78 – carta a Assis Brasil em 20 de abril de 1881.

A amizade que ali teve início perdurou por toda a vida. A relação pode ser percebida em 1923, quando Capistrano organizava, com Paulo Prado, a coleção Eduardo Prado. “Afonsinho, se tem meu prólogo, V. bem poderia dar-lhe as confissões. É uma das melhores pessoas que conheço. Considero-me seu amigo desde 1881<sup>373</sup> .

No retorno do exílio, Afonso Celso voltou ao convívio do IHGB, do qual era membro desde 1892. Entretanto, se por Afonsinho e pelo Barão do Rio Branco Capistrano tinha grande simpatia, a mesma não se estendia a Max Fleiüss. Capistrano passou a tê-lo por manipulador e uma pessoa que procurava se aproximar dos poderosos, para elevar seu status. Em carta a João Lúcio Azevedo em 1918, deixava suas impressões.

“Vou de vez em quando à Biblioteca do Inst. Hist., onde se pode trabalhar com certa comodidade. Do secretário perpétuo fujo quanto posso. [...] Gosta de aproximar-se dos grandes: penetrou na intimidade de Ouro Preto, o cardeal batiza-lhe os filhos, Oliveira Lima é padrinho de um, etc.

Como meteu-se no Inst. não sei bem; não foi certamente com trabalhos históricos. Uma vez entrando, empolgou o velho Olegário, presidente, de miolo já meio mole, e foi subindo, subindo até chegar a primeiro secretário. Isto não lhe bastou; quis segurar-se a cavalo como S. Jorge e inventou o parafuso da vitaliciedade.[...] É quem manda no Instituto, porque o Afonsinho segue-o cegamente”<sup>374</sup>

Nesse aspecto, Capistrano era implacável. Quando fazia bom juízo de determinada pessoa tinha-lhe devoção eterna e, da mesma forma, quando alguém não lhe caía bem, trancava-se em copas por definitivo. Era o caso de Max Fleiüss, a quem em sua correspondência se referia nunca como “secretário perpétuo”, mas como “flauta perpétua”. Apelido que, na versão de Capistrano, teria sido atribuído a Fleiüss por Rio Branco. Provavelmente, fazendo referência ao conto do Flautista de Hamelim que tinha o poder de atrair para si com sua flauta aqueles que queria. Capistrano contudo lamentava que o próprio Rio Branco tivesse sido encantado pela “flauta perpétua”. “O Rio Branco chamava-o Flauta, mas ele conseguiu por fim captá-lo e também meter-lhe a rosca da vitaliciedade”<sup>375</sup> .

---

<sup>373</sup> ABREU, João Capistrano de. CCA -,vol.2. pp.441 – carta a Paulo Prado em 18 de fevereiro de 1923.

<sup>374</sup> ABREU, João Capistrano de . CCA. – vol. 2. pp. 96 – carta a J. Lúcio de Azevedo em 14 de abril de 1918.

<sup>375</sup> *Idem*. p. 97.

Ao longo dos anos, variações no maldoso apelido mostravam que a disposição de espírito de Capistrano para com Fleiüss jamais melhorou. Em 1920 em cartas a João Lúcio de Azevedo há duas variações: “Mestre Flauta Perpétua”<sup>376</sup>, “Marca Fraude Perpétua”<sup>377</sup>.

Apesar do estilo de Fleiüss não contar com a aprovação de Capistrano, Lúcia Guimarães considera que, sob a gestão do Barão do Rio Branco e com o apoio de Fleiüss e Afonso Celso, o Instituto voltou à vida, despertando do seu “sono de crisálida”.

“Se a gestão do barão do Rio Branco, sem dúvida, representou o grande impulso que permitiu ao IHGB recobrar a sua posição de destaque no panorama intelectual brasileiro, por detrás de Sua Excelência havia uma engrenagem bem ajustada. Melhor dizendo, o trabalho integrado de Max Fleiüss e Afonso Celso. Segundo os testemunhos dos seus contemporâneos, os dois se entendiam com uma simples troca de olhares. Eles se completavam, embora suas personalidades fossem bem diferentes. O conde sempre cordial, mas conservando a postura aristocrática. Gostava de fazer grandes reflexões. Fixava os olhos no alto e começava a falar, modulando a voz. Fleiüss, objetivo e metódico, dispensava maiores circunlóquios. Costumava ir direto ao assunto. Segundo Oliveira Viana, seguia o conselho amável e prudente de Renan, isto é, cultivava o bom humor. Sorridente, possuía um gênio brincalhão, às vezes mordaz e malicioso”<sup>378</sup>.

A engrenagem parecia funcionar muito bem. Fleiüss como articulador, o Barão de Rio Branco como figura emblemática e Afonso Celso como orador, conferia uma elegância aristocrática às sessões do grêmio.

Em 1912, com a morte de Paranhos Júnior, houve uma realocação de cargos. Max Fleiüss, “parafusado no cavalo de secretário perpétuo”, ali permaneceu. Afonso Celso passou ao cargo de presidente no lugar do falecido Rio Branco. Vindo posteriormente a tornar-se presidente perpétuo.

Para orador, mais um velho conhecido de Capistrano foi eleito: Ramiz Galvão, antigo diretor da Biblioteca Nacional. Este voltou a frequentar as sessões do IHGB desde 1907, passando em 1918 a ser aclamado orador perpétuo.

---

<sup>376</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp. 177 - Carta a J. Lúcio de Azevedo em 6 de outubro de 1920.

<sup>377</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp. 177 - Carta a J. Lúcio de Azevedo em 15 de dezembro de 1920.

<sup>378</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria P. *op. cit.*, 2006. pp. 50.

A “trindade”, conforme denomina Lúcia Guimarães, montou uma espécie de coreografia, na qual cada um de seus membros tinha um papel bastante bem definido. O palco da performance era a sala de D. Pedro II. Ali o Secretário Perpétuo costumava apresentar novas proposições de trabalho. O Conde Afonso Celso esboçava alguns planos de ações, tecia alguns comentários sobre a relevância do assunto, sem, contudo, emitir julgamento e sutilmente sugeria o nome do Barão de Ramiz para coordenar as atividades de uma comissão executiva encarregada de estudar o tema proposto. Segundo Guimarães, a fórmula funcionou de 1912 a 1938.

Mesmo com o Barão de Ramiz e o Conde Afonso Celso, dois velhos amigos seus, à frente da instituição, Capistrano não se tornou mais frequente às sessões do Instituto. O que não quer dizer que não acompanhasse por seus informantes tudo que ali se passava.

A antipatia de Capistrano por Fleiüss levava-o a crer que os dois outros seriam meros joguetes nas mãos deste. Fora isso, era muito pouco afeito ao tipo de *mise en scène* com a qual os três “perpétuos” levavam avante os projetos do IHGB. Sessões solenes pareciam-lhes enfadonhas e despertavam-lhe crises de tosse.

Até mesmo seus amigos e admiradores foram alvo de sua aversão a qualquer solenidade. Ao planejaram um evento comemorativo do seu septuagésimo aniversário, pretendiam dedicar-lhe uma obra coletiva e homenagens análogas às publicações.

A notícia, entretanto, vazou por alguma indiscrição e chegou aos ouvidos de Capistrano. Este, a despeito da boa intenção de seus amigos, escreveu uma mensagem categórica, enviada em cartão a todos os suspeitos.

“Segundo sou informado, trama-se para meu próximo aniversário uma patuléia, poliantéia ou coisa pior e mais ridícula, se for possível. Aos meus amigos previno que considero a tramoia como profundamente inamistosa. Não poderei manter relações com quem assim tenta desmoralizar-me.

Custe o que custar. Rio, dia do Corpo de Deus, 1923<sup>379</sup>.

---

<sup>379</sup> CALÓGERAS, João Pandia “Conferência sobre Capistrano de Abreu”. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 101 (155): 344 – 355. 1927.

### 3.5 – Diálogo com os pares:

Evidentemente não era somente de afetos e desafetos que se dava a relação de Capistrano de Abreu e o Instituto Histórico Nacional. O diálogo com os intelectuais daquela instituição se dava a todo o tempo. A começar por Varnhagen que, como já aludi, foi para Capistrano referência constante de admiração e crítica.

Por um lado, o Visconde de Porto Seguro foi louvável em seu fôlego de pesquisador, ao perscrutar arquivos de além-mar e neles descobrir documentos verdadeiramente importantes para a construção histórica da nação. No entanto, na avaliação de Capistrano, não era capaz de bem interpretar muitos dos tesouros que teve nas mãos.

Em carta a João Lúcio de Azevedo em 1918, Capistrano concluía: “Varnhagen era incapaz de inventar documentos, mas lia-os tão mal! Muitas vezes concluo de modo diferente dele; outras noto que ele deixa o substancial para apegar-se ao acessório”<sup>380</sup>.

No citado necrológio de Varnhagen escrito em 1878, Capistrano engrandecia o historiador. Contudo lamentava ter este “ignorado ou desdenhado o corpo de doutrinas criadora que [...] se constituíram em ciências sob o nome de sociologia” e desejava que surgisse um “arquiteto” que escrevesse a história pátria “digna do século de Comte e Herbert Spencer. Inspirado pela teoria da evolução ate os três séculos que vivemos”<sup>381</sup>.

Capistrano voltou ao tema alguns anos mais tarde. Em 1882, desta feita menos referenciado pelo positivismo ou spencerianismo. No artigo, Capistrano reconhece mais uma vez a aptidão de Varnhagen de reunir documentação e lamenta no autor a falta de aptidões artísticas. No entendimento de Capistrano.

“Varnhagen poderia, entretanto, apresentar obra melhor, se [...] não lhe faltassem aptidões artísticas: isto é, se ele fosse capaz de ter uma intuição do conjunto, imprimir-lhe o selo da intenção e mostrar a convergência das partes”<sup>382</sup>.

---

<sup>380</sup> ABREU, João Capistrano de . CCA. - v.2. 1977. p. 84 – carta a J. Lúcio de Azevedo em 18 de março de 1918.

<sup>381</sup> *op. cit.*

<sup>382</sup> ABREU, J. Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. Publicado na *Gazeta do Rio* de 21, 22, 23 de novembro de 1882, e reproduzido em *Apenso à História Geral do Brasil*, de Varnhagen, tomo 3º., pp. 435/444. In: E. E. – 1ª. Série. pp. 140.

No mesmo artigo, Capistrano argumenta ser corriqueiro dizer que a "história não é a crônica", porém reconhece ser banal dizê-lo. Menos fácil é precisar onde acaba uma e começa a outra. Ao reclamar em Varnhagen a falta de sua veia artística, Capistrano entende faltar-lhe a interpretação que faz o encadeamento dos fatos. Em outras palavras, falta ao Visconde de Porto Seguro a história narrativa.

Capistrano continua seu artigo.

"A arte, diz Zola, é um canto da natureza visto através de um temperamento. De um temperamento artístico, deveria acrescentar, pois Varnhagen viu também tudo através de um temperamento arrebatado, e, entretanto, não nos deu coisa que, ao menos de longe lembre a arte"<sup>383</sup>

O arrebatamento do temperamento de Varnhagen infelizmente não era, segundo Capistrano, um temperamento artístico. Era um arrebatamento de sua vaidade pessoal o que, via de regra, abolia a história de seus escritos.

Capistrano exemplificava, ao afirmar que, quando advertido de um erro, de uma imprecisão em sua obra, ao invés de reconhecer o erro e, para bem da história, corrigi-lo, persistia nele, juntando-lhe novos e criando assim um emaranhado impossível de decifrar.

Em uma das vezes essa atitude teria se mostrado quando o geógrafo francês d'Avenzac chamou-lhe a atenção sobre alguns "solecismos históricos" em sua obra. Varnhagen, em vez de reconhecer o erro, nele persistiu, juntando outros e complicando ainda mais a questão.

Além disso, o Visconde de Porto Seguro não seria nada justo com seus contemporâneos historiadores, principalmente os que adquiriam alguma notoriedade. Citava-os economicamente, muitas vezes apenas com as iniciais como, por exemplo, "P. da S.", que o leitor deveria adivinhar se tratar de Pereira da Silva. Outras vezes, sequer citava obras que tratassem do mesmo tema, conquanto fosse óbvio o seu conhecimento das mesmas.

---

<sup>383</sup> ABREU. J. Capistrano de. *op. cit.* 1882. In: E.E. 1ª.série. pp. 143.



Qualidades em Varnhagen havia muitas, afirmava Capistrano, entretanto, era necessário voltar ao autor mais de uma vez, para então descobrir suas qualidades por baixo de seus defeitos.

“Lê-lo só uma [vez] é o mesmo que lê-lo nenhuma – é preciso descobrir suas qualidades por baixo de seus defeitos, familiarizar-se com suas ideias, para compreender-lhes o alcance, ter feito parcialmente o trabalho, de que ele apresenta a suma, comparado com os que o precederam e com os que se lhe seguiram, pesar a soma de fatos que incorporou definitivamente à nossa história, para tê-lo na devida consideração, não chocar-se com seus modos rudes e afogar os desgostos passageiros numa admiração calma, franca e de raízes bem profundas”<sup>384</sup>.

Capistrano termina o artigo afirmando que é necessário dar “mãos a bolos”, pois dentre os historiadores contemporâneos nenhum se assemelhava a Varnhagen, a despeito de todos os seus defeitos. Portanto, era preciso reconhecer nele o mestre.

No comentário em pauta, Capistrano foi além, pois acrescentou uma relação de contemporâneos, que, na sua opinião ele, não se comparavam ao mestre Varnhagen. Sobre Pereira da Silva considerava que o que nele havia de bom devia-se às fontes de João Francisco Lisboa. Além do mais, era acusado por Silva Paranhos de ter inventado uma batalha no Sul, dando inclusive o número de mortos, sem que esses combates nunca tivessem acontecido. Abreu Lima era apontado como um compilador inteligente, porém antiquado. Melo Moraes seria um colecionador que publicava muitas coisas interessantes, porém todas alheias.

Capistrano, como crítico, tinha certa causticidade que poderia irritar alguns. Contudo, era generoso em apontar defeitos e em contribuir com aqueles que suportassem o crivo de suas apreciações. A troca de correspondência com o historiador português João Lúcio de Azevedo é rica em exemplos de contribuições mútuas e, por vezes, de correções. Em carta datada de 30 de setembro de 1919, Capistrano questionava o amigo.

“Nas *Memórias* encontrei novos argumentos contra uma conclusão sua que nunca me sorriu. [...]Lí os documentos de seu livro muitas vezes e não me convenci da origem africana do padre [Antônio Vieira]. Agora encontro uma nota de Costa Lobo: negros chamavam os nossos vulgarmente a africanos, índios e orientais.

---

<sup>384</sup> Id. p.1 45

No processo da Inquisição leio a cada instante: filho de uma negra da terra, de uma negra índia, etc.. O fato era meu conhecido, mas não sabia que ainda em fins do século XVI tanto na Índia como no Brasil ainda chamassem negro a quem não o era”<sup>385</sup>.

João Lúcio de Azevedo, em várias cartas em resposta, deixava evidentes as correções, sugestões e emendas que Capistrano frequentemente fazia a seu trabalho. Como fica evidente nos dois exemplos seguintes:

“Tem razão V. na emenda sobre o jesuíta de grandes forças; li precipitadamente como referência a Nóbrega, o que era a Manuel de Paiva. Mais uma mentira histórica, que pode ser fique como tantas outras, na categoria de verdades, se é que não mentiram também os cronistas da Ordem, por defeito de observação ou de informação”<sup>386</sup>

“Suas observações acerca do 1º. Capítulo dos *Jesuítas* devem ser justas. Se o Solidônio Filho quiser ressuscitar o defunto, V. poderá emendar no texto, ou corrigir em notas o que lhe aprouver. Não fica mal a ninguém ser emendado pelo Mestre”<sup>387</sup>

Embora Capistrano fosse bastante crítico, não deixava de prestar atenção ao que se produzia no ambiente letrado brasileiro, como também se sujeitava a críticas de seus pares. Uma carta de Theodoro Sampaio, enviada de São Paulo em 31 de agosto de 1899, discute com Capistrano a penetração para o interior do país. Em “Caminhos Antigos e Povoamento”, Capistrano fez menção ao artigo de Sampaio no qual ele discordava de Varnhagen quanto ao afirmar ter sido a penetração pela caatinga mais fácil do que pelas matas, dado que a primeira se despia anualmente de suas folhas facilitando assim o seu acesso. Sampaio, por sua vez, advogava que o desnorreamento na caatinga para um estrangeiro ao terreno significava depender de um milagre salvador.

Capistrano apresentou os argumentos dos dois autores e optou pela posição de Varnhagen. Ao que Teodoro Sampaio então escreveu ao autor procurando convencê-lo da

---

<sup>385</sup> ABREU, João Capistrano de . CCA. - v.1. 1977. pp. 136 – carta a J. Lúcio de Azevedo em 30 de setembro de 1919.

<sup>386</sup> ABREU, João Capistrano de . CCA. -v.3. 1977. pp. 248 - Carta de J. Lúcio de Azevedo. Lisboa, 4 de agosto de 1923.

<sup>387</sup> Idem. pp. 251 – Carta de J. Lúcio de Azevedo. Lisboa, 17 de maio de 1925.

coerência de seu ponto de vista. Ao fim e ao cabo, acabou por unir-se a Capistrano na hipótese de que o gado *vacum* teria sido fundamental para a ocupação da caatinga<sup>388</sup>.

Parece, contudo, que apesar da troca e embates entre Capistrano e os demais membros do Instituto Histórico, o primeiro dispunha de um cabedal bem maior do que os seus pares para levar avante os estudos históricos no seu tempo.

Algumas perspectivas de Capistrano eram realmente singulares frente a seus companheiros do Instituto Histórico. Um exemplo disso está relacionado ao fato de que grande parte, senão todos os estudos etnológicos, linguísticos e arqueológicos do Instituto Histórico procuravam atribuir historicidade aos grupos indígenas nativos empenhando-se em desvendar os mistérios de sua origem ou classificá-los racialmente. Capistrano de Abreu, por sua vez, em seus estudos linguísticos tinha a preocupação de conhecer por meio dos mitos, das lendas e da língua falada a presença do índio no caráter nacional; uma de suas permanências em sua produção acadêmica.

### **3.6. O modelo de von Martius:**

O modelo de von Martius, ganhador do concurso proposto pelo cônego Januário da Cunha Barbosa sobre como escrever a história do Brasil, embora fosse criticado, passou muitas décadas no imaginário dos historiadores do IHGB. O próprio Varnhagen que se irritava quando era acusado de ter seguido o modelo do bávaro, dificilmente poderia negar-lhe algumas referências metodológicas.

A percepção de que a história do Brasil deveria ser calcada no encontro das três raças também se acha presente no trabalho de Varnhagen com algumas variações.

O botânico von Martius em 1845 sugeria que os índios brasileiros, em vez de viverem os primórdios da civilização, seriam uma civilização decaída. Em suma, após alcançarem certo grau de desenvolvimento, haviam mergulhado num estado de degradação

---

<sup>388</sup> Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Correspondência passiva de Capistrano de Abreu. Doc .0361. Parte do manuscrito pode ser visualizado em ABREU, J. Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamento. 4ª. Ed., Nota Liminar de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: INL., 1975.p p. 42 - 43.

e dissolução. Duas maneiras eram sugeridas pelo bávaro para se chegar à comprovação de tal hipótese: a primeira eram os estudos linguísticos e a segunda as pesquisas arqueológicas.

Por meio dos estudos linguísticos, von Martius acreditava poder-se encontrar indícios das tradições, crenças, dos mitos e da raiz linguística que dessem pista das origens de tais povos.

“Que povos eram aqueles que os portugueses acharam na terra de Santa Cruz, quando estes aproveitaram e estenderam a descoberta de Cabral? D’onde vieram eles? Quais as causas que os reduziram a esta dissolução moral e civil, que neles não reconhecemos senão ruínas de povos? A resposta a esta e outras muitas perguntas semelhantes deve indubitavelmente preceder ao desenvolvimento de relações posteriores. Só depois de haver estabelecido um juízo certo sobre a natureza primitivas dos autóctones brasileiros, poder-se-á continuar a mostrar, como se formou o seu estado moral e físico e suas relações com os emigrantes”<sup>389</sup>.

Pesquisas arqueológicas poderiam, também, trazer grandes revelações acerca da origem daqueles homens e mulheres que viviam em terras brasileiras quando os portugueses nela aportaram. Von Martius, como viajante que era, não poderia deixar de sugerir aos membros do Instituto Histórico que se lançassem à pesquisas de campo, procurando vestígios arqueológicos de antigas civilizações. Para tal referia-se a uma publicação da Revista do IHGB do ano de 1839, na qual o sr. Benigno José de Carvalho e Cunha afirmava suspeitar haver ruínas de uma antiga civilização ao lado Sul da Serra do Sincorá.

O viajante von Martius, animado com tal relato, exortava os membros do Instituto a investirem suas forças em viagens arqueológicas para, quem sabe, encontrarem monumentos da solidez da civilização Maia no México<sup>390</sup>.

A percepção de que o índio brasileiro era fruto de uma civilização decaída permeava o imaginário dos membros do IHGB de forma geral. Varnhagen chegava a supor serem nossos silvícolas fruto de uma migração dos cários da Ásia Menor, os quais derrotados na Guerra de Tróia teriam se lançado ao mar, e por fim aportado nas costas brasileiras.

---

<sup>389</sup> Martius, Karl Friedrich Philipp von. Revista do IHGB, *op. cit.*, 6 (24): 385, 1844.

<sup>390</sup> *Idem.* p.389.

“E hoje temos quase a convicção de que houve efetivamente para o Brasil uma grande emigração dos próprios cários da Ásia Menor, efetuada talvez depois da queda de Tróia. Havendo eles estado, nessa guerra tremenda de dez anos entre a Europa e a Ásia, contra os gregos, e havendo ficado vitoriosos os gregos e senhores dos mares, é mais que possível que os mesmos cários nem nas suas colônias ao Oeste da África se julgassem ao abrigo das crueldades que nesses tempos se praticavam com os prisioneiros de guerra, e que não se reduziam só à escravidão, mas ao sacrifício de muitos e à amputação das mãos e do próprio falo. Sendo assim porventura, preferiram confiar-se a esse elemento que lhes era tão familiar, e que se lançaram no oceano à ventura...”<sup>391</sup>

Varnhagen argumentava que canoas tupis tinham formas semelhantes às de antigas canoas usadas pelos egípcios. Ademais, o nome das pequenas canoas – *ubas* -, era foneticamente próximo ao nome dado pelos egípcios às embarcações similares - *báa* e *uáa*. Na compreensão do Visconde de Porto Seguro, diversas palavras do vocabulário tupi apresentam semelhança com o egípcio antigo<sup>392</sup>.

Varnhagen, como outros membros do Instituto Histórico, partilhavam da crença de von Martius de que os índios brasileiros eram uma civilização decaída.

Kaori Kodama percebe, na visão decadentista sobre o silvícola brasileiro, a atribuição de um “não lugar” ao indígena no processo de formação do caráter nacional. Kodama observa também que a visão de uma oposição entre tupís e tapuias garante a manutenção do dito “não lugar”, posto que o tupi era visto como extinto ou assimilado e o tapuia como mais asselvajado e decaído. Não obstante a identidade romântica do índio nacional estava justamente ligada aos tupis, que a esse ponto já eram considerados extintos<sup>393</sup>.

A possibilidade de atribuir um passado histórico aos nativos do Brasil também teve reflexo em incursões pelo interior do Brasil, como uma expedição financiada pelo Instituto Histórico no ano de 1845. O cônego Benigno José de Carvalho acreditava encontrar-se no sertão baiano uma antiga cidade abandonada. No entanto, após três anos de buscas, nada foi

---

<sup>391</sup> ODÁLIA, Nilo (Org.). Varnhagen: Historia. São Paulo: Ed. Ática, 1979. pp. 46.

<sup>392</sup> *Idem*.

<sup>393</sup> Ver KODAMA, Kaori. Os índios no Império do Brasil – a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. São Paulo: EDUSP. 2009.

encontrado que comprovasse a existência de uma civilização avançada naquela região em tempos remotos<sup>394</sup>.

Por sua vez a Comissão Científica, que se iniciou em 1859 e perdurou até 1861, foi marcada por uma visão mais pragmática. Voltava a sua atenção para qualquer produto que pudesse ter utilidade em favor da nação brasileira emergente. Ao mesmo tempo, a Comissão buscava aproximação com tribos locais de modo a desenvolver estratégias para integra-los à nação pela incorporação de novos braços à sua mão de obra. Por outro lado, o interesse em desvendar a gênese da população nativa não era assunto desprezível.

A comissão foi liderada por Francisco Freire Alemão de Cysneiros (1797 – 1874), médico, botânico respeitado e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e contou ainda com o apoio do Imperador. Em seu empreendimento, o governo imperial, liberou verbas para que o poeta Antônio Gonçalves Dias e o professor Dr. Giácomo Raja Gabaglia comprassem na Europa o que havia de mais moderno em termos de equipamentos, além de uma biblioteca contendo cerca de dois mil volumes e periódicos.

Observando as “Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil”, os dois encarregados da compra do material necessário para a Comissão, preocuparam-se em comprar também aparelhos como craniômetro, e buscavam ainda um cefalômetro e um goniômetro facial. Estes últimos aparelhos destinados às medições cranianas e medição dos ângulos da face para conjecturar sobre o grau de desenvolvimento dos indivíduos estudados, conforme os preceitos da antropologia física em voga na época, permeada pelas teorias raciais. Lorelai Kury (2010) destaca que, apesar da busca pelos três equipamentos citados, Gonçalves Dias não parecia convencido da pertinência dos métodos de medição da antropologia física<sup>395</sup>.

A tese da “decadência” da população indígena permanecia no arcabouço de referências dos membros da Comissão Científica, como mostra Kaori Kodama.

---

<sup>394</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, op. cit., 156 (388) 526, jul.- set., 1995.

<sup>395</sup> Sobre a Comissão Científica do Império ver: KURY, Lorelai. 2001. A Comissão Científica de Exploração (1859 – 1861): a ciência nacional e a musa cabocla. In: A & A. A. PASSOS VIDEIRA. 2001. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro. Access. P. 29 -54. Também: KURY, Lorelai (Org.). *Comissão Científica do Império (1859 – 1861)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Editora Ltda, 2010.

“Para membros da Comissão Científica, um fator que reiterava a tese da ‘decadência’ era a constatação de que no Ceará quase já não existiam os ‘índios puros’. Com efeito, Capanema registrou na passagem pelo Araripe que ali só restavam alguns descendentes de índios, ‘entre eles um e outro tipo puro’, mas de maioria já mestiça. Foi esse o motivo que também levou o chefe da Seção Etnográfica [Gonçalves Dias] a rumar para a província do Amazonas, à procura dos índios que manteriam resguardadas as tradições autóctones”<sup>396</sup>.

Kodama (2010) chama a atenção para o fato de que os membros da Comissão, inclusive Gonçalves Dias, sabiam das lutas travadas entre indígenas e brancos na região do Ceará, bem como a da maneira como os nativos eram ali sistematicamente dizimados. Contudo, tendiam a naturalizar o desaparecimento do tipo indígena puro como confirmação do que von Martius afirmara sobre serem os índios uma raça em dissolução, decaídos de uma grau mais elevado de civilização e, portanto, em via de extinção.

O chefe da seção etnográfica, o poeta Gonçalves Dias, decidiu por rumar em direção ao Amazonas, local onde poderia ter contato com nativos puros e continuar sua investigação acerca das origens dos primeiros habitantes da terra. Contudo pouco produziu no tocante a diários de viagens ou conclusões científicas sobre o material coletado. Na verdade conseguiu recolher bastante material, o que pode possibilitar a organização, em outubro de 1861, da Exposição Nacional no prédio da Escola Central no Largo de São Francisco. Além disso, várias peças foram também expostas na Exposição Antropológica Brasileira, realizada no Museu Nacional em 1882<sup>397</sup>.

A Comissão Científica do Império se deu em meio a disputas políticas, desavenças entre os participantes, somando-se a naufrágio que levou consigo substancial parte do material recolhido e equipamentos e a falta de compromisso e tenacidade de seus membros, o que muito irritou Freire Alemão. Com tantas intempéries, o resultado em termos de produção intelectual relativamente aos objetos recolhidos e às pesquisas de campo foram realmente poucos. Porém, o quadro geral nos dá indícios de como os intelectuais do

---

<sup>396</sup> KODAMA, Kaori. Em busca da gênese do Brasil nas províncias do Norte: Gonçalves Dias e os trabalhos Etnográficos da Comissão Científica de Exploração. In: KURY, Lorelai (Org.). Comissão Científica do Império (1859 – 1861). 2010. Op cit. p. 128.

<sup>397</sup> KURY, Lorelai (Org.). Comissão Científica do Império (1859 – 1861), 2010. Op. Cit. p. 38.

Instituto Histórico buscavam uma leitura da nação a partir de seus tipos étnicos e do meio físico em que se encontravam.

Kaori Kodama relata que ao chegarem ao Ceará, nos seis primeiros meses, Gonçalves Dias chamava a atenção para o fato daquela população caracterizar-se basicamente pela mistura entre a raça branca e a indígena, com pouca presença de negros. Com isso, julgava tal população como “tipos mais belos”. Outro membro da Comissão, o botânico Freire Alemão também chamava a atenção no seu diário para a mistura local, que, comparada à população fluminense, mostrava ser nesta última a presença negra mais frequente. Destacava o botânico “que em meninos são alguns tão claros como ingleses, e que fazem contraste com os da nossa gente lá do Rio, mal conformados e doentios em geral”<sup>398</sup>.

Evidentemente, entre os membros do IHGB, existiam posições diferentes sob alguns dos aspectos destacados. Diferenças que se davam não somente em fundação da filiação de seus membros, como também dos novos posicionamentos adotados ao longo do tempo em que aquela instituição se firmou como bastião das letras e ciências sociais.

Capistrano provavelmente via como um falso problema a obsessão dos etnólogos do IHGB em procurar descobrir a origem ancestral dos nativos brasileiros, antes, buscava por meio da gramática, dos mitos, das lendas dos grupos indígenas construir um arcabouço que desse uma ideia da concepção de mundo dos nativos. Para tal, esforçava-se por não fazer uma transposição fácil da cultura dos indígenas para a cultura europeia transplantada para as Américas.

Dessa forma, embora estudasse o mesmo objeto que seus pares do IHGB, invariavelmente, as perguntas que fazia eram outras. Um exemplo disso já é possível perceber em seu estudo sobre os Bacaeris publicado na *Revista Brasileira* em 1895. Para o estudo daquele grupo indígena, Capistrano, conforme mencionei no primeiro capítulo, tomou como base a gramática daquela língua produzida pelo alemão Karl von den Steinen publicada em 1892. O brasileiro reviu a gramática de Steinen auxiliado por um nativo daquele grupo chamado Irineu, e que foi enviado à sua companhia pelo Dr. Oscar Miranda.

Capistrano mergulhou na gramática da língua, procurando compreender a sua lógica no emprego de artigos, tempos verbais, adjetivos, pronomes, entre outros elementos e,

---

<sup>398</sup>ALEMÃO. *Apud*. KODAMA, Kaori. 2010. Op. Cit. p. 119.



depois de vencida essa barreira, propunha: “interroguemos o bakaeris sobre a sua concepção do mundo, a família e a sociedade, as suas aquisições culturais, as suas migrações, etc”<sup>399</sup>.

Mais adiante no texto, na seção denominada “A Concepção do Mundo”, Capistrano constatava. “Acreditam os bakaeris que o homem consta de dois elementos: *kxayatopiuri*, nossa sombra, andadura ou corrida, e *Kxati*, nossa pele. Pode-se traduzi-los: corpo e alma, mas a tradução é inadequada”.<sup>400</sup>

Capistrano passava então a discorrer sobre a atribuição de cada um desses elementos, os quais se poderiam traduzir-se de forma rápida e associativa como corpo e alma; caminho mais fácil que o autor optava por não cursar. Assim, procurava perceber as diferentes concepções que os dois termos citados representavam naquela cultura. Trabalho este que certamente foi árduo tanto para Capistrano quanto para o bakaeri Irineu, o qual algumas vezes se trancava em copas para desespero do historiador.

“Irineu, como bom selvagem, tem suas luas; há dias em que não há meio de obter trabalho útil, e já estou ficando aborrecido e enfadado com ele. Ficar-lhe-ia obrigado se me enviasse pelo Correio as lendas de Barbosa Rodrigues e a gramática quiriri do Padre Mamiani. Talvez as lendas de Barbosa Rodrigues despertem as idéias em Irineu, que agora anda muito vasqueiro”<sup>401</sup>

Era difícil trabalho de buscar compreender o significado da mitologia dos bakaeris sem valer-se de uma transposição rápida de suas lendas para as referências da sociedade católica. Tal esforço exigia um entendimento cada vez mais profundo do universo de referências dos nativos. Tratava-se então de processo parecido com aquele citado no primeiro capítulo, no qual Capistrano discordava do método de von den Steinen no referente à figura de *Nakoeri* como uma simbologia de Cristo, resquício da catequese católica<sup>402</sup>.

---

<sup>399</sup> ABREU, J. Capistrano de. Os Bakaeris. Revista Brasileira 1º. Ano, tomos III e IV. 1895. In: ABREU, J. Capistrano de. E.E. - pp. 179.

<sup>400</sup> *Idem.* p. 180.

<sup>401</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. -. v.1. 1977. p.59. – Carta escrita a” Dr”. (Honório acredita tratar-se do Diretor da B. Nacional, Dr. Mendes da Rocha). Escrita na Colônia Alpina, 22 de fevereiro de 1893.

<sup>402</sup> *Idem.* p. 192

Talvez pareça haver certo descompasso ao propor-ser uma comparação dos estudos das línguas indígenas de Capistrano de 1895 com o que se pode depreender dos resultados da Comissão Científica que se encerrou em 1861, ou ainda da expedição pelo interior da Bahia do cônego Benigno Carvalho em 1845. Para suprir esta lacuna, tome-se como exemplo a monografia de Theodoro Sampaio sobre os Kraôs publicada pela revista do IHGB no ano de 1912.

Theodoro Sampaio, não à toa, aparece diversas vezes nessa seção. Sendo ele contemporâneo de Capistrano, sócio correspondente do Instituto Histórico e interessado em estudos históricos, etnográficos e geográficos era natural que houvesse alguma troca de informação entre os dois eruditos.

Na citada monografia, intitulada “Os Kraôs do Rio Preto no Estado da Bahia”, Sampaio, talvez inspirado em Capistrano e aproveitando-se de uma circunstância favorável, recebeu três índios kraôs para estudar-lhes a língua e os costumes. A proposta de Sampaio, entretanto, era mais modesta que a de Capistrano. O primeiro recebeu três índios por apenas três dias, ao passo que Capistrano recebeu Irineu por vários meses, e posteriormente, ao estudar os caxinauás, recebeu dois índios que com ele conviveram até a sua morte.

Os índios investigados por Sampaio teriam se deslocado de sua tribo para requererem junto ao governo da capital baiana alguns artefatos: uma espingarda, uma farda de soldado, algumas ferramentas agrícolas e, nas palavras de Theodoro Sampaio, “por cúmulo uns espelhos e missangas”<sup>403</sup>

O texto de Theodoro demonstra de saída uma falta de empatia com o objeto de estudo, visto que as missangas e os espelhos, antes de serem vistos como objetos que haveriam de ter um lugar simbólico na cultura dos Kraôs, seriam entendidos como uma cumulação, um excesso descabido.

A farda de soldado, contudo, desperta o interesse investigativo de Sampaio, e ao indagar aos índios a que serviria esse pedido inusitado, descobre que de todos os pedidos a farda era o principal. Ela atribuía ao chefe kraô um poder simbólico que o fazia mais respeitado entre os de sua tribo.

---

<sup>403</sup> SAMPAIO, Theodoro. *Os kraôs do Rio Preto no Estado da Bahia*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 6980 (912): 146. 1912.

Sampaio começou o seu trabalho por dar uma descrição física detalhada dos índios com os quais estava trabalhando.

“Na constituição física, os três indivíduos representavam índios puros, com caracteres típicos da sua raça. Kalöme [o chefe] de cor parda, mais clara do que trigueira, era um tipo de robustez selvagem. A sua estatura dava 1, 65m; o copo cheio e bem entroncado; a cabeça grande, bem assentada num pescoço curto e grosso; o peito bem desenvolvido; o pé pequeno espesso e curto; as mãos também pequenas e grossas; a face larga e chata; a fronte inclinada para trás, mas não estreita, as sombrancelhas arqueadas; os olhos pequenos, negros e muito pouco oblíquos e, em relação ao grosso do semblante, muito fechado; o nariz pouco proeminente, porém direto e bem conformado, com a extremidade nasal arredondada, as fossas nasais largas e expostas, sendo vistas de frente; as maçãs do rosto salientes; a boca grande, os lábios grossos e mal conformados, se bem que não saliente como no negro [...]”<sup>404</sup>

A descrição segue detalhando o aspecto físico do chefe Kalöme, de seu tio Unemên e do companheiro Kanlk, inclusive com fotografia dos três indivíduos de frente e de perfil. Este aspecto chama a atenção por dois motivos: o primeiro é que, ao descrever o tipo físico dos indígenas, Theodoro Sampaio deixava claro algumas referências a traços caros a teóricos raciais como Cesare Lombroso<sup>405</sup> e Samuel George Morton<sup>406</sup>; o segundo deles parece ser curioso que Sampaio como intelectual mulato, filho de uma escrava e de um padre católico, tivesse tais referências ainda que subsumidas em seu texto.

Na medida em que o texto avança percebe-se que Sampaio atribuía aos nativos algumas características, que julgava inerentes à sua raça selvagem. “O olhar deles, observado de perfil denuncia sempre um ânimo desconfiado e suspeitoso, um quer que seja de animal bravo, que se trai no modo de fitar ou de devolver os olhos”<sup>407</sup>.

Ou ainda, ao descrever sua organização social:

---

<sup>404</sup> *Idem.* pp. 147.

<sup>405</sup> Cesare Lombroso (1835 – 1909) – um dos fundadores da Escola Italiana de Criminologia. A partir de seus estudos com base na frenologia, defendia a tese da existência de “criminosos inatos”.

<sup>406</sup> Samuel George Morton, foi um aristocrata da Filadélfia que se dedicou ao estudo dos mais de mil crânios humanos que recolheu ao longo de trinta anos, com os quais pretendia provar que o gênero humano advinha de diversas origens. Stephen Jay Gould reproduziu as experiências de Morton com os mesmos crânios e chegou à conclusão de que os a priori daquele pesquisador o induziram a erros na avaliação. Ver: GOULD, S. Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

<sup>407</sup> *Idem.* p.148

“Sem embargo de seu já diuturno contato com os brancos e daquele seu instrutor e catequista, os kraôs nada haviam perdido de seu estado e condição brutal, ‘conservando’ diz Paula Ribeiro ‘ainda hoje, uma anarquia tumultuária e vagabunda, imodesta nudez e todos os outros costumes naturais seus’. [...] São em demasia inconstantes. Dura-lhes a amizade e a boa fé enquanto nutrem a esperança de provento. Qualquer suspeita lhes suscita grandes desconfianças, e então somente a força ou o temor é que lhes pode conter. Excessiva é a inclinação que têm para o roubo”<sup>408</sup>

O estranhamento de Theodoro Sampaio com relação à cultura dos kraôs encontrava-se assentada num tipo de julgamento eurocêntrico que tendia a ver tais culturas sob dois diferentes prismas, ambos depreciativos: ou perceber o selvagem como num estágio inferior na escala evolutiva, ou então entendê-los como uma civilização decaída rumo ao desaparecimento. Aceitar como legítimas as manifestações culturais de forma a romper a dicotomia selvagem/civilizado parecia totalmente estranho a Theodoro Sampaio e seus colegas do IHGB. Assim sendo, muito embora Capistrano circulasse, dialogasse e buscase a aprovação de seus pares naquele círculo, movia-se guiado por paradigmas bastante diferentes, conforme mostrarei no próximo capítulo.

### **3.7 – Teorias raciais visitam o Brasil:**

A ciência europeia e conseqüentemente a brasileira, sua herdeira, foi bastante permeada pelas teorias raciais. Os homens letrados da segunda metade do século XIX lidavam com aquilo que Silvio Romero alcunhou de “um bando de ideias novas”. Letrados procuravam estar atentos ao que se produzia no Velho Mundo em termos de ciências e literatura. Alguns poucos, como Capistrano de Abreu, tinham acesso ao que se produzia na Alemanha, mas, em geral, a grande referência para os brasileiros era a França.

Vale citar o suíço Louis Agassiz (1807 – 1873)<sup>409</sup> e o francês Joseph Arthur de Gobineau (1816 – 1882)<sup>410</sup>. Para mencionar apenas dois bastiões das teorias raciais que

---

<sup>408</sup> Idem. pp. 152 -153.

<sup>409</sup> Louis Agassiz foi um naturalista suíço erradicado nos Estados Unidos que naquele país tornou-se um bastião do poligenismo, teoria segundo a qual a humanidade teria diferentes origens. Sendo assim as misturas

chegaram a viajar ao Brasil e expor suas impressões acerca do caráter degenerado da população brasileira em geral.

Para autores como o suíço Louis Agassiz (1807 – 1873), que visitou o Brasil em missão científica no ano de 1865, não somente os nativos pré-cabralinos, mas os brasileiros em geral eram degenerados, e prova cabal de que a mistura de raças tinha efeito pernicioso sobre a espécie humana.

“Aqueles que põem em dúvida os efeitos perniciosos da mistura de raças e são levados, por uma falsa filantropia, a romper todas as barreiras colocadas entre elas, deveriam vir ao Brasil. Não lhes seria possível negar a decadência resultante dos cruzamentos que, neste país, se dão mais largamente do que em qualquer outro. Veriam que essa mistura apaga as melhores qualidades quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu”<sup>411</sup>.

Outro visitante que não escondia suas impressões sobre os brasileiros era o conde francês Joseph Arthur de Gobineau. Este ocupou o posto de ministro plenipotenciário da França no Brasil no ano de 1869. Mais pessimista do que Agassiz, Gobineau assegurava que segundo seus cálculos, a raça brasileira devido à sua compleição raquítica e degenerada deixaria de existir em menos de duzentos anos.

“... em menos de 200 anos, na verdade, veremos o fim da posteridade dos companheiros de Costa Cabral [sic.] e dos imigrantes que o sucederem. Aliás o Brasil já se acostumou a tal espetáculo. Sem falar das numerosas tribos dos guaranis, que não deixaram nada mais do que seus nomes no solo que possuíam há bem poucos anos ainda, algumas variedades mestiças, outrora muito conhecidas e

---

raciais seriam antinaturais e produziriam um efeito degenerativo sobre a prole. O pesquisador esteve em missão científica no Brasil no ano de 1865.

<sup>410</sup> Joseph Arthur de Gobineau foi um homem de ciências nascido na França. Sua obra mais conhecida é o *Essai sur l'inegalité des races humaines* (1853 – 1855) no qual postulava que as raças humanas tinham qualidades diferenciadas e que o germen civilizatório era um atributo da raça ariana. Tal como Agassiz, acreditava que a mistura racial produzia seres degenerados. Esteve no Brasil, em 1865, em missão diplomática e desenvolveu cordial amizade com o Imperador D. Pedro II.

<sup>411</sup> AGASSIZ, Elizabeth e Louis. *Viagem ao Brasil: 1865 – 1866*. Brasília: Senado Federal, 2000. P. 282.

capazes de desempenhar um importante papel, já não existem hoje; os mamelucos, por exemplo, do que, aliás, a província do Pará não chega a se lamentar”<sup>412</sup>.

Os dois visitantes citados, conquanto tivessem vinculações científicas diferentes, acabavam por convergir quanto à proposição de que, em termos de degeneração, o Brasil poderia ser tomado como modelo negativo. A mistura de raças era o argumento principal para sustentar os mais funestos prognósticos acerca do futuro da nação<sup>413</sup>.

Daniel Pick (1989) percebe que, na Europa, entre 1848 e 1918 o medo da degeneração se mostrava presente nos trabalhos científicos, na psicologia e na literatura. Consoante aquele autor, o continente vivia uma crise do liberalismo social otimista face à Revolução Francesa, ou ainda aos seus efeitos. Nas décadas de 1870 a 1890, a degeneração tornou-se um verdadeiro senso comum entre cientistas e letrados em geral<sup>414</sup>.

O evolucionismo na biologia ganhava grande respaldo nas perspectivas de Lamarck e Darwin. Seu correspondente numa perspectiva otimista da sociedade levava a crer numa visão positiva do progresso em escritos de autores como Macaulay. Por outro lado, tal discurso não se sustentava sozinho. O oposto do progresso, a degeneração, se fazia consequentemente presente como sombra da primeira visão. Daniel Pick afirma em seu livro, *Degeneration – A European disorder*, que progresso e degeneração são conceitos complementares. Portanto, o medo da degeneração se fazia presente em autores como, por exemplo, Eugene Taubot com sua obra *Degeneracy, Its Signs, Causes and Results (1898)*.

Muitos pensadores viam a turba, a multidão fora de controle como retrato do mal social. Vários deles poderiam fazer suas as palavras de Taine, *J'ai horreur de la foule*. Em muitos escritos daquele autor, a Revolução encontrava-se presente. Entretanto Taine, antes de tentar uma explicação histórica para o fenômeno, procurava observá-lo como o mais importante monumento de psicologia social do século.

---

<sup>412</sup> GOBINEAU, J. A. de. Du Climat et des Maladies du Brésil, publicado em Le Correspondant, julho e setembro de 1874. In: RAEDERS, Georges. O inimigo cordial do Brasil – O conde Gobineau no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Pp. 241 - 242

<sup>413</sup> Ver SOUSA, Ricardo A.S. de. Agassiz e Gobineau – as ciências contra o Brasil mestiço. Dissertação de mestrado em História das Ciências na Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. COC – FIOCRUZ. 2008.

<sup>414</sup> PICK, Daniel. *Faces of degeneration – A european disorder, c. 1849 – c. 1918*. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

Na década de 1850, Taine frequentou o curso de medicina e psiquiatria em Paris. Embasado naqueles anos de estudo, acreditava haver uma conexão axiomática entre história da Revolução e a morbidade psicológica.

O alienista francês Bénédict Augustin Morel (1809 - 1873) partilhava a crença de que a Revolução teria desencadeado uma série de neuropatias, e mais do que isso potenciais mudanças hereditárias em futuras gerações. Daniel Pick afirma serem frequentes os artigos de Morel nos *Annales Médico-Psychologiques* nos quais o tema convulsão social e consequências hereditárias aparecem. A Guerra Franco-Prussiana e a Comuna de Paris em 1870 e 1871 figuram nos escritos de Morel como tendo um desastroso efeito sobre a população e sendo fator determinante para o aumento de casos de alienação mental<sup>415</sup>.

Na literatura francesa, o medo da degenerescência também se fazia presente. Émile Zola (1840 – 1902), considerado pai do Naturalismo, representava em seus romances personagens que não conseguiam fugir de seus “instintos selvagens” e acabavam por cometer crimes hediondos, entregarem-se à degradação sexual e moral, e assim por diante. No romance *La Bête Humaine* de 1890, o personagem Jacques s torna-se um tipo de autômato, prisioneiro de sua herança degenerada devido ao alcoolismo de seu avô. Dessa forma, por mais que tente conter-se, acaba por “obedecer aos seus músculos e a besta selvagem dentro de si”, tornando-se um assassino<sup>416</sup>.

O discurso da criminologia do segundo quarto do século XIX apontava frequentemente para a figura do selvagem, ao tratar da degeneração que incitava ao vício e ao crime. No Congresso Internacional de Antropologia Criminal realizado em Roma em 1885, essa perspectiva mostrava-se bastante frequente.

Entre franceses e italianos havia diferenças significativas. Enquanto os primeiros levavam em conta, ao pensarem a degenerescência, causas orgânicas e fatores relacionados ao meio ambiente, Cesare Lombroso<sup>417</sup> e seus seguidores pensavam no atavismo como fator fundamental.

Para Lombroso, a criminalidade era natural e entendida como Fator hereditário, da qual certos indivíduos não teriam como fugir. Porém, em nível social ,a criminalidade era

---

<sup>415</sup> *Idem.* p. 72

<sup>416</sup> *Idem.* p. 84-85.

<sup>417</sup> Cesare Lombroso (1835 – 1909) – um dos fundadores da Escola Italiana de Criminologia. A partir de seus estudos com base na frenologia defendia a tese da existência de “criminosos inatos”.

inaceitável. LOGO, era necessário que a ciência criasse mecanismos de defesa para que o progresso da sociedade não fosse interrompido pelos indivíduos marcados pela criminalidade atávica. Era crucial identificar e separar tais indivíduos do convívio social, pois os criminosos inatos poderiam facilmente propagar uma epidemia de imitação de seus atos em meio às massas.

A perspectiva criminalista de Lombroso e seus adeptos enfrentou bastante resistência, não somente fora como dentro da Itália. A jurisprudência clássica e o catolicismo foram fortes oponentes às propostas da Escola Italiana de Antropologia Criminal.

Trazida pelo referido “bando de ideias novas”, a discussão europeia sobre a validade das diversas teorias raciais tendiam, em maior ou menor escala, a encontrar recepção no lado de cá do Atlântico. Lilia Schwarcz (1998) assinala que a antropologia e a etnologia foram disciplinas que assumiram importância crescente dentro do IHGB. Porém, quanto à questão racial, as posições acerca do índio e do negro eram bastante variadas. A autora, num grande esforço de síntese, reduz tais posições a um modelo no qual imperava uma visão fatalista quanto à integração dos negros na sociedade. Já quanto aos índios, havia tanto uma visão positiva evolucionista quanto discurso religioso católico e catequista, ademais de uma visão romântica do indígena como símbolo da identidade nacional<sup>418</sup>.

Kaori Kodama (2009), conforme já assinala, considera que a identificação do indígena como símbolo da nação reduzia-se basicamente à extinta nação tupí, enquanto aos outros diversos grupos ficava reservada a ambiguidade do “não lugar”. O mencionado texto de Theodoro Sampaio sobre os kraôs, respingado por símbolos comuns às teorias raciais dá provas de como as tribos ainda existentes eram vistas de forma geral por homens da ciência.

Quanto aos negros, descendentes do tráfico africano de escravos, parecia haver dentro do IHGB um silêncio tácito sobre sua integração à sociedade. Lúcia Guimarães observa que, entre 1839 e 1889, aproximadamente 29 textos foram publicados sobre os indígenas na Revista do Instituto, sendo a maior parte deles vocabulários e glossários de línguas nativas. Já com relação ao elemento negro, a autora detecta apenas três trabalhos

---

<sup>418</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. D.Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 111.



publicados no mesmo período de tempo. Dois deles tinham como temática o combate ao quilombo de Palmares, sendo o terceiro uma biografia sobre Henrique Dias e seu papel na luta contra os holandeses em Pernambuco no século XVII<sup>419</sup>.

Nancy Stepan (2005) apontou em seu livro “A Hora da Eugenia” o desconforto dos intelectuais brasileiros com relação à associação que a ciência europeia, no último quartel do século XIX, fazia entre miscigenação e degeneração.

“Especialmente após a abolição da escravatura, em 1888, a ciência foi cada vez mais usada – como o fora na Europa desde o Iluminismo – para definir até que ponto a ‘natureza’ limitaria a igualdade social e política da nova república em relação aos negros e mulatos. Raimundo Nina Rodrigues, fundador , na década de 1890, da nova antropologia científica no Brasil. Uma antropologia centrada na questão da raça e que se valia das novas técnicas da antropometria -, era quase tão pessimista em sua visão quanto os mais inflexíveis críticos do Brasil”<sup>420</sup>.

Como se pode ver pelo do texto de Stepan, até mesmo a controversa Escola de Antropologia Criminal Italiana encontrava adesão entre pensadores brasileiros, como o do médico Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906)<sup>421</sup>.

Em artigo publicado na Revista do IHGB na primeira década do século XX, intitulado “Tróia Negra”, Nina Rodrigues discorria sobre a República de Palmares e “a justa admiração do modo pelo qual Palmares soube defender-se”. Segundo o autor, tal abordagem despertou entre alguns historiadores a tendência à simpatia pelos revoltosos, como uma exaltação heróica da República e da liberdade.

A posição de Nina Rodrigues era bastante diferente. Embora exaltasse igualmente, e surpreendentemente, as qualidades dos quilombolas de Palmares, seu veredito era implacável.

“[...] menos discutível é o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais destruindo de uma vez a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti

---

<sup>419</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria P. 1995. op cit. p. 575.

<sup>420</sup> STEPAN. Nancy L. A hora da eugenia – raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2005. p. 54.

<sup>421</sup> Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906) foi médico, legista, psiquiatra, professor e antropólogo brasileiro. Natural do Maranhão estudou medicina na Bahia e Rio de Janeiro. Desenvolveu pesquisas com base na antropologia criminal do médico italiano Cesare Lombroso.

refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil”<sup>422</sup>.

O discurso de Nina Rodrigues pode de alguma maneira simbolizar a intrincada forma com que os pensadores brasileiros lidavam com as ideias racistas e racialistas vindas do continente europeu. Seu discurso, em vez de ser uma transposição clara das teorias de Lombroso, é cheio de nuances e dubiedades.

No mesmo texto cujo título, “A Tróia Negra”, parece deixar claro sua posição acerca da República negra de Palmares, é permeado de adjetivos honrosos ao heroísmo dos Zambis que se sucederam à frente da nação negra.

“[...] o Zambi, deles rei e general, negro de singular valor, grande ânimo e constância rara”<sup>423</sup>

“As solenidades, de que se revestiram todos esses atos, davam a medida da real importância do Estado negro, com o qual a colônia tratava agora, como de nação a nação, celebrando tratados de paz e recebendo com solenidades as duas embaixadas. Não se comportaria assim um governo forte com um agrupamento fortuito de negros fugidos, que se devem reduzir à obediência”<sup>424</sup>

[...] não querendo sobreviver à perda de Palmares, o Zambi e a sua guarda dali se precipitaram, preferindo a morte gloriosa ao cativo desonrante que os aguardava”<sup>425</sup>.

É curioso notar que o texto de Nina Rodrigues atribui inúmeras virtudes aos revoltosos negros que lutavam pela liberdade. Ao passo que o estudo da língua dos Kraôls feito por Theodoro Sampaio parece muito mais marcado por signos da degenerescência inerente à raça ao referir-se aos indígenas. Esse quadro nos dá uma amostra do quanto a questão racial é complexa e de difícil entendimento no contexto da elite letrada brasileira de fins do século XIX e início do século XX.

Capistrano de Abreu, “agarrado aos velhos botões do terno” das leituras de sua formação nos anos 70, colocava-se à parte dos discursos raciais. Os preceitos de Buckle de

---

<sup>422</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. *A Tróia Negra*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 6980 (912): 146, 1912.

<sup>423</sup> *Idem*. p. 245.

<sup>424</sup> *Idem*. p. 247.

<sup>425</sup> *Idem*. p. 250.

uma humanidade única, diferenciando-se apenas pelo meio que permitia um desenvolvimento maior ou menor, seria um dos “botões” não descartado.

Em comum com seus pares do IHGB tinha, pode-se dizer, o fato de que o negro africano em seus escritos jamais teve, em sua obra, o destaque dado à figura do indígena. Este último era o “amalgama da sociedade” para o historiador cearense.

Como homem do seu tempo, não se pode dizer que o autor fosse jamais assaltado pelo medo da degenerescência que rondava nossa elite letrada. Em carta ao amigo cearense Guilherme Studart, Capistrano questionava-se. “Punge-me sempre a dúvida: o brasileiro é um povo em formação ou em dissolução? Vale a pena ocupar-se de um povo dissoluto?”<sup>426</sup>.

O arcabouço teórico de Buckle, Taine, Spencer, Comte e outros que fizeram parte de sua formação já não se sustentava frente à insaciável erudição de Capistrano e nem era suficientemente eficaz para suprir as inquietações que os novos tempos impunham. Ao longo dos anos, o intelectual foi se reelaborando, refazendo suas questões e revendo seu método. Uma importante referência para Capistrano, e que veio a trazer maior sofisticação ao seu pensamento foi o alemão Friedrich Ratzel (1844 – 1904).

### **3.8 - Friedrich Ratzel - Antropogeografia para ler na rede:**

“Aqui no Rio só fiz duas aquisições: saber do alemão o bastante para lê-lo na rede, sem estar me levantando a cada instante para recorrer ao dicionário; e através de Wappoeus (sic.), Poschel e Ratzel compreender que a geografia é tão bela ciência como difícil”<sup>427</sup>.

No já citado trecho da carta de Capistrano ao historiador português João Lúcio de Azevedo, Capistrano, com seu sarcasmo habitual relacionava Ratzel entre os autores que figuravam entre as duas únicas aquisições feitas nos, então, trinta e dois anos que vivia no Rio de Janeiro.

Paradoxalmente ao modesto número de aquisições, foram elas de grande importância para o historiador maduro. A língua alemã colocou Capistrano em contato com uma historiografia de suma importância para a sua formação, e que fazia toda a diferença

---

<sup>426</sup> ABREU, João Capistrano de . CCA. - v.1.pp.182 - Carta a Guilherme Studard – Paraíso, 19 de setembro de 1909.

<sup>427</sup> ABREU, João Capistrano de . CCA. - v.2. 1977. p.38 - Carta a João Lúcio de Azevedo – Rio, 19 de março de 1917.

frente a seus pares brasileiros. Estes referenciavam-se basicamente pelos autores franceses e, em segundo lugar, trouxe de forma mais elaborada a geografia humana para a análise histórica de Capistrano. Assim os escritos de Ratzel ganharam destacada importância em sua obra.

Alguns dos volumes do pai da antropogeografia embalados na rede de Capistrano hoje descansam em sua biblioteca no Instituto Histórico do Ceará. São eles um total de seis volumes, dos quais três foi possível localizar na pesquisa feita naquele Instituto, porém, infelizmente, sem anotações que trouxessem comentários de seu proprietário acerca daquela “bela e difícil ciência”. Além disso, todos os volumes são na língua original, o alemão<sup>428</sup>.

Infelizmente Ratzel, nos dias atuais conta com certa má vontade por parte de muitos historiadores e cientistas sociais, que relacionam seu trabalho a um tipo de determinismo geográfico mecânico e simplista. Em grande parte, isto se deve ao historiador Lucien Febvre. Em sua obra “Terra e Evolução Humana”, o autor apresentou um confronto entre as idéias de Vidal de La Blanche e Ratzel. Nela, Febvre alcunhou a obra de Ratzel com o termo *determinismo*, ao passo que La Blanche ficou relacionado ao *possibilismo*. Ali Febvre atribue ao último uma apreciação favorável, enquanto Ratzel seria identificado com uma perspectiva da natureza puramente mecânica e fatalista. O homem, nessa perspectiva, não seria visto como agente transformador da natureza, mas resultado das condições favoráveis ao desenvolvimento da civilização ou vítima de condições adversas a tal desenvolvimento<sup>429</sup>.

É bem verdade que tal qual sucedeu aos seguidores de Ranke, como mostrei no capítulo anterior, Ratzel sofreu um processo de simplificação de seus escritos por parte de seus seguidores. Isso implica o chamado determinismo geográfico o que, contudo, não se apresenta na obra do autor.

Não se pode dizer ao certo quando Capistrano de Abreu entrou em contato com os escritos de Ratzel. Contudo, pelo trecho da carta citada, parece não ter sido muito apartado

---

<sup>428</sup> Grande parte da biblioteca de Capistrano de Abreu encontrada no Instituto Histórico do Ceará é em alemão, língua que não domino.

<sup>429</sup> BURKE, Peter. A escola dos Annales 1929 – 1989, a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Ed. Unesp, 1990. pp. 24-25.

do tempo em que fazia seus estudos de alemão. Numa outra carta a José Veríssimo, estudos de alemão são lembrados e datados nos anos de 1883-84<sup>430</sup>.

### 3.8.1- Diálogos de Ratzel:

Ratzel formou-se em zoologia, tendo iniciado os estudos na Universidade de Heidelberg. Porém, a Guerra Franco-Prussiana levou-o a interromper a sua formação acadêmica para combater pela Prússia. Somente no final do conflito foi que voltou aos estudos, formando-se pela Universidade de Jena em Berlim.

Depois de concluídos seus estudos, Friedrich Ratzel foi viver em Munique. Daí partiu para diversas expedições, sobre as quais escrevia seus diários de viagens. Esta atividade rendeu-lhe o emprego de jornalista no *Kölnische Zeitung*. Obteve dessa forma os meios para aventurar-se em diversas expedições ao redor do mundo.

Nessa época conheceu Moritz Wagner (1813 -1887). Este fora viajante, coletor, naturalista. Não obstante Darwin ser um crítico das conclusões de Wagner sobre a importância do isolamento geográfico na especiação, foi por meio do naturalista alemão que Ratzel veio a conhecer a obra do inglês<sup>431</sup>.

Entre os anos de 1872 a 1875, Ratzel viajou para a América do Norte, para Cuba e para o México; viagem que foi um marco na sua transição da perspectiva de zoólogo para aquela relacionada à geografia humana com base na migração de grupos populacionais. Foi na América que Ratzel observou a migração de africanos, chineses e japoneses, percebeu os problemas enfrentados pela população negra na América, bem como pôde observar a constante chegada de asiáticos. Ratzel buscou também informações sobre a população indígena americana antes da chegada dos grupos alienígenas.

---

<sup>430</sup> ABREU, João Capistrano de . CCA. - vol.1.pp.192 (Carta a José Veríssimo – datada de 19 de abril de 1909).

<sup>431</sup> Nos anos trinta em que viveu na Argélia, observou tipos de besouros que isolados por fronteiras geográficas naturais tendiam a formar espécies diferenciadas. Tal fato posteriormente o levou a conclusões sobre a evolução das espécies com base na visão evolucionista de Lamarck. Este autor acreditava na necessidade do isolamento geográfico de indivíduos de uma espécie como mecanismo necessário à especiação. Ver: WANKLIYN, Harriet. *Friedrich Ratzel – A biographical memoir and bibliography*. Cambridge: University Press, 1961.

A obra fundamental de Ratzel, *Anthropogeographie*, foi publicada de 1882 a 1891<sup>432</sup>. Ellen Semple assinala em seu livro, *Influences of Geographical Environment on the Basis of Ratzel's System of Anthropogeographie*, que Ratzel procurou dar à antropogeografia bases científicas sólidas, as quais podem ser identificadas em suas referências a Montesquieu, Alexander von Humboldt, Buckle, Carl Ritter, Kohl, Peschel e outros. Porém, todos esses autores teriam sido vistos à luz da evolução.

Os escritos de Humboldt, bem como um conjunto de trabalhos que vieram à luz nas primeiras décadas do século XIX, baseavam-se na geografia das plantas e dos animais. Lorelai Kury (1998) observa que Humboldt, o brasileiro Silva Maia, Candole e Marcel Serres, de maneira geral, procuravam uma visão dos seres vivos alocados em seu ambiente natural. No caso de Humboldt, que se singularizou por uma visão globalizante e estetizante da natureza, as regiões do globo se dividiriam por meio de linhas isotérmicas.

O naturalista baseava-se em medidas de temperatura e pressão bastante precisas, as quais delimitavam um tipo particular de paisagem na qual incidiam determinadas espécies vegetais. Humboldt procurava analisar as espécies em meio a esse conjunto e não apartadas do contexto<sup>433</sup>. Além disso, cada região era dividida em sub-regiões diversas, que variavam em função da altitude<sup>434</sup>.

Para David Knight (1981), Humboldt foi uma das figuras centrais das ciências no século XIX. A distribuição de organismos sobre o globo, especialmente plantas, trouxe uma nova perspectiva à forma de classificar espécies. Em vez de recolher uma amostra sem

---

<sup>432</sup> Na biblioteca de Capistrano de Abreu há uma edição de 1899 do livro de Ratzel.

<sup>433</sup> Em viagens exploratórias era comum que coletores fizessem chegar às mãos de naturalistas variadas coleções para serem estudadas em seus gabinetes. O processo, contudo, era sujeito a uma série de falhas como a má conservação ou mesmo a falta de informações necessárias para uma classificação mais precisa do material. O *Instructio peregrinatoris*, atribuído a Lineu, entre outros, tentava minimizar os erros. Ver: KURY, Lorelai B. *Les instructions de voyages dans les expéditions scientifiques française (1750 – 1830)*. Rev. Hist. Sci., 1998, 51/1, pp. 65 – 69.

<sup>434</sup> KURY, Lorelai. Ciência e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, Oct. 1998. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701998000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000200001&lng=en&nrm=iso)>. access on 26 Mar. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701998000200001>. Último acesso em 26/03/2012.

qualquer referência mais precisa de seu habitat, Humboldt procurava ver tais espécies como inseridas numa paisagem local, a qual denominava “províncias geológicas”<sup>435</sup>.

Na América, Ratzel conheceu também o naturalista suíço Louis Agassiz (1807 - 1873). Este, baseado no conceito de “províncias zoológicas” de Humboldt e nas premissas de Georges Cuvier (1769 -1832) - a fixidez das espécies, o catastrofismo e o criacionismo - procurava estudar os seres vivos como restritos a determinados “centros de criação”. Para ele as espécies, em geral, não migrariam do lugar onde originariamente foram criadas para outro<sup>436</sup>.

Harriet Wankliyn também destaca a importância de Alexander von Humboldt e Carl Ritter na formação de Ratzel e chama a atenção para o fato de que ambos os naturalistas morreram em 1859, ano da publicação da *Origem das Espécies* de Darwin. Ratzel teria, portanto, observado a perspectiva humboldtiana numa perspectiva evolucionista advinda de seu contato com a obra de Darwin, sobretudo privilegiando em sua análise a questão da migração das espécies. Diferentemente do alemão, seu contemporâneo suíço, Louis Agassiz filiava-se a Humboldt, porém, recusando a teoria evolucionista e abraçando o criacionismo pouco móvel em termos de migrações.

Pensar a geografia humana levando em conta o contingente migratório, que tanto o impressionou na América, o meio ambiente e o evolucionismo foi o desafio que se colocou para Ratzel na interlocução com os pensadores do seu tempo.

### **3.8.2 – Ratzel – princípios básicos:**

*The History of the Mankind (1882)* é uma obra ambiciosa que lança um olhar abrangente sobre diversos grupos humanos. Uma tentativa hercúlea de compreender o desenvolvimento histórico e as circunstâncias em que se deu o desenvolvimento desses grupos. Para tal, Ratzel procura de início marcar as bases de seu pensamento.

De forma surpreendente para um autor europeu no século XIX, Ratzel inicia a obra com uma crítica ao eurocentrismo, pois este impede que se lance um olhar mais justo aos

---

<sup>435</sup> KNIGHT, David. *Ordering the world – a history of classifying man*. Londres: Brunet Books, 1981. pp. 116 -117.

<sup>436</sup> SOUSA, Ricardo A.S. de. Op Cit. 2008. pp. 30-33.

vizinhos. O autor considera que o sentimento de autoestima leva a julgar outros povos de maneira desfavorável. A etnografia, portanto, deveria indicar, em primeira instância, não as distinções, mas o ponto de transição e as afinidades existentes dado que “a humanidade é um todo apesar de culturalmente variada”<sup>437</sup>.

O entendimento da humanidade como única era condição *si ne qua non* para Ratzel. A dispersão do gênero humano pelos mais variados lugares do planeta não representava sinal de vários “centros de criação” como postulava o poligenista suíço Louis Agassiz. Ratzel tinha como hipótese que o desenvolvimento da navegação teria avançado em certos estágios de civilização, no entanto esse conhecimento teria sido esquecido por muitos povos e se viram confinados a continentes isolados alcançados por seus antepassados.

A raça humana única era, portanto, uma afirmação categórica e fundamental para o entendimento de suas proposições.

“Portanto, em qualquer lugar que a Terra for habitável pelo homem, encontramos pessoas as quais são membros da mesma e única raça humana. A unidade do gênero humano é como se fosse a obra do planeta Terra deixando sua marca no degrau mais alto da criação. Só há uma espécie de homem, variações são numerosas, mas não profundas. O homem no sentido mais amplo é um cidadão da Terra”<sup>438</sup>

O autor continua a sua formulação, afirmando que tal unidade não deve ser entendida como uniformidade, mas como comunidade. Portanto, admite que em meio à comunidade de seres humanos espalhados pela Terra há graus de desenvolvimento variados. Embora com bases muito mais flexíveis que a grande maioria dos autores de seu tempo, Ratzel pensa o progresso europeu como destacado frente aos demais povos. Entretanto, enfatiza que isso deve ser visto não como o voo isolado de uma ave, mas como o crescimento do galho de uma árvore.

Ratzel era crítico ferrenho do etnocentrismo adotado pelos pensadores europeus que tomavam sua civilização como modelo, ao relegar as demais a um plano inferior fosse racialmente, fosse na visão linear e progressiva do processo evolutivo.

---

<sup>437</sup> RATZEL, Friedrich. The history of mankind . London: Macmillan and Co. vol. I. 1896. pp. 4.

<sup>438</sup> *Idem.* p. 9.



Contudo, é possível perceber algumas “notas dissonantes” em meio à sua análise: ao pensar haver determinada escala no processo evolutivo, Ratzel tendia a classificar a família monogâmica e patriarcal como um estágio mais evoluído do núcleo social. Em sua visão a América, a Oceania e a Austrália encontravam-se em estágios muito anteriores de desenvolvimento sob esse aspecto, posto que naquelas localidades existiam populações que praticavam o casamento coletivo, a exogamia, o matriarcado e a divisão em clãs, enquanto na Europa, Ásia e África o sistema de família monogâmica patriarcal prevalecia<sup>439</sup>.

Um dos sinais de desenvolvimento de determinado grupo humano seria o aumento populacional. O aumento do número de indivíduos e a sua manutenção era visto como intimamente ligado ao desenvolvimento cultural do grupo. Nesta perspectiva, a Europa mantinha há séculos uma tendência de crescimento populacional, ao passo que as “raças incivilizadas” mostravam frequentemente ao longo história uma tendência ao decréscimo e ao desaparecimento. Os grupos americanos pré-colombianos eram tidos como exemplo que ilustravam o último caso.

Tal percepção da realidade levaria à seguinte questão: o que levariam grupo a se desenvolver e se sustentar em tal estágio, enquanto outros caíam em estagnação, decréscimo e eram mesmo levados ao desaparecimento.

Um dos pontos levantados pelo geógrafo relacionava-se à utilização do ferro. Havia, segundo ele, grande distinção entre o grau de desenvolvimento alcançado por aqueles que utilizavam o ferro e os que não o utilizavam. Outro ponto que fazia a distinção seria a criação de rebanhos, ou seja, o gado vacum, os búfalos, camelos, cavalos, elefantes ou ainda as ovelhas e cabras. Estes se mostravam pontos que no desenvolvimento inicial da civilização faziam a diferença.

O acesso de uma população a tais facilidades levou à distinção entre “raças naturais” e “raças culturais”. Em outras palavras, a maneira como os grupos se associavam à natureza fazia toda a diferença.

“Cultura é libertar-se da natureza, não no sentido de inteira emancipação, mas de uma múltipla e maior conexão. O fazendeiro que armazena seu milho em celeiros é, em última instância, tão dependente do solo quanto o índio que colhe no pântano o arroz que não plantou. Mas o

---

<sup>439</sup> *Idem* p. 7.

fazendeiro sente menos tal dependência já que ele é dono da provisão que teve a sabedoria de estocar<sup>440</sup>.

Para Ratzel, “raças naturais” eram aquelas pobres em cultura, que ficariam, portanto, à mercê das forças da natureza. Numa avaliação dos grupos humanos em geral, o autor sugere ser tolo negar que em seu tempo a civilização se encontrava num estágio mais desenvolvido nas raças caucasianas ou brancas. Estes grupos teriam encontrado no seu ambiente as condições para produzir a cultura que os libertava das intempéries da natureza, permitindo que sua população crescesse e se expandisse.

A posição destacada, no entanto, não seria estática, visto que não se baseava em nenhum pressuposto fisiológico. O desenvolvimento da China é então utilizado como exemplo: aquele país há duzentos anos se encontrava num estágio “semicivilizado”, tal qual a Europa no mesmo período. Os primeiros viajantes europeus ao entrarem em contato com a cultura chinesa ficaram impressionados com a agricultura, manufatura, estradas, o comércio e canais que tornavam vivos e ativos seu desenvolvimento.

Após duzentos anos, porém, a Europa teria se desenvolvido muito mais, enquanto a China teria entrado em estágio de decadência, em que todo aquele capital cultural viria sendo paulatinamente dilapidado.

Tal fato teria ocorrido porque a organização social e política da China não permitiu que o seu gênio continuasse a florescer, mas fosse sufocado. Por outro lado, a Europa com o conhecimento acumulado e mais o que adquirira pelo contato com a cultura chinesa teve um crescimento considerável, passando assim de um estágio semicivilizado a um civilizado<sup>441</sup>.

A capacidade de adquirir e armazenar conhecimento constitui-se, portanto, em outro ponto importante para Ratzel na escalada da civilização.

Ratzel concordava com Buckle quanto a serem os lugares de clima temperado mais propensos ao desenvolvimento da civilização. Porém, tomava como extremamente radical a afirmação do inglês de jamais ter visto, na história, florescer nação civilizada fora da zona temperada. Também discordava dele quando dizia que a pouca fertilidade do solo nos países de clima temperado levava a uma situação de labor contínuo, sendo isso a causa

---

<sup>440</sup> *Idem.* p. 14

<sup>441</sup> *Idem.* p. 26

direta do desenvolvimento da civilização. Nos lugares de clima temperado, afirmava Ratzel, dar-se-ia maior intercâmbio entre atividades agrícolas, criação de rebanhos e também de caçadores que viviam em regiões no entorno. A agricultura seria o ponto de convergência dessas variadas culturas e o posto de armazenamento desses diferentes conhecimentos.

As atividades mencionadas levavam ao desenvolvimento de certas características comportamentais quando se encontravam em regiões fronteiriças. Ali, diferentes culturas tendiam a chocar-se, para ao fim produzirem um maior desenvolvimento. Ao passo que determinada população sobrepujava outra, dava-se uma interação em que o conquistador seria também conquistado, na medida em que acabaria por incorporar inevitavelmente valores dos povos que veio a dominar.

Ratzel afirmava que as populações agrícolas eram menos hábeis para se defenderem do que uma população de caçadores, os quais tinham maior familiaridade com as armas.

As populações agrícolas tendiam a desejar também uma vida mais sedentária, que enfraqueceria sua coragem e seu espírito empreendedor. Maior expressão de força política podia ser percebida entre os caçadores e principalmente entre os pastores, os quais tinham que se organizar para deslocamento de grandes massas com disciplina e força.

O conceito de cultura em Ratzel, contudo, é mais amplo do que tão somente as formas pelas quais se produz o sustento do grupo ou a forma de governo pela qual este se mantém coeso.

A língua, a religião, bem como a ciência e a arte eram vistas pelo autor como relevantes aspectos da cultura dos povos, o que não poderia ser descartado no estudo de seus estágios de desenvolvimento.

Ratzel cita respectivamente dois autores germânicos para darem fundamento às suas asserções. O primeiro deles é o filósofo Johann Georg Haman (1730 - 1788). “Sem a fala não teríamos a razão, sem a razão não teríamos a religião, sem esses três componentes essenciais de nossa natureza não haveria inteligência e nem vínculo social”. O segundo autor é Johann Gottfried Herder (1744 – 1803). “Devemos tomar o nosso órgão da fala como leme de nossa razão, e ver a fala como a centelha celestial que gradualmente acendeu nossos sentidos e pensamentos”.

Ratzel tomava a fala como um patrimônio único do ser humano e que o distinguiu de todos os outros seres. Daí a sua importância para os estudos etnológicos, que, em seu entender, deveriam ser ponto de partida para todo trabalho a ser realizado sobre civilização.

O autor verifica, entretanto, que a etnologia procura por meio da linguagem identificar afinidades raciais ao indicar vestígios de uma determinada língua em alguma outra que por vezes não parecem relacionadas. Ou ainda, procurar por meio dos estudos linguísticos, caracterizar o grau de desenvolvimento de determinado grupo.

Embora Ratzel tomasse a linguagem como a primeira e mais importante característica acessória do homem, chamava a atenção dos filólogos e etnólogos para alguns erros nos quais estes poderiam incorrer. A fala, como ferramenta extremamente dinâmica, não poderia ser vista como um retrato exato do grupo que a utiliza. Por vezes um grupo mais desenvolvido vale-se de um idioma mais simples para se expressar enquanto um grupo menos desenvolvido pode se utilizar uma linguagem mais sofisticada.

Como todo ser humano é capaz de aprender qualquer língua, não somente um indivíduo pode abandonar a sua língua materna e abraçar uma outra, mas também pode haver circunstâncias em que toda uma população o faz. Situações como essa falseiam a pressuposição da capacidade cognitiva de um grupo como diretamente relacionada à língua que falam. Mensurar o grau de desenvolvimento de uma população valendo-se somente deste dado poderia levar a muitos erros. Um exemplo citado é o de algumas raças selvagens que afirma Ratzel, não têm em seu vocabulário numeração para além de 3 ou 5. No entanto isto não significa que lhes falte capacidade mental de pensar para além dos mencionados números.

A linguagem é, portanto, para Ratzel um importante meio pelo qual se pode acessar uma cultura, porém deve ser vista como uma ferramenta, e não como um espelho do grupo que a utiliza.

Quanto à religião, Ratzel apontava em seus contemporâneos uma visão estreita no que se refere ao estudo das religiões das raças naturais ou selvagens. Para ele, religião era ao mesmo tempo filosofia, ciência, história, tradição e poesia. Tudo isso era inerente a todo o gênero humano. Logo, não havia povo sem religião.

Sob o signo da religião, há espaço para se conjecturar e inquirir acerca de um povo. Porém, nem tudo que se encontra submerso se mostra na superfície. Dessa forma, somente

se é possível penetrar na crença de um povo com um verdadeiro espírito investigador e desarmado dos próprios preconceitos. A crítica de Ratzel referia-se a duas afirmativas correntes em seu tempo. A primeira delas era a de que na Antártica cada indivíduo tinha sua crença individual, não existindo uma religião comum ao grupo; a segunda era a de que os hotentotes sul-africanos eram um grupo que não tinha qualquer crença religiosa.

Ratzel afirmava não haver povo sem religião, fosse ele selvagem ou não. O que acontecia é que tal manifestação da cultura em muitas sociedades se revelava em forma de contos e superstições, os quais eram vistos pelos exploradores apenas como fábulas que os nativos relatavam como forma de entretenimento ou resquícios de uma religião antiga que uma civilização decaída perdera. Essa interpretação expressava, no entendimento do autor, uma visão estreita acerca do significado da religião. As crenças com as quais a civilização processava o seu desenvolvimento estavam submergidas em tais contos e superstições, portanto, o pesquisador deveria estar atento para esses indícios em vez de entender religião como algum tipo de cerimônia formal. Na defesa de seu argumento, lançava as seguintes questões.

“A religião deve ser apreendida simplesmente de forma estreita e árida? Qual seria a justa e verdadeira forma de vê-la? Por que não reconhecer que seus elementos podem ser encontrados em todas as áreas do pensamento e sentimento humano, aqueles que se elevam acima dos afazeres diários, da existência corporal e no profundo das causas desconhecidas?”<sup>442</sup>

Ratzel enfatizava a necessidade de estudar-se a mitologia de um povo como condição de entender os fundamentos de suas crenças, perceber as Influências que, em algum momento foram poderosas naquela cultura e se encontravam submergidas em sua mitologia. Afirmava ainda haver por trás do balbuciar ininteligível dos selvagens a mais adornada expressão poética<sup>443</sup>.

Quanto à ciência e arte, o autor compreendia que a ciência europeia tivera seu desenvolvimento junto à religião, até que o conflito entre uma e outra impediu que a ciência prosperasse à sombra dos dogmas religiosos. A partir de então, ciência e religião passam a atuar em planos diversos. No entanto, entre os povos naturais o vínculo estreito entre

---

<sup>442</sup> RATZEL, Friedrich. The history of mankind . London: Macmillan and Co. vol. I. 1896. pp. 39-40.

<sup>443</sup> Idem. p. 41

ciência e religião não havia sido rompido, o que levava a ciência a uma série de conclusões baseadas não na experiência ou observação empírica, mas em mitos.

A medicina chinesa era por ele apontada como exemplo de uma ciência que se mostrava excelente na observação dos fenômenos, em reunir informações e em produzir ilustrações de qualidade. Porém, no momento de chegar às conclusões finais se deixava levar por preconceitos que a fazia errar. Como ciência, portanto, a medicina chinesa não teria se libertado dos dogmas religiosos para produzir um saber isento.

Outra questão em pauta era de como a memória humana poderia ser limitada, caso não houvesse mecanismos de armazenamento do conhecimento adquirido, sem o que este tendia a se perder antes de vir a se tornar ciência.

A arte, tal qual a ciência, começaria a partir dos símbolos religiosos, ao representar divindades ou servir de amuletos para espantar o mau olhado. Essa seria uma marca bastante presente em várias culturas humanas.

Ratzel procurava dar uma visão panorâmica das artes dos mais diversos povos em todos os continentes. Nas artes, o autor enfatizava também a necessidade de ater-se aos mitos e lendas como forma de compreender as diversas culturas dos povos naturais. A poesia era vista como detentora de lendas, as quais não seriam tão somente ficções. Elas continham todo um legado intelectual da raça, da história, dos costumes, das leis e da religião. Seriam assim de suma importância na preservação do conhecimento e de sua transmissão para as futuras gerações.

A mitologia em geral era vista como uma amostra do quanto os elementos da natureza impressionavam profundamente tais grupos, seja na conexão de um pequeno poema ao canto de um pássaro, seja pela impressão de prazer ou desconforto frente à luz, trevas, dia ou noite.

Evidentemente o material fornecido pelo meio poderia facilitar a produção de determinada arte em detrimento de outra. No entanto, a disponibilidade de material não seria condição determinante. Os africanos e malaios, que dispunham de ferro e outros materiais vindos da Ásia, produziam menos, proporcionalmente, ao isolado esquimó. A disponibilidade de material não se mostrava fator determinante à produção artística nos muitos exemplos com os quais Ratzel ilustra seu texto. O material teria pouca importância em relação ao seu grau de aproveitamento. O autor afirmava que algumas populações ricas

em madeira faziam dela menos uso do que os habitantes de uma ilha que nada tinham além de cocos.

A conclusão de Ratzel seria a então de que o material normalmente dá a direção à técnica, mas não a determina, e sim o intelecto e a vontade humana são os fatores determinantes. Este é um ponto importante, pois se percebe em Ratzel uma preocupação que não teria afetado o inglês Buckle pouco mais de vinte anos antes. Enquanto o inglês era assumidamente determinista e procurava por meio desta posição prever o futuro histórico, Ratzel tomava o conjunto de materiais que o meio oferecia como indicadores da possibilidade de desenvolvimento, mas não de forma fatalista.

Há em Ratzel um esforço por fazer em sua análise uma mediação entre as forças da natureza e seus efeitos sobre o homem de uma forma menos direta, ou determinista. Contudo, é possível perceber em sua análise momentos em que tal mediação tende a um tipo de equação de causa e efeito. Ao falar sobre a adoração dos índios peruanos ao Sol, Ratzel atribui tal culto ao fato de que, numa região de pouca chuva e poucas nuvens, o esplendor dos corpos celestes poderia ser visto por todo o tempo<sup>444</sup>.

A intenção do autor, contudo é tomar a natureza como um importante dado que causa fortes impressões sobre os indivíduos. Nesse aspecto sua análise lembra os escritos de Taine estudados por Capistrano em sua juventude.

Ao ler Ratzel, Capistrano de Abreu talvez encontrasse eco não só em Taine, mas em várias leituras de sua juventude, porém num discurso menos vinculado às teorias científicas às quais aqueles autores da metade do século aderiam.

Vale notar que Capistrano, ao ler Ratzel, não estava marcado, como nossa geração de historiadores, pela impressão de que todo o pensamento do último se resumia a “determinismo geográfico”. Procurei apresentar aqui uma leitura do que, acredito, chamaria a atenção de Capistrano na obra do alemão por meio de elementos que podem ser vislumbrados em escritos do historiador brasileiro.

---

<sup>444</sup> *Idem.* p. 58.

### 3.9 – Trabalhos de Capistrano:

Conforme procurei ressaltar no fim do capítulo anterior, Capistrano passou na década de noventa por profundos golpes em sua vida pessoal: o falecimento de sua esposa, a consequente dispersão dos filhos entre sua casa e a casa dos sogros, o falecimento do filho Henrique. Acrescentou-se a esses fatos a alienação mental e morte do amigo Valle Cabral, bem como a mudança no sistema de ensino que teve por consequência o seu afastamento do Colégio Pedro II, que redundou numa queda dos seus rendimentos.

Sua produção intelectual, antes ativa e incansável, parece ter sofrido algum efeito desses inúmeros eventos. José Honório Rodrigues observa que, entre os anos de 1892 e 1895, essa produção de Capistrano reduziu-se sensivelmente. Consoante Honório, naqueles “magros anos” o historiador limitou-se à produção de um trabalho de *Instruções para Imigrantes*, feito de encomenda, também ao prefácio do livro de Jofily sobre a Paraíba, dois artigos e três traduções. A descrença na “extensão da vida e na brevidade da arte” podem ter tido um impacto sobre a obra do autor. Porém, as perdas não o levaram a desmontar sua rede de interlocutores nacionais e internacionais.

Foi nessa época que Capistrano também dedicou grande parte de seu tempo ao estudo da língua bacairi, ao fazer entrevistas com o índio Irineu. Nessa época conseguiu reunir todos os filhos por dois meses na Colônia Alpina em Teresópolis, graças ao Dr. Emílio Goeldi. Ali, mantinha contato permanente com suas crianças e ao mesmo tempo dedicava-se ao trabalho com o bacairi. Em 1893 escreveu a Assis Brasil.

“Aqui vim procurar sossego moral que há um ano me faltava, e trabalhar. Tenho trabalhado efetivamente: estou estudando bacairi [sic.] com um índio de Mato Grosso e já vou bastante adiantado; estou estudando guarani, que desta vez espero conseguir furar; estou, além disso, traduzindo para nossa coleção o livro do Dr. Goeldi sobre as aves do Brasil e já vou bem adiantado”<sup>445</sup>.

Não obstante sua produtividade em termos de trabalhos acabados haver diminuído Capistrano buscava “sossego moral”, levando avante suas pesquisas, traduções e seus estudos. Nessa mesma carta dá notícia a Assis Brasil sobre um trabalho que reunia diversos

---

<sup>445</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp. 83 – 84 - Carta a Assis Brasil de 23 de janeiro de 1893.



autores, com vistas às comemorações do centenário do descobrimento do Brasil. Ali intima o amigo a escrever um volume, advertindo-o que não deixe escapar nenhuma vez Brasil escrito com z. “tão feio este z e z é inicial de tanta coisa feia”<sup>446</sup>.

A produção de Capistrano vai retomando fôlego a partir da segunda metade da década de noventa, e uma das referências claras em seu trabalho diz respeito à leitura que dedicou à geografia humana, na qual Ratzel, Walpeaus e Poschel seriam frequentemente citados.

Em *Capítulos de História Colonial*, publicado no ano de 1907, Capistrano mostra na própria divisão dos capítulos uma flagrante referência ao trabalho de Ratzel. Uma passada de olhos pela maneira como os dois autores organizam os tópicos mostra uma clara referência de Capistrano ao geógrafo alemão. Vale a pena comparar o texto de *Ratzel em The History of the Mankind vol. I* em sua parte introdutória e o primeiro capítulo de *Capítulo de História Colonial*.

### **3.9.1- Convergência de olhares:**

O texto de Ratzel segue uma ordem que é tomada por Capistrano como modelo em seu trabalho publicado no ano de 1907. Procurei extrair dos dois autores, na sequência de seus respectivos textos, alguns trechos que mostram ao menos determinada similitude nos tópicos a serem tratados. É interessante notar que a ordem em que os argumentos são trabalhados na introdução do *The History of the Mankind* de Ratzel e de *Capítulos de História Colonial* de Capistrano de Abreu é exatamente a mesma. Ambos seguem o seguinte roteiro: localização, latitude, fronteiras e ilhas; rios e montanhas; climas; flora e fauna e, por último, população.

Vale a pena comparar alguns dos trechos dos dois autores, respeitando-se a sequência em que são apresentados nas respectivas obras:

---

<sup>446</sup> *Idem*. pp. 86.

## -Localização, latitude, fronteiras e ilhas:

### Ratzel:

“A área da América corresponde somente à metade do Velho Mundo. Seu comprimento é, entretanto, maior, abarcando 130 graus de Latitude entre as extremidades Norte e Sul. Mas em largura somente a Ásia a excede em duas vezes. [...] o Oeste do continente é rico em golfos, baías e penínsulas. Esse tipo de conformação na América aparece somente no Norte, porém tal ausência não tem grande influência nas condições climáticas como na África”<sup>447</sup>.

### Capistrano:

“A quase totalidade do Brasil demora no hemisfério meridional, entre o Equador e o Trópico de Capricórnio alcança o país as maiores dimensões” pp.12

“Banha-se ao oriente o oceano Atlântico, numa extensão pouco mais ou menos de oito mil quilômetros. Como o cabo de Orange, limite com a Guiana Francesa, dista 37 graus do Xuí, limite com o Uruguai, salta logo aos olhos a insignificância da periferia marítima; repete-se o espetáculo observado na África e na Austrália; nem o mar invade, nem a terra avança; faltam mediterrâneos, penínsulas, golfos, ilhas consideráveis; os dois elementos coexistem quase sem transições e sem penetração; com recursos próprios o homem não pôde ir além da pescaria em jangadas”<sup>448</sup>.

## -Rios e Montanhas:

### Ratzel:

“A cadeia de montanhas de 10 mil milhas de comprimento, vai da extremidade Sul até os mares polares dos dois continentes [...]. Elas seguem como uma estreita cadeia próxima à margem do extremo Oeste e, portanto, toda a outra parte menos montanhosa se encontra a leste” pp.2

“O interior do Brasil é um planalto separado do mar por uma franja de montanhas descendo gradualmente no Norte e no Sul para as planícies. O vapor do Atlântico não chega a penetrar nessa parte do território. Assim a água corrente não penetra nesse solo para fertiliza-lo. É o campo de *savana* brasileiro. Há, contudo, uma maior variação de espécies de plantas do que na África. O que se deve a uma múltipla composição do solo”<sup>449</sup>.

---

<sup>447</sup> RATZEL, Friedrich. *op.cit.* 1896. pp.2

<sup>448</sup> ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial. In: \_\_\_\_\_. Capítulos de História Colonial: 1500 - 1800 & os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. pp. 12.

<sup>449</sup> RATZEL, Friedrich. *op.cit.* 1896. pp.3

Capistrano:

“Da serra do Mar desprende-se a da Mantiqueira, que mais pelo interior vai desde o Estado do Paraná até Minas Gerais. Nela fica o pico mais alto do Brasil, o do Itatiaia, com cerca de três mil metros de altitude. Vem depois a serra do Espinhaço, que acompanha o Rio São Francisco pelo lado direito até ser cortada na grande curva traçada a nordeste por ele antes de se lançar no oceano. Ambas representam papel somenos como divisores de águas: a da Mantiqueira entre o Paraíba do Sul e o alto Paraná, a do Espinhaço entre o S. Francisco, de que estreita a bacia ao oriente, logo depois de formado o rio das Velhas, e os rios de meia-água que se dirigem ao mar: Doce, Jequitinhonha, Pardo, Contas, Paraguaçu”<sup>450</sup>.

Ratzel:

“O Amazonas é o mais largo curso d’água do planeta. No rio da Prata e no Orinoco são abertos caminhos que vão desde o mar até os esporões da Cordilheira.

No Orinoco embarcações podem navegar fazendo comércio até a altura de San Fernando, enquanto no Amazonas o curso ascende 600 milhas da montanha. Tabatinga, mais de 3000 milhas da desembocadura, é apenas 250 pés acima do nível do mar. Ambos prestam-se à navegação do lado norte e formam uma perfeita rede para rota do tráfico”<sup>451</sup>.

Capistrano:

“Ao norte liga-se com a baixada do Amazonas, muito ampla à saída relativamente estreita entre Xingu e Nhamundá, amplíssima a oeste do Madeira e do Negro até o sopé dos Andes. As cachoeiras mais setentrionais do Tocantins, do Xingu, do Tapajós e do Madeira balizaram a baixada pela banda do sul. Pela banda do norte, a este do Negro, logo algumas dezenas de quilômetros da foz, começa o trecho encachoeirado nos rios que descem da Guiana. De este a oeste apresenta declive insensível: mas desce o S. Francisco na cachoeira de Paulo Afonso do que vão de Tabatinga ao mar”<sup>452</sup>

---

<sup>450</sup> ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial. *op. cit.* 1982. pp. 16.

<sup>451</sup> RATZEL, Friedrich. *op.cit.* 1896. pp.4.

<sup>452</sup> ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial. *Op. Cit.* 1982. pp. 14 – 15.

## -Climas:

### Ratzel:

“A América abarca muitas regiões quentes e áridas, mas no norte o clima ártico penetra profundamente no continente. Até mesmo o Labrador, na latitude da Inglaterra é uma localidade polar e inóspita. Invernos gelados e verões quentes caracterizam grande parte da América do Norte. O Sul da Califórnia, na costa pacífica, é um oásis com um clima parecido com o da Itália; mas prosseguindo para o interior, a mais árida porção do continente rapidamente salta aos olhos. Isso numa longitude de 98° W.”<sup>453</sup>.

### Capistrano:

“À beira-mar entre o Oiapoque e o Parnaíba, e do S. Francisco para o sul domina igualmente o clima tropical até Santa Catarina: em alguns trechos quase todos os meses do ano chove, em outros intervêm estiadas maiores, em geral subordinadas à marcha solar. [...] Geralmente chove no sertão menos que à beira-mar; as estações seca e úmida andam mais nitidamente discriminadas; o ar do planalto, facilmente aquecível durante o dia em consequência de sua pouca densidade, rapidamente esfria à noite pelo mesmo motivo, produzindo às vezes variações bruscas no decurso de vinte e quatro horas”<sup>454</sup>.

## -Flora e Fauna:

### Ratzel:

“Flora e fauna são ricamente desenvolvidas, mas tem fornecido poucas plantas cultiváveis e animais domésticos, se comparar-se com o Velho Mundo. Milho, batatas, batatas-doces, tabaco, cacau, mate é tudo que podemos nomear como tendo adquirido importância para o homem”<sup>455</sup>. (p.5).

“Os antigos americanos utilizavam sua fauna como objeto de caça. Bisão, alce e pequenos veados são encontrados na América do Norte, javalis, cotias, cabritos, guanaco na América do Sul. Além de guaxinim, macaco-gambá, tamanduá, tatús os quais provêm comida em abundância”<sup>456</sup>.

---

<sup>453</sup> RATZEL, Friedrich. *op.cit.* 1896. pp.4

<sup>454</sup> ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial.* op. cit. 1982. pp. 19.

<sup>455</sup> RATZEL, Friedrich. *op.cit.* 1896. pp.5

<sup>456</sup> RATZEL, Friedrich. *op.cit.* 1896. pp.9

### Capistrano:

“Na depressão amazônica associam-se o calor e a umidade, a vegetação atinge o máximo desenvolvimento, alardeia-se a grande mata terreal. [...] A região flagelada pela seca possui também matas, porém solteiras nas serras capazes de condensarem vapores atmosféricos, nas margens dos rios em lugares favorecidos pela umidade do subsolo. [...] Desde a Bahia começa a mata virgem contínua, e com os mesmos caracteres orla a borda oriental da serra do Mar [...] Além da serra do Mar abrem-se os campos, vastas extensões ocupadas por gramíneas e ervas mis ou menos rasteiras. [...] Onde a altitude o permite surgem araucárias; em certos pontos condensam-se capões, [...] Caatinga, carrasco, cerrado, agreste designam todos várias formas de vegetação xerófila, caracterizada pelas raízes às vezes muito profundas,” pp.20

“A fauna do Brasil é muito rica em insetos, répteis, aves, peixes e pequenos quadrúpedes. São formas características as emas, os papagaios, os beija-flores, os desdentados, os marsúpios, os macacos platirrínios”<sup>457</sup>.

### -População:

#### Ratzel:

“A ausência de animais domésticos de grande porte dificultou materialmente o livre curso da agricultura, negócios e comércio. A maior parte da população se dedicava à agricultura e o que não era possível transportar pelos rios tinha que ser levado nas costas dos homens. Lhamas não serviam para uma grande variedade de empregos, a anta estava fora de cogitação. Possivelmente o “coelho” era tomado como animal doméstico nas casas grande”<sup>458</sup>.

#### Capistrano:

“Dentre os animais nem um pareceu próprio ao indígena para colaborar na evolução social, dando leite, fornecendo vestimenta ou auxiliando o transporte; apenas domesticou um ou outro, os mimbabas da língua geral – em maioria aves, principalmente papagaios, só para recreio. De caça e principalmente de pesca era composta sua alimentação animal. Possuía agricultira incipiente, de mandioca, de milho, de várias frutas. Como eram-lhe desconhecidos os metais, o fogo, produzido pelo atrito, faziam quase todos os ofícios do ferro”<sup>459</sup>.

---

<sup>457</sup> ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Op. Cit. 1982. pp. 21.

<sup>458</sup> RATZEL, Friedrich. op.cit. 1896. pp.9.

<sup>459</sup> ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Op. Cit. 1982. pp. 21.

Os trechos destacados têm a importância de revelar conexões entre a obra de Capistrano de Abreu e de Ratzel na perspectiva antropogeográfica. Observa-se na obra do autor alemão que este detinha maior conhecimento sobre a América do Norte, lugar que visitou, e sobre a costa pacífica da América do Sul. Isso não invalida, contudo, o fato de sua análise ter se tornado cara a Capistrano como referência na construção histórica. Por meio da leitura de Ratzel, Capistrano teve a chance de rever alguns *a priori*, herança de suas leituras juvenis, os quais já não o satisfaziam nos termos em que eram propostos por Buckle, Spencer, Taine, Comte e outros.

O primeiro ponto, e talvez o mais importante, é que Ratzel tomava a raça humana como única. Ou seja, todo ser humano espalhado pelo planeta era oriundo de um único centro e, mais do que isso, toda a humanidade tinha potencialmente meios para se desenvolver. Ratzel afirmava categoricamente pretender “provar que as raças da América em sua essência assemelham-se às daquelas do Velho Mundo”. Dessa forma, acreditava conseguir solucionar a questão sobre a unidade ou multiplicidade da espécie humana; questão esta que ocupava os homens de ciência de sua época.

O segundo ponto é que havia na percepção de Ratzel uma clara diferença entre os civilizados e as “raças” naturais ou selvagens. Nesse aspecto, o meio entraria ora como fator facilitador do desenvolvimento de alguns grupos, ora como um obstáculo a ser vencido para o desenvolvimento de outros grupos. Contudo, todos os homens, no ambiente em que se encontravam, desenvolviam algum engenho próprio que garantisse a sobrevivência do grupo. Embora para ele fosse condição primeira a unidade da espécie humana, era-lhe claro também a multiplicidade de culturas entre os diversos grupos.

Tal multiplicidade cultural levava ao desnível em termos evolutivos dos diversos povos espalhados pela Terra. Em outras palavras, alguns povos conseguiam acumular e transmitir para as próximas gerações as conquistas culturais por eles desenvolvidas. Outros povos, apesar de adquirirem conhecimento para protegerem-se das forças da natureza, não teriam desenvolvido mecanismos para que tal conhecimento fosse acumulado e repassado. Esse se constitui, portanto, o terceiro ponto importante na lógica evolucionista de Ratzel: o desenvolvimento se daria à medida em que a ciência fosse acumulativa e transmissível aos novos membros daquele grupo social. Caso essa engrenagem não funcionasse, o grupo estaria fadado à estagnação ou mesmo à degeneração e conseqüente desaparecimento.

Ter alcançado determinado grau de civilização por meio da manutenção do conhecimento não era contudo uma condição estável. Tanto um povo civilizado poderia decair quanto um povo selvagem evoluir. Tal situação dependeria dos mecanismos empregados para a manutenção e transmissão do conhecimento. Se esses funcionassem adequadamente o grupo evoluía, caso contrário se estagnaria e entraria em decadência.

“Devemos declarar de maneira decisiva que o conceito de raças “naturais” não tem qualquer relação com causas antropológicas ou fisiológicas, mas é meramente uma questão de etnografia e civilização. Raças naturais são nações pobres em cultura. Ela pode ser formada por pessoas de qualquer raça, dotado pela natureza em todos os graus sem, no entanto, ter ainda alcançado o progresso da civilização, ou ter retroagido em respeito a isso. Os antigos povos germânicos e Gauleses não pareciam aos Romanos menos civilizados do que nos parecem atualmente os sul-africanos ou os polinésios. Da mesma forma, muitos povos que hoje reconhecemos como uma porção civilizada da Rússia eram, no tempo de Pedro o Grande, ainda raças em estado natural”<sup>460</sup>.

Algumas condições do meio poderiam ser facilitadoras do desenvolvimento do grupo. Sobre esse aspecto o discurso de Ratzel em *The History of the Mankind* e o de Capistrano em *Capítulos de História Colonial* eram absolutamente convergentes, conforme mostro no próximo tópico.

### **3.9.2 – Litoral ou Sertão. Onde está o Brasil?**

Na construção de *Capítulos de História Colonial*, Capistrano não tarda a lançar uma crítica à construção histórica de Varnhagen e à sua proposta de formação da nacionalidade a partir da união das três raças empenhadas na expulsão do invasor holandês do litoral nordestino. Ou seja, enquanto para Varnhagen a expulsão dos holandeses do litoral nordestino seria o marco inicial do sentimento de nação brasileira, para Capistrano aquela passagem da história seria apenas um episódio na ocupação da costa do Brasil.

Assim, Capistrano inicia o capítulo chamado *O Sertão*:

---

<sup>460</sup> RATZEL, Friedrich. op. cit. vol. I. 1896. pp. 19.

“A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo”<sup>461</sup>.

Com tal argumento, Capistrano posiciona-se de forma clara frente a uma discussão comum ao seu tempo entre os pensadores da história pátria. Nisia T. Lima, em seu livro “Um sertão chamado Brasil” (1998), faz uma análise das possíveis interpretações da nação. Seu estudo vislumbra a *intelligentsia* nacional nas três últimas décadas do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX. A autora observa uma dicotomia quanto ao entendimento da essência da Nação expressa por parte de pensadores da época. Alguns deles quando voltam o seu olhar para o litoral como foco civilizador, e outros ao verem o sertão como palco da verdadeira nacionalidade<sup>462</sup>.

Esse tipo de questão, de forma explícita ou não, permaneceu por muito tempo no âmago do pensamento da elite letrada; fato que levava consigo várias outras questões acerca da raça, do meio, do saneamento e do abandono por parte dos governantes. Mesmo Gilberto Freyre não escondia esta visão dual em seus escritos, como se pode notar em seu ensaio *Nordeste* de 1937.

“O massapê é acomodatório. É uma terra doce ainda hoje. Não tem aquele ranger da areia dos sertões que parece repelir a bota do europeu e o pé do africano, a pata do boi e o casco do cavalo, a raiz da mangueira-da-índia e o broto da cana, com o mesmo enjoo de quem repelisse uma afronta ou uma intrusão. A doçura das terras de massapé contrasta com o ranger da raiva terrível das areias secas dos sertões.”<sup>463</sup>

Na disputa pela hegemonia do discurso histórico sobre a nação havia desacordos quanto à valoração dos dois extremos da questão. Por um lado, o litoral valorizado por autores como Varnhagen como foco disseminador da cultura europeia, ou ainda posteriormente por Freyre como espaço que maciamente acomodava a casa-grande e a

---

<sup>461</sup> ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial 1500 – 1800 & Os caminhos antigos e povoamento do Brasil. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. pp. 113.

<sup>462</sup> LIMA, N. Trindade. Um Sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Revan: IUPERJ: UCAM, 1999.

<sup>463</sup> FREYRE, G. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1985.



senzala sem o “ranger raivoso das areias dos sertões”. Por outro lado, o sertão como espaço no qual o elemento genuinamente brasileiro se desenvolvera longe das rédeas curtas da metrópole.

Capistrano de Abreu não somente circulava em meio a esse universo, como fazia parte integrante do debate ao posicionar-se em favor de uma nacionalidade essencialmente construída no interior, longe do controle estreito da metrópole.

De acordo com Nísia Trindade Lima:

“O dualismo sertão/litoral apresenta duas faces. Numa delas, o polo negativo é representado pelo sertão – identificado com a resistência ao moderno e à civilização. Na outra, o sinal se inverte: o litoral é apresentado como sinônimo de inautenticidade, enquanto antítese da nação. Em muitos autores, entre os quais a posição de Euclides da Cunha é exemplar, a ambivalência consiste na principal característica que constroem sobre o país e seus contrastes”<sup>464</sup>.

A autora chama a atenção em seu livro para o fato de que a nomenclatura sertão, antes de significar somente o semiárido nordestino, referia-se a toda região interiorana que se encontrava longe do alcance dos poderes públicos e de projetos modernizadores. Assim, na visão do médico Afrânio Peixoto, sanitarista da Primeira República, o sertão no Brasil começaria onde acabava a Av. Central, atual Av. Rio Branco no Rio de Janeiro<sup>465</sup>.

### **3.9.3 – A Civilização do Couro:**

Dentre os trechos citados dos respectivos trabalhos de Ratzel e de Capistrano de Abreu, vale destacar um ponto para o argumento que procuro construir. Refere-se ele aos aspectos populacionais.

Não somente na sequência da apresentação do argumento os dois autores convergem. Ratzel afirmava ter sido a falta de animais domésticos de grande porte um agente que dificultou o desenvolvimento da agricultura, dos negócios e do comércio nas Américas. Capistrano, de forma semelhante, afirmava ter faltado ao indígena brasileiro

---

<sup>464</sup> LIMA, N. Trindade. op. Cit. 1999. pp. 60.

<sup>465</sup> Idem. *loc. cit.*

algum animal que colaborasse para a sua evolução social, dando leite, vestimenta ou auxiliando no transporte.

Esse é um dos pontos mais marcantes de *Capítulos de História Colonial*. Capistrano de Abreu, ao tratar da penetração para o sertão, toma o gado vacum trazido pelo europeu como essencial na conquista do semiárido brasileiro.

Como foi visto em trecho já destacado, Capistrano classificava como “mero episódio” aquilo que Varnhagen tomava como marco da nacionalidade, ou seja, a guerra contra os holandeses. Por conseguinte,, o povoamento do sertão parece-lhe um campo muito mais fértil de análise acerca da história pátria do que fatos que digam respeito apenas ao “tênuo fio litorâneo”.

A ocupação do sertão era fundamental para o historiador como palco da formação do caráter nacional. Tal como Ratzel, Capistrano percebia que o antigo morador de nossas florestas, prados ou agreste não teria conseguido atingir um nível de cultura que os deixasse a salvo das intempéries da natureza. Para ambos, o diagnóstico era o mesmo: havia falta de animais domésticos de grande porte que facilitassem a conquista da terra, provendo transporte, alimento e vestimenta.

Já no período colonial, o bandeirante foi o primeiro a lança-ser para o interior, valendo-se dos trechos navegáveis dos rios e das trilhas dos índios. Esses grupos que deixavam o litoral, embrenhando-se pelas matas com o intuito de prenderem e escravizarem índios, não eram elencados como personagens dignos de investigação histórica até que Capistrano de Abreu o fez, conforme assinalava Afonso Taunay, seu ex-aluno do Colégio Pedro II e companheiro de toda a vida<sup>466</sup>.

As bandeiras do século XVI não representavam para Capistrano um evento que levasse a princípio a uma ocupação do território. Pelo contrário, os bandeirantes que penetravam na mata em busca de nativos para serem escravizados eram instrumento de devastação e despovoamento.

“As bandeiras no Século XVI devastaram sobretudo o Tietê, cujos numerosos Tupiniquins depressa desapareceram, e o alto Paraíba, chamado rio dos Surubis em Piratininga, segundo informa

---

<sup>466</sup> Taunay, A. op cit. 1924.

Glimmer; com o tempo foram-se alongando os raios do despovoamento e depredação, característico essencial e inseparável das bandeiras”<sup>467</sup>

Capistrano descreveu as incursões das bandeiras paulistas a “piratear” os Sete Povos das Missões como um espetáculo aterrador. Saquear, pilhar, queimar, derribar cabeças, rachar em duas bandas os meninos e possuir mulheres como bodes em um curral de cabras era a prática dos paulistas. Ao fim, questionava-se o historiador: “Compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?”<sup>468</sup>

As bandeiras paulistas que partiram rumo à Bahia e ao norte do São Francisco , segundo o historiador, prestado melhor serviço. Não por serem menos agressivas no tocante ao seu comportamento. Graças à dureza dos mamelucos de Domingos Jorge Velho foi Palmares vencido, o que demonstrava o mesmo método atroz de tratar com o inimigo. Estas bandeiras, entretanto, foram mais úteis por terem introduzido o gado e iniciado a fixação ao solo.

“Muitos dos paulistas empregados nas guerras do Norte não tornaram mais a São Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: de bandeirantes, isto é, despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos. Ainda antes do descobrimento das minas sabemos que nas ribeiras do rio das Velhas e do S. Francisco havia mais de cem famílias paulistas entregues à criação do gado”<sup>469</sup>

Volto neste ponto à confluência do argumento de Capistrano de Abreu e Ratzel ao afirmarem ter faltado ao indígena um animal para colaborar na evolução social. Tal animal enfim surgiu em meio ao despovoamento produzido pelas bandeiras e passou a reverter tal processo.

A penetração do gado pelo curso do São Francisco veio suprir uma lacuna fundamental para o desenvolvimento do sertão já no século XVIII.

---

<sup>467</sup> ABREU. J. Capistrano de. op. cit, 1982. pp. 115.

<sup>468</sup> *Idem.* pp 116.

<sup>469</sup> *Idem.* pp. 118.

“Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e cinquenta, duzentas e trezentas cabeças de gado [...]. Os que a trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios que com esse trabalho procuram ter algum lucro”<sup>470</sup>.

Nisia Trindade Lima chama a atenção para o fato de que na perspectiva de penetração para o sertão brasileiro, diferentemente da penetração para o Oeste norte-americano, o foco não é a perspectiva da fronteira geográfica, mas a fronteira humana. No primeiro caso, o objetivo é a universalização do núcleo inicial de origem puritana, ao passo que no Brasil, conforme propõe Sérgio Buarque em *Caminhos e Fronteiras*, há uma simbiose de culturas, pessoas e paisagens<sup>471</sup>.

Núcleos de povoamento iriam se formando ao longo do percurso percorrido pelo gado. Mesmo as reses que se transviavam ou que por fracas ficavam pelo caminho eram recuperadas por moradores que se estabeleciam pelas cercanias. Estes recuperavam os animais e depois revendiam-nos conseguindo bom preço, ou então, deles se valiam para prover-lhes leite, ararem a terra e produzirem uma pequena lavoura, cujas sobras vendiam aos transeuntes.

Jacob Gorender em “O escravismo colonial”, destaca também que a empresa açucareira e posteriormente a mineradora contaram com o apoio do gado na produção de leite, queijos, carne e nos produtos derivados do couro. Como a pecuária exigia um capital inicial muito pequeno em relação à empresa açucareira, tal atividade tornou-se refúgio de colonos com poucos recursos. Muitos deles adquiriam os meios para iniciarem criação própria no exercício da profissão de vaqueiro<sup>472</sup>.

Isso não significa contudo que a criação de gado fosse exclusivamente um empreendimento de pessoas de pouca renda. Gorender afirma que muitos senhores de engenho eram paralelamente proprietários de grande número de cabeças de gado, esta atividade, no entanto, não disputava o precioso solo massapé com a lucrativa cana-de

---

<sup>470</sup> *Idem.* pp. 134.

<sup>471</sup> LIMA, N. Trindade. op. cit. 1999. pp. 43.

<sup>472</sup> GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo: Ed. Ática, 1978. pp. 412.

açúcar, mas ocupavam áreas da caatinga sob os cuidados tanto de escravos como de homens livres<sup>473</sup>.

O gado cresceu rapidamente em número nesse período. Além de servirem de alimento para os engenhos, era tangido por vaqueiros até aos maiores centros populacionais para ali serem vendidos. Capistrano de Abreu relata que o gado era levado para as proximidades da capital da Bahia semanalmente em número de cem, cento e cinquenta, duzentas e trezentas cabeças, para serem vendidas e que havia épocas do ano em que diariamente ali chegavam rebanhos. Apesar das durezas da vida sertaneja, o gado vacum forneceu os meios para que se edificassem ali núcleos nos quais ocorreram trocas de culturas entre os diversos grupos formadores da nacionalidade. Naquele ambiente que se construía por brancos, mulatos, pretos e índios emergia a figura do sertanejo como representante de uma brasilidade que escapara aos olhos atentos e controladores da metrópole.

No sertão edificara-se a “civilização do couro”, na qual quase todos os utensílios empregados na construção da vida rendem tributo à força do animal que faltara ao indígena para que esse construísse civilização mais resistente, inclusive ao invasor que o dizimou.

“De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alfoje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-los em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes o material de aterro era levado em couros puxado por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz”<sup>474</sup>.

### **3.9.4 – O Mestiço Moral:**

O termo “mestiço moral” aparece nos escritos de Capistrano somente em sua tese com a qual concorreu à vaga de professor do Colégio Pedro II em 1883, conforme tratei no primeiro capítulo. Porém, volto ao tema de forma a mostrar como, à luz de Ratzel o

---

<sup>473</sup> Embora autores como Nelson W. Sodré afirmem que a pecuária seria incompatível com o trabalho escravo, Gorender, recorrendo a fontes primárias mostra que havia um grande número de escravos ocupados da criação de gado, lado a lado com trabalhadores livres (Gorender: 1978).

<sup>474</sup> ABREU. J. Capistrano de. op. cit, 1982. pp. 133.

conceito de humanidade única, que já estava presente em Capistrano, encontra eco no autor alemão.

Provavelmente ao escrever sua tese, Capistrano ainda não tinha conhecimento de Ratzel que começava naquela época a publicar seus estudos antropogeográficos. No texto o brasileiro valeu-se do exemplo de certo Fróes, o qual provavelmente foi desertor de alguma das expedições exploradoras e permaneceu por cinco anos vivendo entre os nativos até vir a ser encontrado por seus patrícios portugueses.

“Tomemos um desses homens, Fróes, por exemplo, que pelas explicações embaraçadas e lamuriantas de sua carta a D. Manuel, parece ter sido nada mais nada menos que um vulgar desertor. No meio dos brasis, ele não podia deixar de alimentar-se como eles, pois nem encontrava trigo que lhe desse pão, nem encontrava uva que lhe desse vinho, nem encontrava nem uma das comodidades a que se acostumara na velha Europa.

E não só tinha de adaptar-se à alimentação dos brasis, como tinha de se adaptar aos processos de caça, tinha de adotar os mesmos processos de pesca, tinha de recorrer aos mesmos processos de agricultura, apenas facilitados pelo conhecimento e uso dos metais.

Além disso, ele tinha de se adaptar mais ou menos à mentalidade e à moralidade ambientes: as lendas que lhe contavam os naturais, as visões que os alucinavam, as abusões ou antes, as fórmulas propiciatórias, que tinham em tão grande número, tudo isto devia pouco a pouco ir-lhe minando o cérebro e produzindo revoluções mais ou menos profundas.

Também por seu lado, ele devia influir sobre os brasis, e ensinar-lhes muitas coisas que antes não sabiam.

Se refletirmos, porém, que a sociedade oferece uma força de resistência maior que o indivíduo. Impõe-se a conclusão de que Fróes, ou outro qualquer, foi mais influenciado pelos brasis do que estes o foram por ele.

Para resumir tudo numa palavra: dentro de poucos anos um homem nestas condições ficava moralmente mestiço. É claro que nesta mestiçagem moral devia haver diferentes gradações”<sup>475</sup>.

No texto, Capistrano toma Fróes e sua adaptação ao convívio com os “brasis” como um tipo de modelo, o qual foi seguido pelos demais colonos que fixavam residência no Novo Mundo. É interessante notar no argumento de Capistrano que, diferente do que proporião alguns seus contemporâneos como Silvío Romero, ou com alguma ambivalência

---

<sup>475</sup> ABREU, J. Capistrano. Descobrimto do Brasil, seu desenvolvimento no século XVI – tese de concurso à cadeira de História do Brasil do Colégio Pedro II (1883). In: \_\_\_\_\_. O Descobrimto do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp. 49.

Nina Rodrigues, o centro da questão não é de forma alguma a mistura racial, mas uma troca cultural que se dá entre o desterrado e os nativos que o acolheram.

Na sequência do texto, o autor propõe um modelo no qual haveria três gradações de “mestiçagem moral”: primeiramente, aqueles que adotavam quase completamente a cultura dos indígenas a ponto de alguns “descerem à antropofagia”, no outro extremo haveria homens voluntariosos que se impunham ao dominar os nativos. No ponto intermediário da escala, haveria os que nem se aventuravam a dominar os nativos e que também não se deixavam seduzir por todos os seus costumes, desta forma conseguiam “viver bem com o natural da terra e com o europeu: que influía pouco e por seu lado sofria pouca influência”.

Em consonância com o modelo de Capistrano, era a estes últimos que caberia sobreviver no Novo Mundo. Em sua opinião, os franceses teriam se portado mais de acordo com esta terceira forma, “souberam portar-se com os naturais de modo a captar-lhes a amizade e a firmar uma aliança que atravessou mais de um século sem intermitência”<sup>476</sup>.

Não eram as trocas consanguíneas que faziam do índio o “amálgama” da sociedade, mas as trocas culturais. A carta de Fróes ao Rei D. Manuel “embaraçada e lamurienta”, como atestava Capistrano, era o documento pelo qual o historiador reconstituía o perfil daquele personagem. A partir daquele indício, Capistrano procurou construir o perfil de Fróes e, paralelamente, o dos outros modelos como o de certo bacharel de Cananéia que em nada deixara se seduzir pelos costumes indígenas. Tal personagem teria vendido oitocentos escravos de uma só vez a Diogo Garcia. Por fim haveria o modelo do “mediocre” que conseguia conviver bem tanto com os índios quanto com os europeus, esse era Diogo Alves, o Caramurú<sup>477</sup>.

A citada carta de Fróes, tomada como indício na reconstrução da psicologia do homem do passado, é usada por Capistrano naquele momento à maneira de Taine. Conforme mostrei no primeiro capítulo, aquele autor da juventude de Capistrano propunha uma reconstrução dos sentimentos humanos que estavam por trás da documentação, ou para usar o termo de Taine – “signos de um estado de espírito”<sup>478</sup>.

No entanto o modelo do “mestiço cultural” foi abandonado por Capistrano à medida que a maturidade como historiador iria avançando. Já no mesmo texto reescrito por

---

<sup>476</sup> *Idem.* pp. 51.

<sup>477</sup> *Idem.* pp. 50.

<sup>478</sup> TAINÉ, Hippolyte. op. cit. 1866. pp. III.

Capistrano em 1900 o termo “mestiço moral” simplesmente não é encontrado. Este é um exemplo bastante interessante, pois Capistrano jamais abriu mão de uma proposta Taineana, que consistia em analisar as fontes de uma maneira interpretativa, de forma a buscar o perfil psicológico dos homens de outras épocas. Porém, deixou de fazê-lo de forma a criar modelos que representassem um universo maior do que aquele que as fontes lhe permitiam.

Em texto publicado em 1905 na Revista Kosmos, Capistrano cita os três tipos sem contudo utilizá-los como modelos representativos da colonização em geral.

“Houve alguns que mataram gente no terreno, ataviados à modo dos índios, segundo seus ritos, informam os jesuítas; houve-os que trincaram carne humana, confirma Lévy; um do Rio Grande do Norte furou os beiços e as orelhas, afirma Gabriel Soares. Alguns raros, arremedos de sobre homens, dominaram as vizinhança: João Ramalho, o bacharel de Cananéia, e, com muito menos força, Caramuru”<sup>479</sup>.

Também em “Capítulos de História Colonial” publicado pela primeira vez em 1907, Capistrano faz menção aos três tipos de mestiçagem cultural sem contudo dar-lhes a dimensão que pretendia em sua tese para o concurso do Colégio Pedro II.

“Estes primeiros colonos que ficaram no Brasil, degradados, desertores, náufragos, subordinam-se a dois tipos extremos: uns sucumbiam ao meio, ao ponto de furar lábios e orelhas, matar os prisioneiros segundo os ritos, e cevar-se em sua carne; outros insurgiram-se contra ele e impuseram sua vontade, como o bacharel de Cananéia, que se obrigou a fornecer quatrocentos escravos a Diogo Garcia, companheiros de Solis, um dos descobridores do Prata.

Tipo intermediário apresenta-se Diogo Álvares, o Caramuru, que habitou na Bahia de 1510 a 1557, data de seu falecimento”<sup>480</sup>.

Porém, a imagem das fronteiras humanas como espaço de trocas culturais é bastante marcada em sua análise. Se Capistrano abandonou a perspectiva de Taine no que diz respeito a buscar perfis psicológicos que servissem de modelos a serem aplicados ao

---

<sup>479</sup> ABREU, J. Capistrano de. História Pátria. Revista Kosmos . Rio de Janeiro (Num. 1 e 3, de janeiro e março de 1905). In:\_\_\_\_\_. O Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1999. pp. 198 – 199.

<sup>480</sup> ABREU, J. Capistrano de. op. cit. 1982. pp. 62.



todo social, permaneceu perscrutando, a partir dos indícios permitidos pelas fontes, quais os sentimentos que moviam os homens do passado.

O perfil psicológico dos habitantes da terra, a autoimagem frente aos habitantes da metrópole e as sutis transformações que tais sentimentos sofriam eram dados relevantes aos quais Capistrano revelava-se sempre atento.

Em “Capítulos de História Colonial” de 1907, Capistrano procura mostrar como no primeiro século da colonização não existia entre os habitantes da nova colônia qualquer sentimento que lhes desse um sentido de identidade nacional.

“A desafeição entre as três raças e respectivos mestiços lavrava dentro de cada raça. O negro ladino e crioulo olhava com desprezo o parceiro boçal, alheio à língua dos senhores. O índio catequizado, reduzido e vestido, e o índio selvagem ainda livre e nu, mesmo quando pertencentes à mesma tribo, deviam sentir-se profundamente separados. O português vindo da terra, o reinol, julgava-se muito superior ao português nascido nestas paragens alongadas e bárbaras; o português nascido no Brasil, o mazombo, sentia e reconhecida sua inferioridade”<sup>481</sup>.

Já ao introduzir o tema da guerra dos Emboabas no início do século XVIII, Capistrano mostrava-se atento a sentimentos que, é provável, movessem os paulistas descobridores das minas.

“Os triunfos colhidos em guerras contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gado animando a imensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as numerosas fortunas, o acréscimo da população, influíram consideravelmente sobre a psicologia dos colonos. Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além-mar, os humildes e envergonhados mazombos do começo do século XVII. Por seus serviços, por suas riquezas, pelas magnificências da terra natal, contavam-se entre os maiores beneméritos da coroa portuguesa”<sup>482</sup>

---

<sup>481</sup> Idem. pp. 93.

<sup>482</sup> Idem. pp. 149.

Na mesma obra, permite-se perceber o sentimento de orgulho dos colonos que foram bem sucedidos na criação de gado como um dado que antecede o descobrimento das minas:

“Além do sentimento de orgulho inspirado pela riqueza, pelo afastamento de autoridades eficazes, pela impunidade, a criação de gado teve um efeito que repercutiu longamente. Graças a ela foi possível descobrir minas. Desde 1618 o autor de Diálogos das Grandezas do Brasil dizia que o problema da mineração não consistia em encontrar metais, - estes existiam não restava dúvida, pois o Oriente é mais nobre que o Ocidente e portanto o Brasil mais opulento que o Peru; o problema verdadeiro consistia na dificuldade de alimentar os mineiros”<sup>483</sup>.

Os exemplos citados poderiam ser multiplicados em muitas vezes, mas, acredito, são suficientes para mostrar o quanto Capistrano permaneceu, desde as leituras de sua juventude, a perceber a história não somente como uma coleção de fatos do passado de maneira árida e pouco analítica, senão que procurou nas fontes indícios dos sentimentos que moviam os homens de outrora.

Se na juventude todavia o fizera segundo uma perspectiva científicista, na qual procurava modelos a serem replicados na história; na maturidade o fez de forma mais contida, localizada e sujeita à documentação de que dispunha.

### **3.10 – Bandeiras, Piratas e *Pioneers*:**

Capistrano de Abreu encontrava-se inserido em diálogos comuns aos homens de sua época. Tal atitude pode ser percebida tanto na rede de relacionamentos que cultivava com seus pares no Brasil e naqueles de além-mar quanto na temática da história proposta pelo autor.

Ao elencar os bandeirantes e a interiorização como algo importante na construção do caráter nacional, Capistrano se mostrava atualizado com certa tendência que se constrói por uma rede de troca de ideias.

---

<sup>483</sup> Idem. pp. 137.

Contudo, o que torna o seu trabalho original é o fato de sua perspectiva ter ao mesmo tempo as cores nacionais. Para isso, o autor buscava material nas fontes brasileiras, ao investigar documentos, atentar para a literatura, as festas, os costumes, os mitos e as línguas indígenas. Esse diálogo fecundo, nos dois sentidos, ou seja, na conexão com seus pares e na busca pelo local, faz da história produzida por Capistrano um universo bastante rico da visão do Brasil e dos brasileiros.

Na proposta de Ratzel, como já mencionei, a fronteira era o lugar propício ao desenvolvimento e armazenamento da cultura. A comunidade agrícola era vista como ponto de encontro entre grupos de pastores e de caçadores. Era nesse encontro de diferentes culturas que Ratzel pensava o maior desenvolvimento da civilização.

A questão das fronteiras não era estranha a outros historiadores na segunda metade do século XIX. O inglês James Anthony Froude e o norte-americano Frederick Jackson Turner são exemplos dessa “tendência”, que nada mais é do que o produto de um diálogo entre aqueles que pensavam as suas respectivas histórias nacionais.

### **3.10.1 – James Anthony Froude (1818 – 1894):**

Froude, conforme mostrei no capítulo anterior, sofreu grande resistência por parte dos historiadores ingleses de sua época. Um de seus primeiros livros, *The Nemesis of Faith*, uma autobiografia romanceada chegou a ser queimada publicamente, e as portas da Universidade de Oxford fecharam-se para ele e seus escritos. Apesar disso, com o apoio de Charles Kingsley e Thomas Carlyle, continuou a escrever história e romances históricos. No fim de seus dias obteve reconhecimento ao tornar-se Regius Professor de História Moderna na Universidade de Oxford em 1892. Froude contava então com 74 anos de idade.

Em seu ensaio *England's Forgotten Worthies* de 1855, Froude elenca como personagens importantes da história inglesa homens que se lançaram ao mar como corsários e piratas, os quais até então não eram vistos pelos historiadores britânicos como personagens dignos de seus livros de história.

Froude elevava personagens como Sir Francis Drake ao patamar de heróis esquecidos da Inglaterra elizabetana. Personagens como Drake teriam feito muito para preservar o futuro da nação. Os homens do mar eram vistos pelos historiadores vinculados

tanto aos Tractarians quanto aos Whigs como evidências de uma época de decadência e degeneração.

Um dos críticos de Froude desde seus primeiros escritos foi o então Regius Professor de História Moderna de Oxford, Goldwin Smith.

Em crítica na *Edinburgh Review*, Smith assegurava ser Froude um perigoso exemplo de historiador. Ele sucumbira à doutrina de adoração ao herói de Carlyle. Além disso, acusava-o de não ter guiado sua pesquisa pelo método, mas por sua imaginação dramática<sup>484</sup>.

Ao entrar-se em contato com a história produzida por Froude em *England's Forgotten Worthies*, percebe-se que ele, na verdade, buscava fontes históricas até então pouco consideradas por seus pares. Os relatos das viagens que muitas vezes traziam imagens fantasiosas como a de um leão correndo sobre as ondas a acompanhar navios, tido pelos marinheiros como a figura do diabo, ou mesmo a crueza com que alguns relatos eram escritos, em vez de representarem para Froude um dado que desabonasse a fonte como verídica eram tomados por ele como forma de perscrutar os sentimentos que moviam tais personagens.

No primeiro caso, uma grande esquadra procurava demarcar áreas na América do Norte em 1583 quando houve uma tempestade e muito se perdeu, inclusive o relato da viagem até aquele ponto. No sábado, dia 31 de agosto daquele ano, tomou-se a decisão de retornar à Inglaterra, quando apareceu um leão deslizando sobre o mar a acompanhar o barco, soltando rugidos terríveis. A visão perturbou a tripulação e dentre as versões para o fenômeno ficou a de que se tratava da figura do diabo<sup>485</sup>.

Acerca do relato, Froude dizia:

“Não resta dúvida que eles acreditavam tratar-se do diabo. Homens naqueles dias viam o mal não somente como um princípio ou acidente necessário. Em seu labor por Deus e pelo bem, levava-se em conta ter que lutar com o diabo em pessoa. Podemos chamar de superstição a visão dos homens do século XVI ao tomarem como um diabo em forma de leão que ruge algo que a nosso ver poderia ser tomado por um grande leão-marinho.

---

<sup>484</sup> HESKETH, Ian. *The Science of history in Victorian Britain*. London: Pickering & Chato, 2011. pp. 69.

<sup>485</sup> FROUDE. *England's Forgotten Worthies*. Disponível na Internet via: <http://www.reasbookonline.net/readOnLine/57388/>

Porém, a superstição inocente revela em tais homens a disposição de um coração ousado. Eles desafiavam o terror em vez de sublimá-lo em um princípio filosófico e esquecer a batalha”<sup>486</sup>.

A superstição dos homens do passado não se constituía para Froude em desabono de seus escritos como fonte, e sim era usado por ele como forma de penetrar nos sentimentos daqueles homens e procurar entender o grande desafio que era para eles desbravar o desconhecido com o imaginário povoado de mitos do europeu medieval.

Quando os intelectuais de Oxford ou Cambridge tomavam os relatos de tais viagens como toscos e rudes, Froude argumentava que o próprio Cristovão Colombo deixava claro por meio de seus escritos não ter a mesma habilidade com a pena que tinha como navegador, a ponto do editor de suas cartas pedir desculpas pela “rudeza de sua fraseologia”<sup>487</sup>. Descartar os escritos de Colombo devido a sua pouca habilidade com a escrita, argumentava Froude, seria um grande prejuízo para a história.

Froude procurava trazer para o centro da história inglesa não somente a nobreza ou o clero, mas homens comuns, os quais em sua opinião foram de fundamental importância para a construção da nacionalidade britânica, expandindo as fronteiras para além dos oceanos.

Segundo ele, nos dias da rainha Elizabeth, o feudalismo como sistema já havia perdido sua energia. A Igreja Católica, por consequência, esvaziava-se em seu intuito de guiar os homens. A nobreza via pouco a pouco seus privilégios desaparecerem. Cabia não mais aos nobres, mas a qualquer plebeu, desde que estivesse ao seu alcance, executar grandes atos.

A rainha Elizabeth via transcorrerem essas mudanças diante de seus olhos e, ao invés de resistir aos novos tempos, aceitou-os. Assim a Inglaterra da hierarquia católica passou a ser a Inglaterra do livre pensar, do comércio e da indústria. Cabia à soberana reconhecer, amar, fomentar e orientar a nação.

“Ela [a rainha] honrou seu povo e seu povo a amava. O resultado foi que, sem custo para o governo, viu a rainha seus súditos dispersando as frotas dos espanhóis, lançando-se às colônias agrícolas na América, explorando os mares mais distantes. Por honra ou por expectativa de lucro, ou

---

<sup>486</sup> *Idem.* pp. 18.

<sup>487</sup> *Idem.* pp. 3.

mesmo por que inconscientemente um grande povo, como um grande homem, vai fazer o que é certo e que deve fazê-lo na hora certa.

Quem tinha meios de fornecer um navio. Quem tinha talento de comando, juntou suas habilidades e lançou-se como pioneiro, para tomar posse em nome da ‘Rainha do Mar’<sup>488</sup>.

Vale destacar alguns pontos no texto de Froude. Primeiro, a maneira como ele sutil e galantemente transfere o foco de sua história da figura da realeza para a figura dos ingleses comuns que se lançavam ao mar. Em segundo lugar, o fato de que isso se deu sem que a realeza financiasse tais intentos, o que em certa medida eximia de responsabilidade a coroa pelos frequentes ataques dos corsários ingleses aos navios estrangeiros, saqueando-lhes as mercadorias. Por último, o quanto a perspectiva de Froude se alinha com o que apontei no início desta seção, ou seja, a expansão da fronteira; o que fica claro ao se atribuir a Elizabeth o título de “Rainha do Mar”.

Como foi visto, a fronteira, antes de ser um local de trocas culturais, é um local de conflito, o que se adequa perfeitamente à perspectiva de Froude acerca da expansão marítima do império britânico. Na história proposta por Froude havia também um inimigo preferencial: os espanhóis com quem a empresa marítima inglesa disputava o comércio no Novo Mundo. Frente a esse inimigo potencial, Froude constrói a imagem do inglês numa perspectiva histórica em que o inimigo encarnava todo o mal, enquanto seus compatriotas seriam modelo de valores piedosos, cristãos e nobiliários.

Froude chamava a atenção dos ingleses para a falta de reconhecimento dos serviços prestados à coroa pelos homens do mar. Francis Drake, um de seus preferidos, era tratado como um pirata. Um autor seu contemporâneo havia se surpreendido com o fato de que Drake houvesse excomungado um de seus oficiais próximos por haver este cometido ofensa à moral. A surpresa frente à atitude de Drake em defesa da moral revelava por parte dos letrados uma percepção bastante negativada daquele que Froude considerava um herói nacional. Outros navegantes, como Raleigh e Hawkins, eram igualmente pouco reconhecidos pelos ingleses.

Conforme o autor, os corsários ingleses pouco falavam em “proteção aos aborígenes”, contudo tinham para com os povos da selva um tratamento muito mais humano do que os espanhóis. Estes últimos se autointitulavam braço missionário do

---

<sup>488</sup> Idem. pp. 6.

catolicismo, entretanto os padres católicos eram os primeiros a denunciar as atrocidades que tais espanhóis cometiam contra os indígenas.

Para Froude, os massacres sob a gestão de Cortez e Pizarro foram terríveis. Homens e mulheres passaram pela mais dura e cruel dominação. Muitos deles preferiram o suicídio a permanecerem sujeitos a tamanha crueldade. No fim do século XVI, as ilhas caribenhas que Colombo ao ali chegar relatou serem ocupadas por milhões de habitantes se encontravam desoladas pelo suicídio em massa das populações<sup>489</sup>.

Frente a essa visão bastante negativa dos espanhóis, Froude procurava construir uma imagem heróica dos ingleses que se lançaram ao mar, enaltecendo neles valores considerados caros na construção da identidade de seu povo.

“Por uma combinação de causas, toda a força e energia de uma era foi direcionada para o mar. Pessoas que em tempos normais teriam sido tão somente simples marinheiros ou comerciantes em busca de ganho, aparecem diante de nossos olhos com grandeza de coração e mente. O dever para com Deus e para com o seu país tornou-se a grande prioridade”<sup>490</sup>.

Na construção do herói a que Froude se propõe, histórias recolhidas dos relatos de viagem mostram virtudes como fidelidade à rainha, devoção a Deus e piedade sincera, honra à pátria e compaixão para com os selvagens e justiça contra o inimigo espanhol. Embora o autor levasse em conta que tais homens se lançavam ao mar em busca de ganho pessoal, procurava deixar tais razões em segundo plano frente à honrosa missão que lhes cabia.

As críticas a Froude por parte dos intelectuais ingleses não era somente por este trazer à cena personagens ou documentação para os quais os britânicos não direcionavam seu olhar naquele momento, mas também por sua história construir uma narrativa que parecia se aproximar da literatura. A isso tudo o autor respondia de forma bastante incisiva e pouco conciliatória.

Em uma preleção feita no *Royal Institution* em 1864, Froude afirmava que chamar a história de ciência era uma força de expressão. Somente por existir uma ciência em outras áreas, não significava que toda forma de conhecimento deveria ser considerada científica

---

<sup>489</sup> *Idem.* pp. 9

<sup>490</sup> *Idem.* pp.7

para ser legítima. Além do mais, continuava em seu argumento, a física requeria a repetição do fenômeno para que suas hipóteses se estabelecessem como leis, o que na história se mostrava impossível. A história não poderia, portanto, ser considerada ciência no mesmo sentido que tinham a astronomia ou a física<sup>491</sup>

### 3.10.2 – Frederick Jackson Turner (1861 -1932):

Do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos da América, outro historiador pensava também a questão das fronteiras como fator importante na construção do caráter nacional de seu povo: Frederick Jackson Turner.

Turner era filho de uma família de classe média do município de Portage, estado de Wisconsin. Graduou-se em 1884 na Universidade de seu estado e, posteriormente, foi-lhe concedido o grau de doutor pela Universidade de Johns Hopkins.

Robert Wegner em seu livro *A Conquista do Oeste – A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda* (2000) dedica um capítulo à análise do pensamento do norte-americano. Wegner observa que a tese de Turner sobre as fronteiras americanas teve grande impacto sobre a historiografia dos Estados Unidos. Seu trabalho foi apresentado pela primeira vez à *American Historical Association* em 1893. A conferência deu-se na Exposição Mundial em Chicago, organizada para a comemoração do centenário do descobrimento da América<sup>492</sup>.

O trabalho apresentado por Turner intitulava-se de *Significance of Frontier in American History*. Embora na citada conferência seu trabalho tenha passado despercebido, nele já se encontravam os principais argumentos que tanto influenciaram os historiadores da América.

Turner percebia o significado de fronteiras nos Estados Unidos de maneira bastante diversa do que ocorrera na Europa. No Velho Continente a fronteira tinha forte conotação política, visto que representava o limite entre dois países densamente povoados. Por sua

---

<sup>491</sup> HESKETH, Ian. op. cit, 2011. pp. 70 - 71.

<sup>492</sup> WEGNER, R. *A Conquista do Oeste: A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.



vez, nos Estados Unidos ela representava uma linha divisória entre a terra povoada e a terra livre, ou ainda o ponto de encontro entre o civilizado e o primitivo<sup>493</sup>.

Justamente o contato da população litorânea com o primitivo levaria o pioneiro a uma adaptação, a partir da qual surgiria o elemento tipicamente americano. Este último seria algo diferente do que apenas uma expansão da Europa puritana, mas sim a matriz de algo novo que ao evoluir rumo à civilização portaria consigo a base da nova nação renovada. Nela, a democracia americana era refrigerada frente ao já saturado Leste.

Wegner observa que o processo evolutivo ao qual Turner se referia tinha uma perspectiva linear diferenciada da proposta spenceriana, na qual o retorno ao primitivo significava a degenerescência. Turner, neste aspecto, vinculava-se mais fortemente a uma perspectiva evolucionista Lamarckiana. Assim, o esforço para adaptar-se ao novo meio, no caso as terras desbravadas do Oeste, produziam mudanças na estrutura mental que seriam transmitidas às novas gerações.

A adaptação ao novo meio não implicava em tal percepção uma ruptura entre o selvagem e o civilizado, mas uma continuidade entre eles. A partir do momento em que, para garantir a sobrevivência do grupo, a atividade da caça era elemento fundamental, um tipo caçador não poderia ser considerado inferior, mas sim adequado.

Dessa maneira, a positividade da fronteira em Turner dá-se pelo fato de ela representar não uma ruptura, porém uma forma de adaptação necessária. A partir de tal adaptação a sociedade americana renasceria, não mais como uma cópia da sociedade europeia puritana que a originou, mas com características próprias do Novo Mundo.

É interessante notar que tal como Froude, porém de forma mais bem sucedida entre seus pares, Turner processou uma transferência de foco na história de seu país. A história americana por meio de sua elaboração deixou de ser tão somente a dos grandes personagens como os “pais fundadores da nação” e passou a ser a dos milhares de anônimos que ajudaram a construir a democracia americana.

Hilda P. Stadniky, em seu artigo “Fronteira e Mito: Turner e o agrarismo norte-americano”, considera que para Turner a fronteira era também o ponto em que barbárie e civilização se encontravam. Ali, os americanos, num processo de recapitulação, deparavam-se com etapas inferiores no processo civilizacional, começando pelos ameríndios e

---

<sup>493</sup> WEGNER. op. cit. 2000. pp.98.

caçadores, vindo em seguida a desintegração da barbárie pelo do aparecimento do comerciante, mais adiante o estágio pastoril com a vida na fazenda, a exploração da terra com o trigo e o milho primeiramente em comunidades esparsas, depois o cultivo de forma intensa e finalmente a organização de manufaturas através de cidades e fábricas.

Dessa forma, Turner vislumbrava várias fronteiras no caminho do Oeste, as quais denominava fronteira do comerciante, do rancheiro, do minerador, do fazendeiro. Todas marcavam de alguma forma o processo de recapitulação que tinha como produto final o homem genuinamente americano.

A fronteira não era para Turner somente um embate com o meio inóspito, mas também o encontro entre diferentes nações, as quais faziam da América um *melting pot*. O avanço para o Oeste não se dava somente por colonos ingleses, mas por diversas outras nacionalidades que viriam dar origem ao americano. Stadniky transcreve trechos da carta de um colono francês datada de 1782, a qual mostra de forma bastante clara o ideal de interação de tais grupos perseguido por Turner.

“O que é o americano, esse homem novo? Ele é ou um europeu ou um descendente de europeus. Portanto, uma mistura estranha em outros países. Posso lhe mostrar uma família cujo pai era inglês, a mãe holandesa, o filho se casou com uma mulher francesa e cujos filhos tem mulheres de quatro nações diferentes. Ele é americano que deixando todos os seus antigos preconceitos e maneiras recebe novas maneiras desse novo modo de vida que ele abraçou; do novo governo que obedece e da nova posição que ele tem. Ele se torna um americano porque foi recebido no colo carinhoso de nossa Generosa Mãe. Nesse lugar os indivíduos de todas as nações fundem-se numa nova raça, cujos trabalhos e cuja posteridade serão um dia causa de grande transformações no mundo”<sup>494</sup>

É interessante notar que embora a fronteira seja vista como ponto de encontro dos diversos grupos étnicos, válvula de escape para o leste saturado e lugar de nascimento da verdadeira cultura americana, algumas ausências são bem marcantes no chamado *melting pot*. O indígena americano e os negros africanos pouco são citados na panela de miscigenação da qual surgiu o americano típico.

---

<sup>494</sup> CREVECOER, Hector St. Jean de. Letters from an American farmer. What is an America?. *Apud*. STADNIKY, Hilda P. Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano. Disponível na internet via: [http://www.cyta.com.ar/suplementos/gecon/articulos/articulos\\_archivos/geo\\_v6\\_n2\\_a4.pdf](http://www.cyta.com.ar/suplementos/gecon/articulos/articulos_archivos/geo_v6_n2_a4.pdf)

Note-se nos três historiadores um consenso de que a região fronteira era o ponto chave no qual os valores do caráter nacional tendiam a florescer. Seja Froude ao heroicizar as virtudes britânicas frente aos defeitos dos espanhóis, seja Turner ao perceber o nascimento do genuíno americano ao deparar-se com a rudeza das terras livres e, por, Capistrano ao perceber no sertanejo o surgimento de uma brasilidade genuína, construída longe do olhar regulador da metrópole.

Por outro lado, enquanto para Froude o típico inglês é fortalecido em contraste com o inimigo espanhol, para Turner o meio parece exercer maior influência do que propriamente as fronteiras humanas e, por fim, Capistrano de Abreu que procura entender as trocas culturais, levando em conta as possibilidades que o meio oferecia para o desenvolvimento do caráter nacional.

Mais do que isso, o brasileiro buscava com base nos escritos da época indícios dos sentimentos que moviam aqueles homens. Para tanto, Capistrano via como necessidade premente atribuir historicidade àqueles que, como originários do meio, eram peça fundamental na formação do novo homem: os indígenas.

Muitos seus contemporâneos lamentaram que Capistrano de Abreu perdesse tanto de seu precioso tempo dedicado ao estudo das línguas indígenas. Contudo, tal qual Maria da Glória Oliveira (2006), percebo os estudos linguísticos de Capistrano como inseridos em seu projeto de construção da História Pátria, conforme pretendo mostrar no próximo Capítulo.

## **IV.**

### **4. História Cultural e línguas indígenas:**

Em 1917 Capistrano já era um consagrado historiador de sessenta e quatro anos. Seus contemporâneos, entretanto, ressentiam-se do fato de ele não ter, até então, escrito uma grande obra de história do Brasil que abarcasse os quatro séculos de história desde o descobrimento. Grande parte de seu tempo, Capistrano dedicou ao estudo das línguas indígenas. Primeiramente a língua dos Bacairé e posteriormente dos Caxinauás.

Nessa época, o historiador já não tinha a ambição de ser ele o “arquiteto” a construir a história pátria, conforme escrevera quando jovem no necrológio de Varnhagen.

Em 1893, dois anos após a morte de sua esposa, Capistrano reuniu toda a família que se encontrava dispersa entre sua casa e a de Dona Adélia, sua sogra, conforme já mencionei. Pai e filhos subiram a Serra dos Órgãos e permaneceram por cerca de dois meses na Colônia Alpina numa casa arranjada pelo Dr. Emílio Goeldi<sup>495</sup>.

A estada na Colônia Alpina era uma forma de conciliar vários fatores pessoais e profissionais. Além de reunir os filhos, Capistrano também buscava melhores ares para o pequeno Henrique, que desde a morte da mãe não gozava de boa saúde e acabaria por falecer em agosto daquele mesmo ano. Na opinião do pai, o menino não teria resistido à orfandade<sup>496</sup>.

Profissionalmente, Capistrano aproveitava o retiro serrano para concluir a tradução de um livro sobre as aves do Brasil do Dr. Goeldi e ainda para levar adiante o estudo de Guarani e o vocabulário Bacaeri. Para esse último, contava com a colaboração de um índio daquela etnia chamado Irineu. Aquela era a primeira incursão de Capistrano no estudo das línguas indígenas. Isto, entretanto, era visto pelos seus contemporâneos como uma perda de tempo ou uma distração que o afastava dos estudos históricos.

Em carta ao amigo Guilherme Studart, Capistrano detalhava seu método de estudo do Bacaeri, com o qual pretendia mais do que quadruplicar o número de frases reunidas pelo alemão Karl von den Steinen no livro “*Die Bakairi-Sprache*”, que seria lançado por aquele autor na Alemanha em 1892<sup>497</sup>.

“Depois de ter colhido a descrição de plantas, animais e objetos etnográficos, passei às lendas de plantas e animais, de que tenho umas 20 a 30. Vieram depois traduções etnográficas em que há muitas novidades, as lendas etnográficas e depois as crenças. Quanto respeita a este ponto [sic.] é absolutamente novo.

---

<sup>495</sup> Emílio Augusto Goeldi (1859 – 1917) foi um naturalista e zoólogo suíço-alemão que chegou ao Brasil em 1880. Ocupou o cargo de subdiretor do Museu Imperial a convite do Imperador D. Pedro II. Com a proclamação da República afastou-se do Museu e dirigiu a Colônia Alpina, um assentamento de imigrantes suíços, onde permaneceu até 1893. Posteriormente dirigiu o Museu Paraense até 1917.

<sup>496</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.280 – carta a João Lúcio de Azevedo - 17 de setembro de 1923.

<sup>497</sup> Há registro de correspondências entre Capistrano de Abreu e von den Steinen desde 1885. Nas cartas, Capistrano já demonstrava interesse pelo estudo das línguas indígenas e trocava informações com o autor de “*Die Bakairi –Sprache*” em alemão. Além disso, apresentava contribuições para a feitura da obra de Steinen. Ver: CCA. - vol. 3. pp. 120 – 130.

Só me falta agora que o índio me descreva as danças que, entre eles, como em geral entre os povos selvagens, representam o culto, a propiciação dos seres sobrenaturais. Consegui-lo-ei acaso?

Às vezes tenho esperança, outras desespero. Representam elas o *sancta sanctorum*, e é muito natural que Irineu hesite muito e muito, antes de deixar penetrar lá um intruso<sup>498</sup>.

É interessante notar na carta citada que o principal alvo de Capistrano de Abreu no estudo daquela língua era justamente perceber através dela as representações de culto e a maneira como buscavam a aprovação de suas divindades. Esse é um tema importante, que voltarei a tratar no decorrer do capítulo.

Posteriormente aos Bacaerís, Capistrano dedicou bastante tempo ao estudo da língua Caxinauá. Tal como no primeiro trabalho, Capistrano conviveu em sua casa com dois índios que lhes foram enviados pelo general Luís Gonzaga Sombra. O primeiro deles, com cerca de 20 anos, chamava-se originalmente Bôrô que significava toco, porém preferia o nome que adotara após deixar seu grupo étnico: Vicente Penna Sombra. Penna, nome do presidente da República que em passagem por Manaus o conduzira a pia batismal e Sombra em homenagem ao General Luís Sombra que o trouxera até o Rio de Janeiro para viver com Capistrano.

O General Sombra trouxe ainda mais um caxinauá ao convívio de Capistrano. Este era um primo de quatorze anos de Bôrô e chamava-se Tuxinin, que significa amarelo. O jovem caxinauá adotou o nome de Luís Gonzaga Tuxinin Sombra, incluindo em seu nome original os prenomes e sobrenome do General Luís Sombra.

O estudo da língua Caxinauá rendeu a Capistrano grande reconhecimento internacional em meio aos americanistas, tais como os, já citados, Prof.Theodor Koch-Grünberg, diretor do museu etnográfico de Berlim, Paul Rivet, Constantino Tastevin e o próprio Karl von den Steinen.

O grupo de sul-americanistas aos quais Capistrano filiara-se tinham consciência da íntima relação entre língua e cultura e por meio das referências teórico-metodológicas estabelecidas por von den Steinen e Paul Ehrenreich<sup>499</sup>, atuavam simultaneamente como

---

<sup>498</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp.141 – carta a Guilherme Studart - 17 de setembro de 1893.

<sup>499</sup> Paul Ehrenreich foi etnólogo e antropólogo. Estudou medicina e ciências naturais em Berlim, Heidelberg e Würzburg. E entre 1884 -1885 dedicou-se à pesquisa de grupos indígenas no Brasil central, em 1887 – 1888 acompanhou von den Steinen na expedição pelo Xingu. Também desenvolveu pesquisas na região do rio

etnógrafos e linguistas<sup>500</sup>. Acredito que Capistrano se identificava com tal perspectiva no estudo das línguas nativas justamente por encontrar-se de acordo com a visão histórica que o apaixonara desde a sua juventude, o que chamava de “história íntima”, conforme artigo escrito por ele na *Gazeta de Notícias* em 1880.

“O Brasil precisa de duas histórias. Uma – **história íntima** – deve mostrar como aos poucos se foi formando a população, devassando o interior, ligando entre si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se ao meio e constituindo por fim a nação. **Esta história deve escrevê-la um brasileiro, e só daqui a quarenta anos será possível, quando estiverem reunidos os documentos, e as monografias tiverem esclarecido pontos ainda obscuros**”<sup>501</sup>(g.n.).

Os estudos linguísticos se inserem dessa forma na construção da história Pátria pretendida por Capistrano de Abreu. O historiador intentava produzir documentos que atribuíssem história aos povos sem história, que faziam parte da formação do caráter nacional. Mais do que isso, via a necessidade urgente de fazê-lo já, pois segundo se acreditava na época, a população indígena tendia ao desaparecimento<sup>502</sup>. Só então, talvez em “quarenta anos”, como escrevera no artigo anteriormente citado, um brasileiro disporia de material suficiente para escrever a história íntima brasileira.

Em outras palavras, o estudo das línguas indígenas, seus mitos, costumes, suas lendas tinha um objetivo parecido com o que se percebe no empenho de Capistrano em recolher e divulgar inúmeros documentos referentes à história do Brasil. A duas frentes de trabalho tinham por alvo de produzir material para a escrita da história pátria.

Em carta ao amigo e historiador João Lúcio de Azevedo, Capistrano citou o historiador alemão Eduard Meyer e seu método. Conforme mencionei anteriormente, na biblioteca de Capistrano de Abreu depositada no Instituto Histórico do Ceará encontram-se um total de 15 volumes daquele autor, sendo muitos deles diferentes edições da mesma

---

Purus e posteriormente na Índia, Ásia, América do Norte e México. Seus estudos tinham foco em mitologia comparada e estudos linguísticos.

<sup>500</sup> CHRISTINO. *op. cit.* 2006. pp. 96.

<sup>501</sup> Livros e Letras – “Sobre Oliveira Martins” – *Gazeta de Notícias*: 22-10-1880. In: E.E. – 4ª. Série. pp. 157.

<sup>502</sup> Livros Na nota explicativa da gramática dos caxinauás escrita em 1909, Capistrano dizia: “Neste esboço imperfeito, em que ao menos ficará alguma coisa do pensamento indígena **prestes a fenecer**”. ABREU. *op. cit.* 1941. pp. 9. (g.n.).

obra, *Geschichte des Alterthums* (História da Antiguidade), cuja perspectiva da história cultural parece ter encontrado eco na visão histórica do Capistrano maduro.

Na mencionada carta, Capistrano discorda de J. Lúcio Azevedo sobre as supostas intenções dos jesuítas, e para tal incita o amigo a procurar indícios disso na reconstituição psicológica daqueles personagens por meio do método que denominou “geologia da lama”.

“Para mim seu predileto Ranke é mero *flatus vocis*; mas sei que seria incapaz de beber no cano quando há fonte. Depois de Ranke alguns historiadores, como Edw. [sic.] Meyer, vão adiante e procuram do meio da geologia da lama reconstituir os minerais dissolvidos, mas o princípio é o mesmo. [...] Explicar o jesuitismo pela espionagem é desconhecer a natureza humana. *Quis custodiet ipsos custodes?*<sup>503</sup> O homem não é mineral que cresce de fora para dentro”<sup>504</sup>.

Para melhor entender a perspectiva histórica de Eduard Meyer que tanto chamou a atenção de Capistrano de Abreu, vale nesse momento fazer conhecer o autor tão pouco estudado em nossos dias e que, contudo, tinha uma perspectiva histórica que pode ser bastante interessante no diálogo com a história cultural dos dias atuais.

#### **4.1 – Eduard Meyer – o grande historiador desconhecido:**

Em 1916, ao apresentar o livro *England – Its Political Organization and Development and the War Against Germany*, a tradutora Helene S. White dizia: “O autor é um historiador da mais alta distinção que, na realização desse trabalho, deixa o campo da história antiga, previamente escolhido, e discute o presente tema com uma franqueza envolvente”.

No pequeno trecho em destaque, nota-se primeiramente que Meyer não era um principiante na história, já que foi apresentado como “historiador da mais alta distinção”. O alemão nascido em Hamburgo cursou a universidade em Bonn e Leipzig. Entre 1885 e 1909 foi professor em Breslau, Halle, Berlim e Harvard. Além disso, colecionava títulos honoríficos de Oxford, St. Andrews, Freiburg e Chicago. Seu trabalho mais conhecido era o mencionado *Geschichte des Alterthums*, que teve inúmeras reedições, porém publicou

---

<sup>503</sup> Frase em latim do romano Juvenal, traduzida como “quem vigia os vigias?”, “quem fiscaliza os fiscais?” ou similares.

<sup>504</sup> CCA. – vol. 2. pp. 51. – Carta a João Lúcio de Azevedo em 6 de junho de 1917.

vários outros estudos sobre os egípcios, o judaísmo, os assírios, os mórmons, dentre outros. Também contribuiu para a Enciclopédia Bíblica em 1903 e a Enciclopédia Britânica em 1911.

O livro traduzido para o inglês por Helene White contudo fugia ao tema da Antiguidade em que Meyer era especialista e tratava, em meio à Primeira Grande Guerra, do que hoje chamaríamos de História do Tempo Presente, conforme se pode perceber pelo citado título.

A hipótese de Meyer era basicamente que a Inglaterra só poderia ser compreendida, ao se levar em conta que seu desenvolvimento se deu de forma contrária ao continente. Assim, suas instituições medievais conviviam de forma dual com uma estrutura política de Estado Moderno, por vezes num amargo antagonismo<sup>505</sup>.

Para manter tal dualidade, a Inglaterra apegava-se firmemente à aparência do passado, mascarando o esvaziamento de antigas instituições como a Coroa. Ademais, com sua “franqueza envolvente”, o alemão afirmava: “O cavalheiro inglês não recua diante de nenhum crime, nem mesmo o assassinato, se tão somente as aparências puderem ser preservadas”<sup>506</sup>. Para justificar a afirmativa, o autor relatava um plano de assassinar o embaixador irlandês por parte do também embaixador britânico, e insinuava que a morte do arquiduque Ferdinando por um sérvio teria a mão britânica por detrás.

Todo esse relato serve para explicar a dificuldade de encontrar qualquer traço da obra de um historiador de tamanho renome em bibliotecas da Inglaterra. Parece que o excesso de sinceridade de Meyer na escrita do citado livro o fez *persona non grata* nos meios acadêmicos ingleses.

Na pesquisa que fiz em língua inglesa, o nome de Eduard Meyer não dizia absolutamente nada. Como única pista, encontrei o livro de certo J. M. Robertson chamado “*Britain versus Germany: an open letter to Professor Eduard Meyer, Ph. D., LL.D., of the University of Berlin*”. Evidentemente, o livro tratava-se de um desagravo ao autor alemão e serve como mostra que historiadores, tais como cientistas em geral, não habitam em “torres de marfim”, mas são profundamente afetados pelas sociedades em que vivem, o que talvez em tempos de crise, como uma guerra, torne-se mais verdadeiro.

---

<sup>505</sup> MEYER, E. *England – Its political organization and development and the war against Germany*. Boston: Ritter & Company, 1916. pp.3.

<sup>506</sup> Idem. pp. 302.



Tampouco na Biblioteca Virtual da Universidade de Harvard ou no Brasil pude encontrar qualquer vestígio do autor que Capistrano parecia tanto admirar. Salvou-me uma tradução francesa do esquecido historiador.

Muito do que podemos classificar como história cultural no discurso do Capistrano maduro vem do diálogo com autores de seu tempo como Eduard Meyer, Ratzel e o próprio Ranke. Sob essa perspectiva, procuro analisar o diálogo entre Capistrano e Meyer tomando como painel o estudo das línguas indígenas, embora tal diálogo não se restrinja somente a essa matéria. Atendo-me a este recorte para reafirmar minha posição de que os estudos linguísticos se inserem na perspectiva histórica de Capistrano e não se tratam de um desvio, passatempo ou coisa que o valha. Eles encontram-se inseridos em sua perspectiva de escrita da história.

#### **4.2 – Visão Unitária do Gênero Humano e crítica ao Etnocentrismo:**

O estudo de Meyer começava por deixar claro que sua pretensão como historiador objetivava uma visão ampla da noção de documento histórico. Não se limitando apenas às fontes escritas, valia-se da análise de objetos, instrumentos e vestígios das comunidades humanas do passado, além de suas artes, línguas e cultos. O que levava, por conseguinte, a uma ampliação do tempo histórico, posto que para ele a história humana não teria tido início com a escrita, mas com o desenvolvimento da linguagem.

Para atingir tal propósito, o autor propunha que a história se valesse da perspectiva evolucionista, bem como das ferramentas de ciências auxiliares na investigação da história progressa do gênero humano. Rompia-se assim com o conceito dual de história e pré-história.

A antropologia, a seu ver, já não contava somente com o exercício de deduções lógicas, mas dispunha de ferramentas que permitiam uma investigação do passado de maneira mais precisa, firmando-se no terreno dos fatos estabelecidos.

Entretanto, a perspectiva antropológica de Meyer era diferente daquela que se fundamentava no senso físico como era vista comumente pelos franceses, assim sendo sua análise tinha por base a cultura<sup>507</sup>. Portanto, a linguística e a psicologia eram importantes instrumentos com os quais o autor contava para a investigação do passado.

“A linguística não somente nos remete a tempos em que as condições etnográficas apresentavam um aspecto histórico anterior, mas também nos permite iluminar os movimentos de população e os estados de civilização dos tempos mais remotos. Por ela conseguimos, mesmo que parcialmente, penetrar na origem da linguagem”<sup>508</sup>.

A razão humana aumentaria e se desenvolveria por meio da linguagem. Para Meyer a linguagem seria fator fundamental na evolução humana:

“Por meio da linguagem e através dela a razão humana cresce, modifica-se e desenvolve-se cada vez mais livremente. A linguagem se inventa em novas formas para cada nova percepção e para cada novo pensamento”<sup>509</sup>.

Ainda que Meyer visse a afirmativa destacada como um problema puramente psicológico e inacessível à pesquisa histórica, tomava a linguagem por indício do caminho percorrido pelos diferentes grupos humanos para alcançarem o estágio evolutivo em que se encontravam. Logo, o estudo linguístico fazia-se fundamental para a história.

A visão evolucionista de Meyer rompia, tal como em Ratzel, com uma dicotomia entre civilizado e selvagem. Porém, no caso do primeiro essa ruptura se dava de forma mais radical: na introdução do primeiro volume sobre história antiga Meyer afirmava que sua opção pela carreira histórica se deu pelo esforço em alcançar uma visão de mundo unitária e historicamente fundada<sup>510</sup>. Ou seja, enquanto Ratzel propunha abolir a ruptura da dicotomia selvagem/civilizado, Meyer entendia que o homem como animal gregário trazia consigo marcas comuns aos primatas, aproximando, assim, o homem civilizado de seus ancestrais.

---

<sup>507</sup> MEYER. *E. Histoire de l'Antiquité*. Tome I. Paris: Librairie Paul Geuthner, 1912. pp. 1-2.

<sup>508</sup> *Idem*, *loc. cit.*

<sup>509</sup> *Idem*, *loc. cit.*

<sup>510</sup> *Idem*. pp. V.

Dessa forma, não somente propunha a unidade do gênero humano, contrariamente aos adeptos da antropologia física como Lombroso, ou aos poligenistas como Agassiz, como também procurava ver o homem inserido na natureza, e não em oposição a esta.

“A teoria geral da evolução não nos dá qualquer esclarecimento sobre a origem intelectual do homem. Não sabemos o que o fez separar-se dos seres organizados que são seus parentes mais próximos. Portanto, a vida interior, que verdadeiramente importa ao conhecimento histórico, não nos será jamais revelada. Mas, ao posicionar o homem junto aos demais seres organizados, percebemos que seu desenvolvimento obedece às mesmas condições destes: uma diferenciação contínua e uma contínua adaptação”<sup>511</sup>.

A perspectiva evolucionista de Meyer toma de forma bastante ampla a proposta de Darwin em *Origem das Espécies* como base sobre a qual constrói o conhecimento<sup>512</sup>. Contudo, o autor desvincula a evolução intelectual das mudanças fisiológicas que se dão ao longo do processo evolutivo. A teoria geral da evolução não forneceria qualquer esclarecimento sobre o que levou o ser humano a se destacar dos demais primatas, seus parentes mais próximos. Para Meyer, essa não era uma questão relevante para a história.

Todavia recuperar por meio da história estágios anteriores do conhecimento humano, suas armas, habitações, cultura, seu comércio, seus costumes funerários eram objetos que interessavam profundamente o historiador. Para tal a etnologia comparada era instrumento fundamental na análise do estado de organização de grupos humanos na sua origem.

Meyer considerava a linguagem como elemento fundamental na evolução humana. A maior criação da história da linguagem seria a elaboração da frase que logicamente coordena o período. Somente a linguagem tornara-se o instrumento concluído do pensamento humano, acessível a todos que participam do momento histórico. Por

---

<sup>511</sup> MEYER, E. *op. cit.*, 1912. pp. 2.

<sup>512</sup> Para Lamarck o processo evolutivo se dava a partir da dinâmica ambiental que produzia necessidades e atividades no organismo, as quais operavam variações adaptativas. No caso de Darwin, as variações aconteceriam durante todo o tempo e ao acaso na natureza, porém as melhores adaptadas tendiam a se perpetuar conforme o que Darwin denominava de seleção natural. Ver: MAYR, Ernst. *O desenvolvimento do pensamento biológico – diversidade, evolução e herança*. Brasília: Ed. UNB, 1998. pp. 397.

consequente, história e estudos linguísticos estariam intrinsecamente ligados. Não se faria um sem o outro.

A análise de Meyer sobre a sociedade humana tinha por alvo, tal como em Taine que Capistrano lera na juventude, o homem interior, a sua psicologia, os seus sentimentos e as suas motivações. Porém, enquanto Taine tomava por base uma humanidade diferenciada racialmente, Eduard Meyer propunha uma análise do homem baseada em comportamentos herdados dos seres superiores por meio dos quais se deu o processo de evolução do gênero humano, os primatas.

Dessa forma, muitos comportamentos sociais do homem relacionavam-se a comportamentos desse grupo de animais, porém elaborados culturalmente por meio da linguagem. Conceitos como o Estado ou a propriedade privada seriam analisados a partir não somente da cultura, mas da observação de comportamentos de determinados instintos animais observáveis em homínídeos ancestrais ou mesmo nos primatas em geral.

Ao comparar sociedades humanas e suas diferentes formas de organização, Meyer evitava tomar a sociedade europeia como modelo evolutivo, das quais as demais sociedades tendiam a se aproximar na medida em que caminhavam rumo à civilização. Sua ótica baseava-se na percepção de que as sociedades humanas eram gregárias. Diferentes, portanto, de alguns carnívoros que se aproximam de seus iguais praticamente para o intercuro sexual ou a insetos sociais, como as abelhas, cujo papel do indivíduo se encontra absolutamente submetido à sua função na colmeia.

A visão do autor sobre o que havia em comum nas sociedades humanas se dava naquilo que era comum à sua natureza. Ou seja, na necessidade de manter-se coesa para garantir o longo processo da prole em alcançar a maturidade e reproduzir-se. Contrariamente, os caminhos trilhados por cada grupo humano no processo de construção e armazenamento de conhecimento não poderiam ser tomados como um modelo único. Diferente de comunidade de cervos ou de abelhas, cada grupo humano seria marcado por características individuais inerentes à sua cultura<sup>513</sup>.

---

<sup>513</sup> *Idem.* pp. 7.

### 4.3 – Concepção de Estado:

Para Ratzel, o Estado era uma derivação da família monogâmica patriarcal, vista por aquele pensador, como o modelo familiar mais evoluído frente aos outros, conforme mostrado no capítulo anterior. Tal perspectiva poderia ser percebida também em von Martius, ao escrever seu artigo “*O Estado do Direito entre os Autóctones do Brasil*” observa-se a crença neste mesmo princípio. No texto, o bávaro, ao perceber a monogamia como dominante em determinado grupo indígena brasileiro, atribuía tal prática não a um estágio maior de civilidade, mas a algo que se fundava no temperamento indolente do silvícola. Para von Martius, a população indígena caminhava a passos largos para o desaparecimento, o que se poderia atestar pelos seus costumes, pela organização familiar e moral que visivelmente destoavam do modelo europeu:

“Para a própria tribo o chefe ditador torna-se um flagelo se ele, preso ao vício da poligamia, sem respeito pelo direito, transforma a sua cabana em harém. Este caso, porém, é bastante raro por causa do temperamento inerte do índio”<sup>514</sup>.

Em suas expedições pelo interior do Brasil, von Martius entrou em contato com diversos grupos indígenas. Seu mapeamento das tribos, embora pleno de falhas, foi muito importante para pesquisadores que o sucederam como Karl von den Steinen e o próprio Capistrano de Abreu. No entanto, a visão decadentista relativamente ao nativo levava Martius a tomar as instituições indígenas como indício de um povo na rota do desaparecimento.

“Permanecendo em grau inferior de humanidade, moralmente, ainda na infância, a civilização não altera, nenhum exemplo excita e nada impulsiona para um nobre desenvolvimento progressivo. Assim, parecendo estar ainda na minoridade, a sua incapacidade para o progresso assemelha-o a um velho estacionário; reúne pois, em si, os polos opostos da vida intelectual. Este estranho e inexplicável estado do

---

<sup>514</sup> MARTIUS, C.F. Phillipe von. “*O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil*”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. XI, 1906. pp. 30. Disponível na Internet via: [http://biblio.wdfiles.com/local--files/martius-1906-direito/martius\\_1906\\_direito.pdf](http://biblio.wdfiles.com/local--files/martius-1906-direito/martius_1906_direito.pdf).

indígena americano até o presente, tem feito fracassarem todas as tentativas para conciliá-lo inteiramente com a Europa vencedora e torná-lo um cidadão satisfeito e feliz”<sup>515</sup>

Meyer, entretanto, procurava desviar-se da perspectiva eurocêntrica e voltava seu olhar para outras organizações sociais, tomando-as como legítimas. Por conseguinte as sociedades matriarcais, bem como o intercuro sexual sem que houvesse um casamento formal, ou ainda a poligamia, a poliandria e as mais variadas formas de núcleos sociais, todas deveriam ser estudadas. Concluía então que cada uma das sociedades citadas teria normas de conduta entre seus membros, o que demandaria algum nível de coerção para mantê-las. As normas em pauta, portanto, implicava na existência de leis e um Estado, ainda que incipiente, que as regulasse.

Segundo a concepção liberal, o Estado teria a sua existência restrita a um período muito recente da história humana. Este seria uma derivação da posse da terra, ou, como queria Stuart Mill, o Estado surgiria a partir da necessidade de controlar os instintos individualistas do homem. Eduard Meyer considerava tal perspectiva como estreita e desprovida de base histórica. Para ele, o Estado em suas mais diversas formas estaria presente em todas as sociedades humanas até mesmo, ainda que de forma embrionária, nas sociedades mais simples.

Para Meyer, o Liberalismo Moderno era dominado pela aspiração de diminuir o poder do Estado, a sua prática e a sua importância. Em lugar disso, enaltecia o direito do indivíduo de mover-se livremente. A perspectiva liberal, criticada pelo autor, dava importância aos grupamentos ou associações que não foram, pelo menos aparentemente, formados pelo Estado e que não estavam sob a sua dependência.

O autor argumentava que a historiografia, ao contrário, atestava a importância central do Estado para a vida humana, enquanto o liberalismo colocava a vida econômica como ponto central da análise. A visão de Estado de Meyer divergia assim da visão eurocêntrica da maioria dos autores do Velho Continente.

Tomar a sociedade patriarcal e a família mononuclear como aquela que, teria dado origem ao Estado, era, em seu entender, uma arbitrariedade que desprezava as diversas formas de instituições familiares existentes, ou que em algum momento existiram nas

---

<sup>515</sup> Idem. pp. 20.

diferentes sociedades humanas. A análise histórico-etnológica de diversas civilizações revelava uma variedade bastante matizada de organizações familiares, e cada uma delas reclamava para si uma validade absoluta.

Cada tribo tomava o seu modelo como universal ao produzir instituições que viessem a preservá-lo. Em cada localidade, uma ação combinada de circunstâncias e de representações levaria ao desenvolvimento de um modelo, e não de outro e, por consequência, leis, artes e instituições em geral que dariam respaldo ao modelo vigente.

O Estado era, na concepção de Meyer, de importância central na vida humana. Contudo, não como uma derivação direta da *patria potestas* encontrada na Roma antiga. Discordava assim dos que tomavam tal modelo como a verdadeira raiz de todas as instituições políticas e do próprio Estado.

Sua visão amplificada do Estado poderia ser sintetizada no seguinte parágrafo:

“Toda instituição é, portanto, viável por ser o direito em vigor e promover o efeito de manter o vínculo da coletividade. Isto é, o Estado vem dar garantia à obediência sem recusa. Em outros termos, toda instituição desta espécie pressupõe a existência do grupamento político qualquer que seja a organização que se imponha o nome de necessidade vital, determinada a partir do comércio dos sexos e da situação jurídica dos filhos”<sup>516</sup>

Como se pode perceber, a visão histórica de Eduard Meyer era bastante sofisticada e ampla. O historiador parecia fugir de dicotomias como história/pré-história, civilizado/selvagem ou ainda cultura/natureza. Nesse sentido, assumia, de forma bem mais ampla do que muitos de seus contemporâneos, uma visão evolucionista mais alinhada com os preceitos de Darwin. Em seu intento, a construção histórica que propunha demandava grande erudição, bem como o auxílio de diversas ciências que tornassem possível a execução de seu método, o qual Capistrano denominava “geologia da lama”, ou seja, buscar identificar os “elementos dissolvidos nos restos do passado”<sup>517</sup>.

A história, em sua perspectiva, deveria investigar o passado e resgatar, por meio de “pistas”, a vivência interior dos homens de outros tempos. Logo, recuperar e não julgar os

---

<sup>516</sup> *Idem*. pp. 35

<sup>517</sup> CCA. – vol. 2. pp. 51. – Carta a João Lúcio de Azevedo em 6 de junho de 1917.

preceitos morais de outras épocas. A moral tinha grande relevância no corpo social, pois, ao agir juntamente com o costume e o direito, produzia a coesão do grupo social.

A moral era vista com uma forma de constrangimento interior a compreender todos os preceitos que engendravam no indivíduo a ideia de comunidade social e funcionava como a norma interiorizada. Por ela, o indivíduo pautaria sua vontade e sua conduta a respeito de todos os outros seres vivos – nisso compreendido os homens, deus e os demais animais.

Por seu turno, os costumes dependiam da conduta externa e da conformidade do indivíduo com os outros membros do grupamento social. Seu descumprimento não dependia de medidas de violência exterior, mas da ação ininterrupta da coletividade sobre o indivíduo. Aquele que transgredisse tornava-se objeto de desprezo do restante do grupo.

A partir do momento em que o direito toma determinado costume sob sua prescrição, este passaria de costume a preceito jurídico, cuja ruptura era tida como passível de pena. O direito, como a moral e o costume, seria uma expressão da comunidade social na qual haveria a necessidade de uma ordem que dominasse a vontade do indivíduo ou do grupamento, demarcando seus limites.

Para o autor, o direito implicava em sua execução em um contrato de oposições entre indivíduos ou grupos. A ideia de contrários lhe era inerente, o que exigiria sua realização por um contratante exterior, o qual não poderia ser criado senão pelo poder do grupamento social. Era a essa força contratante que Meyer denominava Estado.

“A questão levantada, novamente discutida desde a época dos sofistas, é saber se o direito é parte da natureza, independentemente do homem, e, por consequência, superior ao homem e imutável, ou se é simplesmente um decreto humano. Tal questão se resolve tão somente se admitirmos o direito como parte da natureza humana. Por outro lado, as prescrições jurídicas particulares, que procuram realizá-lo, são produtos das condições sociais e políticas em que vive cada grupo determinado. Ou seja, criações arbitrárias que nascem a partir dos mais diversos casos que para isso contribuem”<sup>518</sup>.

---

<sup>518</sup> *Idem.* pp. 35



Com base nos conceitos explanados em relação à sociedade humana, sua moral, seus costumes e seu direito, Meyer tomava todo grupamento humano como legítimo e, portanto, alvo dos estudos históricos. Desde as sociedades totêmicas até a civilização europeia, todas eram dotadas de moral, costumes e direitos e, assim, objetos da história.

Além disso, ao tomar o direito como parte da natureza humana, fazia-se legítima toda forma de direito existente em todas as diferentes civilizações que construíram seu direito particular a partir da conjunção de casos enfrentados em sua formação.

#### **4.4 - Propriedade privada e herança:**

Na concepção de Meyer todo progresso espiritual e material da humanidade se dava dentro do grupamento humano. O domínio e utilização do fogo, a captura e domesticação de animais, a preparação dos alimentos, os tipos diferentes de moradias, a agricultura, enfim todas as conquistas humanas se davam no contexto da coletividade da espécie. Isso tudo, por outro lado levaria à existência de outro fator: a propriedade privada.

Esse tipo de propriedade é vista pelo autor como presente também não somente nas sociedades humanas, mas também no reino animal.

“O animal também defende contra intrusos sua alimentação, sua moradia, seu covil, bem como sua fêmea e seus filhotes reivindicando todas essas coisas como suas possessões, ao menos temporariamente”<sup>519</sup>.

Se a propriedade privada não era algo exclusivo do gênero humano, a maneira de lidar com ela em cada sociedade era vista por Meyer como uma criação exclusivamente humana. Tal condição levava a que a propriedade nas diversas sociedades a tivessem importância bastante diferenciada daquela encontrada no reino animal. A herança seria a forma mais elaborada das sociedades humanas lidarem com a propriedade.

Por meio da herança, as sociedades humanas perpetuavam a sociedade privada, circunscrevendo-a a um mesmo clã, família ou grupo. Dessa forma procura-se perpetuar também as diferenças sociais engendradas pela propriedade. Por outro lado, a herança

---

<sup>519</sup> *Idem.* pp. 48.

promove a coesão do grupo que se reúne em torno da perspectiva de um bem futuro e ao mesmo tempo esvazia a importância do indivíduo frente à propriedade, dado que ele passa a ser visto como transitório, enquanto a propriedade se perpetua passando de mão em mão<sup>520</sup>.

Cada sociedade regula o direito à herança de diferente maneira. Certamente as questões suscitadas entre a propriedade e o direito à herança são importantes formas de perceber a posição que cada membro ocupa nas diferentes sociedades. O direito das mulheres, das crianças, do primogênito, entre outros, podem ser inferidos a partir da relação que determinada sociedade estabelece entre propriedade e herança.

#### **4.5 – Raça e Nação:**

Para Eduard Meyer, a percepção da unidade de grupo étnico seria o grau mais elevado de representação de nacionalidade. Tal representação seria a formação mais sofisticada e mais complicada que a evolução histórica poderia criar. Ela transformaria a unidade de fato em vontade consciente, ativa e criadora de constituir uma unidade especificamente distinta de todos os demais grupos humanos. Não haveria, portanto, nenhuma dúvida de que o grupo étnico se auto-inventa por meio de um longo processo<sup>521</sup>.

A nacionalidade era portanto uma criação que se poderia conhecer historicamente a partir das representações associadas ao conceito de nação pelo grupo.

Meyer procurava formular o conceito de pureza racial a partir de tal concepção, ou seja, a raça seria uma criação do grupo para, por meio da “pureza de sangue”, garantir-se contra a penetração de estrangeiros, o que para Meyer não se constituiria em vantagem para nenhuma civilização.

A raça era para o autor um conceito criado e estava longe de ser uma realidade na constituição física de qualquer nação. Parecia-lhe absurda a intenção da antropologia de seu tempo de produzir qualquer estudo científico sério baseado nesse critério.

---

<sup>520</sup> *Idem.* pp. 51.

<sup>521</sup> *Idem.* pp. 86.

Sobre esse aspecto, os estudos linguísticos tinham para Meyer valor incomparavelmente maior do que as especulações sobre as raças humanas, a que um grande número de antropólogos dedicava tempo de estudo.

“...há em cada língua uma individualidade espiritual e um tesouro de civilização adquirida que, em uma maior ou menor medida, se transpõe a todos os que a falam. É enganoso pensar que cabe aos antropólogos se ocuparem dos caracteres corporais, rejeitando a título de divisão de raças humanas as famílias linguísticas como, por exemplo, a pesquisa de um tipo de raça indo-europeu.[...] o que verdadeiramente interessa são as propriedades espirituais dos povos. As diferenças puramente corporais têm mínima importância na vida histórica destes”<sup>522</sup>.

Na verdade, o autor de “História da Antiguidade” via como ilusória a situação de isolamento de qualquer grupo humano. O que se dá é um isolamento transitório que, em nenhum caso, se mantém além de alguns poucos séculos. Assim como o homem isolado era visto como uma impossibilidade, também um grupo ou um Estado em completo isolamento não subsistiria.

A contínua troca, a ação e reação incessante, física e psíquica, fazia parte da assimilação e diferença que rege a relação do indivíduo com o grupo, se repete no contexto mais amplo, o das comunidades humanas umas com as outras.

Tal qual a nação representava para Meyer um conceito inventado para salvaguardar o grupo da inevitável invasão estrangeira, a raça seria igualmente uma invenção cultural. Além disso, o conceito de raça era visto como bastante recente na história humana. A civilização do século XIX havia descoberto o parentesco linguístico e o teria erigido como importante aspecto no estudo da vida intelectual e das representações dos povos. De forma similar, o conceito de raça era visto como uma noção moderna. As diferenças de conformações corporais e especialmente de cor da pele eram vistas contudo pelo autor como incapazes de exercer qualquer influência sobre as atitudes recíprocas dos povos. Em suas palavras: “Atribuir ao contraste exterior uma significação interna é uma criação de nossa época”<sup>523</sup>.

---

<sup>522</sup> *Idem.* pp. 83.

<sup>523</sup> *Idem.*

#### 4.6 – A História:

A ciência histórica tem para Meyer a função de não somente procurar expor os eventos no seu curso exterior, mas também de procurar compreender suas conexões internas. Esse princípio teria bastante apelo para Capistrano que tinha seu olhar voltado para a “história íntima”.

Meyer continuava a explicação de seu método:

“Cada fenômeno particular do mundo real e, portanto, também cada evento histórico resultam da cooperação, em um tempo determinado, de fatores infinitamente numerosos: esta coincidência e este entrecruzamento temporal de inúmeras séries causais é o que nós nomeamos de acaso. O acaso é, por conseguinte, o fator que rege todo o dado empírico e que dá a cada evento particular seu aspecto individual”<sup>524</sup>.

Diferentemente de Buckle, que fez parte das leituras juvenis de Capistrano, Meyer não pensava na estatística como uma possibilidade da história antever o futuro. De fato, para ele, a ciência histórica era marcada pelo acaso, ou seja, pela conjunção de inúmeros fatores, os quais ocorreriam de forma única em um tempo determinado. Desta forma, a história não seria passível de repetição, o que significava que o trabalho do historiador ao investigar determinado evento consistiria em procurar identificar da melhor forma possível as inúmeras séries causais que cooperariam para aquele evento único.

O acaso contudo não seria fator absoluto. A vontade individual, regida por uma série de regularidades psicológicas internas, teria também papel essencial na história. Tal vontade não estaria diretamente submetida aos fatores causais, como uma consequência direta destes, mas guardaria em si um fator de espontaneidade. Essa percepção da vontade com algum grau de independência de causalidades exógenas é o que se poderia chamar de manifestação da personalidade criativa e individual do sujeito volitivo.

A perspectiva histórica de Meyer não poderia, nem mesmo em tese, objetivar a máxima de Ranke de relatar o fato “como efetivamente ocorreu”. Diante das múltiplas causalidades que chamava de acaso e de volição humana, o historiador atuaria em duas

---

<sup>524</sup> *Idem.* pp. 200.

frentes. Primeiramente, ao exemplificar por meio de fatos parciais as formas gerais da evolução humana, conforme procede a antropologia; e em segundo lugar, valer-se da psicologia para tratar das volições individuais referentes a cada evento.

Enquanto as ciências, como a física e a biologia, se ocupam de fenômenos gerais, a história, por sua vez, ocupa-se do aspecto particular. Diferentemente das ciências descritivas da natureza, como as duas citadas, não se ocupa do típico, mas do variável. “Ela,[a história], não tem por objeto a estatística, o persistente, mas o movimento, a mudança contínua, não o geral, mas o individual, o elemento singular de cada fenômeno”<sup>525</sup>.

Meyer concebe que o interesse histórico é sempre determinado pelo presente. A apreciação histórica de determinado personagem e de sua trajetória podem diferir bastante quando analisado por historiadores em épocas distintas. Haveria, portanto no historiador uma personalidade criadora que se manifestaria de acordo com o ponto de vista.

Um dos principais objetivos da pesquisa histórica seria expor como foram formados e evoluíram os grupos que deram origem às diversas formas de Estados, povos e civilizações. No entanto, a história sempre cumpriria a sua tarefa de forma incompleta, visto que não teria como dar conta da totalidade da evolução.

O encontro de diversas culturas seria o cenário central do panorama histórico de Meyer que formaria as três grandes áreas da civilização: a área oriental e helênica; a área cristã/islâmica (as que se entrelaçavam, e somente um estudo que considerasse igualmente tanto uma como a outra fariam justiça à plena inteligência dessa história); e a área asiática.

A ação contínua dessas três grandes áreas e a interação entre as mesmas apontavam para o que Meyer chamava de história universal, ao abarcar, em unidade toda a humanidade. Tal concepção de história, contudo, era marcada não por elencar igualdades, mas particularidades de cada história local.

“A formação de uma verdadeira unidade histórica, englobando todos os três domínios e comportando as ações recíprocas e contínuas entre eles, não vem sendo gradualmente preparada, a não ser no curso dos últimos séculos. Ela só vem sendo plenamente realizada nas últimas dezenas de

---

<sup>525</sup> *Idem.* pp. 206.

anos. A partir de então, haverá uma história universal, abarcando juntamente toda a humanidade de todo o globo terrestre”<sup>526</sup>.

Meyer entende que o método de raciocínio histórico se move do efeito para as causas, visto que a história se constrói *a posteriori*. Tal perspectiva jamais conduziria a uma certeza absoluta, mas somente a uma convicção da exatidão do julgamento causal aplicado ao evento em questão.

Determinado pesquisador tomaria certos fatos como razões e motivos peremptórios, ao passo que outro nada mais veria do que fenômenos concomitantes. Em outras palavras, a subjetividade do pesquisador, a concepção segundo a qual ele aborda os eventos é elemento determinante, o que depende, por sua vez, de tendências dominantes à época em que vive. Dessa forma, o que atribuiria encanto ao estudo da história era que o fato particular extraído da massa infinita de fatos da mesma data tornava-se evento histórico.

Diante disso o autor procurava diferenciar a escrita da história daquela de uma narração ingênua, e para tanto se fazia necessário retirar as ervas daninhas e certos elementos escorregadios da análise. Neste aspecto, a crítica da tradição externa era referenciada como fundamental; aí então o discurso de Meyer se aproximava do de Leopold von Ranke.

O historiador deveria estar atento à autenticidade da documentação que examinava, levando em conta a época em que foi escrita e se a mesma guardaria as características, expressões e figuras relacionadas àquele tempo. Além disso, deveria verificar se as condições tanto físicas quanto psíquicas seriam adequadas à época a que se refere a documentação. Também se determinado evento, ainda que objetivamente impossível, seria aparentemente confirmado pela tradição e pela crença dos contemporâneos.

A filologia era destacada por Meyer como a mais importante de todas as ciências auxiliares da história. Contudo, a antropologia, a psicologia e a etnologia tinham destaque como auxiliares, já que não somente o documento escrito era tomado pelo autor como fonte histórica, mas também a religião, as artes, a arquitetura e todas as representações do passado que fosse possível ao historiador recuperar em sua análise.

---

<sup>526</sup> *Idem*. pp. 217

Essa visão ampliada da documentação e do tempo histórico é perceptível em Capistrano de Abreu no que se refere à história do Brasil; perspectiva que o levou a se debruçar na pesquisa de um tempo histórico que não havia sido cogitado por seus antecessores. Dessa forma, o estudo das línguas indígenas se insere nesse modelo de construção histórica, posto que é por meio deles que Capistrano rompe a barreira selvagem/civilizado na perspectiva da história pátria.

#### **4.7 – Capistrano de Abreu – do indianismo ao índio:**

A maneira como Eduard Meyer lidava com as fontes, pode-se dizer, propunha uma síntese entre pressupostos de Ranke no que se refere ao criterioso método de crítica das fontes e algumas percepções caras para outros autores como Buckle e Taine, que Capistrano estudou na juventude.

Questões como a concepção da humanidade única, apartada das proposições racialistas, bem como a visão da arte como indício da subjetividade de pessoas em determinado período, ou ainda a perspectiva de que na construção histórica há lugar não somente para o método dedutivo, mas também para o indutivo e etc. apareciam claramente nos escritos do historiador alemão.

Contudo, não trabalho com a hipótese de que Capistrano teria tomado a proposta metodológica de Meyer como um modelo a ser executado e sim que o autor alemão foi para ele a confirmação de muitas opiniões que lhes eram caras. Como “velhos botões que há tempos já lhe serviam no novo terno”. Em outras palavras, a confirmação de algumas crenças que já tinha e praticava.

Capistrano, como historiador maduro e experimentado no seu ofício, dialogava com o colega alemão de forma diferenciada dos diálogos com Buckle, Taine, Spencer ou Comte nas leituras “febricitantes” de sua juventude. Em 1900, por exemplo, quando Meyer dirigia-se Harvard e publicava nova edição de “*História da Antiguidade*” Capistrano dava a notícia em carta ao amigo José Veríssimo e, ao mesmo tempo, comentava o livro de um certo Morgan que parecia-lhe notável. No livro em questão havia uma divergência de

hipóteses entre Morgan e Meyer, na qual Capistrano tendia a acatar como mais viável a do primeiro autor citado.

“É curioso como o sábio de campo e o sábio de gabinete chegam a conclusões opostas: um considera primeiro centro de civilização o Egito, outro a Mesopotâmia ou, como Meyer chama, parece-me muito bem, Senaar, termo empregado na Bíblia. Minhas tendências foram sempre a favor desta última hipótese, que Meyer combate fortemente e com valiosos argumentos. Estou ansioso de ver algum artigo, em que pessoa de competência se ocupe do assunto. Ainda não vi um só artigo sobre qualquer das duas obras”<sup>527</sup>.

Percebe-se na correspondência que o diálogo se dá de forma mais plena. Capistrano não toma as conclusões do colega como verdades acabadas e inquestionáveis.

Pretendo, assim, assinalar que os estudos das línguas indígenas em que Capistrano valoriza não somente a linguística, mas a cultura, religião, modo de produção, estrutura de poder, propriedade e herança, embora demonstre um claro diálogo com o colega alemão, não deve ser visto como uma derivação disso.

No ano de 1914, Karl von den Steinen enviava uma carta a Capistrano de Abreu, na qual elogiava o trabalho do brasileiro ao escrever um livro de seiscentas páginas sobre a língua dos Caxinauá. Na carta Steinen afirmava:

“Que admirável esforço, que idealismo altruísta denota sua obra caxinauá, com o título impronunciável! Quantos serão os que saibam avaliar, pelo menos até certo ponto, o enorme trabalho contido nessas 600 páginas, e para as quais o senhor realizou? Conto nos dedos das mãos e dos pés, e temo não ir muito além dessas 20 pessoas! Se ainda passo a mão pelos cabelos não é para indicar maior número, mas para exprimir meu imenso desespero por vivermos num mundo tão complicado. [...] Sou um tolo igual ao senhor e cavo o chão em outro lugar, muito distante; já lá vão agora 17 anos que escavo meus montículos de toupeira nas ilhas do Pacífico, cujos habitantes têm mais ou menos a mesma significação histórica que os caxinauás”<sup>528</sup>.

Desde 1885, Capistrano de Abreu correspondia-se com Karl von den Steinen, pelo menos data deste ano a primeira carta dos três volumes de correspondência de Capistrano

---

<sup>527</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - Vol. 1. pp.198 – 199 – carta a José Veríssimo em 20 de novembro de 1900..

<sup>528</sup> STEINEN. K. von den CCA. - vol. 3. pp.130 - carta datada de 17 de abril de 1914.



reunidos por J. Honório Rodrigues. Embora tenha sido somente após 1892 que Capistrano viesse a se embrenhar no estudo do bakaeri. Teve então por auxiliar Irineu, nativo que apareceu na cidade coincidentemente no período em que von den Steinen enviou a cópia de seu livro *Die Bakairi-Sprache* para Capistrano .

A congratulação, na qual Steinen, em 1914, reconhecia o empenho de Capistrano ao concluir sua obra sobre a língua dos caxinauás, não deixava de ter um tom amargo. Steinen reconhecia o valor da obra e o esforço empregado para realizá-la, no entanto, ao mesmo tempo, reconhecia que poucos iriam lhe dar o valor devido. O alemão sabia muito bem o que dizia, pois também seus estudos como linguista eram apreciados por um número reduzidíssimo de pessoas, o que implicava dificuldades para publicar os seus trabalhos e um retorno financeiro praticamente nulo.

Alguns anos depois, em 1923, Capistrano receberia uma carta de Franz Boas, na qual o antropólogo procurava mobilizar os amigos e admiradores de von den Steinen de vários países, afim de a recolher ajuda para o linguista alemão que vivia a dificuldade de não conseguir publicar o resultado de suas pesquisas sobre as Ilhas Marquesas. Nos anos pós- guerra, a situação econômica na Alemanha encontrava-se em fase bastante difícil e a família de Steinen sofria apertos financeiros. Boas e alguns outros amigos tentavam levantar fundos para a publicação, de forma a trazer a público uma obra de valor pouco reconhecido, e desta forma ajudar o amigo<sup>529</sup>.

A mobilização promovida por Boas mostrava que o terreno em que Capistrano se embrenhava, apesar de ter o reconhecimento de uns poucos sábios, não trazia grande perspectiva em termos de ganhos financeiros ou mesmo de reconhecimento de um número maior de letrados.

No Brasil eram frequentes as manifestações de intelectuais e mesmo de amigos a lamentar que Capistrano “perdesse seu tempo” dedicando-se a tais estudos, em vez de levar à frente o projeto de escrita da história pátria. Muitos deles consideravam o empenho de Capistrano no estudo das línguas indígenas um desvio na carreira de historiador. Rodolfo

---

<sup>529</sup> BOAS. Franz. Correspondência passiva – “Arquivo de de Capistrano de Abreu” do Instituto Histórico do Ceará. Pacote 2, doc. 93. Carta datada de 15 de janeiro de 1923. No arquivo daquele Instituto encontram-se mais duas carta de Boas par a Capistrano tratando do mesmo tema: uma datada de 10 de março daquele mesmo ano, na qual agradece a Capistrano a doação de \$100 e em 14 de novembro de 1925, uma terceira carta informava que, apesar das doações, não fora possível levar ao cabo o projeto de publicação da obra e que von den Steinen estava em via de vender a própria casa devido às dificuldades financeiras.

Teófilo foi um dos que manifestou sua contrariedade com a opção linguística de Capistrano: “Seu precioso tempo, cultura e mentalidade vai gastando no estudo da língua dos índios ‘caxiuvas’ [sic]; melhor fora que o fizesse em obra de maior utilidade e relevância”<sup>530</sup>.

Não era, portanto, a busca de reconhecimento ou de qualquer retorno financeiro o que impulsionava Capistrano naquela direção, que consumiu grande parte das últimas décadas de sua vida. De fato os indígenas brasileiros eram um tema que atraía a atenção do historiador desde muito cedo em sua trajetória. Em suas primeiras falas no Ceará, Capistrano chamava a atenção para a importância do indígena, ainda que naquela época o índio representasse para ele uma figura da literatura romântica.

Desde então a percepção de Capistrano acerca do indígena foi se modificando ao longo dos anos, sem, contudo, jamais deixar de estar presente em sua obra.

#### **4.7.1 – O Indianismo romântico:**

Em suas palestras ministradas na já citada “Academia Francesa”, o indianismo seria para Capistrano o preâmbulo do movimento que culminaria com a independência.

Naquela época não era propriamente o índio que chamava a atenção do historiador, mas o indianismo como movimento literário, o que na perspectiva dos autores da sua juventude, como Taine, seria um indício ou uma representação da sociedade.

Não se pode tomar como irrelevante o fato de que, em 1874, Capistrano viesse a travar contato com o escritor José de Alencar, um dos mais importantes autores ligados ao movimento Romântico e um dos bastiões do indianismo na literatura brasileira.

No ano de 1879, ao escrever um artigo em homenagem a Alencar que havia morrido há dois anos, Capistrano de Abreu afirmava que o indianismo jamais fora abandonado por aquele autor, conquanto não fosse aquela a única marca de nacionalidade de sua obra. Contudo, Capistrano percebia que tal elemento literário apresentava-se na obra do amigo morto como um movimento crescente:

---

<sup>530</sup> TEÓFILO, Rodolfo. Apud. VIANA, Hélio. Ensaio Biobibliográfico. In: ABREU. J. Capistrano. *op. cit.* 1999. pp. LXXIV.

“No *Guarani* aparece um selvagem entre os portugueses. Alguns anos mais tarde na *Iracema*, aparece um português entre os selvagens. No *Ubirajara*, escrito dez anos depois, é que se faz abstração completa do elemento europeu, e o quadro rasga-se em horizontes pura e exclusivamente brasileiros. Nos *Filhos de Tupã*, infelizmente incompletos, vai o poeta adiante: descreve a formação primitiva das tribos, antes que as migrações esgalhasse a grande árvore”<sup>531</sup>

Em 1882, novamente em um artigo dedicado a José de Alencar, Capistrano reafirmava a percepção do indianismo como evidência do surgimento de um sentimento de nacionalidade brasileira frente aos dominadores portugueses.

“O indianismo do século passado foi espontâneo e original, surgiu do seio brasileiro, de circunstâncias especiais e imanentes. O que ele representava era a luta de raça contra os portugueses dominadores; a identificação com os indígenas, a diferenciação que nos tempos da independência levou tantos homens a trocarem os apelidos portugueses por nomes de madeiras, de animais e de tribos selvagens”<sup>532</sup>.

A transposição é, por demais, direta. Ou seja, toma uma característica do movimento Romântico literário como um traço legado à população em geral, especialmente num país tão pouco letrado, parece uma generalização excessiva. Contudo, mesmo autores mais recentes como Antônio Cândido tenderam a se apropriar do modelo.

“Mas o que prevalece entre nós é a busca do equivalente dessa tendência medievalista, por força do nacionalismo romântico. Ela é encontrada no indianismo, cujas raízes se estendem até o século XVI, ou às nossas origens. Define-se com a poesia de Gonçalves Dias e, depois do poema de Gonçalves de Magalhães – *A Confederação dos Tamoios* –, com a crítica que lhe dirige José de Alencar e logo a seguir com o romance que este cultiva. É em última análise uma expressão em evidência do culto da nacionalidade, o qual, tomado num sentido mais amplo, se manifesta também em lutas pela afirmação da liberdade política e determina a exaltação dos valores e tradições”<sup>533</sup>.

Não se pode, conquanto, deixar de perceber conquanto que o movimento Romântico coincide com um momento decisivo de definição da nacionalidade brasileira, e o grupo

---

<sup>531</sup> ABREU, J. Capistrano de. José de Alencar. *Gazeta de Notícias*: 13 -12-1877. In: E.E. 4ª. Série pp. 47.

<sup>532</sup> *Idem*. pp. 58.

<sup>533</sup> CANDIDO, Antonio e CASTELLO, J. Aderaldo. *Presença da literatura brasileira: história e antologia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. pp. 160 - 161

restrito de letrados, não estavam alheios a isto. Muitos destes eram bacharéis chegados de Coimbra, de Paris, da Alemanha e, mais tarde, de Olinda, da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro, como observou Gilberto Freyre em seu livro “Sobrados e Mucambos”<sup>534</sup>.

Segundo Maria da Glória Oliveira (2006), em sua dissertação de mestrado, Capistrano teria convertido um fenômeno literário em problema histórico, conforme se pode perceber na já citada disputa com Silvio Romero em relação ao caráter nacional<sup>535</sup>. Não obstante naquela discussão o índio ter ganhado mais materialidade do que na figura construída pelo romantismo, ele era ainda visto, de maneira geral, sem que se fizesse distinção entre os diferentes grupos encontrados no Brasil pré-cabralino e num discurso marcado por argumentos spencerianos de evolução.

Menos ainda, era perceptível a presença do índio de carne, osso e sangue, pulsando nas veias no romantismo literário. A classificação vulgarizada e bipolar das nações indígenas brasileiras representava o tupi como o “índio histórico”. Este convenientemente assimilado ou morto, e, por outro lado, o tapuia, como os botocudos, inimigos dos tupis e contra quem se guerreava nas primeiras décadas do século XIX<sup>536</sup>.

Dessa forma, o romantismo relacionava o caráter nacional basicamente com a nação tupi. Esta mais facilmente moldável às idealizações literárias, visto que se encontrava virtualmente extinta ou assimilada.

Na tradução da “Geografia Física do Brasil” de Walpeaus, feita por Capistrano em 1884, obse, norvava-se, entanto, que o historiador alimentava certa inquietação quanto à classificação simplória acerca dos indígenas brasileiros. No texto Capistrano observa que tanto o autor quanto o tradutor consideravam demasiadamente geral a classificação adotada por D’Orbigny<sup>537</sup>, na qual os índios que povoavam o território brasileiro eram tidos como se pertencentes a uma só raça, denominada pelo naturalista de “brasílica guarani”<sup>538</sup>. Walpeaus e o próprio Capistrano viam as línguas como uma opção viável para distinguir os diferentes povos ali existentes. Martius propunha, ainda que de forma incipiente, uma

---

<sup>534</sup> FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1996.

<sup>535</sup> OLIVEIRA, M. da Glória. *op cit.* 2006. pp. 45.

<sup>536</sup> Ver KODAMA, Kaori. *Op. cit.* 2009. pp. 126.

<sup>537</sup> Alcide Charles Victor Marie Dessalines d’Orbigny (1802 – 1857). Explorador, naturalista, paleontólogo e malacologista francês. Célebre por sua viagem à América do Sul e seus trabalhos de paleontologia.

<sup>538</sup> WALPEAUS. Geographia phisica do Brasil, vol. I – A terra e o homem. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1884. pp. 406.

classificação mais detalhada com base nas diferentes línguas. Naquele momento (leve-se em conta ser o texto uma tradução comentada) cogita-se mesmo uma classificação dos grupos indígenas baseada em exames de seus esqueletos, conforme pretendiam autores ligados à antropologia física como o americano Samuel Morton<sup>539</sup>.

“Martius distingue oito grupos de línguas ou povos: os Tupis, os Gês ou Krans, os Goytacazes, os Creus ou Guereus, os Gucks ou Cocos, os Parecis, os Guacurús ou Lengoas e os Aruaks; os dois últimos dos quais não têm sobre o território brasileiro senão um pequeno número de representantes. A classificação de Martius baseada em parte num pequeno fragmento de língua e vocabulários insuficientes e em parte na relação histórica, só pode ser aceita temporariamente e em falta de melhor, enquanto um estudo sério baseado nos caracteres físicos e no exame do esqueleto não nos fornecer uma classificação científica dos índios do Brasil”<sup>540</sup>

A classificação de Martius no tocante aos grupos indígenas, conquanto menos generalizante, não satisfazia os estudiosos das línguas e costumes indígenas como von den Steinen e Capistrano de Abreu. Estes buscavam por meio dos estudos linguísticos produzir material confiável quanto à origem de diversos grupos que ocupavam o vasto território nacional. Steinen em carta a Capistrano de Abreu, em 1885, tocava no assunto:

“Devo refutar em vários detalhes importantes a conhecida classificação do meritíssimo Martius – como de fato suas imperfeições já há muito foram salientadas pelo sr., e em geral pelos autores brasileiros; em alguns lugares tentarei substituí-la por outra divisão”<sup>541</sup>.

#### **4.7.2 – Realismo/Naturalismo: o indianismo fora de moda:**

A visão romântica do índio na literatura sofria resistência à medida que a nova geração de letrados vinculava-se a estilos de época que seguiam os preceitos cientificistas

---

<sup>539</sup> Samuel George Morton morreu em 1851. A essa altura tinha acumulado uma coleção de crânios das mais diversas raças na tentativa de provar que o tamanho da caixa craniana das raças mais desenvolvidas era maior do que a da menos evoluída. Ver: GOULD. *op cit.* 2003.

<sup>540</sup> WALPEAUS. *Op cit.* 1884, pp. 408 – 409.

<sup>541</sup> STEINEN. Karl von den. In: CCA. - vol. 3. pp.123 – carta a Capistrano de Abreu - 28 de setembro de 1885.

propostos por Émile Zola<sup>542</sup>. Capistrano que, além de amante das letras, trabalhava como crítico literário na Gazeta de Notícias certamente se encontrava a par das tendências prevalentes no mundo letrado; Mesmo porque era um momento em que ainda começava um movimento de especialização nos diversos campos, conforme assinala Dominichi Sá (2006). Assim sendo era comum que homens de letras atuassem simultaneamente em diversas áreas<sup>543</sup>.

Para Cândido e Castello (2008), entre 1875 e 1922, o Brasil vivia um período rico e diversificado na produção literária. Gêneros modernos floresciam e eram divulgados por numerosos periódicos, relativamente lidos, ao menos nos principais centros. O esforço em meio aos núcleos letrados de pensar e investigar a realidade do Brasil, não se restringia à literatura, com a figura emblemática de Machado de Assis, mas se estendia ao jornalismo, aos ensaios e às pesquisas documentais<sup>544</sup>.

“‘Naturalismo’, no sentido mais amplo, significou a busca de uma explicação materialista para os fenômenos da vida e do espírito, bem como a redução dos fatos sociais aos seus fatores externos, sobretudo os biológicos, segundo os padrões definidos pelas ciências naturais”<sup>545</sup>

O realismo e o naturalismo na prosa e o parnasianismo na poesia procuravam divulgar essa visão de mundo desvinculada das amarras do catolicismo e comprometidas com o cientificismo. Contudo, tratar esse movimento com a alcunha geral de realismo seria inadequado, visto que tais características não se restringiam somente ao ambiente literário. Mesmo dentro do, então criticado, romantismo havia traços do chamado realismo. Esse era o caso de *Senhora* (1876) de José de Alencar, em que convenções eram postas a nu, bem como idealizações da moral burguesa<sup>546</sup>.

---

<sup>542</sup> Émile Zola (1840 – 1902) foi um escritor e jornalista francês. Tido como precursor do romance naturalista. Seu texto conhecido como “O romance experimental” (1880) foi considerado o manifesto literário deste movimento.

<sup>543</sup> Para observar as mudanças de estilos de produção cultural em fins do século. XIX e início do XX com a especialização da produção intelectual, ver: SÁ, Dominichi M. de. A ciência como profissão – médicos, cacharéis e cientistas no Brasil (1895 – 1935). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

<sup>544</sup> CANDIDO, Antonio e CASTELLO, J. Aderaldo. *op. cit.* 2008. pp. 283.

<sup>545</sup> CANDIDO, Antonio e CASTELLO, J. Aderaldo. *Idem.*

<sup>546</sup> *Idem.* pp.287.

O que realmente predominou em muitos escritores naquelas últimas décadas do século dezenove foi o que se denominou naturalismo: uma forma de realismo em que se procurava pautar a conduta dos personagens por fatores de natureza biológica e sociológica condicionantes da vida humana.

Tal tipo de perspectiva teve Emile Zola como expoente. Zola, em seu texto “O romance experimental” (1880), lançou as bases do movimento. Ali, o autor traçava um paralelo entre a proposta da medicina experimental do médico Claude Bernard e a sua proposta para um modelo literário.

Basicamente, o que Claude Bernard defendia era que o método experimental utilizado nas chamadas “ciências duras”, como a física e a química, fosse também utilizado na medicina. O primeiro grupo de ciências baseava-se em experimentações que levavam em conta o meio “cósmico exterior” para chegar a conclusões relativas aos “corpos brutos”. No tocante à medicina experimental, não bastava estar atento ao meio exterior, mas ainda ao meio interior ou “intra-orgânico”. A falta de atenção a tal aspecto era vista como a única razão pela qual a medicina encontrava grandes dificuldades em encontrar determinação experimental nos fenômenos da vida.

Haveria contudo leis que regeriam os fenômenos interiores tais quais os exteriores. Caberia assim à medicina atentar para os fenômenos naturais que regem a vida de forma que a fisiologia pudesse alcançar pouco a pouco as certezas da química e da física<sup>547</sup>.

Émile Zola pretendia que o romance naturalista se adequasse à mesma perspectiva tida pela medicina experimental em relação à física e à química. Em outros termos, buscar leis que regessem o comportamento físico e psíquico dos homens. Assim a criação literária submetida a tais leis produziriam um efeito de verossimilhança em relação à vida.

“Desde já a ciência entra, portanto, no nosso domínio de romancistas, nós que somos agora analistas do homem, em sua ação individual e social. Continuamos, pelas nossas observações e experiências, o trabalho do fisiólogo que continuou o do físico e do químico. Praticamos, de certa forma, a Psicologia científica, para completar a Fisiologia científica; e, para acabar a evolução, temos tão somente que trazer para nossos estudos sobre a natureza e o homem o instrumento decisivo do método experimental. Em uma palavra, devemos trabalhar com os caracteres, as paixões, os fatos

---

<sup>547</sup> Ver: ZOLA, Émile. O romance experimental e o naturalismo no teatro. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982. pp. 38 – 39.

humanos e sociais, como o químico e o físico trabalham com os corpos brutos, como o fisiólogo, trabalha com os corpos vivos. O determinismo domina tudo. É a investigação científica, é o raciocínio experimental que combate, uma por uma, as hipóteses dos idealistas, e substitui os romances de pura imaginação pelos romances de observação e de experimentação”<sup>548</sup>

Para Émile Zola, o romance experimental deveria estar atento à questão da hereditariedade, o que acreditava ter grande influência nas questões intelectuais e passionais do ser humano. Dava também grande importância às questões relacionadas à interação dos indivíduos com o meio social.

Contudo, o autor do “Romance Experimental” era cômico de que se a medicina experimental tinha ainda muito campo a desbravar muito mais os romancistas teriam no terreno totalmente novo em que se embrenhavam mesmo porque o meio social sofria constantes alterações. Tanto a sociedade atuava sobre o indivíduo, modificando-o, quanto o indivíduo, em contrapartida, agia da mesma maneira, modificando a sociedade<sup>549</sup>.

Esse último argumento, vale lembrar, fora utilizado por Capistrano de Abreu quando, ainda empolgado com a leitura de Buckle, tentava contrapor-se ao mau prognóstico do autor inglês quanto à impossibilidade do surgimento de uma nação civilizada nos trópicos, conforme mostrado no primeiro capítulo.

Não se pode dizer que Capistrano tenha expressado simpatia pelo realismo e naturalismo como modelo literário. Menos ainda que tenha levado a sério a proposta de Zola de que um romance pudesse se tornar um tipo de laboratório social, no qual, isoladas as causas externas e internas, fosse possível criar personagens que agiriam tais quais seres humanos.

Como homem de seu tempo, porém, Capistrano de Abreu não estava alheio a uma visão de mundo um tanto fatalista inerente àquela tendência literária. Em sua coluna na *Gazeta de Notícias* em 1881, o historiador comentava um dos romances de Aluísio de Azevedo que nitidamente tentava se alinhar à proposta de Zola. O livro em questão chama-se “O Mulato”.

O romance, tido como o precursor do naturalismo no Brasil, tratava da saga de Raimundo, filho de uma escrava e de um homem branco, que ainda muito jovem fora

---

<sup>548</sup> : ZOLA, Émile. *op. cit.* 1982. pp. 40-41.

<sup>549</sup> *Idem.* pp. 43.



estudar na Europa. Ao voltar ao Brasil, bacharel em direito, sofre com o preconceito racial e com a paixão correspondida por sua prima Ana Rosa o que acabou por condená-lo à morte por emboscada. Aluísio de Azevedo procurava tratar no livro do preconceito racial contra os mestiços e negros no Brasil, a corrupção no clero e, embora ainda com muitas marcas do romantismo, tratar de forma cética a paixão dos personagens principais, uma vez que Ana Rosa, de maneira surpreendente e um tanto artificial, após a morte do amado, casa-se com o homem que seu pai escolhera e deixa para trás a paixão que a consumia, como quem se desfaz de uma velha roupa que já não lhe cabe mais.

O romance teve forte reação no Maranhão, terra de Aluísio de Azevedo, a ponto de este ter de transferir-se para a Corte. Conforme declara o próprio Azevedo no prefácio da terceira edição foi Capistrano de Abreu quem introduziu o livro na Biblioteca Nacional<sup>550</sup>.

Em sua coluna na *Gazeta de Notícias*, o historiador comentava o livro de Azevedo: identificava várias falhas no enredo, bem como na construção dos principais personagens. Entretanto, reconhecia no romancista muito talento e observação. Capistrano também percebia claramente suas vinculações estilísticas.

“O que o romance é essencialmente é um romance realista que como tentativa é muito notável. Nas primeiras páginas o autor inspira-se evidentemente em Zola, *Eça de Queirós* e, *Deus lhe perdoe!*, de Euzébio Macário<sup>551</sup>; mas em breve se emancipa e os períodos saem-lhe fluentes, ágeis, abundantes, a latejarem vida como um formigueiro”<sup>552</sup>.

Com Machado de Assis, Capistrano tinha uma relação bem próxima. Infelizmente pouco registro se tem da correspondência entre os dois. O livro “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*”, lançado pelo romancista em 1881, é tido por estudiosos como Antonio Candido (2008) como obra a partir da qual se inicia um segundo grupo de romances do escritor. Marcados estes por um tipo de “humor desencantado, embora risonho”. Uma reflexão voltada para o interior do homem moderno, mas que não omite a apresentação do meio ambiente visto a partir do olhar do personagem.

---

<sup>550</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

<sup>551</sup> Euzébio Macário é título de uma novela do português Camilo Castelo Branco, escrita em 1879.

<sup>552</sup> ABREU, J. Capistrano de. *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1881. In: E.E. 4ª.série. pp. 260.

Embora Machado seja frequentemente identificado como o introdutor do Realismo no Brasil, pode-se dizer que o autor teve a percepção histórica dos estilos sucessivos através do tempo. Assim, estes representam compromissos circunstanciais com ideologias vigentes. Isso dá ao autor certa liberdade de visitar vários desses estilos nos seus romances, contos, crônicas e demais obras, colocando sempre em primeiro plano a pessoa humana e, mesmo ao tratar do cotidiano localizado, conferir universalidade à sua obra<sup>553</sup>.

Em artigo escrito por Capistrano no lançamento do livro do escritor, perguntava ele: “Memórias Póstumas de Brás Cubas serão um romance?”. Era esta a questão com a qual iniciava o texto publicado na *Gazeta de Notícias*<sup>554</sup>. No prólogo da terceira edição, Machado de Assis endereçava a questão feita por Capistrano ao próprio personagem, o finado Brás Cubas. Este dizia: suas memórias eram um puro romance para a gente grave e, no entanto, gente frívola não encontraria ali um romance usual. Isso por que o livro tinha sido escrito com “a pena de galhofa e a tinta da melancolia”<sup>555</sup>.

Diferente do ar austero que Aluísio de Azevedo procurava dar ao seu romance “O Mulato”, em que preceitos do positivismo ou do spencerianismo surgem no texto um tanto artificialmente, Machado procurava tratar o cientificismo da época com fina ironia e pessimismo.

Capistrano, no artigo citado, afirmava que no livro o romance era simples acidente. O fundamental e orgânico no livro era a descrição dos costumes, a filosofia social que se encontrava implícita, uma filosofia para a qual não existiria bem ou mal e nem tampouco o vício, em que tudo seria uma questão de evolução. Porém, a evolução ironicamente obedecia a uma sequencia diferente daquela proposta por Spencer “a passagem do homogêneo para o heterogêneo”, mas seria antes “a passagem do importuno para o oportuno, ou do oportuno para o importuno”<sup>556</sup>.

Nesse contexto literário que, como se pode ver, Capistrano como homem de letras se encontrava inserido, o índio era uma figura completamente “fora de moda”. A constatação não se refere somente ao campo literário se levarmos em conta o discurso do explorador do Xingu, Karl von den Steinen.

---

<sup>553</sup> CANDIDO, Antonio e CASTELLO, J. Aderaldo. *Idem.*. pp. 299 – 300.

<sup>554</sup> ABREU. J. Capistrano de. *Gazeta de Notícias*, 30 de janeiro de 1881. In: E.E. 4ª.série. pp. 197.

<sup>555</sup> ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ed. Globo, 1997.

<sup>556</sup> ABREU. J. Capistrano de. *op. cit.* In: E.E. 4ª.série. pp. 198.

Em 1888, ao voltar de sua segunda viagem às terras indígenas, o pesquisador fez uma conferência na Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, na qual em seu discurso afirmava:

“Imperial Senhora! Senhor Príncipe! – É um fato pouco lisonjeiro, porém, fato é: a ciência é também sujeita à moda.

Na nossa geografia a influência desta densa caprichosa percebe-se facilmente.

Depois que a primeira geração de nosso século entusiasmou-se pelas viagens no Amazonas e a segunda pelas do Polo Norte, a atual entregou-se de corpo e alma à exploração da África Central; ficou assim reconhecida nos seus mais remotos esconderijos o continente negro; tornaram-se, porém, um verdadeiro anacronismo pesquisas geográficas no interior da América do Sul”<sup>557</sup>

Na continuação do discurso, Steinen chamava a atenção da plateia para os habitantes do Xingu. Tratava também de diferenciá-los da visão idealizada que se construíra sobre os indígenas brasileiros, frequentemente generalizados como Tupis.

Fosse na literatura, ou, como afirmava Steinen, nas expedições científicas, o índio não gozava de grande popularidade, nem mesmo de forma estilizada como no indianismo Romântico. Capistrano certamente não era uma pessoa afeita a modismos, mas àquela altura a figura literária do índio que, sob uma perspectiva influenciada por Hippolyte Tayne, o levava a tirar algumas conclusões generalizantes sobre a história pátria já não o satisfaziam e tampouco teriam respaldo entre seus pares.

O índio como representado no romantismo era ridicularizado pela literatura naturalista ou realista. Estas procuravam produzir um tipo de romance sem “grandes heróis”, os quais não cabiam num tipo de movimento literário que visava “copiar” a realidade. O homem deveria ser analisado à parte dos preceitos morais e religiosos e sob a perspectiva científica.

O entendimento do indígena como figura fundamental na formação do caráter nacional contudo jamais fora abandonado pelo historiador. Argumentos cientificistas com base em Spencer e Comte já marcavam sua discussão com Silvio Romero no tocante ao caráter do brasileiro, conforme mostrei.

---

<sup>557</sup> STEINEN, Karl von den. Uma expedição ao Xingu. Fund. Projeto Rondon – MINTER: Ministério da Educação SESU, 1975. pp. 1

Posteriormente, para o Capistrano maduro, o indígena passou a ser examinado em outra chave, ou seja, a da cultura. O contato com a documentação da Biblioteca Nacional e de outros centros internacionais como a Torre do Tombo e a Biblioteca de Évora, bem como a interlocução com diversos autores como os já citados Ranke, Ratzel e também Eduard Meyer contribuíram para que a ótica cultural fosse amadurecida. Porém, é importante destacar que autores integrantes de suas leituras juvenis também estiveram presentes em alguma medida na maturidade. Tais autores deixaram marcas, visto que na interlocução com aqueles houve uma série de opções metodológicas que marcaram a historiografia de Capistrano.

Evidentemente, à medida que o historiador se embrenhava no estudo das línguas indígenas e ia se especializando em fazê-lo, diversos métodos inerentes àquele ofício foram sendo utilizados cada vez com mais destreza. Não pretendo, contudo, examinar tais técnicas que fogem à minha área de estudo, mas procuro perceber em que medida a visão histórica de Capistrano se encontrava subsumida em seus estudos linguísticos e, especialmente, como o diálogo com Eduard Meyer se mostrava presente em tais estudos.

#### **4.8 – As línguas indígenas e as almas do purgatório:**

Em 1892, Karl von den Steinen enfim publicou seu livro “*Die Bakairi-Sprache*” e enviou para o amigo Capistrano um exemplar do pequeno livro, que consistia em uma gramática e textos bakaeris. Coincidentemente, Capistrano tomou conhecimento de que se encontrava no Rio de Janeiro um índio daquela etnia trazido de Paranatinga pelo Dr. Oscar Miranda. O bakaeri foi contatado por Capistrano e iniciou-se um trabalho que consistia basicamente em examinar o livro de von den Steinen em companhia do nativo.

Provavelmente, naquele momento, Capistrano e o bakaeri Irineu não imaginavam que estudar o pequeno livro de von den Steinen, vocábulo por vocábulo, viria a se tornar um trabalho de dois anos de convivência, ao longo dos quais Irineu permaneceu com a família Abreu<sup>558</sup>.

---

<sup>558</sup> O livro “*Die Bakairi-Sprache*” encontra-se na biblioteca de Capistrano de Abreu no Instituto Histórico do Ceará. Não há nele uma só página sem anotações de Capistrano, a maior parte delas em letra ininteligível.

Da Colônia Alpina Capistrano escrevia a Ramos Paz, seu grande amigo da Biblioteca Nacional. Na carta afirmava que seu filho Adriano ligara-se a tal ponto ao índio que já andava de pé no chão e arco e flecha em punho. Com humor afirmava que, caso o filho matasse alguma caça, dava por certo que se embrenhava pelo mato e nunca mais dele teria notícia<sup>559</sup>.

Irineu foi o primeiro dos muitos indígenas que passaram a conviver com Capistrano e sua família. Muito embora o pesquisador manifestasse algumas vezes a intenção de visitar tribos *in loco*<sup>560</sup>, era ele na verdade um pesquisador de gabinete e preferia receber em sua casa índios trazidos por seu amigo Gal. Luiz Sombra, ou ainda pelo Marechal Rondon<sup>561</sup>. Após concluir seu trabalho com Irineu, Capistrano recebeu dois outros indígenas, com os quais desenvolveu a gramática caxinauí: Os já citados Bôrô e Tuxinin, que foram seguidos de outros, conforme mostrarei mais adiante.

A incursão pelas línguas indígenas não chegou a inibir a produção histórica de Capistrano, embora seus contemporâneos tendessem a culpar tal atividade pelo fato de o historiador não ter levado avante o projeto de escrever uma história do Brasil desde o descobrimento até seus dias.

O fato é que Capistrano jamais conseguiu concluir também o seu trabalho com a língua bakaerí, que pretendia fosse muito mais completo do que a tão elogiada gramática caxinauí. Em carta ao amigo Paulo Prado, Capistrano deixava transparecer seu estado de espírito com relação àquele empreendimento.

“Uma baiana, empregada de minha sogra, não podia dormir sem primeiro rezar para as almas do purgatório. Se descuidava e pegava no sono, as almas acordavam-na e acordada ficava até cumprir a obrigação. Dá-se comigo caso semelhante.

Em fins de 92, C. v. d. Steinen mandou-me um exemplar da gramática e textos bakaeris. Soube que um índio estava aqui no Rio, obtive que viesse para a minha companhia, obtive que se

---

<sup>559</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp.8 – carta a Ramos Paz - em 14 de fevereiro de 1893.

<sup>560</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp. 135 – carta ao Barão do Rio Branco - em 22 de junho de 1895.

<sup>561</sup> Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865 – 1958) - Militar Brasileiro que empenhou-se em expandir as linhas telegráficas por áreas do interior do Brasil. Em suas expedições manteve contato com diversos grupos indígenas. Procurava pacificamente aproximar-se daquelas populações e chegou a organizar e dirigir o Serviço de Proteção ao Índio. Tinha relação com Capistrano por meio de seu genro e veio a ser vizinho do historiador quando este se mudou para a rua Honorina em Botafogo.

interessasse pela causa a que nos entregamos garbosos, facetos e abnegados, como nos dizia em 74, no Ceará, um velho major do exército muito chuva, que nos proporcionou tardes bem agradáveis – cerca de 300 páginas – os textos não perdidos que colhera. [...] Se o livro – “*Bakáer’itano*” se chama – sair, poderei dormir a meu gosto, cousa que ainda não fiz este século”<sup>562</sup>

Tal como a empregada de sua sogra que se via obrigada a rezar pelas almas penadas do purgatório sem que a população deste jamais reduzisse, Capistrano via-se obrigado ao trabalho com a língua dos bacaerís sem nunca concluí-lo. Chegou a elaborar uma agenda de trabalho em que se dedicasse ao estudo da língua no período matinal, ocupando-se da história pátria o restante do dia<sup>563</sup>.

#### **4.9 –Índios, História Pátria e Documentação:**

Em 1895, quando deu por encerrado o estudo do livro de von den Steinen com Irineu, sua ambição era ainda maior. Pretendia fazer um mapeamento das línguas indígenas, de modo a deixar material disponível para os estudos históricos.

“Mas fiquei ambicioso e pretensioso com o que obtive dos bacaeris, e quero ver se dos crixanás não obtenho só vocabulário e frases, mas tradições históricas e lendas, de modo a fechar ao N. do Amazonas o círculo que agora, se puder estudar os apiacás, ficará fechado o sul”<sup>564</sup>.

Conforme se pode perceber no trecho em destaque da carta ao Barão do Rio Branco, Capistrano pretendia mais do que a mera construção de dicionários de línguas indígenas, mas estava profundamente interessado em registrar frases, tradições históricas e lendas. Documentação com a qual haveria registro para que a próxima geração produzisse uma história pátria na qual os “antecedentes indígenas” fossem vislumbrados com base em fontes fidedignas.

Tal suposição encontra melhor base numa carta ao historiador português João Lúcio de Azevedo:

---

<sup>562</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.437 – carta a Paulo Prado - em 6 de fevereiro de 1923.

<sup>563</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.199 – carta a J. Lúcio de Azevedo - em 11 de março de 1921.

<sup>564</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp. 135 – carta ao Barão do Rio Branco - em 22 de junho de 1895.

“Tanto os escritores portugueses como os franceses afirmam que os tupinambás do Maranhão foram do Sul, grande parte, se não todos, depois da chegada dos europeus. Pretendo tratar das migrações, para dizer o que não sei bem: ainda estou no homogêneo spenceriano. Aproveitarei o ensejo para insinuar a questão máxima de nossa história: o povoamento do São Francisco ao Parnaíba, de que **as migrações tupis são por assim dizer uma antecipação e um ensaio**. Não conheço da questão senão sua existência: formulo-a para vindouros. Creio ladeá-la em cinco ou seis páginas”<sup>565</sup> (g.n.).

Percebe-se na proposta de um estudo para a geração vindoura que a ocupação do território não seria tomada a partir da ótica chegada do europeu. As rotas migratórias dos diversos grupos indígenas que habitavam o território não poderiam ser descartadas na perspectiva de ocupação territorial. Até mesmo porque tais migrações abriram caminhos para posteriormente o colonizador penetrar no continente.

Em carta ao Barão do Rio Branco em 1888, Capistrano dizia ter deduzido por uma carta de José de Anchieta datada de 1650 que “o costume de bandeira é índio”<sup>566</sup>. A ocupação dos sertões, que na história proposta por Capistrano de Abreu teve papel fundamental, não pode ser vislumbrada sem se levar em conta as migrações indígenas que antecederam o processo colonizador. As línguas das diversas tribos espalhadas pelo território, suas lendas, seus mitos e costumes formavam um conjunto de indícios valorosos para os historiadores que pretendessem escrever a “história íntima” do Brasil.

Com base nessa afirmativa, pode-se dizer que Capistrano de Abreu, ao estudar as línguas indígenas, procurava entre outros objetivos mapear as correntes migratórias que tais grupos percorreram. Ou seja, produzir documentação histórica numa perspectiva ampliada que não tivesse a Carta de Pero Vaz de Caminha como marco zero.

Tal como Eduard Meyer e também Ratzel, Capistrano tinha uma visão ampla do que se pode chamar de documentação histórica. As línguas indígenas eram o meio pelo qual se poderia atribuir história aos povos sem história do território brasileiro. Era através delas que

---

<sup>565</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp. 110 – carta a J. Lúcio de Azevedo - em 16 de setembro de 1918..

<sup>566</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp. 123 – carta ao Barão do Rio Branco - em 13 de maio de 1888.

os diversos grupos indígenas deixariam de ser vistos como uma massa homogênea dividida somente entre tupi-guaraní e tapuias.

O americanista Theodor Koch-Grünberg, diretor do Museu Etnográfico de Berlim, referindo-se à gramática Caxinauá elaborada por Capistrano, entendia que aquele trabalho tinha aspirações maiores do que ser considerada uma mera gramática.

“Passa diante de nossos olhos toda a vida material e intelectual dos caxinauás. Ficamos tendo notícia da rigorosa divisão de trabalho entre homem e mulher, dos trabalhos de plantação, das particularidades da vida dos animais, da caça e pesca, do preparo das armas e utensílios, preparo da alimentação vegetal, tratamento do algodão, jogos de crianças e diversas danças. [...] Descrição minuciosa se faz da perfuração do septo nasal, no meninos, por meio de espinhos da palmeira pupunha, e jejuns que se prendem a esse ato, as pinturas da pele, a circuncisão das meninas, usos por ocasião de casamento, gravidez, nascimento, etc. Um capítulo trata dos sonhos bons e maus, de doença e morte, de enterro do homem e da mulher, luto do viúvo, da viúva, execução de um feiticeiro e outras histórias de feitiços, do poder do feiticeiro sobre as almas”<sup>567</sup>.

Koch-Grünberg segue o comentário sobre o “*Rã-txa hu-ni-ku-~i*”, descrevendo lendas, costumes e organização social que Capistrano teve o trabalho de reunir no tempo em que se dedicou ao estudo dos caxinauás.

John Monteiro em sua tese “Tupis, Tapuias e historiadores” (2001) percebe a ausência do elemento indígena na historiografia brasileira. Haveria quase um acordo tácito entre historiadores no qual o tema diria respeito somente aos antropólogos.

Tal tendência começou a configurar-se de forma definitiva a partir de meados do século XIX. O Visconde de Porto Seguro, em sua “História Geral do Brasil” (1854), deixava isto patente ao afirmar: “de tais povos, na infância, não há história: há só etnografia”<sup>568</sup>.

---

<sup>567</sup> KOCH-GRÜNBERG, T. Estudo Crítico de Koch-Grünberg. In: ABREU, J. Capistrano de. *Op. cit.* 1941. pp. 634.

<sup>568</sup> Varnhagen. *Apud.* MONTEIRO, John M.. Tupis, tapuias e historiadores – Estudos de história Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada para concurso de livre docência IFCH-Unicamp. 20001 – Disponível na Internet via: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>



Algumas visões francamente em voga no Ocidente no século XIX desqualificavam os povos primitivos como participantes da história. Esta se modelava pelo avanço da civilização europeia e relegava àqueles povos, quando muito, o papel de remanescentes de um estágio remoto da evolução humana.

Na já citada tese vencedora do concurso do IHGB “Como Escrever a História do Brasil”, von Martius defendia a perspectiva decadentista, na qual o índio seria resíduo de uma civilização antiga, que entrou em processo de involução e portanto estava fadada ao desaparecimento.

A despeito de tais perspectivas contarem com a aprovação de grande parte dos homens de ciência, havia vozes dissonantes como Eduard Meyer, Ratzel e o próprio Capistrano de Abreu. Para estes era necessário investigar os povos primitivos e, a partir de seus registros, inferir-lhes a história pregressa.

Neste ponto, Capistrano filiava-se ao método de Meyer que amejava uma visão de mundo unitária e historicamente fundamentada. Para tal, tomava como legítimas as manifestações culturais dos silvícolas brasileiros. Tomava por legítima suas manifestações religiosas, seus mitos, seu modo de produção. Tal posição era radicalmente diferente daquela dos autores que viam tais nativos como um fóssil do passado prestes a desaparecer.

Apesar de respeitado por seus pares historiadores, essa perspectiva de Capistrano no que tange aos silvícolas brasileiros parece não ter tido grande aceitação por parte deles. Conforme John Monteiro, apenas recentemente historiadores brasileiros voltam seu olhar para o indígena que ficou invisível na construção da história pátria, ou, para continuar usando o termo de Kaori Kodama, relegados a um “não lugar”.

“Mesmo assim, parece prevalecer entre os historiadores brasileiros ainda hoje duas noções fundamentais que foram estabelecidas pelos pioneiros da historiografia nacional. A primeira diz respeito à exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos: são, antes, do domínio da antropologia, mesmo porque a grande maioria dos historiadores considera que não possui ferramentas analíticas para se chegar nesses povos ágrafos que, portanto, se mostram pouco visíveis enquanto sujeitos históricos. A segunda noção é mais problemática ainda, por tratar os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento. [...] Por estes motivos, pelo menos até a década de 1980, a história dos índios no Brasil resumia-se basicamente à crônica de sua extinção”<sup>569</sup>.

---

<sup>569</sup> MONTEIRO, John M.. *op. cit.* 2001. pp. 4.

Como se pode perceber na leitura de John Monteiro, o índio ficou verdadeiramente à parte da história do Brasil durante muito tempo. Algumas raras exceções como Capistrano de Abreu insistiram para que o silvícola brasileiro tivesse lugar em nossa história. Daí seu esforço em produzir uma documentação que atentasse para a cultura daquela parcela da civilização, tirando-os assim da invisibilidade. Parece, entretanto, que o seu esforço não chegou a ser bem sucedido entre os historiadores. O autor teria alcançado mais sucesso entre os linguistas.

No esforço do historiador em incluir o índio na história nacional, a metodologia proposta por Eduard Meyer aparece como aliada.

#### **4.10 – Etnologia e História – a mitologia bakaerí:**

Para produzir a documentação histórica que pretendia sobre os indígenas brasileiros, Capistrano de Abreu recorria tal como Eduard Meyer à chamada “geologia da lama”, e para isso a linguística era fundamental. Numa população sem escrita a memória oral era de suma relevância para recuperar os movimentos de população, a organização do Estado, a construção da religião e as conexões culturais com grupos vizinhos. Assim, a linguagem era vista como matéria prima por meio da qual a razão humana cresce e se modifica. A linguagem desenvolve também novas formas para cada nova percepção e cada novo pensamento.

Capistrano, assim como Meyer, tomava todas as instituições humanas como legítimas. Com eles rompe-se a barreira entre selvagem e civilizado e cada manifestação cultural de um povo era vista como legítima e digna de ser perscrutada. A intenção dessa abordagem era penetrar *no sanctum sanctorum* da cultura dos aborígenes brasileiros, mesmo em assuntos vistos como tabus como o canibalismo.

“Vicente poderia naturalmente me dar muito mais textos e sobre assuntos importantes, mas agora trata-se de cousas íntimas; conhece-as certamente, mas duvido que desembuche. Pois ele é lá capaz de dizer que os parentes assam defuntos e comem?”<sup>570</sup>

De fato Capistrano ambicionava bem mais do que produzir uma gramática da língua bacari e posteriormente da língua caxinauá. O historiador procurava compreender a concepção de mundo, os costumes e enfim a cultura dos primeiros habitantes do Brasil. A linguística, a etnologia comparada e a psicologia podem ser entendidas como ciências auxiliares da história nessa perspectiva.

Quanto à etnologia comparada, vale chamar a atenção para este ponto, pois Capistrano vinculava-se intelectualmente a membros do que no seu tempo se produzia como história cultural. Havia divergências quanto ao método utilizado no que se chama etnologia cultural que podem ser aclaradas num texto de Franz Boas de 1896.

Boas procurava mostrar a diferença e também a superioridade do método histórico frente ao método comparativo. O segundo era tido pelo antropólogo como frágil e assentado sobre bases científicas duvidosas. Os que nele apostavam atentavam para o fato de que os mesmos fenômenos étnicos ocorrem entre os mais diversos povos, sem que houvesse entre eles qualquer contato que permitisse a troca de ideias. Logo, baseando-se em uma perspectiva evolucionista, tais antropólogos precipitadamente acreditavam que haveria uma linearidade no processo evolutivo do ser humano. Em outras palavras, sob condições semelhantes, externas ou psicológicas, haveria a mesma resposta em termos de produção cultural.

Essa seria a explicação, por exemplo, da existência de sociedades totêmicas em partes tão diferentes do globo; o que denota que esse tipo de organização social teria surgido repetida vezes em muitos lugares. Tal fato era tomado por antropólogos evolucionistas como uma evidência de que a evolução humana passaria por aquele ponto na escalada do progresso. Assim, a civilização europeia, tida como a mais evoluída dentre todas, em algum momento teria passado e superado aquele estágio. Logo, o estudo dos povos selvagens seria importante para traçar a trajetória da evolução do homem em diferentes estágios.

---

<sup>570</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp.357 – carta a João B. Pandiá Calógeras - em 15 de novembro de 1909.

Franz Boas, entretanto, alertava para a pouca consistência científica dessa suposição. Ainda que admitisse haver no homem condições psíquicas que favorecessem a existência de uma organização totêmica, disso não decorria que toda organização naqueles moldes tivesse se desenvolvido da mesma maneira em diferentes lugares.

O método histórico proposto por Boas consistia em buscar descobrir o processo pelo qual certos estágios culturais se desenvolveram em conexão com sua distribuição geográfica. Buscava reconstruir o intercâmbio entre tribos vizinhas e as trocas culturais que formaram as práticas e os costumes.

Nas palavras de Boas:

“Temos outro método que em muitos aspectos é bem mais seguro. O estudo detalhado de costumes em sua relação com a cultura total da tribo que os pratica, em conexão com uma investigação de sua distribuição geográfica entre tribos vizinhas, propicia-nos quase sempre um meio de determinar com considerável precisão as causas históricas que levaram à formação dos costumes em questão e os processos psicológicos que atuaram em seu desenvolvimento. Os resultados das investigações conduzidas por esse método podem ser tríplices. Eles podem revelar as condições ambientais que criaram ou modificaram os elementos culturais; esclarecer fatores psicológicos que atuaram na configuração da cultura; ou nos mostrar os efeitos que as conexões históricas tiveram sobre o desenvolvimento da cultura”<sup>571</sup>

Boas admitia que as condições ambientais, os fatores psicológicos e as trocas culturais com grupos vizinhos eram vetores importantes na formação de tradições, costumes e da estrutura social em geral. Todavia a comparação entre diferentes grupos deveria se dar em um território geograficamente limitado no qual se pudesse historicamente deduzir a existência de intercâmbio como trocas comerciais, escravidão, rapto de mulheres, etc.

Pode-se afirmar que a visão histórica e etnográfica de Capistrano de Abreu, Karl von den Steinen e Eduard Meyer filia-se claramente ao que Boas denominava método histórico.

Entre os três estudiosos citados, pode-se dizer que o último era o mais crente no evolucionismo darwinista. Conforme mostrei anteriormente, Meyer tomava alguns

---

<sup>571</sup> BOAS, Franz. *Antropologia Cultural – Organização Celso de Castro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010. pp. 33 – 34.

comportamentos humanos como padrão herdado de nossos ancestrais, os quais ainda se achavam presentes em sociedades de “parentes próximos” como macacos ou outros mamíferos. Para Meyer, o caráter universal da propriedade privada poderia ser explicado a partir do exemplo dos cães de Constantinopla que delimitavam seus territórios e se lançavam ferozmente contra qualquer cão que não pertencesse à matilha que atravessava a fronteira imaginária.

O Estado era também para Meyer uma organização inerente a toda sociedade humana. Entretanto, não tomava nenhum tipo de sociedade como modelo mais evoluído numa escala linear. Cada sociedade estaria sujeita a acasos, ou seja, influências do mundo exterior que implicavam a construção de diferentes modelos sociais, sem que esses fossem julgados moral ou hierarquicamente pelo historiador. Desta forma, ainda que fosse comum a toda civilização humana a presença de um Estado, este poderia derivar tanto da família patriarcal monogâmica quanto da poligâmica, da família matriarcal e assim por diante. Todas deveriam ser vistas como legítimas, e não como um estágio inferior até que se alcançasse o modelo patriarcal, tido pelo europeu em geral como o mais avançado<sup>572</sup>.

Karl von den Steinen mostrava-se atento aos limites do método na comparação linguística. Em carta a Capistrano de Abreu, o americanista dizia que o ponto principal era a comparação com os demais idiomas caráibas. Sua intenção era retroceder ao que chamava de “língua básica”, ou seja, a língua originalmente falada antes que o grupo se dividisse em diversas tribos e, assim, enxergar com mais clareza as correntes migratórias<sup>573</sup>.

Numa carta posterior, falava sobre os enganos que estudiosos das línguas tupi incorreram por usarem o método comparativo sem qualquer critério, o que os teria levado a ideias absurdas, como considerar-se o tupi aparentado com as línguas indo-germânicas.

“Antes de se explicar cada termo tupi isoladamente, por meio de análise, dever-se-ia ter comparado objetivamente todos os dialetos tupis conhecidos. Esse trabalho, **o mais importante**, ainda não foi feito! Por isso é que surgem absurdos, como considerar-se o tupi aparentado com as línguas indo-germânicas, etc., ideia que nem a um aluno de escola primária deveria mais ocorrer”<sup>574</sup>

---

<sup>572</sup> MEYER, E. *op. cit.*, 1912. pp. 31.

<sup>573</sup> ABREU, João Capistrano de . CCA. -v.3. 1977. pp. 125 -126 - Carta de Karl von den Steinen. Berlim, 7 de dezembro de 1892.

<sup>574</sup> ABREU, João Capistrano de . CCA. -v.3. 1977. pp.128 - Carta de Karl von den Steinen. Berlim, 2 de agosto de 1898.

Embora muito atento à questão linguística e migratória, essas não eram as únicas preocupações de von den Steinen. O alemão, que tinha sua formação em psiquiatria, procurava em seus escritos inferir as razões psicológicas que poderiam ser encontradas na origem dos costumes e das tradições do grupo estudado.

Por exemplo, entre os *bakaeri*, von den Steinen notava não haver qualquer pudor quanto à nudez e, no entanto, para alimentar-se cada um procurava comer às escondidas. O pesquisador chegou a ser reprovado por alimentar-se em público. Quanto a esse costume, que lhe parecia totalmente destituído de sentido na época, von den Steinen deduzia que sua origem se deveu a tempos de escassez, quando cada um deveria defender seu quinhão da usurpação alheia e assim teria se institucionalizado o costume de comer afastado do grupo, o que teria permanecido até então<sup>575</sup>.

Por seu turno Capistrano, em seu primeiro estudo sobre os *bakaeri*, procurava investigar a concepção de mundo dos nativos daquela etnia, ao descrever de forma minuciosa as três principais figuras do panteão daquela tribo: *Nakoeri*, *Yamiira* e *Piaí*.

A primeira delas, conforme mostrei anteriormente, foi tomada por von den Steinen como uma simbologia de Cristo, resquício da catequese católica incorporado à cultura *bakaeri*. Capistrano contudo discordava do colega germânico e procurou, por meio da mitologia que dizia respeito às três figuras, inferir seus significados e penetrar na concepção de mundo daquela etnia.

Para compreender o significado de *Nakoeri*, Capistrano procurou recorrer à etnologia comparada, tal qual propunha Eduard Meyer e também Karl von den Steinen.

“*Nakoeri* é palavra cuja etimologia não se pode explicar pelo *kxura-itano* [dialeto *bakaeri*]; felizmente a língua dos *acavoios*, índios da Guiana Inglesa, caribas como os *bakaeris*, oferece-nos a tal respeito uma indicação preciosa. Na tradução da primeira parte do Gênesis, e do evangelho de S. Mateus, recentemente publicado em Londres pela “*Society for promotion Christian knowledge*”, lê-se a célebre frase: o espírito de Deus anda sobre as águas (Gênesis, I,2): *Malanàima “Yakwarri” otoupu tona poripohru*, em que “*Yakwarri*” significa espírito. *Nakoeri* e *Yakwarri* são palavras idênticas, semântica e até foneticamente, pois o *n* da primeira como o *y* da segunda são índices possessivos da 3ª. Pessoa; o *r* duplo na transcrição inglesa deve representar o mesmo com que o *r*

---

<sup>575</sup> THIEME. Inge. Karl von den Steinen – vida e obra. In: COELHO. Vera P. (org.). Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu. São Paulo: Ed. USP/FAPESP, 1993.

singelo em nossa escrita e a transformação de a em o, de o em w é fato trivial nas línguas mais diversas. Podemos, pois traduzir *Nakoeri* do mesmo modo que *yakwarri* por espírito.

O *Akawoio* ainda permite dar um passo adiante, Fiat luz diz-se em *Akawoio*: *Akwa weijima*. Não será *arkwa* luz, o radical de *Nakoeri* e *Yakwarri*, e não significariam estes nomes primitivamente o luminoso? Aos gramáticos fica reservada a resposta; que das tradições bacaeis conclui-se a afirmativa, quiçá a continuação deste estudo consiga demonstrá-lo”<sup>576</sup>.

Capistrano recorreu à tradução bíblica de uma língua próxima e chegou à conclusão de que se tratava da mesma palavra. Para isso levou em conta a fonética da língua inglesa diversa da portuguesa para chegar à conclusão de que *Nakoeri*, em parte, queria dizer “espírito”. Mais adiante, percebeu, uma variante da mesma palavra que tinha o significado de luz, donde se concluía que *Nakoeri* significava “divindade luminosa”.

Depois de recorrer ao auxílio da língua vizinha, Capistrano voltou aos mitos bacaeis para verificar se sua hipótese se confirmava. Percebeu então que *Nakoeri* distinguia-se claramente dos *Yamüras*, os quais estariam sempre ligados a forças lóbregas.

Associavam-se aos *Yamüras* uma série de animais de hábitos noturnos como a cotia, a paca, o veado galheiro, a anta. Já no caso de *Nakoeri*, sua associação era feita com araras, pombas, rolas, jacus, jacucaca, mutum, maracanã, periquito, papagaio, tucano, araçari, anuns, galinha, tamanduá, etc. Para Capistrano, alguns teriam sido escolhidos pelo brilho da plumagem, outros pelos hábitos matinais e ainda outros por desaparecerem por algum tempo, reaparecendo depois mais gordos como se tivessem passado em pastos mais fartos<sup>577</sup>.

Capistrano enumera uma série de elementos presentes na casa dos *Nakoeris*, cujo lugar seria no céu, que se associam à ideia de luminosidade ou ainda elementos aos quais os *Yamüras* seriam avessos, como é o caso do algodão.

Como terceira divindade, haveria os *Piaí*. Estes teriam mais poder do que os *Yamüras*. Ambos já teriam morrido e isso os tornava temidos pelos índios, ambos também poderiam entrar no corpo de animais e até mesmo de pessoas. Os *Piaí* como os *Yamüras* representavam potências lóbregas, porém o primeiro teria também algo de luminoso, que recebido de sua convivência com os *Nakoeri*. Os *Piaí* teriam mais poder que os *Yamüras* e

---

<sup>576</sup> ABREU, J. Capistrano de. Os Bacaeis – *Estudo publicado na Revista Brasileira*, 1º. Ano. Tomos III e IV, 1895. In: ABREU, J. Capistrano de. E.E. - 3ª. Série. pp. 182 – 183.

<sup>577</sup> *Idem*. pp. 190.

podiam espantá-los por meio da queima de sementes de algodão e ainda devolver às pessoas suas sombras, quando roubadas por *Yamüiras*.

Capistrano procurou descrever outras entidades que faziam parte do universo mitológico dos *baçaeri*, estas contudo são figuras pouco claras, tomadas pelo pesquisador como restos de ideias mais antigas. As três figuras citadas, no entanto, seriam centrais na concepção de mundo daquela gente.

“Assim, o *baçaeri* vê no mundo três grandes forças: *Nakoeri*, inerte, bondoso e afastado, que não precisa de culto, porque não faz mal; *Yamüiras*, almas dos pais, que foram para o céu, e podendo fazer o bem, podem igualmente fazer o mal e devem ser propiciados continuamente; os *piat*, *yamüiras* de ordem superior, porque ressuscitam depois de mortos e vêm novamente viver entre os homens”<sup>578</sup>

Para Eduard Meyer, conforme foi dito, um dos principais objetivos da pesquisa histórica era expor como foram formados e evoluíram os grupos que deram origem às diversas formas de Estado, povos e civilizações. Ainda que o faça sempre de forma incompleta, cabe à história penetrar nesse campo de conhecimento.

O trabalho de Capistrano de Abreu com os índios *baçaeris* se insere na perspectiva do seu colega alemão. Observa-se em Capistrano grande interesse por apreender algo da concepção de mundo dos *silvícolas* brasileiros. Sua trajetória de formação intelectual que desde muito cedo valorizava a participação dos indígenas na construção do caráter nacional forma um todo coerente se observado sob tal prisma.

Produzir documentos que trouxessem à luz a cultura dos *silvícolas* nacionais era importante para a construção da história pátria e, ao mesmo tempo, urgente. Capistrano dizia-se nem pessimista, nem otimista, mas realista, por isso tomava por certo que as tribos indígenas restantes estariam fadadas a desaparecer. Essa projeção era fácil, bastava olhar para o decréscimo contínuo daquelas populações.

Assim atestava Karl Ranke, companheiro de Herrmann Meyer que participou de expedições ao Xingu em 1896 e 1898:

“Pobre povo! O teu destino pode ser calculado de antemão. Pelas nossas expedições ao Xingu, de que tanto nos orgulhamos, abriu-se a porta por tanto tempo fechada e, cedo ou tarde, virá

---

<sup>578</sup> *Idem.* pp. 195.



Pandora e deixará sair de seu vaso os benefícios da civilização. Já chegaste a conhecer o ferro e o cão e a galinha e conhecerás ainda uma porção de animais domésticos úteis e, sobretudo, uma porção de plantas de cultivo, a banana, a cana-de-açúcar, o arroz, o feijão. Talvez venhas a ser batizado. Mas a epidemia de blenorria [sic.] que te assolou após a tua primeira visita ao irmão branco terá também sucessores, um após outro. Lues, lepra, tuberculose, sarampo, escarlatina, varíola, febre amarela e beribéri. Não admire, na verdade, que povos não civilizados se extingam ante a civilização”<sup>579</sup>

#### 4.11 – Caxinauá:

Em março de 1893, Capistrano escrevia uma carta a um destinatário identificado apenas por Dr.<sup>580</sup>. Nela, o historiador dá notícias do seu trabalho com a língua bacairi e parece ansioso por findar a labuta com as línguas indígenas:

“Tenho trabalhado muito utilmente, agora. Espero que só em lendas e tradições completarem-se as 4000 frases que desde o princípio fixei-me como limite. Com outros acréscimos, como descrição de animais, plantas e objetos etnográficos, creio que chegarei ao total de 5000: é bastante. Se eu chegar, como pretendo e é fácil, a organizar o glossário, posso deixar o bacairi [sic.] na certeza de não ter sido inútil ao seu conhecimento”<sup>581</sup>

Em 1895, Capistrano dava por encerrado, ao menos naquele momento, o trabalho com o Bacairi, porém dizia-se “ambicioso e pretensioso” com o que conseguira obter e, na já referida carta ao Barão do Rio Branco, revelava a intenção de viajar ao Amazonas a fim de entrar em contato com outros grupos da mesma família linguística e assim comparar os diferentes dialetos.

Capistrano aproveitava para encomendar ao amigo vários livros sobre as tribos das Guianas e dava notícia de que, graças a Eduardo Prado, já contava com o livro de *Gênesis* e o *Evangelho de São Mateus* na língua escauioio, falada na Guiana, ao que parecia quase idêntica ao crixaná<sup>582</sup>. Entende-se que Capistrano não somente se envolveu com o estudo

---

<sup>579</sup> RANKE, Karl. Apud. SCHANDEN, Ego. Pioneiros alemães – Exploração Etnológica do Alto Xingú. In: COELHO, Vera P. (org.). *op. cit.* 1993.

<sup>580</sup> Supõe-se ser o Dr. Mendes da Rocha, Diretor da Biblioteca Nacional.

<sup>581</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1 pp. 60 – carta a Dr. (Mendes da Rocha) em 20 de março de 1893.

<sup>582</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1 pp. 135 – carta ao Barão do Rio Branco em 22 de junho de 1895.

das línguas indígenas, como não pretendia fazê-lo de forma amadora, então buscava cada vez mais inteirar-se do que se produzia no campo da etnologia cultural, o que o fez respeitado entre os sul-americanistas.

A despeito de seu intento de ir à Amazônia estudar línguas indígenas *in loco* não ter se concretizado, Capistrano contou anos mais tarde com a ajuda do seu patrício, o capitão Luis Sombra, que lhe trouxera o primeiro índio caxinauá. Bôrô ou Vicente, como preferia, tinha cerca de vinte anos e havia três que se encontrava fora de suas terras. O estudo começou imediatamente, entretanto as dificuldades foram muitas. Enquanto Capistrano tencionava iniciar o estudo por frases soltas e depois passar à descrição de plantas e animais, Bôrô começava a contar histórias nas quais o estudioso pretendia penetrar somente quando estivesse mais avançado no entendimento da língua. Capistrano dizia-se cansado e desanimado. Já disposto a abrir mão do empreendimento, o historiador resolveu recorrer a um dicionário da língua dos Sípios, que também pertencia à família Panos<sup>583</sup>, produzido por um missionário castelhano desconhecido e publicado em 1904 por Karl von den Steinen.

O estudo de uma língua próxima despertou a memória latente de Vicente, o qual, segundo Capistrano, “deu mostras de grande capacidade linguística e trabalhou com prazer; instintivamente percebeu a relação fonética dos dois idiomas”<sup>584</sup>. No entanto, o trabalho não iria adiante sem mais obstáculos.

“Ao mesmo tempo que, a intervalos, apanhava novos textos, tratava de verter os que tinha colhido. E então revestiu nova forma a dificuldade primitiva. Em geral a frase é simples: sujeito, objeto, verbo; domina a parataxe ( a ditaxe só reconheci mais tarde) e a pontuação não exigirá mais sinais do que ‘?’ ... mas como dividir a trama em certos casos? Como saber se a oração está completa, ou não passa de aposto? Na conversa as entonações e pausas indicam-no suficientemente, mas em ditados? Consultar o mestre não aproveita nas questões mais simples: ou queda-se calado, muito absorto, pensando quiçá em coisas bem diversas, tempo sem tempo, ou à primeira sugestão, por mais absurda, acode logo aliviado e satisfeito “é mesmo!””<sup>585</sup>.

---

<sup>583</sup> A família linguística Pano é constituída por um conjunto de diferentes línguas indígenas de origem comum. Tais línguas são faladas nas regiões fronteiriças entre Brasil e Peru, bem como Brasil e Bolívia. A identificação dessa família linguística deve-se ao francês Raoul de Grasseirie em 1890.

<sup>584</sup> ABREU.J. Capistrano de. *rã-txa hu-ni-ku-i*, gramática, textos e vocabulário caxinauás. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet. 1941.pp.7.

<sup>585</sup> *Idem.* pp. 7-8.

Em meio à dificuldade acudiu mais uma vez o conterrâneo Luis Sombra, trazendo agora um primo de Bôrô, Tuxinin. Este tinha apenas treze anos, passara os últimos quatro em Manaus ou Maranguape e dizia não se recordar mais da língua materna. Segundo Capistrano, Tuxinin falava com um sotaque cearense perfeito. Aos poucos, entretanto, o jovem caxinauá começou a recordar-se da língua de sua infância. O adolescente era mais extrovertido e risonho que Bôrô e começou o trabalho com empenho, mas quando o pesquisador começava a forçá-lo em demasia dizia não saber do que se tratava, ou simplesmente pegava no sono.

Como se pode presumir o trabalho era árduo. Em 1910 Capistrano escrevia a seu amigo Mário Alencar:

“Continuo arrastando minha grilheta, entre acessos de esperança e de desânimo. [...]Continuo porque já estou muito adiantado para recuar. Além disto, já tenho pago minha dívida ao solo com a divulgação do Wappoeus [sic.], ao elemento ocidental com o que pude perceber de sua história, o mesmo faço ao elemento indígena”<sup>586</sup>.

A contribuição para a história que Capistrano se referia era a tradução da “Geografia Física do Brasil Refundida”, obra do geógrafo alemão Johann Eduard Wappäus. O historiador procurava dar nova contribuição ao entendimento do caráter nacional, ao produzir documentação escrita sobre os indígenas. Embora fosse aquele um trabalho comparado a grilhões no sentimento do autor.

Na verdade o que tinha em mente era algo muito mais complexo do que o dicionário de Sípios elaborado pelos missionários, o qual veio a utilizar para refrescar a memória de Bôrô. Enquanto os religiosos procuravam “brechas” na língua dos nativos para introduzir conceitos cristãos, Capistrano se dizia um mero amanuense.

“Além das diferenças inevitáveis em duas línguas por mais aparentadas que sejam, o castelhano e o português, por exemplo, cumpre notar que o missionário obedece a intuítos particulares: seu empenho principal é traduzir a doutrina cristã, confessar e pregar. Como transportar para a língua dos catecúmenos ideias estranhas de modo a ser por eles entendido? A convivência diuturna mostra-lhe certas formas raras que se aproximam dos seus desejos: a estas vota particular

---

<sup>586</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1 pp.223 – carta a Mário de Alencar, em 2 de março de 1910.

atenção, não crêa [sic.], mas cria, cultiva-as, generaliza-as e impõe. Aqui porém nem uma frase foi traduzida; o trabalho foi de mero amanuense<sup>587</sup>

Beatriz Christino (2006) mostra em sua dissertação de mestrado que o autor não partiu de estruturas da língua portuguesa de forma a induzir os informantes e produzir construções alheias a seus hábitos linguísticos. Mesmo que não dominasse completamente as sutilezas do uso de partículas, que julgava inacessíveis a quem não tivesse vivido um período considerável entre os índios, o estudioso conseguiu produzir traduções admiradas pelo conjunto de sul-americanistas<sup>588</sup>.

A autora toma a metodologia de Theodore Koch-Grünberg como modelo de tradução científica e objetiva dos mitos indígenas referente àquela época. No segundo volume do livro “*Von Roroima Zum Orinoco*”, daquele autor, estava estabelecido o seu método de trabalho. Capistrano teve acesso à obra, já que faz parte da sua biblioteca depositada no Instituto Histórico do Ceará.

A meta perseguida pelos etnógrafos-linguistas era a reprodução dos textos dos índios com a menor interferência possível da subjetividade do estudioso. Tal como Capistrano, segundo seus pares, fizera com apurado rigor.

No livro “*Rã-txa hu-ni-ku-~i*”, o estudioso usou exclusivamente traduções interlineares, ou seja, obedecendo rigorosamente à sintaxe original em vez de valer-se de traduções livres. Este segundo recurso foi usado no artigo publicado sobre a língua dos Bakaerí em 1895 na *Revista Brasileira*, o qual consiste em procurar o sentido da história adaptando-a à estrutura gramatical da língua portuguesa.

A língua dos Caxinauás em tradução interlinear tem por vantagem maior fidelidade ao relato do nativo, porém a sua leitura torna-se difícil para os não especializados que tentarem uma incursão naquele universo.

Mesmo entre os especialistas, Beatriz Christino percebeu ter havido dificuldades de entendimento. A autora relata que um dos estudiosos de línguas indígenas chamado Nordinkiöld buscava informações sobre ritos indígenas que envolviam o enegrecimento dos dentes. Koch- Grünberg sugeriu então ao colega que lesse trechos de “*Rã-txa hu-ni-ku-~i*”,

---

<sup>587</sup> ABREU.J. Capistrano de. *op.cit.* 1941. pp.7.

<sup>588</sup> CHRISTINO. *op. cit.* 2006. pp. 184.

a que o estudioso responde em correspondência de 11 de junho de 1919 “... Abreu é mesmo horrível de ler”<sup>589</sup>.

No Brasil, Teodoro Sampaio também deu suas impressões acerca da obra:

“Parece esse livro, [...] uma massa informe de impossível compreensão, um amontoado de frases, numeradas, tão estranhas no seu contexto bárbaro como desconcertadas na versão portuguesa que de lado acompanha”<sup>590</sup>

Já em três artigos publicados no *Jornal do Comércio* entre 1911 e 1912, Capistrano apresenta alguns mitos caxinauás recorrendo à tradução livre, assim como também discorre sobre o método.

Logo no início do texto, o autor procura fazer uma crítica das fontes que recorreu para a produção do trabalho, quais sejam os dois nativos Bôrô e Tuxinin.

“Há bastante tempo deixaram sua terra. Quantas coisas não aprenderam! Quantas não terão calado ou esquecido! Considerá-los representativos do conjunto, sobre seus dizeres construir generalizações amplas ou proferir sentença definitiva, destoaria das boas normas da crítica. Pode-se, porém, aceitar seus depoimentos, para começo do inquérito”<sup>591</sup>.

Capistrano estava ciente das limitações inerentes ao histórico dos seus dois informantes. Ambos haviam deixado seu povo e procuravam inserir-se na cultura brasileira. Ambos também adotaram, como já mostrei, nomes da língua portuguesa que prestavam homenagem ao Capitão Luís Sombra que os trouxera até o Rio de Janeiro, e, no caso de Bôrô, o seu primeiro nome, Vicente, dizia respeito ao presidente que o conduzira à pia batismal.

---

<sup>589</sup> *Apud.* Christino. *op. cit.* . 2006. pp. 127.

<sup>590</sup> SAMPAIO, T. *apud.* Christino. *Idem.*

<sup>591</sup> ABREU, J. Capistrano de. Estudo publicado no *Jornal do Comércio* de 25 de dezembro de 1911 e de 7 e 14 de janeiro de 1912 sob o título “Dois Depoimentos”. In: ABREU, J. Capistrano de. E.E. - 3ª. Série. pp. 200.

Tuxinin também fora batizado, já no Rio de Janeiro, e tinha por madrinha a filha de Capistrano, Honorina de Abreu<sup>592</sup>. O historiador experimentado então não mais incorria nas generalizações amplas que chegou a utilizar em sua juventude.

Na documentação que Capistrano se empenhava em produzir sobre os Caxinauás ficava explícita a crítica das fontes, como era a prática metodológica que leituras como Leopold von Ranke e Eduard Meyer lhe faziam observar de forma criteriosa.

Nos artigos publicados no *Jornal do Comércio*, Capistrano relatava não somente histórias relacionadas à mitologia dos Caxinauás, como também histórias da vida cotidiana. Uma delas era a história de Irikin, uma índia que tinha por hábito roubar e por isso foi morta a flechadas pelos homens da aldeia. Tal tipo de evento levava Capistrano a concluir que o sentimento de propriedade privada se encontrava presente entre os nativos.

Coincidentemente esse era um dos pontos que Eduard Meyer tomava como importante no estudo das civilizações antigas. Atentar para a maneira como se regulava a propriedade privada e as normas que regulavam o direito de herança era visto por Meyer como uma forma de perceber a posição de cada indivíduo na hierarquia social do grupo.

Capistrano atentava também para a questão das propriedades do morto. Quanto à essa matéria, chegou à conclusão que na cultura dos caxinauá, após a morte, os pertences do falecido deveriam ser enterrados juntamente com ele. Conforme relata o autor, ao pôr do sol, os índios faziam uma cova para o morto e o enterram na manhã seguinte com todos seus pertences: a rede, as vestimentas, o arco e flecha, a lança, o cacete, a faca de cabeça, as caixas de penas, todos os seu trastes, em suma. Ao questionar por que faziam isso obteve como resposta: “Enterram todas as coisas com o morto, responde Bôrô, para a alma não as vir procurar. Si [sic] não enterrarem as coisas com ele, sua alma vem procura-las e nos mete medo”<sup>593</sup>.

Embora a herança não fosse um hábito encontrado na cultura caxinauá, Capistrano procurou apreender por meio da fala dos seus interlocutores como se definia a hierarquia social entre o grupo:

---

<sup>592</sup> Em carta datada de 1 de janeiro de 1914 Honorina se refere a Tuxinin como “meu afilhado”: “[...] A Me. Antônia pede a Tuxinin a caridade de levar ao seu destino também este embrulho, mas como meu afilhado pode não estar aí [...]” “Arquivo de “Capistrano de Abreu” do Instituto Histórico do Ceará, doc. 0101.2.

<sup>593</sup> ABREU. J. Capistrano de. *op. cit.* E.E. - 3ª. Série. pp. 219.

“A sociedade parece firmar-se em assento pouco igualitário. As pessoas que têm família maior gozam de mais importância. Há párias, órfãos de que ninguém faz conta. Há os filhos ilegítimos, filhos de lagartos, como lhes chamam. Há também prostitutas. Se têm escravos, não é certo: *tçoma*, criado, dá a ideia de captura; emprega-se, porém, só para meninos, e com a idade o criado deixa de o ser. Como suas guerras consistem em meros assaltos e não fazem prisioneiros, falta a principal fonte de escravidão”<sup>594</sup>

Alguns mitos, contos e algumas sagas foram reproduzidos por Capistrano. Os primeiros seriam narrativas destinadas a fornecer uma explicação ou fundamentar um preceito. Já as sagas são histórias que enumeram os feitos de dado personagem, enquanto os contos, mais abundantes, consistiam em narrativas, algumas delas morais.

Um trecho das muitas histórias referentes ao “sovina”, um tipo de inimigo público, era reproduzido da fala de Tuxinin:

“O Tijuaçú entrou em casa do sovina: vem debulhar meu milho, Tijuaçú? Disse aquele. O Tijuaçú começou a debulha, o sovina sentou-se perto, caiu um caroço, apanhou-o, botou na vasilha. O sovina virou o rosto um instante, o Tijuaçú meteu um caroço na boca. O sovina viu, perguntou: Tijuaçú, onde caiu o milho debulhado? – Eu não vi, não caiu. – Caiu, vi eu, disse, e tirou a faca, rasgando-lhe a guela, as mãos, a barriga, os pés: não descobriu caroço algum. O sovina mandou jogá-lo ao sol, o Tijuaçú estava secando ao sol um maribondo mordeu, ele acordou, correu, foi para casa, contou a história”<sup>595</sup>

O comentário de Capistrano para a história de Tuxinin era: “A finura da inteligência indígena consiste em que o sovina buliu em tanta coisa sem tocar na boca, aonde [sic.] estava o milho. O caroço comprado tão caro foi plantado, nasceu, frutificou e prosperou”<sup>596</sup>.

#### **4.12 –Incêndio na Imprensa Nacional:**

Em setembro de 1910, a gramática, os textos e o vocabulário caxinauá contava com 460 páginas e encontrava-se na Imprensa Nacional aguardando a última revisão de

---

<sup>594</sup> ABREU. J. Capistrano de. *op. cit.* E.E. - 3ª. Série. pp. 215.

<sup>595</sup> ABREU. J. Capistrano de. *op. cit.* E.E. - 3ª. Série. pp. 235.

<sup>596</sup> *Idem*

Capistrano para enfim ser impressa. Ocorreu, contudo, um incêndio que destruiu completamente a obra. Em 1911, numa carta a Domingos Jaguaribe, Capistrano dizia:

“Não sei se já te comuniquei que no incêndio da Imprensa Nacional queimou-se todo o meu livro. Os textos deviam acabar na página 460. Na véspera revira até 450.

Salvei um exemplar que com as provas está completo; há três na Alemanha até p. 384; outro na Espanha, até 272. Eis todo o resultado de quase três anos de trabalho”<sup>597</sup>.

Capistrano que cerca de um ano antes escrevia ao mesmo Jaguaribe dizendo que o trabalho com a língua caxinauí estava quase no fim, o que seria “uma verdadeira carta de alforria”<sup>598</sup>, voltava aos grilhões. Interessante notar que paralelamente ao trabalho que fazia no Brasil enviava cópias para seus pares sul-americanistas na Alemanha e na Espanha.

Retomado o trabalho, somente em 1913 este fora concluído e ampliado. Contava agora com mais de seiscentas páginas.

#### **4.13 – Os coautores do Livro:**

Em maio de 1921, Capistrano escrevia ao amigo J. Lúcio de Azevedo e dava notícias sobre o índio Vicente: “O Vicente, meu mestre de caxinauí, acaba de sair daqui. Teve ontem uma filha, pôs-lhe o nome de Bini. Que quer dizer tirou”<sup>599</sup>.

A essa altura Vicente, por intermédio de Luís Sombra e Capistrano, conseguira prestar exame e ser admitido no Corpo de Bombeiros. Já havia casado e, conforme o trecho da correspondência citado, o casal teve uma menina.

Tuxinin, por sua vez, andava a dar preocupações a Capistrano e ao Cel. Sombra. Na correspondência trocada, os dois procuravam estratégias para que o jovem caxinauí não sucumbisse à malandragem. Capistrano também lamentava que Vicente, que já constituíra família, arcasse ainda com as despesas de Tuxinin o qual vivia na casa do primo<sup>600</sup>.

---

<sup>597</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1 pp. 36 – carta a Domingos Jaguaribe em 24 de setembro de 1911.

<sup>598</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1 pp. 35 – carta a Domingos Jaguaribe em 10 de dezembro de 1909.

<sup>599</sup> ABREU, João Capistrano de. CCA. - vol.2. pp.159 - Carta a João Lúcio de Azevedo em 05 de maio de 1921.

<sup>600</sup> ABREU, João Capistrano de. CCA. - vol.3. pp.27 - Carta a Luís Sombra em, 23 de maio de 1916.



Em 11 de junho de 1916 o Cel. Sombra escrevia para Capistrano. Estava acertada a volta de Tuxinim para o Ceará:

“[...] A respeito do Tuxinim, ele também me escreveu. (ilegível). Daqui deve seguir a 16, enviarei um dinheirinho a ele, a quem escrevi oferecendo passagens para voltar ao Ceará, onde lhe arranjaré em que ganhar algum dinheiro.

Foi bom que ele está sofrendo [sic.], que é pra perder a prosafia [sic.]. Ele só vivia a falar aqui no ‘meu amigo Dr. Pandiá’<sup>601</sup>.

O jovem caxinauá voltou para o Ceará e parece que a estratégia para afastá-lo da malandragem funcionou. Em março do ano seguinte era Capistrano que escrevia para Luis Sombra dando notícias frescas do rapaz.

“Tuxinim está na Ilha do Viana; ganha 100\$ a seco; parece passado o perigo de virar bilontra. Disse-me Abril que ele mostrou-se cavador emérito, exercendo quanto emprego aparecia, até o de claque de teatro a 1\$ por noite. É bom que os caxinauás não vão ao fundo”<sup>602</sup>.

No posfácio do *Rã-txa hu-ni-ku--i*, Capistrano fez um tipo de menção honrosa a Bôrô e Tuxinin, denominando-os coautores do livro, e dando um breve relato do destino de cada um deles após a conclusão do trabalho. No comentário duas coisas chamam a atenção: a primeira delas é o tratamento decoroso para com os dois rapazes. Estes não são tratados como meras fontes de informação, mas como colegas na elaboração do trabalho; inclusive dizendo esperar que o livro servisse de título para que Bôrô alcançasse a promoção a cabo ou sargento.

A preocupação em apresentar os caxinauás como coautores denota, da parte de Capistrano, coerência com a visão de uma humanidade única. Uma classificação racial ou hierárquica entre os diversos grupos étnicos não se inclinaria a tal atitude.

A segunda questão que salta aos olhos na atualidade não causava o menor escândalo a antropólogos e historiadores do século XIX. Não há naquele momento qualquer preocupação quanto à aculturação dos grupos “primitivos”. Naquele período a palavra de ordem era incorporar o indígena à população brasileira, dando-lhes acesso às facilidades da civilização ocidental.

O próprio von den Steinen, em conferência na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 1888, na qual estavam presentes o Imperador e a Imperatriz, exortava o soberano a dar aos nativos o tratamento necessário para que se desenvolvessem intelectual e moralmente:

---

<sup>601</sup> SOMBRA, Luis – carta enviada em 11 de junho de 1916 - Instituto Histórico do Ceará. Correspondência passiva de Capistrano de Abreu - doc. 0218.

<sup>602</sup> ABREU, João Capistrano de . CCA. - vol.3. pp.36 - Carta a Luís Sombra em 20 de março de 1917.

“Qual será o futuro dos nossos amigos do Xingú?”

São três mil aborígenes que apresentamos, primitivos como saíram das mãos da natureza, portanto, capazes de desenvolvimento intelectual e moral se forem guiados propriamente, ou brutais se forem maltratados. Um sem número dos seus irmãos ficou aniquilado por duas espécies de barbarismo criados, aliás por nossa raça de mais nobre categoria: uma a guerra feroz e outra, a especulação sórdida.

Não será fácil escolher o caminho mais reto. Mas é de esperar que a mão benigne liberteu da escravidão os descendentes da África tenha também o poder suficiente de proteger os naturais deste continente e bem assim bastante clemência para educar estes brasileiros que não mais senhores da sua sorte e isto mesmo ignoram”<sup>603</sup>

A questão na época se colocava entre destruir os remanescentes do Brasil pré-cabralino à medida que o território ia sendo ocupado pela civilização fundada a partir da colonização europeia, ou tentar pacientemente incorporar a esta os silvícolas brasileiros.

O próprio von den Steinen dava o exemplo: “De boa vontade demos-lhes tudo de que não tínhamos mais necessidade. Mais de 1400 facas e facões receberam a gente do Kuliseu e deste modo acabou-se a idade da pedra no Xingu”<sup>604</sup>.

#### **4.14. Esfolado! – volta ao Bacaerí:**

Em 1901 Capistrano escrevia ao filho Abril lembrando o período difícil, após a morte da esposa e também do menino Henrique que não teria resistido à orfandade.

A correspondência entre Capistrano e seus filhos, depositadas no Convento de Santa Teresa, mostra uma relação bastante afetiva com cada um deles.

Não há um grande número de cartas no acervo, contudo, percebe-se que entre Capistrano e Abril, Fernando Abreu, havia uma amizade especial. Nas cartas endereçadas ao pai, Abril sempre despedia-se com: “saudades do filho e amigo”. Da mesma forma Capistrano demonstrava bastante afeto pelo rapaz.

“Meu caro filho, começando esta carta tenho bem presente o mesmo dia de hoje há oito anos em 1893. Morávamos na ladeira da Glória. Adriano estava com sarampão, e eu com muito medo que você o apanhasse. Henrique já agonizava e morria de noite. No dia 16 fomos levá-lo ao cemitério, e na volta seu paizinho levava você para casa. Lembra?”

Henrique foi o mais feliz de todos, com 4 anos como ele, ou 34 como sua mãe, a morte é certa. É melhor que se antecipe do que se demore”<sup>605</sup>.

---

<sup>603</sup> STEINEN, Karl von den. *op cit.* [198?].

<sup>604</sup> STEINEN, Karl von den. *Apud.* THIEME, Inge. Karl von den Steinen: vida e obra. In: COELHO. *op. cit.* 1993.

<sup>605</sup> ABREU. J. Capistrano de. Carta para Fernando Abreu em 15 de agosto de 1901. Convento das Carmelitas de Sta. Teresa. Im. 82.

No dia 24 de outubro de 1918, a dor mais uma vez veio esfolar Capistrano de Abreu. Seu filho Abril faleceu naquele dia vitimado pela gripe espanhola. Ao anunciar a morte do filho ao amigo João Lúcio de Azevedo, Capistrano dizia-se “esfolado”. Quanto ao filho falecido, Capistrano afirmava que: “ como inteligência nada tinha de extraordinário [...] seu talento principal era o da observação, das coisas e das pessoas; sua psicologia penetrante nada tinha de pessimista”<sup>606</sup>.

Na mesma carta ao amigo João Lúcio, Capistrano dizia ter viajado ao Rio Grande do Sul, ficando hospedado na granja do amigo Assis Brasil em Pedras Altas. Em seu retiro voluntário, Capistrano dizia-se “esfolado” e ali pretendia “criar couro e cabelo”.

O historiador valia-se ainda de uma alegoria para expressar sua dor. Dizia que “quem perde uma perna, deveria arranjar uma outra de pau” e continuava: “Trouxe para ocupar-me os textos bacairis[sic.] colhidos em 93 e 94, muito desfalcados pelos desmazelos e acidentes, mas ainda mais numerosos e muito mais importantes que os dos caxinauás”<sup>607</sup>.

A volta ao bakaeri foi uma atividade que paralelamente à produção historiográfica seria levada por Capistrano até os seus últimos dias, sem que nunca se desse por satisfeito a ponto de publicá-la.

Em março de 1921, Capistrano falava em várias cartas sobre os dois índios bakaeri que viriam ao Rio de Janeiro para auxiliá-lo nos estudos daquela língua. Os índios seriam trazidos pelo Marechal Rondon e por seu genro, com quem Capistrano tinha relações fraternas. Todavia, mesmo sem a presença dos indígenas, Capistrano continuava trabalhando, conforme se percebe em carta a João Lúcio: “Na próxima semana entregarei os quatro primeiros capítulos: esboço gramatical; textos sobre partes do corpo, gestação, morte; sobre família e sociedade. Sobre almas, feiticeiros, etc.”<sup>608</sup>.

Em junho daquele mesmo ano, Capistrano dava notícia da chegada dos dois nativos, sendo o mais velho o próprio Antônio, que acompanhara Karl von den Steinen em expedições pelo Xingu e um dos seus afluentes.

---

<sup>606</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.116 – carta a J. Lúcio de Azevedo - em 5 e 6 de abril de 1919.

<sup>607</sup> *Idem*

<sup>608</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.197 – carta a J. Lúcio de Azevedo - em 9 de março de 1921.

A essa altura, Capistrano já percebera que os índios produziam muito melhor longe da cidade. Dessa forma, resolveu aceitar o convite do amigo Domingos Jaguaribe e partiu com os dois companheiros para a propriedade daquele em Poços de Caldas. Contudo, nada sairia conforme o planejado, segundo se percebe em carta ao amigo Afonso Taunay.

“Trouxe os dois bacairis [sic.] arranjados pelo Rondon e vim todo cheio de *quo non ascendam?* Cheguei vésperas de S. João e ousou dizer não pode imaginar-se fiasco maior. Um dos índios era o ideal, foi companheiro de Steinen nas explorações e o mestre nos estudos linguísticos. Vinha animado das melhores intenções. Com poucos dias apareceu a gripe, e os índios tornaram-se imprestáveis, intratáveis, insociáveis, insuportáveis!”<sup>609</sup>

Para piorar a situação, Capistrano também veio a adoecer de intoxicação gástrica. Em suma, um desastre.

Em 1923, Capistrano continuava seus intermináveis estudos de Bacaeri. Porém, em carta ao amigo João Lúcio reclamava mais uma vez da perda de parte do material. O historiador tinha fama de esquecer suas anotações em lugares como a Biblioteca Nacional e em outros espaços que frequentava. Mas, desta volta culpava a própria Biblioteca pelo sumiço dos cadernos, os quais, segundo ele, teriam sido entregues àquela instituição. No entanto, os funcionários negavam o fato. O resultado da perda era que teria de ser tudo refeito<sup>610</sup>.

No Instituto Histórico do Ceará há uma carta de Basílio de Magalhães, Diretor da Biblioteca, falando sobre o achado de uns cadernos de Bacaeri, porém a carta é datada de dezembro de 1918, alguns anos antes da perda a que se refere Capistrano.

“Vi hoje o seu cartão ao (ilegível) nosso companheiro Constantino Alves, a propósito do vocabulário bacairy [sic.],\_que tive a fortuna de achar num dos armários desta casa. Eu mesmo o preparei para a exposição e pessoalmente o entreguei ao sr. Travassos, encarregado do serviço postal deste estabelecimento, recomendando-lhe que o enviasse sob registro.Creio, portanto, que a esta hora já tenha chegado às suas mãos..”<sup>611</sup>

---

<sup>609</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.197 – carta a Afonso Taunay - em 27 de março de 1921.

<sup>610</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.238 – carta a J. Lúcio de Azevedo - em 23 de janeiro de 1922.

<sup>611</sup> Correspondência enviada por Basílio Magalhães (Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1918). Arquivo da Soc. Capistrano de Abreu – Inst. Histórico do Ceará: corr. Passiva - doc .0037.

Em 1924, mais um índio viria do Xingu pelas mãos de Rondon para contribuir com o trabalho de Capistrano. O rapaz chamava-se Mogói. “[...] o bacairi é inteligente, está aprendendo a ler com gosto e facilidade”<sup>612</sup>.

Várias vezes em sua correspondência, Capistrano falava sobre o fim do trabalho com a língua bacairi, porém sempre havia algo a emendar, ou a promessa de um novo índio trazido do Xingu. Assim, constantemente adiava o fim do trabalho, ambicionando a perfeição.

Em setembro de 1926, menos de um ano antes da sua morte, Capistrano escrevia para João Lúcio de Azevedo:

“O bacairi vai minimamente claudicante, mas vai, que é o importante. Acabar em outubro? Que esperança! Como a matéria chega para dois volumes, reduzirei o que está se imprimindo a minha custa e deixarei a massa maior para a série Eduardo Prado. Mesmo assim não creio terminar antes do fim do ano. Como tenho a promessa de um bacairi para janeiro, a demora só traz vantagens”<sup>613</sup>.

Parece que mais uma vez Capistrano acreditava na “extensão da vida e na brevidade da arte”, e foi punido. Seus cadernos manuscritos com os estudos de bacairi descansam no Instituto Histórico do Ceará. Quem sabe, à espera de um “arquiteto”, quem sabe alguns, a escreverem a história tal qual Capistrano sonhara, então com apenas vinte e cinco anos de idade quando redigiu o necrológio de Varnhagen.

---

<sup>612</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.291 – carta a J. Lúcio de Azevedo - em 10 de março de 1924.

<sup>613</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.197 – carta a J. Lúcio de Azevedo - em 12 de setembro de 1926.

### 5. Considerações finais:

No presente trabalho procurei percorrer em alguma medida as interlocuções que foram importantes na formação de Capistrano como historiador e que resultaram num determinado modelo de História Pátria pretendida por ele.

A pesquisa abriu-me um vasto campo de possibilidades de trabalhos subsequentes e espero que o mesmo se dê com pesquisadores posteriores.

Capistrano de Abreu viveu num momento singular da vida brasileira, no qual a profissionalização da história, e, por conseguinte a melhor definição do campo de ação do historiador implicava escolhas teórico-metodológicas das quais não se furtou.

O estudioso não se conformava em permanecer na superficialidade das diversas opções que a história e as ciências de seu tempo ofereciam, portanto entregava-se aos diferentes estudos de forma crítica e inteligente, o que torna a pesquisa relacionada à sua trajetória intelectual cara aos pesquisadores da historiografia brasileira.

Tomá-lo como um tipo de modelo do processo de profissionalização da história e, por conseguinte, das transformações naquele campo seria inadequado. Contudo, certamente o historiador e seu processo de formação é um exemplo que deixa vislumbrar uma enorme gama de possibilidades intelectuais que se apresentavam aos homens de sua época. Especialmente porque Capistrano mantinha de forma privilegiada diálogo com importantes correntes com a quais autores de seu tempo tiveram contato em uma medida ou outra.

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX teorias científicas conquistavam adeptos entre os intelectuais brasileiros e estrangeiros: diversos tipos de evolucionismos, como o spencerianismo, o lamarckismo, o darwinismo; bem como as diversas teorias raciais, o positivismo de Auguste Comte, a corrente historicista alemã, a antropogeografia e a história cultural faziam parte desse universo.

O cientificismo característico do século XIX é frequentemente visto por historiadores contemporâneos como um conjunto de teorias pseudocientíficas que foram

ultrapassadas à medida que a história se afirmou como campo do saber. Entretanto, o estudo dos anos juvenis de Capistrano revela um diálogo rico, a partir do qual o historiador estabeleceu alguns pontos importantes na sua formação, o que busquei tratar neste trabalho como permanências.

Procurei pensar a construção da história não na chave de antagonismos em que um sistema de pensamento viria a suplantar e anular completamente aquele que o antecedeu. Antes, valorizei no trabalho a construção do pensamento histórico e o labor do historiador como um processo dinâmico que se dá por meio de permanências e descartes que acontecem no decorrer da vida de Capistrano.

Tais permanências apresentam-se muitas vezes como novidades ou grandes descobertas dos historiadores de uma época, como se nada devessem aos que os precederam. Este procedimento leva a uma visão enganosa e empobrecedora do presente e a um descarte injustificável do passado; o que é muito grave, muito mais para historiadores, que têm por ofício investigar um tempo que já não existe: o passado.

Haveria pertinência no diálogo da história cultural praticada hoje e a maneira de fazer história dos séculos precedentes? Acredito que esta seja justamente a proposta da história: interpretar o passado que já não existe a partir do presente.

No caso do cientificismo praticado por autores como Buckle, Taine, Spencer e Comte percebe-se grande profusão de proposições e interpretações do mundo que em alguma medida a historiografia atual é devedora, seja pela aceitação de algumas dessas proposições, ainda que em diferentes parâmetros; seja pelo esforço contundente e contínuo de negá-las, como faziam, com relação a Buckle, os historiadores ingleses que o sucederam, conforme mostrei no segundo capítulo. A história da história passa inexoravelmente pela análise de pensadores como os quatro supracitados.

Cada um deles abre para a historiografia uma enorme variedade de interpretações do homem, do meio como agente, da relação entre a ciência e a arte e várias outras. Se em muitos casos os historiadores da atualidade não sabem ou não querem fazer a mediação entre o passado e o presente no referente à história das ideias, Capistrano de Abreu soube fazê-la em seu tempo com bastante maestria ao longo de seus setenta e quatro anos, a maioria deles dedicados ao estudo da história pátria.

Acredito que, diferentemente de algumas proposições já citadas, Capistrano de Abreu não aboliu suas crenças do passado e abraçou à História Moderna como um tipo de conversão. O estudioso soube fazer uma mediação entre os autores que o despertaram para o estudo da história e proposições outras como, por exemplo, a crítica da história no modelo de Ranke.

Ao passar a ter maior contato com a documentação histórica, entrando para a Biblioteca Nacional em 1879, Capistrano de Abreu munuiu-se com as ferramentas necessárias para lidar com tais fontes, ou talvez apenas tenha tido a oportunidade de utilizar ferramentas que já havia adquirido no balançar de sua rede, lendo autores alemães. O fato é que essa nova aplicabilidade da história não o fez “jogar fora a criança com a água do banho”. Em outras palavras, o historiador não se movia por antagonismos, ao abraçar uma corrente teórico-filosófica e abandonar para trás suas antigas crenças, senão que sabia tirar para si o que julgava de melhor, tanto das novas quanto das velhas crenças. Tal modelo parece confirmar-se tanto nos escritos históricos como na própria postura de vida de Capistrano, diferentemente da perspectiva de “conversão” apontada por Arno Welhing, segundo a qual o historiador teria abandonado o cientificismo de seus primeiros escritos e aderido ao historicismo, tornando-se, nas palavras de Welhing, “um historiador acabado”, ou ainda, “um cientista que domina seu método”<sup>614</sup>.

Ao considerar em 1917 que o positivismo era “uma camisa de força”<sup>615</sup>, ou ainda, em 1919 com relação a Buckle, Spencer e Stuart Mill, “já não os entendo nem leio”<sup>616</sup>, pode-se denotar, por parte de Capistrano, um total abandono daqueles autores em favor da adoção de uma metodologia comum aos seguidores de Leopold von Ranke. Em tal metodologia, a documentação histórica traria à vida o passado tal qual aconteceu. Contudo, parece claro pelos escritos de Capistrano que seu interesse era maior do que criar monumentos históricos com “escombros do passado”, para se valer da figura usada por Ranke. Em outras termos, não tomava a documentação como se bastasse apenas provar que se tratava de uma fonte fidedigna a refletir o passado como um espelho, antes tomava-a

---

<sup>614</sup> WELHING, Arno. op cit. 1992. pp. 388.

<sup>615</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp. 41 – carta a João Lúcio de Azevedo - em 27 de março de 1917.

<sup>616</sup> ABREU. J. Capistrano de. CCA. - vol. 2. pp.119 – carta a João Lúcio de Azevedo - em 26 de março de 1919.



como indício de um tempo que não conheceu. A documentação não era a história, mas a matéria pela qual o historiador representaria o passado.

Em seu estudo sobre Fernão Cardim, no qual a busca da identidade do jesuíta lhe consome anos e faz movimentar arquivos de aquém e de além-mar, todos os critérios para comprovar ser aquela uma fonte fidedigna foram executados com profissionalismo ímpar. O historiador, no entanto, não toma a comprovação da identidade do religioso como objetivo final. O que realmente o interessava eram as impressões do jesuíta acerca do Novo Mundo, o canto das aves, as danças dos índios, enfim o “temperamento vibrátil” de Cardim em que “as sensações batiam fortes” e o seu “estilo ofegante” ao descrever “sem moralizar”<sup>617</sup>. Isso sim era o alvo da pesquisa de Capistrano e para tal a identidade do religioso não era mero capricho de um historiador que bem manejava os métodos de pesquisa, mas a necessidade de deixar claro ao leitor o lugar social do autor de tais relatos do século XVI.

Homens como Ratzel e Eduard Meyer são personagens contemporâneos a Capistrano de Abreu, e, em alguma medida, partilhavam de questões comuns aos pensadores da época; questões estas que se colocavam presente no dia a dia dos intelectuais à medida que a ciência se indagava acerca da diversidade do gênero humano, ou ainda sobre até que ponto o meio seria responsável pelo desenvolvimento das sociedades. A opção de Capistrano por tais autores parece-me uma clara convergência de ideias. Em todo período histórico há diversas correntes que disputam a hegemonia do saber e, evidentemente, grupos que compartilham as mesmas crenças tendem a aglutinar; por meio de leituras comuns, troca de correspondência, proposições de temas similares, seja na maneira de questionar ou buscar respostas.

Esse tipo de atração natural por aqueles que partilham crenças similares não se dá somente no terreno das produções intelectuais. Um flagrante disto parece-me a carta do antropólogo Franz Boas a Capistrano de Abreu, na qual procurava mobilizar os admiradores do linguista alemão von den Steinen que sofria dificuldades para publicar seus trabalhos etnográficos sobre as ilhas Marquesas, movimento para o qual o brasileiro não somente contribuiu como conseguiu outros voluntários.

---

<sup>617</sup> ABREU, J. Capistrano de. Publicado n’*O Jornal* de 27 de janeiro de 1925. In: EE, 2ª. Série. 2003: 216 – 218

Capistrano, como historiador maduro, certamente buscava interlocuções com autores que partilhavam de um conjunto de crenças mais ou menos semelhantes às suas. Nessa perspectiva se inserem em seus estudos Friedrich Ratzel, para quem a humanidade única era ponto-chave e que em seus estudos de antropogeografia procurava atribuir história aos povos sem história, também tomava o meio físico como um importante fator a ser levado em conta na formação das sociedades, sem desprezar o fator cultural como importante diferencial entre os diversos grupos humanos.

Eduard Meyer, por sua vez, tomava tais princípios numa perspectiva histórica mais clara e também menos marcada pelo eurocentrismo do qual os intelectuais europeus tinham enorme dificuldade de se apartarem.

Estudar tais autores e o diálogo de Capistrano de Abreu com esses homens de seu tempo teve a clara intenção metodológica de escapar a uma visão anacrônica do historiador. Parece-me extremamente desapropriado deslocá-lo de seu tempo e pensá-lo como um homem que estaria mais vinculado à história cultural praticada na atualidade do que como um pensador de seu próprio tempo. O diálogo com seus contemporâneos que partilhavam ideias semelhantes mostra que ele não era uma “ave rara”, mas um homem de fins do século XIX a buscar respostas para as questões que o moviam como também a outros historiadores e cientistas da época.

Ainda sobre esse aspecto, procurei mostrar Capistrano como inserido no núcleo de produção histórica brasileira reconhecido em sua época, o IHGB. O autor viveu antes que fossem formadas as primeiras universidades brasileiras e mesmo as faculdades de seu tempo não contaram com seu brilhantismo, já que foi um autodidata, pouco afeito ao ensino formal.

O Instituto Histórico era, portanto, o lugar possível para se legitimar junto aos pares brasileiros a história produzida por Capistrano, ou qualquer outro que se aventurasse na escrita histórica. A relação do estudioso com aquela instituição jamais foi pacífica, mas antes marcada por críticas, desavenças e uma constante pressão às fronteiras metodológicas do Instituto. Entretanto, havia um reconhecimento mútuo, no qual o historiador legitimava e buscava a aprovação de membros da casa e, por outro lado, havia o reconhecimento, por parte do IHGB, de Capistrano como um de seus membros mais brilhantes. Há assim, mais

uma vez, no presente trabalho a percepção de Capistrano como um homem de seu tempo, inserido nas instituições, ou antes, na instituição que o legitimava como historiador.

Além de diálogos diretos com autores com os quais efetivamente houve trocas ou instituições nas quais se inseriu, há também diálogos indiretos que reforçam a visão de Capistrano de Abreu como um homem de sua época.

Uma forma de examinar tais diálogos foi vislumbrar, entre os temas prementes de sua época, a questão das fronteiras. Muito embora não houvesse uma interlocução direta entre Capistrano de Abreu no Brasil, James Anthony Froude na Inglaterra e Frederick Jackson Turner na América do Norte, o tema das fronteiras se mostrava comum aos três autores. Evidentemente cada um dos quais procurava dar suas respectivas cores locais à matéria. Turner com a conquista do Oeste americano, Froude com o avanço britânico pelos novos mares e Capistrano, com a penetração dos bandeirantes rumo aos sertões.

Vale dizer que tanto os estudos literários do início da carreira de Capistrano de Abreu quanto os estudos das línguas indígenas de sua maturidade se inserem na perspectiva de escrita da história pátria. No primeiro momento, procurava-se desvendar o caráter nacional a partir da literatura, conforme a proposta de Taine e de Buckle, e, no segundo instante, buscava-se produzir documentação acerca dos primeiros habitantes da terra de forma a “atribuir história aos povos sem história”, para usar os termos de Ratzel, uma vez que eles eram vistos por Capistrano de Abreu como importantes na formação do caráter do brasileiro.

Os estudos indígenas não se restringiram somente à produção de gramáticas ou dicionários, mas procuraram investigar a concepção de mundo dos nativos por meio do estudo de suas lendas, de seus mitos, de suas religiões e de sua organização social. Para tal, a perspectiva de Eduard Meyer, que reconhecia como legítimas todas as manifestações do gênero humano, e a relação de Capistrano com os sul-americanistas como Karl von den Steinen ou Theodore Koch Grumberg foi muito importante na elaboração tanto da gramática da língua dos Caxinauás quanto a dos Bacaerís.

A obra de Capistrano não poderia ser vista como algo apartado de seu vivido. Ainda que, *a posteriori*, seja difícil mensurar até que ponto os acontecimentos de sua vida pessoal causaram impacto na sua produção como historiador, não se pode deixar de notar em

Capistrano um sujeito inteiro. Ou seja, seus dramas e suas realizações pessoais não estariam dissociados de opções feitas ao longo de sua carreira.

A morte de sua esposa em 1891, a entrada da filha Honorina para o convento em 1911 e a morte do filho Abril em 1918 foram sempre sucedidas por períodos de recolhimento em propriedades rurais de amigos e um maior mergulho nos estudos das línguas indígenas. Parece que ao se deparar com a brevidade da vida o historiador sentisse necessidade de recolhimento, como também de levar avante seus estudos linguísticos junto aos índios que, a seu ver, estariam em vias de desaparecimento.

Evidentemente os autores por mim elencados dentre os muitos lidos por Capistrano foram alguns que me pareceram destacados tanto nas referências do historiador quanto em sua biblioteca pessoal. Outros poderiam ser escolhidos como os citados pelo historiador em carta a Mario de Alencar:

“Tenho estado lendo cousas diversas, um livro de Wundt sobre psicologia, necessário para se entender sua grande obra relativa à psicologia dos povos, de que já tenho dois volumes; um livro de Breysig sobre a história da civilização dos tempos modernos, em que espero aprender alguma coisa aplicável à história do Brasil; uma história universal de Helmott, que começa pela S. América e vai seguindo a ordem geográfica até, no quarto volume, chegar à Europa, e acabar no último volume, 8º., com o Oceano Atlântico: tenho aqui só o 1º e o 7º, que termina na Idade Média. Tenho lido também Carlyle”<sup>618</sup>

Como se pode perceber, a presente tese poderia tomar outros rumos, mas devido ao recorte pelo qual optei se lançou luz em determinados diálogos, e não em outros. Ficam, portanto, aqui apontados também como possibilidade de investigação para futuras pesquisas.

---

<sup>618</sup> ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol. 1. pp. 203 - carta a Mário de Alencar em 11 de agosto de 1901.

### Referências Bibliográficas:

- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARAUJO, Ricardo B. Ronda Noturna – *Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1. 1998, pp. 28 -54.
- ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ed. Globo, 1997.
- AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.
- BATISTA, Paula V. P. *Abraço através do Atlântico – cartas entre Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar. 2011.
- \_\_\_\_\_, *Capistrano de Abreu e a Correspondência Feminina*, Museu do Ceará – Secretaria da Cultura do Estado do Ceará: Fortaleza, 2006.
- BECQUEMONT, Daniel. *Darwin, Darwinisme, Evolutionnisme*. Paris: Editions Kimé, 1992.
- BOAS, Franz. *Antropologia Cultural – Organização Celso de Castro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
- BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. *As escolas filosóficas*. Lisboa. Publicações Europa-América, 1983. Pp. 44 – 60.
- BRASIL. Gerson. *A escravidão no Império*. Rio de Janeiro: Palas S/A, 1975.
- BUARQUE, Virgínia A Castro. *Escrita Singular- Capistrano de Abreu e Madre Maria José*. Museu do Ceará: Fortaleza. 2003.
- BUCKLE, Henry Thomas. *Histoire de la Civilisation em Anglaterre*. Bruxelles: Typ. A. Lacroix, Vol. I. 1865.
- \_\_\_\_\_. *History of civilisation in England*. Vol II. New York: D. Appliton and Company, Vol. II. 1861.
- \_\_\_\_\_. *The influence of women on the progress of knowledge*. London: A. C. Fifield, 1864.
- CALÓGERAS, João Pandia “*Conferência sobre Capistrano de Abreu*”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 101 (155): 344 – 355, 1927.
- CANDIDO, Antonio e CASTELLO, J. Aderaldo. *Presença da literatura brasileira: história e antologia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

- CANGUILHEM, Georges. *Les Vivant e sons milieu*. In: *La connaissance de La vie*. Paris: Hachette, 1952.
- CARDIM, F. *Tratado das terras e das gentes do Brasil*. Introdução e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite e Cia., 1925.
- CARMO, J.A.Pinto do. *Bibliografia de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- CARVALHO, José Murilo. “*República, nação e progresso*”. In: *Enciclopédia da Brasilidade*. Rio de Janeiro: Ed. BNDES, 2005. p. 145 – 164.
- \_\_\_\_\_. *Formação das Almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- CASSIRER, Ernest. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora Unicamp, 1982.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. Org. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia – A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- COELHO, Vera P. (org.). *Karl von den Steinen: un século de antropologia no Xingu*. São Paulo: Ed. USP/FAPESP, 1993.
- COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*, 1ª. Lição. In: Os Pensadores. Nova Cultural, 1991.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- CHRISTINO, Beatriz Protti. *A rede de Capistrano de Abreu (1853 – 1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku--i em face da Sul-americanística dos anos 1890 -1929*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, do departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de doutor. São Paulo. 2006.
- DOMINGUES, Heloisa. M. B., SÁ, Magali R. e GLICK, Thomas (orgs.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2003.

- FALCON, Francisco J. C. *As ideias e noções de 'Moderno' e 'Nação' nos textos de Capistrano de Abreu: os Ensaios e Estudos – 4ª. Série - comentários*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 12, p. 5 – 26, jan./dez. 1999.
- FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FILHO, A. Mauricio. *Coleção Documentos*. Brasília: Minist. Ed. E Cultura, 1972.
- FITZSIMONS, M.A. *Ranke: history as worship*. In: *The Review of politics*, vol. 42, No. 4 (oct., 1980), pp.533 – 555. Disponível: <http://jstor.org/stable/1406639>. Arquivo consultado em: 9 de maio de 2011.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Ed. Global, 2006.
- FROUDE, James. *England's forgotten worthies*. Disponível na Internet via: <http://www.reasbookonline.net/readOnLine/57388/> - último acesso em 07 de julho de 2012.
- GALLIAN, D. Marcelo. *Madre Maria José de Jesus – no caminho da perfeição*. São Paulo:UFSC, 1997.
- GEORGE, Henry. *A perplexed philosopher*. Disponível na Internet via: <http://www.grundskyld.dk/0-Perplexed.html>. Arquivo consultado em 18 de junho de 2010.
- GONTIJO, Rebeca. *O velho vaquano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor na área de concentração: história social. Niterói. 2006.
- GOULD, S. Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A galinha e seus dentes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GRAFTON, Anthony. *As Origens Trágicas da Erudição – pequeno tratado sobre nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998. pp. 13 – 41.
- GREENE, John C. “*Biology and social theory in the nineteenth century: August Comte and Herbert Spencer*”. In: *Critical Problems in the history of science*. Madison: Wisconsin Press. 1959, p. 419 – 446.
- GIILBERT, Felix. *History: Politics or Culture? Reflections on Ranke and Burckardt*. Princeton: Princeton University Press, 1990. pp. 3 – 45.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

- GUIMARÃES, Manoel L. S. “*Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*”, Estudos Históricos. 1988. no. 1/5 – 27.
- GUIMARÃES, Lucia M. P. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 – 1938)*. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República. 2006.
- \_\_\_\_\_. *Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, 156(388) 459-613, jul.set., 1995.
- HARTOG, François. *Passados Recompuestos – campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV; 1998.
- \_\_\_\_\_. *O século XIX e a história – o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- HESKETH, Ian. *The Science of history in Victorian Britain*. London: Pickering & Chato, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Ed. Schwarcz. 2002.
- \_\_\_\_\_. *O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke*. In: \_\_\_\_\_. Livro dos prefácios. Rio de Janeiro: Cia das Letras. 1996. Pp. 162 – 218.
- IHGB, *A Vida de Capistrano de Abreu*. Aula inaugural do Curso Capistrano de Abreu 02/09/1953. Revista do IHGB. Rio de Janeiro, ( 221): 44 - 234, Out./Dez., 1953.
- IHGB, “*Ata da sessão de 13 de setembro de 1927*”. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 101 (155): 342 - 356, 1927.
- IHGB, “*Ata da sessão Magna de 21 de outubro de 1927*”. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 101 (155): 418 - 480, 1927.
- KNIGHT, David. *Ordering the world: a history of classifying man*, Durham: Burnet Books, 1981.
- KODAMA, Kaori. *Os índios no império do Brasil – a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. São Paulo: EDUSP. 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Futuro passado – contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2006.
- KNIGHT, David. *Ordering the world – a history of classifying man*. Londres: Brunet Books, 1981.



KURY, Lorelai B. “*Nation, race et fétichisme: la religion de l’humanité au Brésil*” In: *Revue D’histoire des sciences humaines*. Paris: Septentrion presses universitaires. 2003. p. 125 – 137.

\_\_\_\_\_. *Más influências: o clima tropical e o Brasil*. In: Com ciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, num. 89 – 10/07/2007. Disponível na Internet via:

<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=26&id=297>.

Arquivo

consultado em 18 de junho de 2010.

\_\_\_\_\_(Org.). *Comissão Científica do Império (1859 – 1861)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Editora Ltda, 2010.

LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

LAUE, Theodore H. von. *Leopold von Ranke – the formative years*. Oxford. Oxford University Press, 1950.

MARTINS, Lílian Al-Chueyr P. *Herbert Spencer e o Neolamarkismo: um estudo de caso*. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C.; SILVA, C.C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º. Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004. pp 281 – 289.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipe von. “*Como se deve escrever a história do Brasil*”, *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 6 (24): 381 – 403: 1844.

\_\_\_\_\_. “*O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil*”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Vol. XI, 1906. Pp. 30. Disponível na Internet via: [http://biblio.wdfiles.com/local--files/martius-1906-direito/martius\\_1906\\_direito.pdf](http://biblio.wdfiles.com/local--files/martius-1906-direito/martius_1906_direito.pdf).  
Último acesso em: 20/07/2012.

MAYR, Ernst. *O desenvolvimento do pensamento biológico – diversidade, evolução e herança*. Brasília: Ed. UNB, 1998.

MESQUITA, Daniel. *Descobrimientos de Capistrano: a história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2011.

MEYER, E. *England – Its political organization and development and the war against Germany*. Boston: Ritter & Company, 1916.

\_\_\_\_\_. *Histoire de l’Antiquité*. Tome I. Paris: Librairie Paul Geuthner, 1912.

MONTEIRO, John M.. *Tupis, tapuias e historiadores – Estudos de história Indígena e do Indigenismo*. Tese apresentada para concurso de livre docência IFCH-Unicamp. 20001 – Disponível na Internet via: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>.

- ODÁLIA, Nilo (Org.). *Varnhagen: História*. São Paulo: Ática, 1979.
- OLIVEIRA, A. Leal de. *Universo letrado em Fortaleza na década de 1870*. In: SOUZA, Simone & NEVES, F. de Castro, (orgs.). *Fortaleza: história e cotidiano – intelectuais*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002.
- OLIVEIRA, J. Roza de. *Um historiador em formação: os primeiros anos da vida intelectual de Capistrano de Abreu (1875 -1881)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências da COC – Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz como requisito parcial para obtenção do título de doutor. Rio de Janeiro, 2011.
- OLIVEIRA, Ricardo de. *Euclides da Cunha, os sertões e a invenção de um Brasil profundo*. Rev. Bras. de História. Vol. 22. no. 44. São Paulo, 2002. Disponível na Internet via [www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-01882002000200012&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-01882002000200012&script=sci_arttext&tlng=en). Arquivo consultado em 02 de fevereiro de 2010.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853 – 1927)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Porto Alegre. 2006.
- PALLARES-BURKE, M. Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre, um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimento de Capistrano – A história do Brasil “a grande traços e largas malhas”*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de história da PUC – Rio. Rio de Janeiro. 2002.
- POLIAKOV, Leon. *O mito ariano, ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- RANKE, Leopold von. *Pueblos e Estados em la Historia Moderna*. Fondo de Cultura Economica. México/Buenos Aires. 1979. pp. 37 -39.
- RANKE, Leopold von. *The theory and practice of history*. IGGERS, Wilma A. and MOLTKE, Konrad (Edited and introduction). Indianapolis: The Bobbs-Merrill company, inc. 1973.
- RATZEL, Friedrich. *The history of mankind* (vol.I). London, New York: Macmillan and Co. Ltda., 1896.

\_\_\_\_\_. *The history of mankind* (vol. II). London, New York: Macmillan and Co. Ltda. 1897.

RICHARD, Nathalie. *Au creuset des sciences humaines. La Science de l'homme au temps de Renan et de Taine*. Paris: Université Paris I – Panthéon – Sorbone, 2009.

RODRIGUES, José Honório. “*Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira*”. In: *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1975.

\_\_\_\_\_. *História e historiografia*. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda., 1970.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *A Tróia Negra*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 6980 (912): 146, 1912.

ROMERO, Silvio, *História da Literatura brasileira*. Brasília: Ed. Imago, 2001.

SÁ, Dominichi M., *a ciência como profissão – médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895 – 1935)*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

SAMPAIO, Theodoro. *Os kraôs do Rio Preto no Estado da Bahia*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 6980 (912): 146 - 206. 1912.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25112009-090917/>>. Acesso em: 2012-04-26.

SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning and context – Quentin Skinner and his Critics*. New Jersey: Princeton University Press. 1989.

SOUSA, Ricardo A. S. de. *Agassiz e Gobineau – as ciências contra o Brasil mestiço*. Dissertação de Mestrado do curso de Pós-graduação em História das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. 2008. Disponível na internet via:

[WWW.fiocruz.br/ppghcs/media/dissertacaoricardoalexandre.pdf](http://WWW.fiocruz.br/ppghcs/media/dissertacaoricardoalexandre.pdf) . Arquivo consultado em 18 de junho de 2010.

SPENCER, Herbert. *Do progresso sua lei e sua causa*. Lisboa: Ed. Inquérito, 1939.

\_\_\_\_\_. *Classification des Sciences*. Paris: Alcan. 1893. Disponível na internet via:

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k75243f> . Arquivo consultado em 18 de junho de 2010.

STADNIKY, Hilda P. *Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano*. Disponível na internet via:  
[http://www.cyta.com.ar/suplementos/gecon/articulos/articulos\\_archivos/geo\\_v6\\_n2\\_a4.pdf](http://www.cyta.com.ar/suplementos/gecon/articulos/articulos_archivos/geo_v6_n2_a4.pdf)  
- último acesso em 07 de julho de 2012.

STEINEN, Karl von den. Uma expedição ao Xingu. Fund. Projeto Rondon – MINTER: Ministério da Educação SESU, 1975.

STOCKING, George W. *Bones, bodies, behavior*. Madison: Wisconsin Press, 1988.

TAINÉ, H., *Histoire de la littérature anglaise. Tome première*. Paris: Hachette. 1866. Disponível na internet via:  
<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k201421z.image.r=taine+histoire+de+la+litterature+anglaise.f3.lan>. Arquivo consultado em 18 de junho de 2010.

TAUNAY, A. de Escragnole. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Typ. Ideal, 1924.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo: CIA das Letras, 1991.

WALPEAUS. *Geographia phisica do Brasil*, vol. I – A terra e o homem. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1884.

WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WELHING, Arno. Capistrano de Abreu e o descobrimento do Brasil: Os ensaios e estudos. Acervo, Rio de Janeiro, v.12, p. 27 - 33. 1999.

\_\_\_\_\_. *De Varnhagen a Capistrano: historicismo e cientificismo na construção do conhecimento histórico*. Tese apresentada ao concurso de professor titular de Metodologia da História, IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. *Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica*: Revista da História da USP, jan. 1973, no. 93, pp. 177 – 200.

ZOLA, Emile. *O romance experimental e o naturalismo no teatro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.

## **Fontes:**

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500 – 1800) & Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

\_\_\_\_\_. *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no séc. XVI*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Ed. Senado Federal, 2006.

\_\_\_\_\_. *rã-txa hu-ni-ku~i, gramática, textos e vocabulário caxinauás*. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1941.

RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Três volumes. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira/INL/MEC, 1977,

\_\_\_\_\_. *Ensaio e estudos: crítica e história, 1ª. série*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. *Ensaio e estudos: crítica e história, 2ª. série*. Brasília: Senado Federal, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ensaio e estudos: crítica e história, 3ª. série*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. *Ensaio e estudos: crítica e história, 4ª. série*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1976.

## **Fontes em arquivos:**

Arquivo “Capistrano de Abreu” – Depositado no Instituto Histórico Antropológico e Geográfico localizado da cidade de Fortaleza – CE.

Arquivo de Capistrano de Abreu – Localizado no Convento de Santa Teresa localizado na cidade do Rio de Janeiro.